UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

ELENILZE JOSEFA DINIZ

TENSÕES E DISTENSÕES NA CONSTRUÇÃO DO *HABITUS ASSOCIATIVO*: UMA ANÁLISE COMPARATIVA NAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS DE CATADORES DE LIXO NA PARAÍBA.

RECIFE – PE
2008

ELENILZE JOSEFA DINIZ

TENSÕES E DISTENSÕES NA CONSTRUÇÃO DO *HABITUS ASSOCIATIVO*: UMA ANÁLISE COMPARATIVA NAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS DE CATADORES DE LIXO NA PARAÍBA

Tese de Doutorado a ser apresentada como pré-requisito para obtenção do grau de Doutora em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, sob a orientação do professor Doutor José Sérgio Leite Lopes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Recife – PE
2008

Diniz, Elenilze Josefa
Tensões e distensões na construção do habitus associativo : uma análise comparativa nas organizações associativas de catadores de lixo na Paraíba / Elenilze Josefa Diniz. -- Recife: O Autor, 2008.
286 folhas : il., fig., gráf., tab.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2008.

Inclui: bibliografia, anexos e apêndices.

1. Sociologia. 2. Trabalho. 3. Trabalho associativo. 4. Cooperativismo. 4. Reciclagem. 5. lixo. I. Título.

316 CDU (2. ed.) UFPE
301 CDD (22. ed.) BCFCH2009/42

Ata da Sessão de Defesa de Tese de ELENILZE JOSEFA DINIZ, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro e Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º. Andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **ELENILZE JOSEFA DINIZ,** sob o título ***"TENSÕES E DISTENSÕES NA CONSTRUÇÃO DO HABITUS ASSOCIATIVO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA NAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS DE CATADORES DE LIXO NA PARAÍBA".*** A comissão foi composta pelos professores: **Dr. José Sérgio Leite Lopes - presidente/orientador; Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti - Titular Interna – PPGS; Dr. Remo Mutzenberg - Titular Interno – PPGS; Dra. Marilda Aparecida de Menezes – Titular Externa – UFCG; Dra. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza – Titular Externa – UPE.** Dando início aos trabalhos o **Dr. José Sérgio Leite Lopes**, explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra a autora de Tese, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua argüição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o presente trabalho. O **Dr. José Sérgio Leite Lopes,** presidente da mesa e orientador da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Tese por unanimidade.**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 29 de fevereiro de 2008.

Zuleika Elias

Dr. José Sérgio Leite Lopes

Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Dr. Remo Mutzenberg

Dra. Marilda Aparecida de Menezes

Dra. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza

Elenilze Josefa Diniz

Tese de Doutorado, apresentada por Elenilze Josefa Diniz, cujo título “Tensões e Distensões na Construção do Habitus Associativo: uma análise comparativa nas organizações associativas de catadores de lixo na Paraíba”, como pré-requisito para obtenção do título de doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Aprovado em ____/____/_____

Banca examinadora:

_____
Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Orientador

_____
Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
PPGS- Universidade Federal de Pernambuco
Titular interno

_____
Prof. Dr. Remo Mutzenber
PPGS- Universidade Federal de Pernambuco
Titular interno

_____
Profa. Dra. Marilda Menezes
Universidade Federal de Campina Grande
Titular externo

_____
Profa. Dra. Vânia Fialho
Universidade Estadual de Pernambuco
Titular externo

_____
Prof. Dr. Paulo Henrique Martins
PPGS – Universidade Federal de Pernambuco
Suplente interno

_____
Prof. Dr. Peter Wilfried Schöder
PPGA – Universidade Federal de Pernambuco
Suplente externo

Dedico

Aos meus queridos pais, Joel Moura Diniz e Josefa Gonçalves Diniz.

Ao meu companheiro e amigo Carlos Alan. Este trabalho, também é fruto do seu saber, da sua dedicação e do seu afeto ao longo destes anos ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus queridos pais, não chegaram nem a concluir o primeiro grau, mas desde cedo, me orientaram na busca do saber.

Agradeço a Alan, que tanto abdicou de seu tempo para me ajudar nesta tese. Você é cada vez mais digno do meu amor.

Aos meus irmãos e minhas irmãs (são nove), que tanto me apoiaram a concluir meus estudos (até a graduação) sem ter que trabalhar. A minha família: meus agradecimentos. Quero agradecer a banca de seleção do doutorado/2003 do PPGS (Silke Weber, Paulo Henrique, José Sérgio, Scott e Jorge Ventura) que me possibilitou o ingresso, e acreditou na minha proposta de trabalho.

As professoras Nazareth Wanderley e Josefa Salete Cavalcanti que tanto me ajudaram e incentivaram no início, sem bolsa, a prosseguir no Doutorado.

Quero agradecer, especialmente, ao meu orientador José Sérgio Leite Lopes, apesar da distância, uma pessoa amiga e competente.

As minhas amigas Silvana Eloisa e Marília Tomaz, meus sinceros agradecimentos pelo apoio amigo nos momentos difíceis durante o Doutorado.

Aos colegas do Doutorado. Ao Emilio, principalmente, pelas vezes que dialogamos sobre nossas dificuldades.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que contribuíram para minha formação. Agradeço as "meninas" da Secretária, especialmente, Ceres e Zuleika que sempre me ajudaram.

Agradeço a CAPES, que financiou este trabalho, permitindo minha dedicação integral.

A "Dorinha", que me acolheu, durante muito tempo, na sua casa em Recife.

Muitos contribuíram para que esta tese fosse realizada. Mas a colaboração dos (as) catadores (as), da Cotramare e da Astramare, foi fundamental, a quem expresso o meu reconhecimento. Meu reconhecimento em todos os sentidos, sobretudo, pelas "lições de vida".

As minhas amigas do "grupo de apoio" aos catadores, Ana Virginia, Edneusa Barbosa, Irmã Celine, Edileusa e Luciene por todos os ensinamentos e momentos compartilhados durante esta tese.

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar as tensões e distensões pelas quais se dão os processos de construção do *habitus associativo*, a partir de um estudo comparativo entre duas experiências associativas de catadores de lixo na Paraíba: A Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de João Pessoa (Astramare) e a Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande (Cotramare). Pensar as tensões e distensões nas organizações associativas é questionar como o "*habitus associativo*" tende a estar imbricado nas práticas cotidianas individuais ou coletivas daqueles sujeitos? Assim, buscamos especificamente: Verificar como os catadores associados compreendem, agem e reagem, e compartilham valores e princípios, isto é, se posicionam diante da experiência/vivência de um trabalho associativo, expressa nas práticas diárias individuais e coletivas; identificar os efeitos e as apropriações por parte do associado, no sentido do "pertencimento" e uma identidade associada a sua organização; numa experiência em que a situação social encontra-se desfavorável às condições normalmente necessárias à associatividade; e como eles percebem a mudança (de contingência). Para atingir estes objetivos recorremos às técnicas da pesquisa de campo, através da observação: direta intensiva (observação não sistemática e participante, e entrevistas semi-estruturadas); direta extensiva (lançando mão de questionários). Utilizamos, ainda, a abordagem quantitativa, apenas como instrumento de descrição quantitativa do conteúdo manifesto nos questionários. Os estatutos, livros de registros contábeis, fichas dos associados, atas de reuniões e demais documentos disponíveis foram submetidos à análise documental. Ao mesmo tempo, para o tratamento dos dados, utilizamos o aporte da metodologia quantitativa, através do programa estatístico SPSS (média aritmética, correlação e variância) contribuindo para reinterpretação das observações qualitativas. Os resultados da pesquisa nos mostraram que a tensões, vivenciadas nas duas experiências, na construção do *habitus* associativo estão relacionadas à reprodução de um *habitus precário*, ou seja, certas disposições de comportamentos que não se ajustava ou não atendiam as demandas objetivas requeridas pela nova situação – experiência associativa. Isto é, aqueles indivíduos pareciam não dispor de um conjunto de sentimentos (co-participação na gestão do empreendimento, confiança, solidariedade) exigido ao processo associativo.

Palavras – chave: Habitus Associativo. Práticas Associativas: participação democrática, solidariedade. Habitus Precário.

SUMMARY

The goal in this thesis is studying tensions and untensions in which it gives the processes of construction of a *habitus associations*, from a comparative study between two associative experiences of garbage mens in Paraíba: The Association of Workers Materials Recicláveis of Joao Pessoa (Astramare) and the Cooperative Workers Materials Recicláveis of Campina Grande (Cotramare). Thinking tensions in organizations and distensões association is questioning as "habitus voluntary" tends to be imbricado practices everyday individual or collective? So search specifically: identify whether the associative structure and / or cooperative allows not only meet the demands social, and democratic participation of the member; understand how associated garbage mens are positioning and interpret this experience and associative work, as well as its Guiding principles (self administration, participation, solidarity and so on.), expressed in daily practices and symbolic representations revealing of meanings and visions; verify the effects in the appropriations by the member, in the sense of "belonging" and an identity associated with your organization an experience that the social situation is unfavourable conditions normally required to associatividade or construction of *habitus* voluntary, and how they perceive the change (contingency). To achieve these goals the techniques used to search the qualitative methodology (observation, interview in its various forms, questionnaires and focus group), while for the treatment of the data, used the quantitative contribution of the methodology through the SPSS statistical program (average arithmetic, correlation and variance) contributing to reinterpretation of qualitative observations. The search results that challenge for construction of a *habitus associative* be related to the reproduction of a *habitus precarious* as the cause last of the "inadequacy" of this group to the association.

Key Words: Habitus Associations. Practices Associations: participation democratica, solidarity. Habitus Precarious

RÉSUMÉ

Et objectif dans cette thèse est l'étude des tensions et distensões dans laquelle il donne les processus de construction d'un habitus associations, à partir d'une étude comparative entre deux expériences associatives des éboueurs dans Paraíba: L'Association des travailleurs Materials Recicláveis de João Pessoa (Astramare) et La Coopérative des travailleurs Materials Recicláveis de Campina Grande (Cotramare). Penser les tensions dans les organisations et distensões association est remise en question comme des «habitus volontaire» tend à être imbricado pratiques de la vie quotidienne, individuelle ou collective? Donc, la recherche spécifiquement: identifier si la structure associative et / ou de la coopérative permet non seulement de répondre à la demande sociale et la participation démocratique des membres; comprendre comment catadores position est associée et d'interpréter cette expérience ou l'expérience de travail bénévole, ainsi que ses principes directeurs (Self, participation, solidarité, etc.), Exprimé dans les pratiques quotidiennes et les représentations symboliques révélant des significations et des visions; vérifier les effets des crédits par le membre, dans le sens d ' "appartenance" et d'une identité associée à votre organisation un L'expérience que la situation sociale est défavorable, les conditions normalement requises pour associativitade ou à la construction d'habitus volontaire, et comment ils perçoivent le changement (contingence). Pour atteindre ces objectifs, les techniques utilisées pour la méthodologie de recherche qualitative (observation, interview sous ses diverses formes, de questionnaires et de focus group), tandis que pour le traitement des données, utilisé la contribution quantitative de la méthodologie à travers le programme statistique SPSS (moyenne arithmétique , La corrélation et la variance) contribuer à la réinterprétation des observations qualitatives. Les résultats de recherche que défi pour la construction d'un habitus associative être liés à la reproduction d'un habitus précaire comme la cause de la dernière «insuffisance» de ce groupe à l'association.

Mots-Clés: Habitus Associations. Pratiques Associations: participation démocratique, solidarité. Habitus précaire.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Classificação do Lixo 56

Quadro 2 - Principais Métodos de Disposição e Redução dos Resíduos Sólidos 57

Quadro 3 – Amostra dos entrevistados 83

Quadro 4 – Tipos de questionários aplicados 88

Quando 5 – Cooperativas e Associações de Catadores de lixo da Paraíba 93

Quadro 6 – Contabilidade da Astramare 107

Quadro 7 – Infra-Estrutura da Astramare 109

Quadro 8 - Quadro referente às receitas (comercialização) do Aterro Sanitário 120

Quadro 9 – Critérios utilizados para escolha dos candidatos à Direção (representantes) da Cotramare 132

Quadro 10 – Balanço Mensal da Cotramare 138

Quadro 11 – Infra-Estrutura da Cotramare 139

Quadro 12: Características Sócio-Demográficas da Amostra dos (as) Entrevistados (as) 169

Quadro 13 – Por que o (a) Entrevistado (a) é catador (a) 174

Quadro 14 – Condições de trabalho, produção e comercialização dos (as) Associados (as) Entrevistados (as) 185

Quadro 15 - Visão dos (as) Entrevistados (as) Acerca do Papel da Associação/Cooperativa Em Suas Condições de Vida 192

Quadro 16 – Posicionamento dos (as) Entrevistados Sobre sua Participação na Organização 200

Quadro 17 – Explicação do (a) Entrevistado (a) Acerca do Funcionamento da Organização 219

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 01-	Entrevista com grupos de catadoras da Astramare (2005)	83
Foto 02-	Catadores (Astramare) durante o curso de formação/1988.	98
Foto 03-	Galpão de triagem do antigo lixão do Róger-João Pessoas (Julho de 2006)	100
Foto 04-	Catadoras associadas da Astramare selecionado os resíduos na esteira mecânica-2005	111
Foto 05-	Associados (as) da Astramare: aguardam o pagamento dos salários (no sábado).	122
Foto 06-	Galpão de prensagem e armazenamento de materiais da Cotramare (agosto de 2006)	126
Foto 07-	Representantes da Diretoria da Cotramare, durante entrevista.	133
Foto 08-	Catadores (Cotramare) "garimpando" no lixão de Campina Grande-PB (2006)	143
Foto 09-	Caminhão de um sucateiro com materiais comercializados com a Cotramare.	152
Foto 10-	Catadores (Cotramare) aguardam o caminhão de coleta no lixão.	186

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico I – Cadeia Produtiva da Reciclagem 64

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	**Principais indicadores do estado da Paraíba**	92
Tabela 02	**(Correlações): Participação em algum curso sobre associativismo (curso) por significado de trabalhar de forma solidária (sigsol)**	231
Tabela 03	**(Correlações): Se o (a) entrevistado (a) tem entendimento dos direitos e deveres dos associados por significado de trabalhar de forma solidária**	232

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável – Belo Horizonte

ASPAN – Associação Pernambucana de Defesa da Natureza

ASTRAMARE – Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável – João Pessoa

CAEC - Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem

CIV – Companhia Industrial de Vidros

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

COOPAMARE – Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel e Papelão – São Paulo

COTRAMARE – Cooperativas dos Trabalhadores de Material Reciclável – Campina Grande

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

EMLUR – Empresa Municipal de Limpeza Urbana/ João Pessoa

FAC/PB – Fundação de Ação Comunitária da Paraíba

FMLC – Fórum Municipal Lixo e Cidadania/Campina Grande

FNLC – Fórum Nacional Lixo & Cidadania

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MARYKNOLL – Movimento Missionário dos EUA

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável

MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego

3Rs – Reduzir, Reutilizar e Reciclar

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

PET - Plástico Polietileno

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresa/PB

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	17
2	**CAPÍTULO II - APONTAMENTOS SOCIOLÓGICOS PARA REFLETIR AS ORGANIZAÇÕES NA ATUALIDADE**	24
2.1	A SOCIALIZAÇÃO COMO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO *HABITUS ASSOCIATIVO*	26
2.1.1	***O Habitus Associativo como Princípio Estruturador de Práticas Associativas***	27
2.2	AS RECENTES REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS EM TORNO DO COOPERATIVISMO	32
2.3	PRINCIPAIS VERTENTES INTERPRETATIVAS DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO	38
2.3.1	***O Cooperativismo Como Instrumento do Desenvolvimento Econômico Brasileiro***	39
2.3.2	***O Cooperativismo Como Instrumento de Mudança Social***	41
2.3.3	***O Cooperativismo Como Instrumento de Uma Nova Ética Societária***	46
2.3.3.1	*"Habitus precário"* e tensão na construção do *"Habitus associativo"*	48
3	**CAPÍTULO III - DELIMITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO**	54
3.1	A QUESTÃO DO LIXO: ENQUANTO PROBLEMA E SOLUÇÃO AMBEINTAL	55
3.2	A RECICLAGEM: UMA "SOLUÇÃO" PARA O PROBLEMA DO LIXO	59
3.2.1	***Elos da Cadeia de Reciclagem***	64
3.3	A CONSTRUÇÃO DO OBJETO	71
4	**CAPÍTULO IV – TRAJETÓRIAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA DE CAMPO**	
4.1	CONFIGURAÇÃO DA PESQUISA	74
4.2	PROCEDIMENTOS TÉCNICOS PARA COLETA DOS DADOS	76
4.3	PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS	89
5	**CAPÍTULO V – A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (ASTRAMARE/PB)**	91

5.1	INTRODUZINDO: O PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS NA PARAÍBA	91
5.2	A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DE JOÃO PESSOA (ASTRAMARE*)*	95
5.2.1	***Identificação***	96
5.2.2	***Breve histórico – processo de formação***	97
5.2.3	***Estrutura da Associação***	102
6	**CAPÍTULO VI – A COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (COTRAMARE/PB)**	125
6.1	IDENTIFICAÇÃO	126
6.2	BREVE HISTÓRICO – PROCESSO DE FORMAÇÃO	128
6.3	ESTRUTURA DA COOPERATIVA	130
7	**CAPÍTULO VII – TENSÕES E DISTENSÕES NA CONSTRUÇÃO DO HABITUS ASSOCIATIVO: ANÁLISE COMPARATIVA EM DUAS EXPERIÊNCIAS DE CATADORES DE LIXO NA PARAÍBA**	165
7.1	CARACTERIZAÇÃO DOS (AS) COTADORES (AS) ENTREVISTADOS (AS) DA ASTRAMARE E DA COTRAMARE	167
7.2	POSICIONAMENTOS DOS (AS) ENTREVISTADOS (AS) SOBRE SUAS VIVÊNCIAS NA ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA	185
7.2.1	***Posicionamentos dos (as) entrevistados (as) quanto às condições de trabalho***	186
7.2.2	***Posicionamentos dos (as) entrevistados (as) quanto à comercialização***	190
7.2.3	***Posicionamentos dos (as) entrevistados sobre a influência da associação/cooperativa em suas vidas***	191
7.3	AS TENSÕES DISTENSÕES NA CONSTRUÇÃO DO HABITUS ASSOCIATIVO	196
7.3.1	***Posicionamentos dos (as) entrevistados (as) quanto à sua participação na entrega da produção***	200
7.3.2	***Posicionamentos dos (as) entrevistados (as) quanto à sua participação nos processos decisórios da cooperativa/associação***	206

7.4 HÁBITUS PRECÁRIO E AS TENSÕES E DISTENSÕES NA CONSTRUÇÃO DO *HABITUS ASSOCIATIVO* 216
8 CONCLUSÃO 234
REFERÊNCIAS 239
APÊNDICES 253
APÊNDICE A – Resumo das observações (Diário de Campo) realizadas 254
APÊNDICE B - Registros de observações pertinente aos eventos, seminários, congressos e etc. dos catadores 256
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista 258
APÊNDICE D – Questionário 01-A 259
APÊNDICE E – Questionário 01-B 265
APÊNDICE F – Questionário 02-A 271
APÊNDICE G – Questionário 02-B 275
APÊNDICE H 280
APÊNDICE I 281
ANEXOS 282
ANEXO A – Carta de Brasília 283
ANEXO B – Carta Aberta 285
ANEXO C – Relação dos principais tipos de matérias recicláveis 286

1 INTRODUÇÃO

> "O que não é, porém, possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto. As puras ilusões são os sonhos falsos de quem, não importa que pleno ou plena de boas intenções, faz a proposta de quimeras que, isso mesmo, não podem realizar-se." (Paulo Freire, Carta do direito e do dever de mudar o mundo).

Entre as diversas formas de reinvenção de alternativas de produção não capitalista na atualidade, o cooperativismo ressurge não somente como alternativa de inclusão econômica e social, mas também como desafio de uma nova ética societária, com possibilidade de construir uma subjetividade, resistente, recriadora de valores e autorregulada. Nessa perspectiva, o cooperativismo ressurge como projeto societário fundamentado na preservação de sua identidade cooperativa[1], isto é, daquele conjunto de princípios e valores específicos: ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia.

A questão de construção identitária, ou de uma cultura de cooperação[2] em organizações associativas torna-se crucial por se diferenciar do processo identificatório de empresas heterogeridas. Ou seja, nas organizações autogeridas, busca-se construir uma identidade coletiva, autonomia dos trabalhadores, e um conjunto de normas e valores que devem ser interiorizadas, sem possibilidade de reflexão e crítica. Desta forma, não se pode falar de um processo harmônico e homogêneo de construção identitária por parte dos sujeitos trabalhadores nas organizações associativas. "Existem uma pluralidade e diversidade de identificações com o projeto cooperativista, tendo esses sujeitos que enfrentar e tratar muitos conflitos e problemas [...]" (TRAJANO; CARVALHO, 2003, p.175).

Pires (2004, p.39) chama atenção para a questão da reavaliação da identidade do cooperativismo, cujas circunstâncias demonstram a sobreposição dos valores do mercado diante

---

[1] Estamos nos referindo à Declaração sobre a Identidade Cooperativa adotada em Assembleia Geral pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1995; e na posição da ACI, aprovada em 18 de abril de 2002, que reforçava em sua forma original os **valores e princípios cooperativos**, constituídos na **"Declaração da Identidade Cooperativa"** (grifos nossos).

[2] Segundo Schein (2001), a cultura da cooperação deve ser compreendida como a incorporação de valores e princípios subjacentes ao sistema cooperativo.

dos valores éticos e morais do movimento. Contudo, esse conjunto de valores e princípios serve como marca distintiva de outras formas de organização e de preservação de sua identidade, tratando-se, portanto, de um conjunto de regras as quais podem ser estendidas a uma diversidade de atividades produtivas.

É justamente neste ponto que surge uma inflexão. Embora o conjunto de valores e princípios subjacentes ao associativismo remeta à uniformização de regras (fundamental para a preservação da identidade cooperativa), isto não implica que tais valores e princípios possam ser estendidos aos mais diversos setores. Daí, nossa reflexão caminhar no sentido de questionar a possibilidade de extensão de um conjunto de valores e princípios àqueles grupos sociais que buscam se organizar sob a forma associativa de trabalho.

Schmidt e Perius (2003, p.66) nos mostram que a questão da subjetividade e da objetividade inerente às organizações cooperativas está no fato de a entidade cooperativa apresentar "uma dupla" (aspas dos autores) natureza. De um lado, ela possui uma dimensão empresarial, ou seja, toda cooperativa, além de ser uma associação, é, também, uma empresa a serviço de seus membros. Trata-se, na opinião dos autores citados, de "uma empresa peculiar, de propriedade dos associados, na qual devem atuar com participação e direitos específicos". E, como tal, é uma estrutura administrativa e técnica, cuja própria sobrevivência econômica depende de uma busca constante de eficiência e de eficácia para gerenciar, para garantir sua inserção no mercado e de ser também eficiente nas relações intercooperativas, bem como na construção de redes de negócios cooperativos. Por outro lado, trata-se de uma empresa cuja conotação social não pode ser uma mera referência retórica sob pena de um esvaziamento do próprio termo cooperativo. Em sua dimensão social, trata-se de um empreendimento não apenas financiado, administrado coletivamente pelos associados, pois existe, sobretudo, uma importante dimensão de valores compartilhados (participação, solidariedade, ajuda mútua) coletivamente em torno de um projeto comum.

Portanto, a identidade cooperativa não se materializa apenas nos sete princípios cooperativos (adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, etc.), mas também nos valores cooperativos (autoajuda, responsabilidade individual, democracia, igualdade, equidade e solidariedade). Tais valores devem ser a base do comportamento dos associados, isto é, da estrutura social e objetiva, também no plano subjetivo.

Não se pode negar a inter-relação existente entre as condições sociais de existência e as práticas individuais (atitudes e comportamentos) daí gerados. Acreditamos que a interpenetração das dimensões objetivas e subjetivas pode ser apreendida pela utilização da noção *habitus* de classe, elaborada por Bourdieu[3]. Nesta perspectiva, a noção de *habitus* é tomada como princípio mediador de correspondência entre práticas individuais e condições sociais de existência. Ou seja, nas palavras de Jessé de Souza (2003a, p. 44), "O habitus seria, portanto, um esquema de conduta e comportamento que passa a gerar práticas individuais e coletivas". Logo, consideramos que o *habitus associativo* (itálico nosso) pressupõe a incorporação de um conjunto de valores (ideais e morais) e princípios os quais devem orientar as ações e o comportamento dos indivíduos na experiência associativa.

Neste contexto, outra questão nos surge: analisar o estado de tensões e distensões nas organizações associativas é questionar como o "*habitus associativo*" tende a estar imbricado nas práticas cotidianas individuais ou coletivas.

O *habitus* pode ser percebido como um esquema de condutas e comportamentos que gera práticas individuais e coletivas relacionadas a um *campo* (BOURDIEU, 1996). Assim, o *habitus* é o elemento que confere às práticas sua relativa autonomia em relação às determinações externas do presente imediato (SOUZA, 2003a, p.44). Logo, o *habitus associativo* constitui-se num sistema de esquemas adquiridos, de percepção e de ação interiorizados pelos indivíduos que funcionam no nível prático, em determinado espaço/campo – espaço associativo.

No entanto, como tais condições variam muito em tempo e lugares diferentes, no que diz respeito às experiências associativas dos catadores de lixo no Brasil, alguns estudos tentam relativizar a possibilidade de distinguirem níveis mais amplos de explicações para os insucessos ou êxitos destas.

Assim, o incentivo e o fortalecimento do associativismo entre os catadores dependeriam da contribuição ou apoio do poder público (ROMANI, 2004), ou do baixo nível de instrução ou de educação dos catadores, e a ausência de tradição em organização, por parte deste grupo, dificultaria a viabilidade e autossustentabilidade econômica das associações (GRIMBERG;

---

[3] Conforme as posições que o indivíduo vai ocupando no campo social, ele se relaciona com um conjunto diverso de instituições que mediam os processos de introjeção dos valores sociais que compõem o seu *habitus* (BOURDIEU, 1996, p.21).

TUSZEL; GOLDFARB, 2004; MAGERA, 2003); também a falta de confiança e o baixo grau de associativismo entre os catadores explicariam a sua dificuldade de organização (BURSZTYN, 2000), além da estrutura econômica que alimenta o mercado de reciclagem mantendo as cooperativas à margem deste (MAGERA, 2003); finalmente, a dificuldade de aumentar a produtividade de forma a possibilitar um incremento mais significativo da renda dos associados, sem que isso resulte em competitividade no interior dos grupos (GRIMBERG; TUSZEL; GOLDFARB, 2004).

Bourdieu (1989) observou, ainda, que o *habitus* não se constitui num fenômeno inteiramente acabado, uma vez que evolui, ajustando-se às mutáveis condições de realização da ação, podendo até mesmo surgir situações de descompasso entre determinado *habitus* formado num momento anterior da história e das condições presentes da ação. Esse descompasso gera tensões no ajustamento do *habitus* às novas circunstâncias sócio-históricas da produção das ações.

No caso específico dos catadores de lixo, a adaptação à organização associativa exigia uma disposição determinada. Os catadores participavam de um universo econômicossocial que tinha sua lógica própria e que lhes permitia realizar uma forma de adaptação àquelas condições. Consequentemente, adotavam práticas correspondentes.

Lembramos Jessé de Souza[4] ao se referir a uma massa de "inadaptados" (aspas nossas). Segundo seus argumentos, essa "massa de inadaptados" era resultado do chamado *habitus precário*, conceito construído a partir de sua síntese entre Bourdieu e Taylor. Ou seja, o *habitus precário* traduziria, assim, um tipo de padrão comportamental que afastaria os indivíduos e os grupos dos padrões utilitários oriundos do universo mercantil, inviabilizando um moderno reconhecimento social do significado de ser "produtivo" (aspas do autor) na sociedade capitalista, especificamente nas periféricas.

No caso particular das experiências analisadas neste trabalho, a reprodução do *habitus precário* seria a causa última da "inadaptação". Ou seja, aqueles indivíduos pareciam não dispor de um conjunto de sentimentos (respeito, honra, confiança, solidariedade) os quais devem sustentar a experiência de estar num projeto coletivo e de pertencer-lhe. Parafraseando Chanial

[4] A apropriação dos argumentos de Jessé Souza não indica total aceitação das suas formulações teóricas. Posteriormente retomaremos tal questão.

(2004), tais conjuntos de sentimentos concretos devem ser experimentados por cada indivíduo nos chamados “grupos primários” (família, vizinhança, amizade e comunidade).

Daí, poderíamos argumentar que os desafios postos às organizações associativas de catadores, particularmente nos dois casos aqui analisados, encontrariam suas raízes no chamado “déficit de socialização”, condição necessária para sustentar e fortalecer um processo democrático, participativo e autogestionário nestas organizações. Nesta perspectiva, seria possível falar de uma situação de tensão na construção de um *habitus associativo*?

Em alguns estudos sobre processos associativistas, as apreciações em torno das interpretações predominantes se centram na valoração das qualidades e capacidades organizativas, correspondendo a momentos particulares dos estudos organizacionais com predomínio das teorias administrativas nas explicações dos êxitos ou fracassos. Desde já, buscamos neste estudo a possibilidade de compreender os processos associativos numa dimensão distintiva.

Mais precisamente, sugerimos que um novo recorte, pautado em experiências associativas as quais vivenciam processos de tensão e distensão, deve ser capaz de revelar a situação real dos agentes em jogo, bem como as disposições destes agentes diante de tais experiências.

Logo, o presente trabalho situa-se no âmbito particular de uma sociologia do cooperativismo. É importante assinalarmos que cooperativismo e associativismo se complementam, pois, conforme Oliveira (1982), uma cooperativa nasce de uma associação entre pessoas, e sua continuidade depende dessa forma de organização. Nesta perspectiva,

> Concebe-se a cooperativa, então como associação e empresa, com base na cooperação. Associação, porque constitui a reunião de pessoas que trabalham juntas, livremente e com o mesmo objetivo. Empresa, porque representa a conjugação dos fatores de produção; trabalho, capital, administração, tecnologia e natureza [...]. Destacam-se, as duas dimensões: econômica e social que caracterizam a cooperativa. (LIMBERG, 1985, p. 09 apud OLIVEIRA, 1986, p. 158).

Assim, nosso objetivo é analisar as tensões e distensões na construção de um *habitus associativo*, a partir de um estudo comparativo entre duas experiências associativas de catadores de lixo na Paraíba: A Astramare (João Pessoa) e a Cotramare (Campina Grande). Mais especificamente, procuramos:

a) identificar as condições de organização e funcionamento (estrutura) das organizações;

b) constatar se a estrutura da associação ou da cooperativa permite atender não somente às demandas sociais e econômicas, mas também a participação democrática dos associados;

c) caracterizar o perfil socioeconômico dos associados pertencentes às organizações;

d) identificar como os catadores associados compreendem, agem, reagem e compartilham valores e princípios, isto é, posicionam-se diante da experiência/vivência de um trabalho associativo, expressa nas práticas diárias individuais e coletivas;

e) verificar os efeitos e as apropriações, por parte do associado, no sentido do "pertencimento" e de uma identidade associada à sua organização, numa experiência em que a situação social encontra-se desfavorável às condições normalmente necessárias à associatividade, e como eles percebem a mudança de contingência.

A tese encontra-se composta por seis capítulos, além desta Introdução, a saber:

Capítulo II: "Apontamentos sociológicos para refletir sobre as organizações associativas na atualidade", cuja finalidade foi explorar as possibilidades de diálogos conceituais dentro da sociologia para refletir os processos associativos na atualidade. Neste contexto, lançamos mão de reflexões de procedência teoricometodológica, distintas no âmbito da sociologia, na tentativa de apreender e reunir argumentos acerca do objeto estudado.

Capítulo III: "Delimitação e construção do objeto de pesquisa", em que buscamos contextualizar as dimensões que permeiam ou estão subjacentes ao objeto de estudo; ao mesmo tempo, apresentamos as trajetórias na construção do trabalho, bem como as indagações teóricas e práticas que foram surgindo no decorrer da pesquisa.

Capítulo IV: "Trajetórias metodológicas da pesquisa de campo". Apresentamos, neste capítulo, nossa trajetória na pesquisa de campo e os principais procedimentos metodológicos utilizados, sobretudo, de que forma e porque lançamos mão de certas técnicas de coleta de dados.

Capítulos V e VI: Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis (Astramare.PB) e Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis (Cotramare.PB), em que, respectivamente, buscamos descrever e analisar a dinâmica interna destas organizações, procurando compreender as coerências e/ou as contradições que existem entre seus objetivos manifestos e sua organização. Ou seja, buscamos identificar as dificuldades enfrentadas para garantir os objetivos comuns, bem como as disposições dos associados na construção do *habitus associativo.*

Capítulo VII: “Tensões e distensões na construção do *habitus associativo*: análise comparativa em duas experiências associativas de catadores lixo na Paraíba”. Nosso objetivo foi identificar a possibilidade do “*habitus associativo*” estar imbricado nas práticas cotidianas dos catadores associados, bem como a influência das suas disposições na apreensão e prática da identidade cooperativa.

Na conclusão, sistematizamos os principais resultados obtidos na pesquisa, no que tange às tensões vivenciadas naquelas experiências associativas; ao mesmo tempo, indicamos possíveis caminhos para superação dessas tensões, cuja proposta reside numa discussão para implantação de uma rede de incubadoras de cooperativas voltadas exclusivamente para o fortalecimento das organizações associativas de catadores de lixo.

CAPÍTULO 02 - APONTAMENTOS SOCIOLÓGICOS PARA REFLETIR SOBRE AS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS NA ATUALIDADE

VERDADE

A Porta da Verdade estava aberta,
Mas só deixava passar
Meia pessoa de cada vez.
Assim não era possível atingir toda a Verdade,
Porque cada metade trazia o perfil
da meia verdade
E sua segunda metade
Voltava igualmente com meio perfil
E os meios perfis não coincidiam.
Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
Onde a Verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
Diferentes uma da outra.
Chegou-se a discutir qual a metade era mais bela,
Nenhuma das duas partes era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
Seu capricho, sua ilusão, sua miopia.
(Carlos Drummond de Andrade)

O êxito das organizações associativas está relacionado à sua indissociável dupla dimensão: empresa e associação. De um lado, por ser um empreendimento econômico administrado coletivamente, requer dos seus associados um comportamento empresarial; do outro, exige um compartilhar de conjunto de valores (participação democrática, solidariedade, ajuda mútua) por seus membros. Daí, nossa primeira reflexão, anteriormente exposta, foi questionar a possibilidade de os diversos grupos sociais se ajustarem às exigências, ou seja, às normas e exigências específicas que caracterizam tanto o funcionamento da organização quanto o comportamento dos associados na prática.

Nesta perspectiva, nossa postura neste estudo é a de seguirmos a sistematização das chamadas teorias "construtivistas estruturalistas[5]" pelos esforços de reorientarem o velho problema da relação entre indivíduo e sociedade, entre subjetivismo e objetivismo.

[5] Consideradas como "teorias construtivistas" ou "teorias da estruturação", tais teorias não se constituem numa nova escola, ou numa corrente homogênea, tanto do seu ponto de vista teórico quanto metodológico, Trata-se, em primeiro

As teses construtivistas convergem, no sentido de identificar as realidades sociais como sendo objetivadas e interiorizadas. Ou seja, por uma parte, as realidades sociais remetem a mundos objetivados (regras, instituições etc.) exteriores aos agentes, as quais funcionam como condições limitantes e como ponto de apoio para a ação; e, por outra, inscrevem-se em mundos subjetivos e interiorizados, constituídos, principalmente, por formas de sensibilidade, de percepção, de representação e de conhecimento. Neste espaço dinâmico, podemos situar tanto o *habitus* de Nobert Elias (concebido como "estrutura interior da personalidade"), como o *habitus* de Bourdieu (concebido como "esquema e disposição), a "consciência prática" de Anthony Giddens e a "sociedade interiorizada" de Peter Berger e Thomas Luckman.

Os construtivistas diferem, entre outras coisas, em maior ou menor grau, pelo peso atribuído à estrutura e/ou à ação, na maneira de conceber a relação entre conhecimento científico e conhecimento ordinário, na concepção da historicidade, e na maior ou menor consistência imputada à identidade dos atores sociais, e finalmente no papel outorgado à reflexividade epistêmica na construção do objeto sociológico.

Portanto, a apreensão da noção de *habitus* de Bourdieu tornou-se central para pensarmos a combinação de vários fatores que vão formar a lógica da situação em questão: as tensões e distensões vivenciadas nas experiências associativas de catadores de lixo na construção de um *habitus associativo*.

Outra apreensão importante foi o conceito de *habitus precário* operacionalizado por Jessé de Souza, que nos possibilitou refletir se o processo de tensão e distensão vivenciado nas experiências associativas aqui analisadas seria resultado da reprodução de um *habitus precário*, ou seja, a causa última da dificuldade de adaptação do grupo ao associativismo.

Outras reflexões de procedência teoricometodológica distinta no âmbito da sociologia foram apreendidas, na tentativa de reunir argumentos acerca do objeto estudado, já que "cada verdade", conforme poetiza Drummond, "traz o perfil da meia verdade". Temos consciência das

---

lugar, de superar os paradoxos conceituais que a sociologia tem herdado da velha filosofia social, como as oposições entre idealismo e materialismo, entre sujeito e objeto, entre o coletivo e o individual. Em segundo lugar, e em termos mais positivos, se trata de apreender as realidades sociais enquanto construções históricas cotidianas dos atores individuais e coletivos. Construções que tendem a subtrair-se da vontade clara e ao controle destes mesmos atores. A importância da historicidade refere-se ao menos em três aspectos: primeiro, o mundo social se constrói a partir do já construído no passado; segundo, as formas sociais do passado são reproduzidas, apropriadas e transformadas em práticas e as interações da vida cotidiana dos atores; e finalmente, este trabalho cotidiano sobre a herança do passado abre um campo de possibilidades no futuro (CORCUFF, 1995, p.17).

limitações deste estudo – "da nossa miopia" -, consequentemente das lacunas e falhas que deverão surgir quanto ao escopo e alcance desta pesquisa.

2.1 A SOCIALIZAÇÃO COMO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO *HABITUS ASSOCIATIVO*

Pensar a relação entre indivíduo e sociedade a partir da categoria *habitus*, segundo Setton (2002), implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O *habitus* é uma subjetividade socializada. Na perspectiva do autor, o *habitus* é um conceito que pode conciliar posição aparente entre a realidade exterior e as realidades individuais. Em outros termos, o *habitus* remete a "uma análise relacional que enfatiza o caráter de interdependência entre individuo e sociedade". (SETTON, 2002, p.63).

Por sua vez, para Dubar (2005), apreender a socialização como incorporação do *habitus* é algo problemático, por fazer da socialização um processo biográfico da incorporação das disposições sociais oriundas não somente da família e da classe de origem, como do conjunto dos sistemas de ação atravessados pelo indivíduo no decorrer de sua existência[6], muito embora, considere que a teoria de Bourdieu, de certa forma, explicaria uma "forma de socialização que decerto permanece amplamente majoritária (a reprodução das posições relativas e das disposições vinculadas a essas posições), mas que não é a única causa". (DUBAR, 2005, p. 95).

Neste sentido, como princípio gerador das práticas dos sujeitos sociais, o *habitus*, tal como a identidade, adquire-se através dos processos de identificação característicos da chamada socialização primária, mediante a familiarização com práticas e espaços (campos) em que são produzidos os mesmos esquemas gerativos. De acordo com Bourdieu (2004), em cada posição que o indivíduo vai ocupando no campo social, ele se relaciona com um conjunto diverso de instituições que medeiam os processos de introjeção dos valores sociais que compõem o *habitus*.

---

[6] Tal noção "implica uma relação histórica de causa entre o passado e o presente, entre a história vivida e as práticas atuais, mas essa causalidade é probabilística: exclui toda determinação mecânica dos momentos seguintes por um momento privilegiado. Quanto mais os pertencimentos sucessivos ou simultâneos forem múltiplos e heterogêneos, mais se abrirá o campo do possível e menos se exercerá a causalidade de uma probabilidade (DUBAR, 2005, p.94).

Berger e Luckmann (1985), a esse respeito, nos mostram que os indivíduos, nas diversas experiências de sociabilidade, ou seja, de interação com as instituições, processam uma incorporação de valores ordenados, ou seja, um universo de significações construído coletivamente a partir da interação, os quais farão parte das suas disposições identitárias[7].

Assim, para estes autores, a socialização nunca é total nem terminada. Por isso, eles dão lugar importante à socialização secundária que pressupõe um processo prévio de socialização primária de um eu formado anteriormente e de um mundo já internalizado. Dessa forma, a socialização secundária pode ser definida inicialmente como a interiorização de subdivisões de mundos institucionais especializados e aquisições de saberes específicos e de papeis que se encontram ancorados na divisão do trabalho.

Sobre o processo prévio de socialização primária, Chanial (2004, p. 24) sustenta que é no interior dos grupos primários que se realiza "o processo de socialização e de individualização, mas, igualmente, pela experiência familiar dessas associações primárias que se desenvolvem todos os ideais morais". Portanto, os princípios democráticos de liberdade, igualdade e solidariedade constituem-se em um conjunto de sentimentos concretos que devem ser experimentados por cada indivíduo dentro dos grupos primários. Então, "uma verdadeira democracia seria para Cooley a generalização e a universalização dos ideais primários, os quais são postos em prática nos pequenos grupos" (COOLEY, 1969, p. 119 apud CHANIAL, 2004, p.25).

2.1.1 O *Habitus Associativo* como Princípio Estruturador de Práticas Associativas

Desde as suas primeiras definições, o *habitus* é explicado por Bourdieu, a partir de dois princípios: de "disposição" e de "esquema"[8]. O termo disposição, que compõe o *habitus*, permite

[7] A socialização se define, antes de tudo, pela imersão dos indivíduos no que eles denominam de "mundo vivido", que é ao mesmo tempo um "universo simbólico e cultural" e um "saber sobre esse mundo" (BERGER; LUCKMANN, 1988, p.176-177, aspas dos autores).

[8] Portanto, formulada em um contexto específico, a noção de *habitus* de Bourdieu (1980), adquire um alcance universal, tornando-se um instrumento conceitual, ao permitir examinar a coerência das características mais diversas dos indivíduos dispostos às mesmas condições de existência. Bourdieu vai reter da ideia escolástica do *habitus* enquanto sistema de "disposições duráveis", que funcionam como esquemas de classificação para orientar as

à realidade objetiva, em suas várias dimensões, exercer sobre o indivíduo o processo de interiorização da exterioridade.

O *habitus* seria um "sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais terna infância" (SOUZA, 2003a, p.43-44). Neste sentido, as disposições do *habitus* são, em certa medida, "pré-adaptadas" às suas demandas. Logo, não são nem mecânicas, nem determinísticas. São plásticas, flexíveis. Podem ser fortes ou fracas. As disposições do *habitus* refletem o exercício da faculdade de ser condicionável como capacidade natural de adquirir capacidades não-naturais e arbitrárias, e funcionam, conforme Bonnewitz (2003), como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão.

Para Bourdieu (2004, p.158), o *habitus* é, ao mesmo tempo, "um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi constituído". O sentido prático implica o encontro entre um *habitus* e um campo social, isto é, entre a história objetivada e a história incorporada.

É precisamente neste ponto, de acordo com Souza (2003a), onde Bourdieu vê a possibilidade da constituição de um senso comum como efeito da harmonização entre o sentido prático levada a cabo pelo *habitus*. Ou seja, sendo produto de um conjunto de regularidades objetivas, o *habitus* tende a gerar uma série de comportamentos "razoáveis" e de "senso comum" que são possíveis dentro dessas regularidades. Neste sentido, "o habitus é o passado tornado presente, a história tornada corpo, portanto, 'naturalizada' e 'esquecida' de sua própria gênese" (SOUZA, 2003a, p.44).

Logo, um novo recorte analítico, o qual tem por base experiências associativas onde as tensões sobrepõem-se às distensões, deve revelar a situação real dos agentes em jogo, bem como suas disposições, no sentido de Bourdieu, para tais experiências. O *habitus associativo* surge como um "a priori" (aspas nossas) que está instituído, tratando-se de sentidos intersubjetivamente

---

valorações, percepções e ações dos agentes sociais. Dessa forma, o *habitus* – história incorporada pelo ator social por meio de sua inserção em diferentes espaços sociais – constitui uma matriz de percepção, de apreciação e de ação que se realiza sob determinadas condições sociais. Ele informa a conduta do ator, suas estratégias de conservação e/ou de transformação das estruturas que estão no princípio de sua produção. Logo, o *habitus* é um "sistema de disposições duráveis e transferíveis, estruturas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente "reguladas" e "regulares", sem ser o produto da obediência a regras, sendo coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente".

compartilhados e moralmente vinculantes, os quais alimentam uma atitude vital, parafraseando Etxegibel (2003), "um *ethos* cooperativo", e que, ao ser praticado, torna-se instituidor. Nesta perspectiva, conforme Souza (2003a), o *habitus associativo* exige igualmente de cada um, "a igual generalização das pré-condições sociais" necessárias e exigíveis ao projeto associativo.

Os ideais morais do *habitus associativo*, lembrando Cooley (1963) apud Chanial (2004, p. 24-35), desenvolvem-se nos chamados grupos primários, os quais se caracterizam por relações de cooperação e de associação face a face. Ou seja, os grupos primários desempenham um papel fundamental tanto na formação da identidade social dos indivíduos quanto nas relações sociais que se desenvolvem a partir daí.

Nestes grupos, "o indivíduo aprende a subordinar seu interesse pessoal ao interesse comum e, por isso, eles lhe oferecem sua primeira e mais completa experiência da unidade social e moral"; é também neles onde se desenvolve a cultura democrática, conforme sugere John Dewey (1997 apud CHANIAL, 2004, p. 35), sobretudo da democracia como participação associativa.

Albuquerque (2003, p.15) nos lembra que o associativismo se apresenta com um conjunto de "práticas sociais datadas e localizadas historicamente, que propõe a autonomia do – 'nós'-, qualificando a cooperação entre pessoas". Este conjunto de práticas sociais tem por base a pluralidade, a reciprocidade, a confiança e o respeito mútuo. Desse modo, o associativismo implica um modo de agir coletivo, segundo o qual os princípios da ação social se formam na experiência concreta, e sinaliza um conjunto de ações realizadas por pessoas mobilizadas, a partir de um projeto.

Esse modo de agir coletivo em torno de um objetivo comum encontra-se calcado naqueles valores e princípios - identidade cooperativa[9] – os quais devem regular as práticas em qualquer cotidiano de todas as organizações cooperativas, se estes são aceitos, porém não são

[9] O núcleo da identidade cooperativa é constituído pelos princípios cooperativos. Os princípios, de fato, continuam a ser o seu elemento nuclear, mas essa identidade depende agora dos valores cooperativos e de uma definição concreta de cooperativa. As cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer suas aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais (SCHMIDT; PERIUS, 2003). Assim, a noção de cooperativa é como que uma cristalização sintética do essencial desses princípios. De fato, nessa atmosfera, destacam-se, em primeiro plano, os valores que devem ser a base do comportamento das cooperativas, enquanto organizações: auto-ajuda, responsabilidade individual, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Completam-na os valores éticos dos cooperadores em si próprios: honestidade, transparência, responsabilidade social e altruísmo.

determinantes para seu funcionamento nem para sua inserção econômica e social. A aceitação formal destes valores e princípios não implica que as cooperativas ou associações os cumpram para seu funcionamento. Conseqüentemente, cria-se uma ambiguidade e uma dicotomia: são aceitos formalmente os compromissos regulatórios, porém não há disposição para cumpri-los ou a possibilidade de fazê-lo.

Desse modo, a prática associativa implica tanto na participação quanto na administração da empresa (associação ou cooperativa) pelos próprios associados. Contudo, o caráter democrático está em poder propiciar a todos igual oportunidade, não apenas de manifestar-se no processo de gerência dos negócios, mas também na simples modalidade de sua gestão. Em termos sociológicos, não se pode conceber a autogestão apenas como uma idéia ou como forma de organização social,

> Isso porque, agindo ao nível do funcionamento de uma instituição e no domínio do campo das decisões, necessariamente ela deve estar ligada às relações de classe e essas são sempre relações de conflito. Logo, a autogestão só vai se realizar em condições democráticas plenas de admissão de esferas de oposição e contestação. (ARAÚJO, 1982, p.75).

Assim, a questão da autogestão estaria associada ao planejamento, porque é impossível conceber-se manifestações de autogestão em qualquer organização fora do âmbito de um "planejamento democrático" (aspas da autora). Embora, carregue aspectos contraditórios dentro de si, pois só desse modo se realiza, a autogestão atende às formas democráticas de planejar as ações, por um lado, e as reivindicações da coletividade, por outro. Nesta perspectiva,

> A essência dessa prática social está fundada na repartição do poder, na repartição do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo que tem na cooperação qualificada a implementação de um outro tipo de ação social. (ALBUQUERQUE, 2003, p.25).

Logo, a autogestão tem na cooperação um sentido de ação e um sentido de ações conjuntas. Por sua vez, tratar da cooperação exige refletir sobre as relações que entre si os homens estabelecem com vistas a um objetivo comum ou no partilhar de um bem comum. De um lado, o interesse econômico daquele que reúne e desencadeia a ação; do outro, tratar de cooperação é trabalhar a dimensão social e moral propriamente dita. Neste sentido, as formas associativas ou cooperativas, enquanto públicos democráticos, lembrando Dewey (1997 apud

CHANIAL, 2004), fundamentam-se em experiências pré-políticas de sociabilidade comunitária primária, o que implica a participação democrática através da autogestão.

Sendo assim, a participação democrática dos associados pressupõe um pano de fundo moral, portanto, um compartilhamento daquele conjunto de valores éticos e morais intersubjetivamente reconhecidos. Como nos lembra Dejours (1999), a identidade cooperativa é resultado de um reconhecimento recíproco. Em suas análises, o autor chama atenção para a importância do reconhecimento do grupo social na formação da identidade. Todo indivíduo espera de seu trabalho uma retribuição moral, ou seja, um reconhecimento. O autor destaca a importância do reconhecimento em duas ordens: da utilidade (utilidade social, econômica e técnica das contribuições particulares e coletivas à organização); e do julgamento da beleza (validade ética e estética), ambos conferidos pela hierarquia, pelos pares ou pelo grupo social. Tais formas de reconhecimento influenciam na percepção que os indivíduos desenvolvem sobre o valor social de seu trabalho e no conceito que desenvolvem de si próprios.

Logo, se a identidade cooperativa tem como pressuposto um reconhecimento recíproco, ao mesmo tempo, a idéia de reciprocidade remete à de solidariedade. Parafraseando Pires, a nova concepção de solidariedade não mais se centra numa solidariedade institucional, burocrática e assistencialista incorporada no Estado-Providência, mas numa solidariedade ativa, imanentes às mais diversas formas de organização. “As novas concepções sobre solidariedade repousam na idéia de um direito à renda e ao trabalho; trabalho entendido a partir de um conceito amplo, que extrapola a noção de emprego e se estende pelas formas mais diversificadas de participação social”. (PIRES, 2004, p.98).

Assim, a solidariedade constitui-se na própria seiva da vertente associativa das cooperativas ou associações, configurando-se, para Axel Honneth (2003, p. 209 apud FREITAS, 2006, p. 95) “numa espécie de concordância no objetivo prático, gerando um horizonte intersubjetivo de valores no qual cada um aprende a reconhecer em igual medida o significado das capacidades e propriedades dos outros”.

2.2 AS RECENTES REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS EM TORNO DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo, no contexto da modernidade, emerge como instrumento de organização social, política e econômica dos trabalhadores, como fenômeno de amplitude universal, constituído e sustentado por valores e princípios das sociedades ocidentais. No marco do nascimento e consolidação da sociologia como disciplina, o movimento ganhou novas interpretações de diferentes matizes teóricas. Assim, por exemplo, o pensamento anarquista de Proudhon; o de Saint-Simon; o de Auguste Comte; o de Marx, e o de Durkheim, e posteriormente, outras concepções teóricas se articularam e desenvolveram um conjunto de reflexões referentes ao cooperativismo.

Em suas primeiras reflexões, o cooperativismo foi percebido não apenas pelo seu caráter revolucionário, mas também pelas suas possibilidades de humanização da relação capital-trabalho. Neste contexto, o pensamento utópico conjugou a noção liberal da igualdade de todos os homens com a noção paternalista e cristã de que os homens devem ser os mantenedores de seus irmãos. Em outros termos, ao incorporar os ideais igualitários do liberalismo clássico, a ética tradicional cristã converteu-se numa ética utópica, proporcionando elementos para uma crítica da sociedade existente, concebendo uma sociedade ideal, em que a propriedade privada e o princípio do lucro seriam abolidos.

Com efeito, assiste-se ao nascimento do socialismo[10] como uma nova filosofia social. De um lado, Saint-Simon, Charles-Fourier, Charles Gides, Robert Owen e Pierre Proudhon, entre outros; do outro, dois grandes revolucionários que surgem no seio desse movimento revolucionário: K. Marx e F. Engels, "... todos com suas diferenças e seus radicalismos, com suas contradições e suas generosidades sem medida, com sua ciência e seu senso político, tentaram, na experimentação das lutas cotidianas, uma desconstrução do mundo e da ordem estabelecida da sociedade industrial". (LINS, 1995, p.52).

[10] Para Lins (1995, p.52), há o surgimento concomitante, por um lado da palavra socialista (em 1835, numa declaração de R. Owen na Inglaterra), e dos vocábulos socialismo nos anos de 1841; e por outro lado, da sociologia (A. Comte) em 1839. Sociologia da ação ou simples expressão sonhada de ma ruptura radical, o socialismo floresce principalmente na Alemanha.

Se Saint-Simon, Fourier e, mais tarde, Marx consideram a produção como instrumento para construir uma sociedade alternativa, por sua vez, "Proudhon sublinha na troca e no intercâmbio os meios possíveis à construção de outra sociedade. ..., o socialismo se apresenta, não sob os traços de um coletivismo que ele reprova, mas sob a forma de uma multiplicidade de contratos que unem os indivíduos". (LINS, 1995, p.57).

Em suas análises, Marx e Durkheim oferecem elementos para pensar o cooperativismo ou o associativismo, através de diferentes matizes. Se Proudhon foi um defensor do princípio da autogestão operária, para Marx o cooperativismo seria um empreendimento político de amplo significado prático-teórico, desde que se lançasse a uma jornada de expansão coordenada, por meio da qual seria possível eliminar a segunda condição de manutenção do modo capitalista, isto é, a anarquia da divisão social do trabalho:

> Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo realizável? (MARX, 1980, p.197).

Para Durkheim (1990), as associações não devem assemelhar-se às instituições (família, religião e etc.) as quais funcionavam sob o amparo da solidariedade mecânica, assim não teria sido a análise evolutiva do autor. Isto significa que os mecanismos familiares e comunitários da época foram ultrapassas por novas formas de associações geradas no seio da sociedade industrial.

De acordo com Pires (2004, p.93), estas diferentes concepções teóricas, "anarquistas, conservadores, solidaristas, revolucionárias – são todas movidas pelo ideal de um mundo mais humano, solidário e justo". Além do mais, a práxis da economia solidária que se constroi hoje deve muito a essas tradições, cujo desafio não é só retomá-las, mas reexaminá-las num contexto de novas formas alternativas de organização social.

Contudo, ao ser tomado como movimento político, o cooperativismo guardou uma dimensão mais ambiciosa se comparada àquela do sindicalismo. A partir de Marx, inicia-se toda uma discussão acerca do desenvolvimento das organizações dos trabalhadores em cooperativas e a sua relação contraditória com o capitalismo. Não se pode negar que parte da incompreensão sobre o cooperativismo pode ser deduzida do próprio pensamento marxista. Talvez este

descompasso tenha suas raízes nos debates realizados nos anos 1920, fortemente marcados pelo movimento operário europeu e pela experiência revolucionária da gestão soviética.

A diferença de enfoque político entre sindicalismo e cooperativismo foi posta por Marx no conhecido programa de "Gotha"[11]. Evidentemente, em ambos os casos, os trabalhadores se posicionam como classe. O êxito desse posicionamento depende da ação política e deve-se traduzir em poder político. Significa que a cooperativa deve ser encarada pelos seus membros, desde sua origem, como um **empreendimento não apenas econômico, mas político** (o destaque é nosso). De acordo com Haddad (et al, 2003), se o sindicalismo constituía um instrumento, cuja meta seria pressionar o governo visando garantir e ampliar a qualidade de vida dos trabalhadores e salvaguardar os interesses da classe operária (enquanto não se apresentassem concretamente condições históricas para a superação do sistema), o cooperativismo seria um movimento com pretensões de totalidade.

Recentemente, o cooperativismo ou as formas associativas de produção solidárias ressurgem com a tarefa prometedora de emancipação social. Santos e Rodríguez (2002, p.72), consideram que o fracasso das economias centralizadas e ascensão do neoliberalismo, governos, ativistas "[...] têm recorrido de forma crescente à tradição do pensamento e organização econômica cooperativa [...] com o objetivo de renovar a tarefa de pensar e de criar alternativas econômicas". (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 35).

Em suas análises, os autores consideram quatro razões fundamentais que impulsionam a crescente recorrência às alternativas de produção, as quais estariam influenciadas pelas condições econômicas e políticas contemporâneas. Primeiramente, as cooperativas constituem-se em alternativas de produção factíveis e plausíveis, por se organizarem de acordo com princípios e estruturas não capitalistas, e operarem dentro de uma economia de mercado. Em segundo lugar, as cooperativas atendem com eficiência às condições de um mercado globalizado, uma vez que os trabalhadores cooperados têm maior incentivo econômico e moral para se dedicar ao trabalho,

[11] O Programa de Gotha foi elaborado para ser apresentado no Congresso de 22 a 27 de Maio de 1875 em Gotha, quando então se reuniram as duas organizações operárias alemãs ao tempo existentes: o Partido Operário Social Democrata (os eisenachianos) dirigido por Liebkenecht e Bebel e a União Geral dos Operários Alemães, organização lassaliana acaudilhada por Hasenclever e Tölcke, para formar uma organização única, o Partido Socialista Operário da Alemanha. Engels publicou o texto da *Crítica do Programa de Gohta* em 1891, 15 anos depois de ter sido redigido e sete anos após a morte de Marx. No prefácio ao Programa, Engels dá conta das mudanças operadas historicamente para justificar "quando não estavam em causa razões de fundo" a supressão de "algumas expressões" e a sua substituição por "reticências" (HADDAD et al, 2003).

pois se beneficiam diretamente dos resultados positivos da cooperativa. Em terceiro lugar, como proprietários das cooperativas, estas propiciam um efeito igualitário sobre a distribuição do produto. Por último, as cooperativas de trabalhadores promoveriam não apenas benefícios econômicos para seus membros, mas para toda a comunidade. Enfim, para os autores, "as cooperativas de trabalhadores ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico e, com isso, estendem o princípio de cidadania à gestão das empresas". (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.36-37).

Portanto, os referidos autores ao lançar o projeto de globalização alternativa ou globalização contra-hegemônica, apoiam-se na ideia da possibilidade de fomentar um novo tecido social capaz de resistir aos impactos de um modelo por natureza concentrador e excludente. A economia solidária, neste sentido, possibilitaria a criação de espaços locais de resistência socioeconômica no âmbito da cooperação por meio de redes de integração produtiva e de consumo numa perspectiva de geração de emprego e renda.

Algumas formulações associam a economia solidária a um novo modo de produção, não-capitalista, a exemplo de Singer (2000) e de Verano (2001). Já Coraggio (2000, p.6), vê na economia solidária a possibilidade de criar ou reforçar inúmeras instâncias de mediação e representação, tais como uniões associativas e cooperativas, redes de intercâmbio e organizações de fomento, à medida que logram fazer da cooperação produtiva e da sua articulação alavancas que as sustentam e as qualificam na economia contemporânea. Adquirindo chances de constituir uma *economia do trabalho* (itálico do autor) voltada à reprodução ampliada da vida, imprimindo um sentido e uma possibilidade emancipatória.

Assim, a crescente adesão dos trabalhadores às formas de trabalho associativas, configura gradativamente a economia solidária como um *novo campo de práticas*, (GAIGER, 1996, p.104-110), suscitando o interesse dos estudiosos para o problema da viabilidade desses empreendimentos a longo prazo, bem como para a natureza e o significado contido nos seus traços sociais peculiares: de socialização dos bens de produção e do trabalho, além de carrear rapidamente o apoio de ativistas, agências dotadas de programas sociais e órgãos públicos.

Pires (2004) enfatiza que tais formas de enfrentamentos ou de resistência recaem, de um lado, na criação de uma nova ética societária pautada em novas solidariedades para responder à crise do *welfare state;* de outro, enfatiza questões como competitividade e governança requeridas pela globalização da economia. Na primeira, observa-se um componente utópico que gira em

torno da relação entre trabalho e solidariedade. Na segunda, sobressai um modelo de organização de empresas que tem como pano de fundo as transformações econômico-produtivas.

Essas diversas manifestações, cuja emergência, segundo Singer (2000), é possível observar em quase todos os países industrializados, revelam-se ao capitalismo como modo alternativo de produção e distribuição, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram marginalizados do mercado de trabalho. Na América Latina, inclusive no Brasil, multiplicaram-se nos últimos 15 anos, não apenas discussões, sobretudo formas de ações solidárias ou associativas da sociedade civil, podendo-se falar em reaparecimentos ou reinvenção de formas alternativas da produção capitalista: auto-gestão, cooperativismo, economia informal, economia popular ou economia solidária.

Para tanto, um conjunto de valores éticos e morais tornou-se uma marca distintiva das organizações associativas, servindo-lhes, nas palavras de Pires (2004, p. 39), "como elemento fundamental na preservação de sua identidade". Nesta perspectiva, alguns estudos apontam para um quadro de complexos dilemas pelos quais certas experiências associativas passariam.

De acordo com Lafleur, Hernández, e Dion (2004), os desafios cooperativos, no contexto do desenvolvimento sustentável, estão associados ao desenvolvimento da identidade cooperativa. A partir da relação desafio cooperativo e identidade cooperativa, o autor constroi um modelo relacionando oito desafios cooperativos aos valores e princípios cooperativos que a eles estão associados, nos ambientes interno e externo da cooperativa. Quanto aos desafios internos das cooperativas, o autor identifica: o desafio da "boa governança cooperativa", cujos valores e princípios referem-se à participação dos membros e às regras de delegação de poder entre os membros, administradores e empregados; o desafio da "intercooperação" (aspas do autor), que diz respeito à dinâmica de agrupamento de cooperativas em federação e em confederação; e o desafio do "investimento e da capitalização da organização cooperativa". Portanto, os desafios referentes à dinâmica da cooperativa em relação ao ambiente externo estão associados aos valores cooperativos de reagrupar pessoas que tenham uma necessidade comum, serviço, emprego, etc. em um projeto segundo os valores do cooperativismo.

Corrella (2004), ao analisar uma organização cooperativa na Costa Rica com o objetivo de apreender os processos de construção identitária nos empreendimentos associativos, concluiu que a questão da identificação dos associados com a organização se revela quando não há um claro

vínculo baseado no conhecimento e no compromisso com os princípios, valores e doutrina cooperativa. Conforme o autor,

> En general, [...] un alto porcentaje de cooperativas tienen problemas en sus Asambleas Generales por problemas de quórum, a pesar de establecer la legislación cooperativa [...] la posibilidad de realizarlas en segunda convocatoria con el veinte por ciento de asociados. (CORRELLA, 2004, p.02).

Outra questão mencionada pelo autor, no tocante à identidade, diz respeito à entrega de toda a produção por parte dos associados à cooperativa e esta lhes pagar a um preço razoável e com um certo prazo. No momento em que certo intermediário apareceu e propôs pagar sem prazo a um preço maior, de oitenta associados, apenas cinco continuaram fieis à cooperativa, pois os demais venderam sua produção ao intermediário. Diante deste fato, a cooperativa foi impossibilitada de cumprir seus contratos firmados, sendo, meses depois, dissolvida: "Cuando la cooperativa desapareció el intermediario cambió las condiciones, bajando el precio, terminó el pago de contado y también el volumen de las compras". (CORELLA, 2004, p.03).

Evidentemente, que a experiência analisada por Corrella na Costa Rica, não pode ser generalizada. Contudo, o autor destaca em seu estudo a dificuldade de superação das práticas individualistas por parte dos associados, ou seja, a existência de "menos valor solidário" (aspas do autor). Observa, neste sentido, a presença de uma solidariedade institucional e não de um verdadeiro espírito de uma solidariedade cooperativa: "Asimismo, es la ruptura de los vínculos sociales generados desde su nacimiento, los cuales limitan la potencialidad de una acción colectiva transformadora y comprometida con sus organizaciones". (CORRELA, 2004, p. 04).

Rodríguez (2002, p. 352-355), ao analisar as cooperativas de recicladores na Colômbia, apresenta uma série de benefícios individuais e coletivos que, apesar de pequenos, implicaram transformações fundamentais nas vidas dos recicladores filiados. Além de desfrutarem de regalias típicas de um emprego formal, por exemplo, segurança social (saúde e aposentadoria), também ocorreram mudanças nas condições de trabalho e na conduta individual diária: diminuição do uso de drogas, descuido do vestuário etc. Para o autor, a filiação cooperativa representou uma transformação gradual daqueles hábitos que impediam o progresso dos recicladores como indivíduos. Por outro lado, como todo trabalho cooperativo, múltiplas dificuldades foram evidentes, sobretudo, os conflitos crescentes e a falta de confiança entre os recicladores filiados.

2.3 PRINCIPAIS VERTENTES INTERPRETATIVAS DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

Consideramos, inicialmente, com a finalidade de reflexão, que tanto os processos associativos disseminados na América Latina e no Brasil quanto a produção intelectual que daí corresponde são compostos por uma espécie de substância híbrida. Ou seja, a discussão em torno do cooperativismo brasileiro é uma mescla que inclui tanto a realidade socioeconômica quanto a produção intelectual do período. Mais precisamente, os estudiosos, ao analisarem o cooperativismo/associativismo, são condicionados, de um lado, pela própria realidade, a qual reflete os "dilemas e impasses" (aspas nossas), os momentos de "crises e de ressurgimento" do cooperativismo; do outro, é o próprio estágio de desenvolvimento do país e do pensamento social que se configura.

Parte significativa da produção acadêmica destinada à análise do cooperativismo brasileiro esteve influenciada pelo pensamento social que aqui se configurou, o qual foi fortemente marcado pela tarefa de explicar, compreender e interpretar o denominado processo de modernização brasileiro. Mais precisamente, a discussão em torno do cooperativismo brasileiro parece ser composta por uma espécie de substância híbrida, uma mescla que inclui tanto a história social como a história intelectual de cada período.

Sua complexidade aparece a partir de algumas abordagens do pensamento social brasileiro, a saber, a *sociologia da dependência* (cujas figuras principais nos parecem inquestionavelmente ser Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni) e nossa *sociologia da herança patriarcal-patrimonial* (cujos pensadores mais influentes são Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto da Matta).

Nas duas abordagens de pensamento, está evidente a resistência de ver a sociedade brasileira contemporânea e as ditas "sociedades modernas centrais" em pé de igualdade. Por um lado, afirma-se que nosso passado diverge de maneira por demais substantiva do contexto cultural, normativo e simbólico em que emergiu e se consolidou o padrão de sociabilidade hoje

predominante naquelas "sociedades centrais"; por outro, postula-se que nossa inalterada condição de dependência econômica estrutural jamais deixou de ser um obstáculo à total integração do Brasil no seleto clube dos países modernos centrais.

2.3.1 O Cooperativismo Como Instrumento de Desenvolvimento Econômico Brasileiro

Os estudos produzidos acerca dos resultados do cooperativismo/associativismo, até a década de 60, além de estarem centrados na doutrina e na experiência cooperativa dos "Pioneiros de Rochdale", buscavam discutir a sua importância e os impactos para o desenvolvimento econômico da sociedade brasileira. Inicialmente, alguns destes estudos reproduziam o debate, especialmente em torno das primeiras teses da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)[12], as quais contribuíram para a maturação da ideologia desenvolvimentista. Em 1963, Diva Benevides Pinho, em "Cooperativas e Desenvolvimento Econômico", reconheceu o cooperativismo como importante instrumento de desenvolvimento econômico, sobretudo, como solução para os problemas do subdesenvolvimento, e, no caso particular do Brasil, como promoção do desenvolvimento econômico do país.

Nesta perspectiva, vale salientar:

> Nosso objetivo foi chamar a atenção para uma solução que vem dando tão bons resultados em outros países, pôr em evidência a importância da cooperativa como instrumento de desenvolvimento econômico e indicar as linhas gerais de possibilidade de atuação eficiente do cooperativismo no Brasil. (PINHO, 1982, p.17).

Logo, influenciada pela teoria nacional-desenvolvimentista[13] - cuja abordagem condicionou todo o pensamento político e econômico brasileiro subsequentemente - Pinho

---

[12] Órgão regional das Nações Unidas (ONU), a CEPAL foi criada em 1948, com o objetivo de estudar as condições de subdesenvolvimento dos países da América Latina, ao mesmo tempo, propor políticas para superação de tal condição, centradas na consolidação do desenvolvimento urbano-industrial como determinantes do processo de acumulação capitalista através de um planejamento estatal. Seu grande impulsionador foi o argentino Raúl Prebish que, juntamente com Celso Furtado, Aníbal Pinto, Aldo Ferrer, Maria da Conceição Tavares, Osvaldo Sunkel desenvolveram estudos críticos a partir de uma abordagem histórico-estruturalista, baseada no entendimento da evolução econômica e social dos paises latino-americanos, no contexto de relações econômicas externas adversas e de dependência. Entre os brasileiros ligados à CEPAL destacam-se, além de Celso Furtando e Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Antônio Barros de Castro, Carlos Lessa, José Serra e outros.

[13] O desenvolvimentismo originou-se da teoria do subdesenvolvimento da CEPAL e dos estruturalistas latino-americanos. Foi um modelo pioneiro que conseguiu fornecer importantes subsídios para o entendimento da transição das economias primário-exportadoras para economias industrializadas. O projeto desenvolvimentista argamassou uma aliança política de amplo espectro, que abarcava desde a burguesia industrial até os trabalhadores urbanos,

reforçava o papel do Estado que, auxiliado por outros grupos (capitalistas, sindicatos, cooperativas, etc.), poderia organizar a marcha para o progresso. Dessa forma,

> É evidente que as cooperativas – reconhecidas mundialmente como importantes instrumentos de desenvolvimento econômico e que excelentes resultados têm apresentado em tanto outros países – devem ser integradas à política e aos planos de desenvolvimento econômico de nosso país. (PINHO, 1982, p, 168)

De fato, até meados da década de 60, ação do Estado em relação ao cooperativismo foi direcionada ao aspecto legislativo. Segundo Bulgarelli (1979) apud Saraiva (1981, p.159), a evolução da legislação cooperativista no Brasil corresponde aos seguintes períodos: Período de Implantação, a partir do Decreto 1.637, de 05 de janeiro de 1907, até 1932; Período de Consolidação Parcial: vai da promulgação do Decreto 22.239, em 19 de dezembro de 1932 à do Decreto-Lei 59; Período de Centralismo Estatal: vigência do Decreto 59, de 21 de novembro de 1966, até a promulgação da Lei 5.764/1971. Segundo a definição jurídica expressa na Lei Cooperativista 5.764, datada de 16 de dezembro de 1971, a cooperativa define-se por "uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados". É uma associação voluntária de, no mínimo, 20 pessoas, sem fins lucrativos, mas com finalidades econômicas. Estas pessoas adquirem quotas-partes e aceitam assumir os riscos e benefícios do empreendimento de forma igualitária. A associação é regida pelo princípio democrático de cada pessoa, mediante um voto. Os excedentes, ou sobras são distribuídos na produção do trabalho de cada cooperado.

Portanto, o Estado fomentou o desenvolvimento do cooperativismo, através de incentivos tributários e de órgãos fiscalizadores, sem, contudo incluí-lo em seu planejamento. Tanto é que o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND 1971-1975), não contemplava o cooperativismo, embora o Governo Médici tenha assinado o Decreto- Lei 5.764, em dezembro de 1971, regulando o funcionamento das cooperativas e criando a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras).

Só a partir do II PND (1975-1979), conforme observa Saraiva (1981), o cooperativismo passou a constar no planejamento governamental. "A política cooperativista levada a afeito deste

---

incluindo numerosos segmentos da classe média. Dessa articulação de forças nascera o pacto populista que orientou a ação do Estado durante toda a década de 50. Contudo, no início dos anos 60, o pacto que sustentava a aliança das forças populistas "apresenta inúmeras rachaduras" (LOUREIRO, 1997).

então tem garantido a separação do "joio" – unidades de menor porte – por estar direcionada, primordialmente, para a grande empresa cooperativa". (SARAIVA, 1981, p.59).

No caso específico do Nordeste, nos marcos das políticas nacionais de desenvolvimento, a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Nordeste), órgão de planejamento regional, também vai veicular em seus Planos Diretores[14] programas para fomentar o cooperativismo nordestino. De fato, o II Plano Diretor deu destaque ao cooperativismo nordestino, numa tentativa de "fortalecê-lo", pois ainda era incipiente na região. Vinculava-se o cooperativismo àquela determinação do II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, que fazia a implementação do crédito necessário via Banco do Brasil e do Nordeste ao surgimento das cooperativas existentes. Assim, assumindo a possibilidade de concretizar o projeto de desenvolvimento ou de crescimento do país, o cooperativismo funcionou como forma de organização da produção agrícola, de controle político e de viabilização na condução dos fluxos migratórios nos projetos de colonização do Estado. Ao mesmo tempo, como veículo para a modernização agrícola brasileira, portanto, propiciando o processo de modernização via acumulação de capital (MARTINS, 1972; SCHNNEIDER, 1981; RIOS, 1979).

2.3.2 O Cooperativismo como Instrumento de Mudança Social

Contudo, a industrialização avançara sem modificar o quadro social. Logo, com a crise do nacional-desenvolvimentismo e do pensamento que o sustentava, configura-se um momento de renovação teórica[15] do pensamento econômico e social, que irá desembocar em novas correntes,

---

[14] Em 1966, foi aprovada a Política para o Desenvolvimento do Cooperativismo no Nordeste, indicando dois diagnósticos do cooperativismo nordestino: um diagnóstico global, indicando a inflexibilidade e superação da legislação vigente, em confronto com a realidade nordestina e até mesmo brasileira; e, outro diagnóstico específico, apresentando os principais entraves ao cooperativismo regional àquela época. Foi por meio da referida política que se estabeleceu, na SUDENE, a Seção de Cooperativismo, e de onde emergiu toda uma discussão consubstanciada nas publicações de uma revista especializada, **"Cooperativismo & Nordeste"**, com edições quadrimestrais.

[15] Um importante passo foi dado no final dos anos 50, quando um grupo de intelectuais organizou o seminário de "O Capital", cujo objetivo era não apenas compreender a dinâmica da realidade capitalista, mas sobretudo observá-la no contexto específico da realidade brasileira. O grupo era formado por: José Arthur Gianotti, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Octavio Ianni, Ruth Cardoso e o historiador Fernando Novaes. O referido grupo de estudos durou seis anos e foi dissolvido em 1964. Além de estabelecer as devidas conexões entre o capitalismo contemporâneo e a sociedade brasileira ou latino-americana, o grupo fugiu dos esquemas de

novos diagnósticos e novas perspectivas para a sociedade brasileira. Assim, em contraposição à interpretação funcional-capitalista e à interpretação da super-exploração burguesa, surge a interpretação da nova dependência, tendo como seu principal divulgador Fernando Henrique Cardoso que, em colaboração com Enzo Falleto, lança "Dependência e Desenvolvimento na América Latina" (1970), marcando todo pensamento brasileiro e latino-americano posterior. No final dos anos 70, multiplicaram-se os trabalhos de autores brasileiros que esclareciam aspectos dessa problemática mais geral da teoria do capitalismo periférico.

Foi nesta perspectiva, no rastro da tradição da teoria da dependência, que o cooperativismo brasileiro passou a ser discutido e reavaliado. Um importante estudo desenvolvido, talvez um marco nos estudos sobre o cooperativismo latino-americano, foi o de Fals Borda (1972). Ao analisar o cooperativismo na América Latina nos anos 70, o resultado, segundo o autor, apresentaria mais fracassos e problemas do que êxitos e soluções.

De acordo com o autor, duas justaposições sociológicas explicavam este fato: primeiro, a suposição de que o cooperativismo se constitui numa "modernização" de formas tradicionais e populares de "cooperação" (aspas são do autor), podendo ser colocada em certos momentos críticos a serviço do bem-estar coletivo. O mesmo autor ainda acrescenta neste sentido:

> Entretanto, a modernização a ser efetuada pelas cooperativas deve realizar-se apenas dentro de uma certa margem, pela prestação de serviços, por exemplo, satisfazendo algumas necessidades primárias, mas sem produzir mudanças estruturais profundas. (BORDA, 1972, p.33).

---

interpretação colonial e imperialista de Baran, Sweezy e outros. Assim, a partir da compreensão do materialismo histórico e dialético, aqueles intelectuais desenvolveram as ferramentas que possibilitaram a elaboração de análises de classes da sociedade brasileira. Assim, as classes brasileiras não se enquadravam no esquema marxista e muito menos nos esquemas da sociologia funcionalista americana, que sequer fala em classes, mas enxergavam apenas os indivíduos, e, quando muito, os atores sociais ou as massas e as elites (LOUREIRO, 1997, p.137). A partir daí, estavam lançadas as bases para um novo estágio das ciências humanas no Brasil, condicionando um novo pensamento de esquerda brasileira. Vários pensadores se inscreveram na tradição da teoria da dependência. Assim, para a sociologia da dependência, os processos de modernização experimentados nos últimos dois séculos tiveram intensidade e profundidade suficientes para varrerem da sociedade brasileira elementos de ordem tradicional. Isso não significa, porém, que o Brasil tenha incorporado exatamente o mesmo padrão de sociabilidade das ditas "sociedades modernas centrais". É, pois, a relação subordinada e periférica ocupada pelo Brasil no sistema capitalista internacional que explicaria o porquê das principais instituições, os valores e as formas de sociabilidade exclusivamente típicas dos "países centrais" jamais terem se enraizado na sociedade na mesma extensão e solidez. Daí que, conforme este segundo viés interpretativo, o caminho tomado em direção à modernidade no Brasil não foi o mesmo da França, dos Estados Unidos e da Inglaterra: o aparato estatal brasileiro teria adotado uma postura consideravelmente mais ativa nas mais variadas esferas sociais, a fim de superar insuficiências e alavancar o desenvolvimento nacional. Ao se tornar fonte autocrática de poder, o aparato estatal teria sufocado o florescimento de organizações civis independentes.

Para o autor, o problema contém dois elementos: de um lado, o cooperativismo latino-americano constituiu-se numa inovação moderna, porém marginal, uma vez que foi um processo imitativo da nossa elite; por outro, foi um recurso ideal antigo e estranho à nossa realidade. Trata-se, portanto, de um caso "transcendental de colonialismo intelectual na América Latina" (BORDA, 1972, p.34), isto é, transportou-se para a região não um ideal prístino de cooperação moderna, mas um modelo desvirtuado pela experiência capitalista, negando a origem socialista da idéia, distorcendo seu sentido e castrando suas possibilidades revolucionárias.

Portanto, a importação do modelo rochdaliano e de outros modelos europeus se realizou sem ter em conta as condições do meio latino-americano e as características dos povos que nele habitam, gerando, assim, incompatibilidades entre o mito rochdaliano e a realidade sócio-econômica da América Latina,

> Especialmente nas zonas rurais e bairros marginais, onde ainda vive um tipo de solidariedade mecânica e primária, onde a técnica ainda é rudimentar em muitas partes e onde os problemas de mercado são tratados ainda no plano pessoal. [...] na América Latina uma sociedade marcada pela herança paternalista, [...] explorada e marginal, em que o conceito de cooperação era exatamente todo o inverso. (BORDA, 1971, p.36).

Assim, certos elementos do tipo de sociabilidade característicos da sociedade latino-americana do seu período colonial ainda fazem-se presentes, impedindo a consolidação plena de instituições e valores da modernidade.

No tocante aos estudos sobre cooperativismo no Brasil, o trabalho desenvolvido por Rios (1979) constitui-se em um marco discursivo, por duas razões: por abordar tal questão numa perspectiva de jogo de forças que poderia ocorrer no interior de uma cooperativa, mostrando em que medida as diferentes camadas da população rural nordestina participaram e se beneficiaram do cooperativismo, quando este assumiu o papel de agente de **mudança social** (o destaque é nosso); e romper com os estudos anteriores ao apreender o cooperativismo como fenômeno em suas dimensões políticas e econômicas, a partir de uma **construção sociológica** (o destaque é nosso), ou seja, no âmbito de uma sociologia das associações.

Nesta tentativa, Rios (1979) identificou três perspectivas de abordagens acerca do cooperativismo: uma idealista, outra pragmática e uma terceira sociológica. A primeira, segundo o autor, constitui-se numa referência pseudoteórica, centrada na doutrina cooperativa apenas como recurso ideológico que deve sobrepor à estrutura sócio-econômica vigente, sem correlacionar ou questionar tal estrutura. A segunda, a pragmática,

> Utiliza a técnica como razão última e única da intervenção na realidade, dada a pobreza mesma deste tipo de abordagem face à problemática do subdesenvolvimento, tende a apresentar os mais contundentes fracassos em termos de promoção do cooperativismo. (RIOS, 1979, p. 27).

Ou seja, para as análises pragmáticas os êxitos ou fracassos das cooperativas estariam determinados pela eficiência administrativa dos recursos em detrimento da participação e da natureza e das funções de uma liderança cujo autoritarismo paternalista contrasta com freseologia cooperativista. Dessa forma, Rios (1972) nos aponta para o problema da "decantação utópica" ― termo utilizado por Borda ao se referir à "decantação da utopia", que seria o acondicionamento dos ideais da realidade ―. No caso brasileiro, este divórcio foi produzido pelos dois discursos: a perspectiva idealista tenta implantar uma Doutrina Cooperativa, razão por que as cooperativas tinham que se moldar ao sistema para sobreviver; por seu turno, a perspectiva pragmática, se liga ao processo final dessa decantação, que tenta apresentar o comportamento do cooperativismo, ressaltando o aspecto quantitativo: falta de capacitação, de gerência administrativa etc. Portanto, para o autor,

> A pesquisa sociológica sobre o cooperativismo nordestino se torna importante diante, [...] da escassez de estudos sobre o cooperativismo brasileiro do ângulo da análise sociológica [...]. Por outro lado, a relativa abundância de pesquisas sob outros enfoques, microeconômico e de administração empresarial. (RIOS, 1979, p.15).

Não discutiremos aqui as limitações decorrentes da análise do autor[16]. Importa subtrair sua construção teórica, bem como sua filiação teórica no campo sociológico, ao "procurar construir um cooperativismo enquanto instrumento de mudança social, não apenas ao nível micro, mas também ao nível macrossociológico" (RIOS, 1979, p.25). Interessa-nos compreender como o autor e outros, à luz de um pensamento social brasileiro hegemônico, lançaram mão de esforços explicativos e interpretativos para refletir o cooperativismo brasileiro.

---

[16] Tendo por base os conceitos de classes sociais (MARX) e estratificação (STAVENHAGEN), ideologia e utopia (MANNHEIM), participação (MEISTER) e mudança social (FLORESTAN FERNANDES), Rios buscou apreender os aspectos da estrutura social do cooperativismo nordestino em suas múltiplas circunstâncias históricas. Para o autor, o cooperativismo rural nordestino foi utilizado como instrumento de controle social, e não de mudança social. Isto é, se considerarmos o planejamento como uma ação que está contida dentro da esfera das decisões políticas, o cooperativismo nordestino foi adequado aos objetivos do II PND, assim, não se pode esperar que tal intervenção numa estrutura social fortemente contrastante que esta reaja espontaneamente, apenas com administração dos recursos financeiros e assistência técnica isolada (RIOS, 1979, p.129). Sobre as limitações da pesquisa de Rios, ver o trabalho de Maria Tereza Leme Fleury, "Cooperativas e Produtores Agrícolas Em Uma Sociedade Capitalista" (1980).

Assim, seu esforço em uma sociologia das associações não foi apenas estabelecer uma crítica às interpretações acerca do cooperativismo brasileiro (doutrinária e ideológica), mas a possibilidade de um diálogo entre este as duas perspectivas,

> Estudando a conexão direta existente entre a participação dos associados nas atividades da cooperativa, de um lado, e o funcionamento da cooperativa, de outro lado. O papel da sociologia é desfazer o isolamento funcional existente entre 'teoria e prática', uma vez que para a perspectiva sociológica não basta apenas a 'profissão de fé' nos princípios dos Pioneiros de Rochdalede nem a formalização jurídica da empresa cooperativa, para concretizar um grupo cooperativo. Na perspectiva sociológica das cooperativas existem classes e estratos sociais dentro delas. (RIOS, 1979, p.28).

Schnneider (1981, p.54) também foi fiel à tradição, ao considerar que o processo de acumulação dependente no Brasil teve como consequências o acirramento dos desequilíbrios regionais, favorecendo a concentração de recursos nas regiões mais desenvolvidas; assim, as cooperativas agrícolas no Brasil, apesar de não fazerem parte dos mecanismos de dependência, tendem a refletir essa situação: as cooperativas das regiões Sul e Sudeste do país são muito mais desenvolvidas que as da região nordestina.

Portanto, fiel à teoria da dependência, Schnneider parte do pressuposto de que a situação de dependência dos países periféricos constitui um obstáculo à realização de objetivos do desenvolvimento. No caso particular, as cooperativas no Brasil refletem a dinâmica do sistema maior, definido por um padrão de acumulação que não conduz a um desenvolvimento harmonioso social e econômico da sociedade.

Foi neste contexto, durante os anos 80, que floresceu toda uma literatura acusando que o movimento cooperativista do país atendeu às diretrizes de uma "modernização conservadora" (aspas nossas). Alguns destes estudos incorporaram os argumentos acerca do caráter do planejamento estatal que, sob a capa burocrática-autoritária, aliou-se às classes ou fração de classe que detinham o poder[17]. Daí, a idéia de se estar diante de um complexo processo social: o de controle de mudança social. Convém salientar que, "neste sentido, entende-se o planejamento – manipulação de um complexo integrado de técnicas sociais racionais – como um processo social e, a partir disso, como categoria história do processo de controle social (ARAÚJO, 1982, p. 123).

[17] Nesta linha, sobressai a influência de Ianni (1971), ao considerar que o planejamento estatal no Brasil (1930-1970), com variações ideológicas e práticas, foi adotado por todos os governos como uma nova retórica, cujo resultado foi a intensificação do processo de acumulação do capital, ampliando os conflitos de classes.

O modelo de modernização agrícola foi acusado pela literatura de favorecer os médios e grandes agricultores voltados à cultura de exportação, em detrimento de uma agricultura de subsistência desenvolvida pela agricultura de base familiar. Por exemplo, Loureiro (1978) também contribuiu nesta linha ao demonstrar que as cooperativas tornaram-se um eficiente instrumento de subordinação e expropriação de agricultores camponeses ao capital.[18]

2.3.3 O Cooperativismo Como Instrumento de Uma Nova Ética Societária

Nos anos 90, o debate acerca do cooperativismo brasileiro surge dentro de um movimento mais amplo de modernização das atividades e de ampliação da democracia, e ganha ressonância com as discussões sobre economia solidária / terceiro setor.

No Brasil, as recentes discussões apontam para os empreendimentos organizadores em bases associativas como oportunidades impar para se erguer uma nova consciência em torno de novas alternativas de organização social. Mais precisamente, num cenário deslocador, marcado pelo desemprego e por deformidades históricas do mercado de trabalho, tais processos organizativos apresentam-se como possibilidade de (re) costura dos esgarçados laços de solidariedade, com a constituição de vínculos sociais que não tenham no lucro sua força motriz.

Paul Singer (2002), um dos expoentes entre os pesquisadores da economia solidária no Brasil, defende que uma empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo, sendo uma opção econômica e político-ideológica. A economia solidária, segundo Singer, exigirá de seus integrantes uma opção contra os valores dominantes de competitividade individual e da primazia do capitalismo sobre o trabalho. Por isso, seu nascimento e consolidação requerem apoiadores externos, que podem ser empresas solidárias, incubadoras (órgãos especializados em formar e amparar tais empreendimentos, por exemplo, entidades religiosas, Organizações não Governamentais e etc.).

[18] Loureiro, em sua análise acerca de uma cooperativa agrícola, mostrou que os cooperados são pequenos produtores que possuem ou arrendam pequenas parcelas de terras, utilizando mão de obra basicamente familiar, mesmo inseridos no mercado, não objetivam o lucro. Assim, utilizando volume relativamente elevado de capital (insumos e tecnologia moderna), orientando sua ação econômica de forma racional à produção mercantil, cuja produção é fonte para sua sobrevivência e para agricultura capitalista. (LOUREIRO, 1978, p.13).

Daí, a unanimidade entre os pesquisadores em apontar os processos associativos como uma alternativa de renda para os trabalhadores desempregados, resgatando cidadania e inserindo-os no contexto socioeconômico.

Pires (2004), em seu estudo, acredita que o modelo de cooperativismo proposto continuará dando ênfase ao componente utópico em torno da relação entre trabalho, cooperação e solidariedade, "alimentando o sonho de proclamação de uma nova sociedade pautada em formas mais solidárias de convivência ... definindo, assim, o caráter de "empresa humana" da cooperativa, fonte de auto-ajuda e solidariedade". (PIRES, 2004, p. 52). Dessa forma, através do fortalecimento das coletividades locais e do exercício pleno da cidadania, será possível um novo contrato social englobando três instâncias (organizações da sociedade civil, o Estado e o mercado) na tentativa de atender às necessidades crescentes da população.

A autora enfatiza que a sobrevivência das organizações econômicas – sejam empresas cooperativas ou empresas capitalistas – depende das estratégias a serem lançadas para responder aos desafios competitivos da economia globalizada. Nesta perspectiva,

> No caso das cooperativas, torna-se cada vez mais freqüente a adoção de alianças estratégicas, fusões e aquisições de empresas, parcerias e conquistas de novos mercados, fazendo com que os seus procedimentos se assemelhem, cada vez mais, àqueles adotados pelas empresas capitalistas. (PIRES, 2004, p.56).

No tocante à emergência das organizações associativas de catadores de lixo no Brasil, ocorrida na segunda metade da década de 90, alguns estudos produzidos apontam vários níveis de explicações para as possíveis tensões e distensões enfrentadas por estas experiências. De um lado, o analfabetismo aliado à baixa qualificação profissional dos catadores e a ausência de tradição em organização são alguns fatores identificados, por exemplo, por Grimberg, Tuzsel, e Goldfarg (2004) e Magera (2003); por outro lado, apontam para a falta de confiança e o baixo grau de associativismo entre os catadores explicando, assim, a dificuldade de organização deles, a exemplo de Bursztyn (2000); ou a estrutura econômica que alimenta o mercado de reciclagem, segundo Magera (2003), que mantém as cooperativas e ou associações de catadores à margem deste.

Tais níveis de explicações não só indicam a realidade das dimensões econômicas, como sinalizam para as disposições dos catadores quanto ao trabalho associativo. Entretanto, aquelas

explicações não consideram a centralidade destas disposições de comportamentos objetivamente interiorizados, como explicação dos comportamentos e atitudes daqueles indivíduos na organização associativa.

Neste sentido, a fim de apontar caminhos para refletir o cooperativismo brasileiro no contexto atual, particularmente dos grupos associativos em questão, lançamos mão das explicações e interpretações que lidam com as formas de sociabilidade que se consolidaram no Brasil contemporâneo. No caso particular, acreditamos que alguns dos argumentos levantados por Jessé de Souza[19] (2003a) podem ser cruciais, por tentar perceber a lógica profunda e oculta em torno da especificidade do Brasil contemporâneo, cuja principal contradição é a questão da desigualdade social e a consequente produção de subcidadãos como fenômeno de massa em países periféricos de modernização recente, a exemplo do Brasil.

2.3.3.1 "*Habitus precário*" e a tensão na construção do *"Habitus associativo*"

Diante da especificidade do caso em estudo, consideramos que o desafio para construção do *habitus associativo* tende a estar relacionado à reprodução de um *habitus precário* (SOUZA, 2003a), que seria uma das causas das tensões do grupo ao associativismo.

A proposta de Jessé de Souza, em seu livro "A construção social da subcidadania" (2003a), é perceber que o "abismo social" (aspas do autor), isto é, a desigualdade social brasileira não advém do fato de "sermos insuficientemente modernos", como sugerem as diferentes teses modernizantes e, sobretudo, no discurso político imbuído do crescimento econômico – até hoje. Mas, antes de tudo, uma realidade moral e política, cuja dinâmica, segundo o autor, "é opaca e que só reflete de modo visível e, portanto, de modo andódino e importante como mera desigualdade econômica".

[19] Assim, longe de querer apresentar conclusões, tentamos sugerir um conjunto de observações iniciadas por Jessé de Souza, bem como sua discussão que recoloca o conceito de *habitus*, isto é, articula a reflexão de Bourdieu a uma teoria objetiva da moralidade política. Isto não significa que do ponto de vista teórico-conceitual a questão da pobreza e da desigualdade social não tenha sido objeto de preocupação entre os estudiosos do termo. Por isso, não estamos nos propondo a fazer tal construção, uma vez que tal prerrogativa, além de sugerir uma ampla agenda de pesquisa, ultrapassaria os limites impostos por este trabalho.

Em suma, para o autor, a "esquematização" da modernização brasileira não está dada pelas heranças personalistas pré-modernas[20], mas pelo fato de ela ter se processado aqui em combinação com uma esquematização produzida pela ubíqua herança escravocrata, herança condicionante da "subgente" que vive "sob condições especificamente modernas" (aspas do autor).

Essa "esquematização" (aspas do autor) evidencia uma contradição que veio condicionar a importação do capitalismo "de fora para dentro". De acordo com Jessé de Souza (2003a), tal processo levado a cabo mediante "práticas institucionais" – Estado e mercado – que aqui não dispunham do contexto ideacional de fundo moral, religioso e cognitivo, que, na Europa, converteu-se em fermento revolucionário, fez-se presente na "entronização" da lógica econômica do capitalismo e, ao cabo, generalizou um patamar de igualdade desconhecido entre nós. Ainda na opinião deste autor,

> Aqui, a importação das práticas institucionais foi meramente acompanhada de ideologias pragmáticas, como o liberalismo, o qual funcionou como uma espécie de 'graxa simbólica destinada a facilitar a introdução pragmática do mundo dos contratos e da representação elitista no contexto primitivo e personalista anterior, mas que sempre encontrou seu limite em qualquer expansão realmente generalizante desses mesmos princípios. (SOUZA, 2003a, p.185).

A tentativa do autor é a de reconstruir uma teoria da ação social alternativa para o contexto periférico, sobretudo brasileiro, tendo por base a teoria tayloriana dos valores opacos e a teoria do *habitus* de Bourdieu. A noção de *habitus,* apreendida por Jessé de Souza,

> Serve para tentar esclarecer a problemática essencial de toda teoria da ação social que é a questão da "coordenação das ações" dos indivíduos atores, ou seja, a questão de "como"

[20] De acordo com o autor, o debate sobre a desigualdade brasileira tem sido travado sob o signo da fragmentação do conhecimento e da fragmentação da percepção da realidade; é ele – o debate – que faz com que o Brasil tenha convivido com uma desigualdade naturalizada durante todo o processo de modernização que durou dois séculos, condenando 1/3 da sua população à subcidadania. Assim, se o Brasil, alcançou taxas de crescimento econômico entre 1930 e 1980, sem ter, em paralelo, modificado o seu padrão de desigualdade, isso deveria ser uma prova empírica irrefutável da necessidade de levar em consideração outras variáveis. Para Souza, é exatamente no caráter moderno da conflitualidade periférica brasileira que devem ser buscadas as chaves explicativas das suas dramáticas contradições sociais. Compreender tal "modernidade periférica" implica, segundo o autor, subtrair-se do terreno marcado pelas descontextualizadas polarizações do tipo "pré-moderno/moderno" – daqueles princípios estruturantes do personalismo e do patrimonialismo. Assim, sua pretensão é a elaboração de uma "teoria social alternativa" (aspas do autor) para o contexto da modernização periférica brasileira e latinoamericana. "Desse modo, uma teoria social alternativa tem que dispor de uma teoria da ação social também alternativa". (SOUZA, 2006, p.10-12). Essa teoria da ação alternativa tem como ponto de partida os esquemas de interpretação dominantes sobre as causas da hierarquia social e, portanto, acerca da desigualdade social no Brasil.

> obrigações morais e interesses materiais e ideais influenciam comportamento empiricamente observável. (SOUZA, 2006, p. 18)

Dessa forma, Souza (2003b) adverte a necessidade de ter-se clareza teórica e prática acerca das causas reais da marginalização permanente de grupos sociais inteiros, portanto da desigualdade, da formação histórica da subcidadania brasileira. A singularidade brasileira consiste na existência de uma gigantesca "ralé" (aspas do autor) – termo utilizado provocativamente pelo autor - de inadaptados às demandas da vida produtiva e social moderna. Ou seja, portadoras de um *habitus* precário, então, esta "ralé estrutural" (aspas do autor) constitui-se em tipo de personalidade e disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas de um processo produtivo altamente competitivo; também não dispõe de um padrão de aprendizado político e moral exigido pelo tipo do capitalismo.

Contudo, o *habitus* precário, como fenômeno de massa, precisa estar associado a outros fenômenos que sustentam a sua funcionalidade. Mais precisamente, essa massa de inadaptados, de incapazes "precisa beber e estar embebida em um pano de fundo consensual acerca do valor diferencial dos seres humanos". (MACIEL,C., 2006, p. 244). Neste sentido, a ideologia do desempenho assestada em valores da meritocracia, estaria consolidando e premiando a capacidade do desempenho individual sobrepondo-se aos processos coletivos.

Jessé de Souza (2003b, p.177), neste sentido, assinala a questão do ancoramento institucional, isto é, a importância de certas instituições que ancoram a formação do *habitus.* No caso da sociedade brasileira, o mercado e o Estado – como instituições fundamentais –, produziram uma imposição objetiva, independentemente de qualquer intencionalidade individual, universalizando um conjunto de valores que passaram a ser adotados como fatos dados.

Portanto, as causas estruturais da desigualdade ou da exclusão social brasileira estariam cristalizadas na própria especificidade da desigualdade social, a qual seria resultado de uma massa de pessoas socialmente desqualificadas dos valores modernos, em outros termos, de uma parcela da população que não teve oportunidades objetivas de aprendizado econômico, moral e político suficiente, exigido pelo tipo humano do capitalismo (MACIEL, C., 2006, p.306).

Ao longo dos anos, várias teses foram levantadas acerca da especificidade do cooperativismo brasileiro, ancoradas nas vertentes do pensamento social brasileiro. Alguns estudos concluíram que o movimento cooperativista do país atendeu às diretrizes de uma "modernização conservadora" em que o Estado atuava de forma autoritária e centralizada;

portanto, a tese de se estar diante de um complexo processo social: o de controle de mudança social. Daí, os questionamentos sobre quem de fato se beneficiava do cooperativismo quando este assumiu o papel de agente de mudança social. Neste sentido, o cooperativismo era apreendido como fenômeno em suas dimensões políticas e econômicas, a partir de uma construção sociológica, a exemplo de Gilvando Rios (1979).

Neste sentido, Fals Borda (1972), em suas análises, talvez, já estaria sinalizando para a questão da hierarquia moral, na explicação dos fracassos das experiências associativas da América Latina. Ou seja, a importação de modelos cooperativos europeus incompatíveis e estranhos à idiossincrasia da realidade sócio-econômica da América Latina, onde certos elementos do tipo de sociabilidade impediam a consolidação plena de instituições e valores da modernidade. Nesta perspectiva,

> A primeira que se pode observar é a inversão do respectivo processo ocorrido na Europa: ali a criação de cooperativas se plasma ao cabo de vários decênios e de experiências em uma legislação que responde às necessidades locais. Na América Latina começa-se com a legislação, sem que houvesse nenhuma cooperativa funcionando [...]. Nos modelos cooperativos europeus pensou-se, naturalmente nos 'mais adiantados' do século XX que constituem a culminância de todo um processo de mudança social, ajuste jurídico e decantação utópica [...] (BORDA, 1972, p. 335-36).

Neste ponto, talvez, continuamos "tomados de assalto" (aspas nossas) pelo véu da utopia cooperativista, bem como da relação entre trabalho, cooperação e solidariedade, assentadas em formas mais solidárias de convivência. Isto é, "tomados de assalto", porque o *habitus associativo* não se encontra sedimentado e incorporado como dado em todos os grupos, no caso particular em estudo, como marca identitária dos grupos de catadores que buscam partilhar as experiências organizativas. Para Santos e Rodríguez (2002), a organização dos catadores em associações ou cooperativas deve ocorrer num processo integrado de transformação cultural, social e política dos seus membros.

Logo, nas experiências associativas de catadores, aqui analisadas, o *habitus associativo* tende a aparecer como um ajustamento provisório e precário, diretamente ligada a uma situação social de que, em parte, ele é o produto, podendo-se, assim, falar da existência de um *habitus* (precário) que tende a gerar tensões e distensões.

Lembramos Bourdieu (1990, p. 100), ao falar das formas de ajustamento ou desajustamento entre estruturas objetivas e subjetivas. Ao observar essas formas de não

ajustamento das práticas, em configuração histórica específica (particularmente entre os argelinos na década de 1960), o autor nos mostra que tais formas de desajustamento seriam reveladas quando os agentes reproduzem valores anteriores adaptados à sua realidade passada, e que podem não assegurar nem o sucesso nas relações presentes nem a aprendizagem de novas capacidades estratégicas. Consequentemente, pode não levá-los a tomar consciência de outras lógicas de ação e realidades que não correspondem necessariamente à sua lógica ou ao seu meio de socialização.

Seguindo a operacionalização feita por Souza (2003b, p.63), o *habitus* precário seria o limite do *habitus primário* para baixo, cujo tipo de personalidade não atende às demandas objetivas para os indivíduos e/ou grupos.

Em sua empreitada teórica, o autor propõe uma subdivisão interna à categoria *habitus*, dando-lhe um caráter histórico mais matizado, inexistente na análise de Bourdieu. Assim, se o *habitus*

> Representa a incorporação nos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura econômico-social deve implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças. (SOUSA, 2003b, p.62).

Neste sentido, o "*habitus* precário" seria o limite do "*habitus* primário" para baixo. Portanto, aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamentos – de um indivíduo ou de um grupo social – que não atendem às demandas objetivas, isto é, de ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo para que ele seja reconhecido como seu membro (SOUZA, 2003b, p. 63).

Na nossa operacionalização conceitual, o *habitus associativo* tende a aparecer como um ajustamento provisório e precário, diretamente ligado a uma situação social de que, em parte, ela é o produto. Daí, poder-se falar de um *habitus* (precário) e de suas consequências para a desconstrução do *habitus associativo*.

Conforme já dito anteriormente, vários trabalhos, ao analisarem tais organizações, denunciam em alguns casos o trabalho precarizado dos catadores (seja no lixão ou em algumas cooperativas). A precarização tanto é relativizada no mercado de trabalho quanto no próprio empreendimento, caracterizando todo um conjunto insuficiente que se auto-reforça e se complementa. (DINIZ, 2002; VASCONCELOS, 2003; MAGERA, 2003). As pesquisas indicam, ainda, que parte da adversidade do trabalho dos catadores deve-se muito às dificuldades de

organização deles; à falta de confiança entre eles e ao baixo grau de associativismo. No que diz respeito à questão da falta de confiança entre eles, não deve ser confundida, entretanto, com capacidade de cooperação, mas, sim, deve estar ligada à ideia de sentimento de incapacidade, ou ausência de autonomia para a resolução de questões relacionadas a este universo de trabalho associativo.

CAPÍTULO 03 -DELIMITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Mão do lixo

A mão com que eu cato o lixo
Não é a que eu devia ter
Não tenho para ganhar
Na mesa da minha casa
O pão bom de cada dia.
Como não tenho, aqui estou
Catando lixo dos outros,
O resto que vira lixo.

Não faz mal se ficou sujo,
Se os urubus beliscaram,
Se os ratos roeram pedaços,
Mesmo estragado se serve,
Por que fome não tem luxo.
A mão com que cato lixo
Não é a mão que eu deveria ter.
Mas a mão que a gente tem
É feita pela nação.

(Thiago de Mello)

O tema desta pesquisa traz em seu bojo três grandes enquadramentos: o lixo ― o catador – e as organizações associativas de catadores de lixo ― , recorrentes e instigantes de análises, sobretudo no âmbito das Ciências Sociais. De um lado, a quantidade de lixo produzido pela sociedade, o seu destino e os impactos ambientais daí decorrentes. Do outro, a prática da reciclagem do lixo apresentada enquanto solução para o problema do lixo (da crise ambiental); e, finalmente, a atividade de coleta/reciclagem apresentada como uma alternativa para a geração de trabalho e de renda.

Esse imbricamento entre os rejeitos físicos (lixo) e os humanos (excluídos) revela uma das consequências da modernidade: o aumento da produção de bens descartáveis, a escassez e o aumento do número de desempregados, elementos dialeticamente conexos. Portanto, conforme, um dos trechos do poema de Thiago de Mello: “O resto que vira lixo” e, alguém “catando lixo dos outros”.

Apesar de toda abrangência que permeia o objeto de estudo, um aspecto determina o tema desta tese: a emergência, as tensões e os desafios que perpassam as experiências associativas de catadores (recicladores) no cenário brasileiro, nos últimos dez anos.

3.1 A QUESTÃO DO LIXO: ENQUANTO PROBLEMA E SOLUÇÃO AMBEINTAL.

A palavra lixo origina-se do latim *lix*, que significa cinzas ou lixívia. O conceito de lixo ou resíduo pode variar conforme a época e o lugar. Segundo Calderoni (1998),

> A definição e a conceituação dos termos "lixo", "resíduo" e "reciclagem" diferem conforme a situação em que sejam aplicadas. Seu uso na linguagem corrente, com efeito, distingue-se de outras acepções adotadas consoante a visão institucional ou de acordo com seu significado econômico. Na linguagem corrente, o termo resíduo é tido praticamente como sinônimo de lixo. Lixo é todo material inútil. Designa todo material descartado posto em lugar público. Lixo é tudo aquilo que se "joga fora". É o objeto ou a substância que considera inútil ou cuja existência em dado meio é tida como nociva. (CALDERONI, 1997, p.16).

Na perspectiva sociológica o lixo é composto por representações, objetos e produtos dos mais variados, os quais se configuram como restos de uma ideologia que prima pelo consumo desenfreado e instantâneo, pela invenção daquilo que é utilizado uma única vez ou pouco tempo e, em seguida, é jogado fora (RODRIGUES, 1992 apud ESCURA, 1997).

Grossi (1999, p.72) nos mostra que os vários objetos depositados no lixo são portadores de significações sociais e culturais. Além de valores econômicos, tais objetos veiculam hierarquias sociais e culturais. Por isso, uma calça jeans, um tênis ou outro produto qualquer, estando na moda ou não, não tendo mais utilidade são jogados no lixo, e para o catador assume a mesma relevância simbólica que tinha para o outro dono.

Portanto, concordamos com Gonçalves (2003, p.88) que considera a palavra lixo como provocativamente adequada para discutir a questão do lixo no seu contexto social: de uma sociedade de consumo excessiva, de desemprego, de escassez, portanto, de uma sociedade que

exclui o trabalho vivo e invisível dos catadores. Por isso, utilizaremos tanto o termo lixo como "materiais" (aspas nossas) cuja denominação é atribuída pelos próprios catadores entrevistados.

Já o termo resíduo é caracterizado como um termo técnico ou neutro, que passou a ser utilizado tanto nos meios acadêmicos quanto institucionais e profissionais. De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1987-NBR 10.004), resíduos sólidos são aqueles nos estados sólido e semi-sólido que resultam de atividades da comunidade, de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. A classificação do lixo pode ocorrer de várias formas, sendo uma delas quanto à origem. Neste caso, incluem-se, sobretudo, os resíduos domiciliares, comerciais, conforme, sintetizamos no quadro abaixo.

Classificação do Lixo	**Origem**	**Tipos**
Lixo Doméstico	Domicílios e residências	Restos de alimentos, cascas de frutas, embalagens plásticas, metal, vidro, papel e papelão e etc.
Lixo Comercial	Estabelecimentos comerciais e de serviços (bancos, supermercados, hotéis, restaurantes e etc.)	Composto por material inorgânico (papel, papelão, embalagens, plásticos e etc.)
Lixo Industrial	Diversos ramos industriais	Rejeitos de diversos setores industriais
Lixo Hospitalar	Ambulatórios, hospitais, laboratórios de exames clínicos e etc.	Resíduos sépticos: seringa, gazes, tecidos removidos, culturas, remédios, raios X, restos de alimentos de pacientes e etc.
Lixo Público	Originado dos serviços de limpeza pública urbana	Varrição das vias públicas, limpeza de praia e feiras e etc.
Lixo Agrícola	Resíduos sólidos advindos das atividades agrícolas e da pecuária	Embalagens de fertilizantes e defensivos agrícolas que são altamente tóxicos.
Lixo Nuclear (radioativo)	Advindos das usinas nucleares	Composto de bastões combustível e radioativo, os quais, ainda hoje, não se sabe qual o seu destino.
Lixo Entulho	Originado da construção civil	Composto por materiais de demolição ou restos de materiais de construção (azulejos, metais, cimento, tijolos e etc.)

Quadro 01 - Classificação do Lixo
Fonte: ABNT (1987).

Outra questão importante em torno do lixo encontra-se relacionada com o seu destino. Por disposição final do lixo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos orienta a colocação de resíduos sólidos em aterro sanitário/industrial, de modo que possam permanecer por tempo indeterminado em estado natural ou transformado em materiais adequados a essa permanência, sem causar dano ao meio ambiente e à saúde pública.

Dessa forma, o lixo deve ser depositado em unidades receptoras, cujas instalações devem ser licenciadas pelas autoridades ambientais competentes, para a recepção, segregação, tratamento ou destinação final dos resíduos.

Boa parte do lixo brasileiro ainda é destinada a terrenos a céu aberto ou lixões. Cerca de 80% das 228.413 t. de lixo domiciliar coletado no Brasil, todos os dias, são depositados em lixões a céu aberto (RODRIGUES; GRAVINATTO, 2006). Os lixões são depósitos a céu aberto, no qual os resíduos sólidos são depositados irregularmente ou clandestinamente, sem atender às técnicas de engenharia, causando poluição, risco de contaminação do solo, de rios e águas subterrâneas – caso dos resíduos que alcançam os lençóis freáticos.

A Política Nacional de Meio Ambiente, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, aponta as principais formas de disposição ou métodos de redução dos resíduos, conforme demonstra o quadro abaixo:

Principais Métodos e Outras Formas de Redução de Resíduos Sólidos	**Significado**
Aterro Sanitário	É a técnica de disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo, por meio de confinamento em camadas cobertas com material inerte, segundo normas técnicas específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde e à segurança, minimizando os impactos ambientais.
Aterro Industrial	Trata-se de um local de disposição final de resíduos sólidos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à sua segurança, evitando a contaminação de águas subterrâneas, minimizando os impactos ambientais e utilizando princípios específicos de engenharia para confinar esses resíduos.
Aterro Controlado	Trata-se de uma modalidade de disposição de resíduos extremamente frágil e, portanto, questionável quando definida como uma forma "adequada" de tratamento.
Compostagem ou Usinas de Compostagem	A compostagem é um processo de decomposição biológica de fração orgânica biodegradável de resíduos sólidos, efetuado por uma população diversificada de organismos em condições controladas. A usina de compostagem é a instalação dotada de pátio de compostagem e conjunto de equipamentos destinados a promover e/ou auxiliar o tratamento de frações orgânicas dos resíduos sólidos.
Incineração	É o processo físico-químico que emprega destruição térmica via oxidação a alta temperatura (aproximadamente 800ºC) para destruir fração

	orgânica e reduzir o volume do resíduo.
Reciclagem	É o processo de transformação de resíduos sólidos que envolve a alteração das propriedades físicas e físico-químicas deles, tornando-os insumos destinados a processos produtivos.
Principais Métodos e Outras Formas de Redução de Resíduos Sólidos	**Significado**
Reuso	Consiste no aproveitamento do resíduo sem transformação físico-química, assegurado, quando necessário, o tratamento destinado ao cumprimento dos padrões de saúde pública e meio ambiente.
Co-Processamento	É o processo de destruição térmica de resíduos em fornos industriais devidamente licenciados para este fim, com aproveitamento energético e/ou aproveitamento de matérias-primas.

Quadro 02 - Principais Métodos ou Alternativas de Disposição e Redução dos Resíduos Sólidos
Fonte: (BRASIL, 1997).

Deve-se destacar que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), embora se constitua numa proposta (em discussão) de resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), de certa forma é um aporte na questão da minimização de resíduos, reutilização, reciclagem, tratamentos e disposição final no Brasil.

De acordo com o quadro 02, em conformidade com a PNRS, seja qual for o sistema de gerenciamento de lixo (incineração, compostagem, aterros sanitários, entre outros métodos) a existência de um aterro sanitário é indispensável, sobretudo de uma legislação pertinente que dispõe de critérios e sanções.

Nos aterros sanitários, o lixo deve ser compactado e recoberto e os afluentes (líquidos e gasosos) devem ser captados e tratados de forma adequada. Vários critérios devem ser observados na escolha da área, devendo o projeto do aterro incluir componentes, com cerca envolvendo toda a área de operação, guarita, sistemas de drenagem de águas pluviais, de afluentes líquidos e de gases (BRASIL, 1997).

Além disso, recomenda-se que quando o aterro sanitário estiver com a capacidade máxima de lixo, encerra-se sua "vida útil". Dessa forma, deve-se mantê-lo sob vigilância e manutenção por, pelo menos, cinco anos, pois continua a produzir lentamente chorume (líquido escuro derivado do lixo) e biogás por mais dez anos.

No âmbito governamental, algumas ações foram introduzidas. No segundo Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), através da criação da Secretaria de Qualidade

Ambiental em Assentamentos Humanos buscava-se solucionar os problemas ambientais urbanos. Tendo por base os princípios da "Agenda Marron", os quais enfatizavam as questões sociais ligadas à gestão ambiental com relação ao lixo, foram estabelecidas algumas diretrizes para maior aplicação racional de recursos para erradicação dos lixões. Neste sentido, o Ministério Público buscou atuar junto às municipalidades para erradicação dos lixões. Contudo, tal atuação vem funcionando de forma desarticulada e pontual, motivada muitas vezes por pressões de entidades ligadas direta ou indiretamente às questões ambientais.

Em 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou um plano para qualificar profissionalmente os catadores de materiais recicláveis, elaborado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). A proposta era capacitar os trabalhadores informais que faziam parte de associações, os quais estavam envolvidos em atividades que iam desde a coleta seletiva até a comercialização. Neste sentido, o Plano previa não apenas a capacitação técnica (separação correta dos materiais), mas também a orientação no sentido de organização do empreendimento, por exemplo, cursos de gestão.

Vale ressaltar, ainda, que, desde 1996, a Caixa Econômica Federal vem financiando projetos para implantação de aterros sanitários, simultaneamente com projetos de Coleta Seletiva, incluindo o apoio às cooperativas de reciclagem. Assim, foram financiados projetos de outra natureza como "Entulhos Bom", na Bahia, e projetos de educação ambiental com foco na gestão dos resíduos sólidos urbanos em Macaé, no Rio de Janeiro, na cidade de Recife, em Pernambuco, e em Mata de São João, na Bahia.

3.2 A RECICLAGEM: UMA "SOLUÇÃO" PARA O PROBLEMA DO LIXO

O surgimento do lixo inorgânico (papel, plástico, vidros e etc.) culmina na reciclagem ou no reaproveitamento, o que não é uma idéia recente. Burke (2001) mostra que a reciclagem já fora implantada por empresários no século XVIII, em Roma, os quais lucravam não só ao garantirem a limpeza das ruas, mas também ao venderem os dejetos humanos e animais como adubo. Entretanto, neste caso, trata-se de lixo orgânico, degradável. Há alguns registros arqueológicos que demonstram que a recuperação de materiais a partir do lixo seja uma atividade

milenar. Partindo desse princípio, Dias (2002, p.39) afirma que desde a Antiguidade, o lixo foi a principal fonte de sobrevivência dos destituídos sociais. Em seu estudo sobre os "Trapeiros Parisienses", a autora revela que estes sempre foram desprezados e marginalizados, tendo sido socialmente excluídos e oficialmente perseguidos, sofrendo acusações de que se constituíam como bárbaros e vagabundos responsáveis pelos problemas sofridos pela sociedade, tais como violência urbana, roubos e epidemias.

Nas duas últimas décadas, a proposta de desenvolvimento sustentável[21] sobressai como uma alternativa eficiente que pode assegurar um crescimento mais racional, portanto uma "solução" para a crise ambiental[22].

De fato, o lixo (os resíduos sólidos) enviado ao seu destino final (lixões, aterros e outros métodos de acondicionamentos) não encerra um ciclo. Daí, a reciclagem ser apresentada e comprovada como fundamental neste processo. Além disso, o lixo proporciona geração de renda (lucros) aos donos de depósitos, sucateiros e indústrias de reciclagem.

Neste sentido, a reciclagem de resíduos sólidos aparece dentro da concepção de desenvolvimento sustentável como uma das possibilidades de solução e gestão ecológica para a grande quantidade de resíduos gerados. A gestão ecológica do lixo compreende três princípios básicos, constituindo-se na Política ou Pedagogia dos 3Rs: Reduzir, Reutilizar e Reciclar[23].

Ao questionar tal política, Layrargues (2002, p.182-183), mostra que ela tem adquirido dois significados distintos: de um lado, o discurso ecológico oficial (propagado pelo ambientalismo governamental e representante da ideologia hegemônica, o qual é encarregado de

---

[21] A Agenda 21 brasileira afirma: Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Mais que um conceito ele traduz o desejo de mudanças de paradigma, a busca de um estilo de desenvolvimento que não seja socialmente injusto e danoso ao meio ambiente.

[22] De acordo com Leff (2005), a crise ambiental é uma crise da razão da civilização moderna, como uma crítica da racionalidade social e do estilo de desenvolvimento capitalista de produção e consumo dominante, crise esta que se apresenta como limites. Ou seja, limites dos desequilíbrios ecológicos, limites das capacidades de sustentação da vida, limites da pobreza e das desigualdades sociais. A partir do reconhecimento científico da crise ecológica que afeta tanto os países desenvolvidos quanto os em via de desenvolvimento, busca-se uma tentativa de reconciliação entre o crescimento econômico capitalista e a proteção ao meio ambiente como resposta para tal crise. Assim, por meio de políticas e de tecnologias, buscam-se alternativas para proteger e/ou de recuperar o meio ambiente das consequências da industrialização sem que se alterem os mecanismos estruturais da sociedade.

[23] Ou seja, os princípios dos 3Rs devem permitir e conservar os recursos naturais e energéticos que normalmente são utilizados na fabricação de produtos, e possibilitar a diminuição da quantidade de resíduos sólidos. Dessa forma, reduzindo a produção de lixo, reutilizando e reciclando o restante.

manter os valores culturais instituídos da sociedade)[24]; do outro, o discurso ecológico alternativo (enunciado pelo ambientalismo coorporificado e pelo movimento social organizado, buscando se afirmar como ideologia contra-hegemônica dos valores subversivos à ordem social e econômica instituída).

O discurso alternativo se contrapõe ao colocar uma seqüência lógica a ser seguida. Neste sentido, defende Layrargues: "a redução do consumo deve ser priorizada sobre a reutilização e reciclagem; e depois da redução do consumo, a reutilização deve ser priorizada sobre a reciclagem". (LAYRARGUES, 2002, p.185). Logo, a questão do lixo é, antes de tudo, um problema cultural e não de ordem técnica[25].

De fato, a visão hegemônica do desenvolvimento sustentável toma os problemas ambientais e sociais como meros problemas técnicos e administrativos, sendo passíveis de medidas políticas mitigadoras e compensatórias. E, neste sentido, o discurso global do desenvolvimento sustentável tomou a sociedade e o desenvolvimento, dentro de uma concepção evolucionista e totalizadora de crescimento econômico: "A natureza – como realidade externa à sociedade e às relações sociais – tornou-se passível de ser manejada, administrada e gerida, de modo a não impedir o desenvolvimento" (ZHOURI; LASCHEFSK; PEREIRA, 2005, p.29).

Neste sentido, a visão institucionalizada de desenvolvimento sustentável, longe de adotar uma perspectiva de sustentabilidade, tende a perpetuar políticas sociais e ambientalmente injustas que incorporam soluções tecnológicas para as chamadas "externalidades" do processo produtivo.

---

[24] Segundo o autor, o discurso oficial alterou a ordem de prioridade da Política dos 3Rs, ao conferir máxima importância à reciclagem, em detrimento da redução do consumo e do reaproveitamento; desativa a redução do consumo, mas para evitar a formação de uma lacuna, transporta a importância da redução do consumo para o desperdício. Significa que não faz sentido propor uma redução do consumo, pois o problema não decorria do consumismo, mas do consumo insustentável. Ou seja, o problema não seria cultural, mas técnico. Essa alteração, para o autor, foge dos princípios estabelecidos pelo Clube de Roma que reconhecia o aumento da vida útil dos bens, a diminuição da obsolescência dos objetos de forma planejada, a recuperação dos bens deteriorados e a reutilização dos bens descartáveis são estratégias muito mais eficientes do que a reciclagem. Portanto, ao se contrapor o discurso oficial apresenta a reciclagem e a coleta seletiva como uma alternativa ecologicamente correta e tecnológica para o tratamento dos resíduos sólidos e, enquanto solução para a saturação dos depósitos de lixo, gerando novos negócios empresariais, como também contribuindo para a proteção ambiental, mas mantendo o padrão convencional de consumo (LAYRARGUES, 2002, p. 186-187).

[25] Tomar o lixo como problema de ordem técnica constitui-se numa visão reducionista da reciclagem, uma vez que não se prima por uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo. Na verdade, permite-se, a permanência da estratégia produtiva da descartabilidade e do caráter expansionista do capitalismo. Ou seja, torna-se a reciclagem do lixo numa atividade-fim, "em vez de considerá-la um tema-gerador para o questionamento das causas e consequências da questão do lixo, remete-nos de forma alienada à discussão dos aspectos técnicos da reciclagem, evadindo-se da dimensão política". (LAYRARGUES, 2000, p.180).

Logo, tais instituições se empenham no envolvimento da sociedade civil, promovendo capacitação daqueles atores considerados “mais fracos”, para as “negociações” com os agentes governamentais e com o setor privado. Entretanto,

> Em teoria, esse tipo de governança seria remissiva à busca de uma gestão livre de validação por ideologias dominantes, para melhor divisão de poder entre parcerias. Na prática, porém, não garante, de fato, uma orientação na direção de um projeto plural, democrático e sustentável, reivindicado pelas diversas lutas sociais. (ZHOURI; LASCHEFSK; PEREIRA, 2005, p.31).

Neste aspecto, a crítica levantada por Layrargues (2002, p.192) é fundamental ao questionar quais os verdadeiros tamanhos que a reciclagem tem proporcionado ao meio ambiente. O autor lembra a reciclagem da lata de alumínio no Brasil. O primeiro argumento apresentado para o alumínio é a sua possibilidade de ser 100% reciclável, implicando na diminuição do volume dos resíduos nos depósitos de lixo e na economia do recurso natural necessário à sua fabricação: a bauxita. O segundo argumento utilizado é de caráter social e econômico, isto é, a reciclagem de latas de alumínio gera renda para os catadores e sucateiros, e possibilita a economia de energia elétrica.

Daí, o autor questiona: “qual o tamanho da ajuda que a reciclagem da lata de alumínio proporciona ao meio ambiente? Qual o tamanho da redução da demanda de bauxita, e da minimização de espaço nos depósitos de lixo?” (LAYRARGUES, 2002, p. 198). Em síntese, conforme o autor, o Brasil não deixou de extrair bauxita, nem de reduzir sua produção de alumínio primário em função da reciclagem. Nem, tampouco, os catadores são os maiores beneficiados nesta cadeia da reciclagem, pois os ganhos encontram-se concentrados nas indústrias de reciclagem.

Em sua pesquisa realizada no município de São Paulo, Calderoni mostra que,

> Apesar de a remuneração do catador e sucateiro, oriunda da reciclagem, contribuir para a melhoria de sua condição de vida, os ganhos econômicos estão mal distribuídos [...], a indústria de reciclagem aufere a maior parte dos ganhos, alcançando quase R$ 215 milhões (cerca de 66% da fatia total obtida pela reciclagem do Lixo). O restante dos ganhos é repartido entre a Prefeitura, que retém R$ 36 milhões (11%), os sucateiros, que recebem R$ 32 milhões (quase 10%) e os catadores, que obtêm quase R$ 43 milhões (13%). (CALDERONI, 1996 apud LAYRARGUES, 2002, p. 197).

É importante mencionar, que a gestão ecológica do lixo, ou uma política municipal de gestão do lixo (dos resíduos sólidos) implica numa gestão interdisciplinar dele, envolvendo um conjunto articulado de ações normativas, operacionais, financeiras e planejamento estratégico para uma administração municipal. Os municípios são os responsáveis tanto pela coleta quanto

pela destinação final do lixo, conforme estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Muito embora haja evidências de que essa tarefa não seja efetivamente realizada, tanto diante do volume de lixo cada vez maior produzido pelas cidades, quanto pela dificuldade de o Poder Público compartilhar a responsabilidade com a população, tanto no controle quanto no acompanhamento dos serviços de limpeza urbana, bem como da coleta seletiva, nos termos da legislação.

De fato, vários municípios brasileiros encontram dificuldades no tocante à gestão ambiental do lixo. Segundo Magera (2003, p.110), no Norte e Nordeste brasileiro, 68,5% dos resíduos das grandes cidades são jogados nos lixões e alagados, e só 451 cidades fazem coleta seletiva de detritos, número que representa menos de 9% dos municípios do país. Além do mais, em um levantamento ambiental e social realizado pela Unicef no Brasil acerca da destinação final do lixo, constatou-se a precária situação existente: aproximadamente 88% dos municípios não possuam Conselho de Meio Ambiente, principal instrumento de controle social da problemática ambiental.

De fato, os custos da coleta seletiva tornaram-se altos para as prefeituras municipais: despesas de coleta, beneficiamento primário, programa de educação ambiental e comunicação, isto é, os custos do programa aumentam exponencialmente. De acordo com Romani (2004),

> O poder público, na condição de agente de desenvolvimento municipal, se defronta então com o desafio e a oportunidade de modificar a lógica do sistema de gestão de resíduos, muitas vezes já enraizada, e viabilizar políticas de incentivo a programas de coleta seletiva, com inclusão social. (ROMANI, 2004, p. 12).

Além do mais, com os fins dos lixões e a implantação dos aterros sanitários, os catadores já não podem participar da cadeia ou até podem de forma informal e marginal. Assim, é fundamental que o administrador público

> Com apoio de outros atores responsáveis pela elaboração de políticas públicas e pela criação de instrumentos legais, com os vereadores, perceba o catador e a catadora como parceiros na definição das diretrizes de governo relativas ao manejo responsável e sustentável dos resíduos gerados na cidade. (ROMANI, 2004, p.13).

3.2.1 Elos da Cadeia de Reciclagem

Nos últimos anos, o comércio de materiais recicláveis (refugos que servem de matéria-prima: papel, metais, vidros, plásticos etc.) se expandiu a ponto de construir uma cadeia de produção, circulação e distribuição formadas por diferentes elementos, conforme sistematizamos no gráfico abaixo:

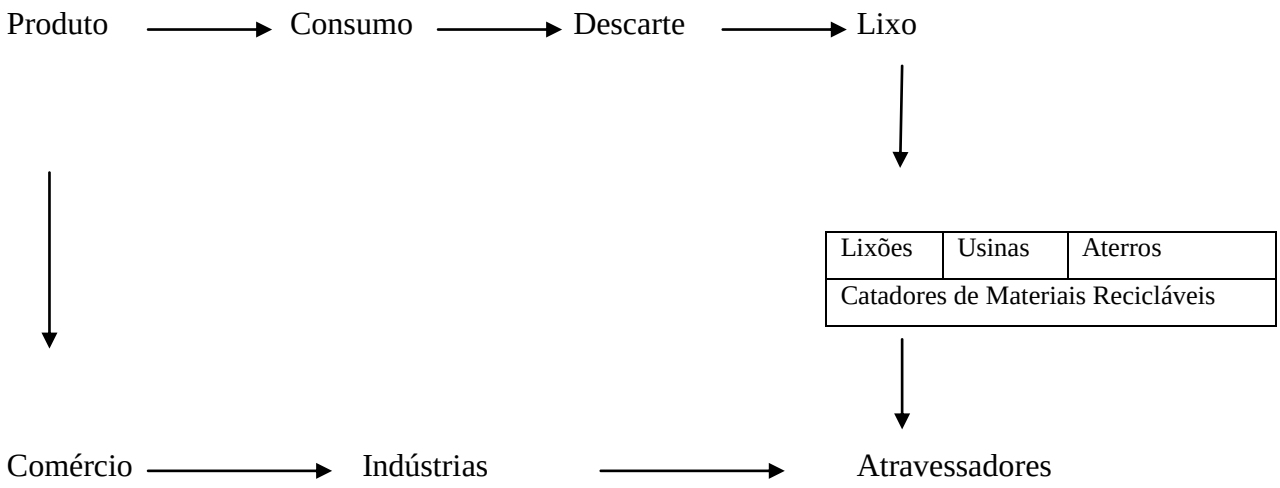

Gráfico I – Cadeia Produtiva da Reciclagem
Fonte: Gonçalves (2005, p.104)

Portanto, de acordo com o gráfico acima, o funcionamento do mercado de reciclagem ou a cadeia de reciclagem encontra-se segmentado em três agentes: o catador autônomo (associado ou não), o qual realiza a primeira etapa do processo de reciclagem (coletando e separando o lixo), num cenário competitivo, pois quem chega primeiro leva o "lixo melhor".

Os sucateiros (formal ou informalmente) que se inserem na segunda do processo, comprando os produtos coletados pelos catadores ou pelas cooperativas, depois revendendo tais produtos para as indústrias recicladoras que realizam a terceira etapa do processo. Trata-se, portanto, de um processo, o qual Grossi (1999) denominou de "circuito econômico do lixo", isto é, na semântica da cadeia de produção, consumo e distribuição do lixo, surgem complexas formas de relações materiais e simbólicas e de divisão social do trabalho que se estabelecem num determinado espaço, como se assemelham nos casos aqui estudados.

a) A apropriação e a transformação do lixo em mercadoria através do trabalho humano: que trabalho é esse?

Numa perspectiva histórica, a figura do catador lembra, conforme Gonçalves (2006), aqueles senhores que saíam pelas ruas com suas carroças, comprando garrafas, metais etc. Outros recolhiam o lixo independentemente de sua separação prévia, ou mesmo antes que o caminhão passasse para recolher o lixo deixado na calçada. Na verdade, essas pessoas, em geral, tinham um histórico de vida ligado às condições de extrema pauperização. Viviam nas ruas ou catavam lixo por causa de uma situação de desemprego e não possuíam outra forma de angariar recursos que não o da coleta de lixo, sendo, portanto, esta coleta sempre realizada de maneira informal, tal como a de vendedor ambulante, dentre outros.

Tanto no Brasil quanto em outros países em vias de desenvolvimento, a atividade de coletar (catar) tornou-se uma considerável fonte de sobrevivência para uma parcela da população. Estima que cerca de 150 mil pessoas sobrevivam da catação de latas de alumínio e um tanto ainda maior da de papel e papelão (MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL, 2002).

Ao mesmo tempo, vários estudos têm-se debruçado a analisar os catadores em seu processo de trabalho (BURSZTYN, 2000; ESCOREL, 1999; JUNCÁ, 2001; AZEREDO, 1999; DINIZ, 2002), ou como parte integrante da cadeia de reciclagem no país (GONÇALVES, 2005; GROSSI, 1999). Parte desta literatura será evidenciada ao longo deste trabalho.

Grossi (1999, p.72), por exemplo, ao analisar o catador como parte da cadeia de reciclagem, mostra que eles catam dejetos culturais, supostamente, desprovidos de valor de uso e de troca que certos setores da sociedade devolvem à natureza. Alguns objetos depositados no lixão são portadores de significações sociais e culturais, pois não conseguem mais veicular seu significado de diferenciação social e devem ser jogados fora, reforçando as diferenciações sociais. Determinados tipos de alimentos também são aproveitados pelos catadores, tanto pela possibilidade de troca quanto pelo seu valor de uso por eles.

Evidentemente, grande parte dos alimentos chega ao lixo com prazo de validade vencido ou em processo de putrefação. Contudo, dependendo das necessidades, os catadores levam-na para casa, ou chegam a comê-la no mesmo local. Neste processo de transmutação, num primeiro momento, as mercadorias perdem seus valores de uso e de troca, (já que não conseguem veicular seu significado de diferenciação social) e se tornam lixo (resíduo); e, num segundo momento, transformam-se em mercadorias, isto é, readquirem valores de uso e valores de troca, revelando

que a mercadoria tanto pode ser um fator de degradação do lugar onde se encontra acumulada, quanto um fator de sobrevivência, com a reutilização ou reciclagem (GROSSI, 1999).

Alguns tipos de materiais são bastante disputados entre os catadores, como: garrafas, papelão, latinhas de alumínio, alumínio, ossos, etc. A preferência por determinados tipos de materiais deve-se ao fato de estes possuírem um mercado correspondente para aquelas mercadorias, isto é, são os mais comercializados entre eles e os sucateiros, ou seja, demandados pela indústria de reciclagem.

No que tange às condições de trabalho e de vida dos catadores de lixo, alguns estudos demonstram a importância de um discurso amparado na idéia da viabilidade econômica da reciclagem. Para Calderoni (1998), trata-se de uma espécie de afirmação da importância desta atividade, transformando o trabalho do catador numa profissão visível e socialmente importante pelo fato de estar diretamente associada à necessidade do processo de reciclagem e de reaproveitamento do lixo que a sociedade urbana apresenta.

Contudo, o catador é o agente que menos se beneficia dentro da cadeia de reciclagem, tendendo a ser eliminado dela. De fato,

> É o que vem ocorrendo, já que, para a indústria de reciclagem, o fortalecimento desse grupo social significa uma potencial perda da sua capacidade de concentração de renda. A participação dos catadores vem diminuindo nos índices de reciclagem: "em 1992, 90% das latas eram recicladas por catadores, já em 2000, eles reciclaram apenas 35%, enquanto as 16 mil instituições coletoras de latinhas reciclaram 65% do total, metade das quais são representadas pelas escolas. (LAYRARGUES, 2002, p.202 e 203).

Já Diniz (2002, p.34), numa pesquisa realizada nos lixões das cidades de Sousa, Patos e Pombal no Estado da Paraíba, constatou que a intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada por mais de oito horas por dia, para obter menos de um salário mínimo mensal, constitui-se numa característica do trabalho dos catadores nos lixões. Além do mais, os baixos preços dos materiais e dos salários levavam os catadores a prolongarem a jornada de trabalho. Neste sentido, a autora, constatou "que aproximadamente 69% dos catadores, para obterem sua sobrevivência, chegam a trabalhar mais de 10 horas por dia, isto é, para garantir uma renda que possibilite a sua reprodução, chegam a trabalhar mais de 10 horas por dia". (DINIZ, 2002, p.34).

As características deste tipo de atividade refletem uma das formas contemporâneas que o trabalho informal vem assumindo: de precarização e subproletarização subordinadas à lógica da acumulação capitalista. Conforme assinala Diniz (2002), o trabalho de catar lixo nos lixões revela

a exploração do trabalho, mediante relações informais que podem ser definidas na esfera da circulação. O catador sem nenhum vínculo empregatício torna-se vendedor de determinadas mercadorias para um capitalista que ele ignora quem seja.

Parafraseando Azeredo (1999), os catadores do lixão "vivem num mundo de falsas inclusões", pelo fato de esta "inclusão" residir num círculo de "relações sociais precárias e marginais", demonstrando a forma "precária e desigual" em que se inscreve a inclusão social politicamente declarada daqueles. Para a autora, os catadores se inserem num contexto de "cidadania restrita" (aspas da autora), pois a verdadeira batalha se dá no âmbito da busca pela humanidade que lhes pertence. Em outros termos, a cidadania restrita se daria pelo fato de ambos os reconhecimentos – do trabalho e o da condição de humanidade – se apresentarem restritos ao âmbito das relações de amizade construídas no lixão, sem acesso à sociedade como um todo.

A precariedade das condições de trabalho dos catadores se revela, ainda, nos riscos decorrentes delas. Os catadores trabalham em um ambiente insalubre, não utilizam nenhum tipo de proteção, alimentam-se de lixo etc.

Em alguns lixões, são depositados os mais diversos tipos de lixo, sobretudo o lixo especial (industrial, cemitério, hospital, matadouro e etc.), sem nenhuma política de acondicionamento adequada. O lixo hospitalar (seringas, bisturis, remédios vencidos, restos humanos, gases sujas de sangue e outras substâncias) ainda encontra-se acumulado nos lixões de várias cidades. Essa forma de disposição é considerada legalmente como crime ambiental, pois além de causar danos ambientais, coloca em risco a saúde pública, conforme estabelece o Art.225 da Constituição Federal (1988):

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso, comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1997, p.135).

Portanto, o trabalho dos catadores de lixo possui algumas particularidades que o diferenciam de outros tipos de trabalho informal. Para Grossi (1999, p.73), trata-se de um tipo de coleta urbana, ligada diretamente ao autoconsumo, e de uma atividade integrada ao processo

capitalista de produção industrial e de circulação nos centros urbanos. Neste sentido, o "nexo social" (aspas da autora) entre o trabalho privado dos catadores de lixo é estabelecido porque o sistema capitalista gerou em seu desenvolvimento o que se denomina hoje de "mercado de reciclado" (aspas nossas) que paralelamente gerou uma massa de trabalhadores para este tipo de atividade.

b) O mercado (indústria) de reciclagem: as relações entre os catadores, sucateiros e a indústria de reciclagem.

O discurso empresarial indica que o mercado de reciclagem vem sendo promissor. Os dados estatísticos apresentados buscam corroborar com o discurso. O exemplo de um mercado que vem crescendo é o de embalagens plásticas, especialmente para bebidas carbonatadas, pois há indícios do aumento do mercado de embalagens PET (Plástico Polietileno de Garrafas) produzido com material reciclado.

Dias e Varsano (2007) apoiados nos dados da ONG, Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE)[26], mostram que 21% da resina PET produzida em 1996 foi reciclada. Estima-se que alguns programas oficiais de coleta seletiva em mais de 80 municípios brasileiros recuperem cerca de 1000 toneladas/ano. Outro mercado significativo é o de latas de alumínio, haja vista que foram reciclados 2,5 bilhões de latas de alumínio no Brasil, volume que representa 41 mil toneladas de material. Cerca de dois mil sucateiros são responsáveis pela coleta, que corresponde à metade do suprimento de sucata para a indústria de reciclagem. Estima-se, assim, que, com a reciclagem de latas, deixa de ser retirado do subsolo o equivalente a cinco quilos de bauxita (minério que produz o alumínio) para cada quilo de alumínio fabricado.

[26] A ONG Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE) é formada por grandes empresas, inclusive multinacionais, a exemplo da coca-cola, cuja principal missão é ampliar o mercado de reciclagem. A entidade dispõe de um banco de dados que informa quem compra, o que compra e onde compra em todo o território brasileiro.

Neste sentido, o “discurso ambiental empresarial” busca assegurar as vantagens da reciclagem não só do ponto de vista do aumento da vida útil dos materiais, gerando negócios empresariais, mas, sobretudo, no tocante aos impactos sócio-econômicos na geração de renda, ou seja, os argumentos em torno dos benefícios sociais da reciclagem. Mas, para quem?

Rodrigues (2002, p.341) mostra que os ganhos econômicos auferidos da reciclagem estão mal distribuídos. Ao analisar as cooperativas de lixo na Colômbia, especificamente, o mercado de reciclagem em Bogotá, indica que “o mercado de reciclagem é um oligopsônio: um reduzido número de empresas consome os materiais recicláveis e impõe as condições e os preços aos recicladores".

No Brasil, o mercado de reciclagem encontra-se estruturado em torno dos catadores (associados ou não que trabalham em usinas, aterros sanitários; centros de triagem, coleta seletiva nas ruas ou nos lixões), dos sucateiros (donos de depósitos) os quais se dedicam à compra e à venda de materiais recicláveis. Espalhados em todo o território brasileiro, grande parte dos sucateiros atua na informalidade. Para Gonçalves (2005), os sucateiros desempenham um papel fundamental nas relações estabelecidas no lixão, já que eles são os únicos mediadores entre os catadores e a indústria de reciclagem. São os sucateiros que dispõem de capital que lhes permite articular a comercialização entre os demais agentes econômicos.

Para Grossi (1999, p.76), “estas relações entre livres contratantes, na realidade, revelam a materialização de relações de domínio e subordinação". Isto é, os catadores vendem livremente as mercadorias e entram numa relação frontal com os sucateiros, como possuidores iguais. Contudo, mesmo não possuindo nenhum vínculo empregatício com os sucateiros, eles são explorados indireta ou sutilmente.

Portanto, na forma em que se encontra estruturado o mercado de reciclagem no Brasil, apenas os intermediários e as indústrias recicladoras apropriam-se dos benefícios derivados da reciclagem, enquanto os catadores recebem, como mencionado anteriormente, rendimentos que são inferiores. Além disso, a estrutura e a dinâmica do mercado da reciclagem revelam uma relação de exploração entre aqueles que desenvolvem atividades informais (catadores e sucateiros) e formais (indústria de reciclagem). Dessa forma, isso permite

> Uma conduta individualista e concorrencial que perpetua a estrutura de exploração do mercado de reciclagem, e torna especialmente difíceis os esforços desenvolvidos para

> organizar a população recicladora em relação aos valores da cooperação e solidariedade. (RODRIGUES, 2002, p.344).

c) As cooperativas e associações de catadores (recicladores) de lixo (materiais recicláveis)

As primeiras experiências associativas de catadores de lixo no Brasil datam do final da década de oitenta[27]. Atualmente, vários empreendimentos associativos encontram-se organizados em níveis bastante diferentes de formação.

A formação de cooperativas ou de associações de recicladores vem sendo estimulada e amparada por órgãos governamentais e não governamentais e pelo setor privado. Para Azeredo (1999), os catadores têm conseguido resgatar historicamente uma atividade reconhecida anteriormente sob o signo da vadiagem, do ócio e da mendicância, transformando-a em profissão, na medida em que veem no lixo a possibilidade de subsistência traduzida na dignidade do trabalho.

Outros estudos têm analisado as perspectivas que se abrem para os catadores participantes de associações e/ou de cooperativas. É o caso dos estudos de Magera (2003), Andrade (2004), Nunes (2004) e outros, os quais apontam os desafios e as dificuldades que impedem essas organizações de se tornarem viáveis e autossustentáveis economicamente.

Magera (2003), em sua pesquisa num grupo de cooperativas no interior de São Paulo, mostra-nos a enorme distância entre os princípios do cooperativismo e as reais condições de funcionamento das referidas cooperativas. O autor chama atenção para a espoliação daqueles trabalhadores, as condições de trabalho precarizadas, portanto, de uma realidade que, segundo o autor, contrapõe-se ao discurso ecocapitalista "de que aquelas pessoas estavam realizando um

---

[27] Estamos nos referindo ao surgimento da Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel e Papelão (COOPAMARE), formada em 1989, na cidade de São Paulo. Outro marco ocorreu quando a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Meio ambiente do estado de Pernambuco, com o apoio da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) desenvolveu um projeto de criação de cooperativas de catadores de lixo em áreas de lixões. Tal iniciativa de caráter "*urgente"* foi tomada em função da informação não comprovada sobre o consumo de carne fetal consumida pelos catadores de lixo da metrópole pernambucana, o que teve um destaque negativo, causando manchetes bombásticas no país.

grande trabalho em prol da ecologia e desenvolvimento sustentável do planeta e, se lá não estivessem, estariam nas ruas mendigando ou coletando lixo (MAGERA, 2003, p.46).

Já Bursztyn (2000) nos chama atenção para o baixo grau de associativismo grupal como uma das principais características dos catadores de lixo, em sua pesquisa realizada na capital, Brasília. Os fatores limitantes desse associativismo seriam a tendência de trabalhar de forma isolada, o baixo nível de relações de confiança e de reciprocidade o qual faz emergir a necessidade de agências externas às cooperativas como fontes de manutenção do processo associativista, por exemplo, as redes de solidariedade: instituições públicas (prefeituras) e ONG's.

Nesta perspectiva, o campo empírico aqui aprofundado teve como objeto de análise (estudo de caso) duas experiências associativas: A Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis (Cotramare) da cidade de Campina Grande e a Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis (Astramare) da cidade de João Pessoa, ambas localizadas no estado da Paraíba.

3.3 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

A trajetória desta pesquisa (a construção e reconstrução do seu objeto de estudo) desde o seu período de maturação sofreu modificações e ganhou novos contornos, diferentemente da proposta inicial para a seleção do doutorado.

Nosso primeiro contato com os catadores de lixo aconteceu em 2001, no lixão da cidade de Patos, no sertão da Paraíba. Na ocasião, a intenção era dar início a um projeto de pesquisa, cujo objetivo era identificar e relatar as condições precárias do trabalho dos catadores em alguns dos lixões da Paraíba: Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras.

Ao final da pesquisa, constatamos a tendência à precarização das relações de trabalho ocorridas naqueles lixões. Ao mesmo tempo, questionávamos qual a possível saída para reverter tal situação. Seguimos, portanto, aquela orientação dada pelas redes de apoio, inclusive do emergente Movimento Nacional dos Catadores. Ou seja, pautávamos na disseminação das cooperativas e/ou associações de catadores, cujo discurso subjacente atribuía significados

positivos à catação (o discurso do meio ambiente como forma de valorização da atividade de catação), e inclusão dos catadores de lixo no processo de geração de trabalho e renda através do trabalho associativo.

Assim, o incentivo às organizações associativas revelava-se como uma alternativa emergencial diante do fato de os catadores não poderem ser facilmente retirados dos lixões, sem outra contrapartida (outro trabalho), senão por meio do trabalho associativo.

Ao mesmo tempo, indicávamos uma solução técnico-material para o problema dos lixões daquelas cidades, sua possível transformação em aterro sanitário. Enfim, tratava-se de uma discussão bastante presente nas administrações locais de várias cidades brasileiras com apoio de ambientalistas e organizações não governamentais e técnicos, cuja indicação era a transformação das condições ambientais dos lixões.

Portanto, foi neste contexto que nasceu o ante-projeto de pesquisa com o qual ingressamos no Programa de Pós-Graduação, Doutorado em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, cujo objetivo era refletir se a melhoria das condições de vida dos catadores se daria a partir de alternativas associativas ou se haveria outras alternativas de pertencimento. A proposta era identificar — tendo por base algumas categorias teóricas marxistas — se aquelas organizações cooperativas na Paraíba estariam propiciando benefícios econômicos e sociais aos catadores, uma vez que aquelas cooperativas apresentavam-se como fonte de mão-de-obra barata aos setores modernos da economia (as indústrias de reciclagem), facilitando a exploração dos catadores de lixo pelo modelo de produção e reprodução capitalista. Além disso, o baixo nível de escolaridade dos catadores, talvez, estaria dificultando ou comprometendo a organização e a estrutura organizativa.

Os primeiros encontros e discussões com o orientador e a entrada em campo (composta por visitas regulares naquelas cidades, as quais ainda não conheciam as experiências associativas existentes), levaram-nos a redimensionar a proposta de pesquisa inicial. Enfim, nessas idas e vindas, o nosso olhar sobre aquelas experiências foi construído, desconstruído e reconstruído, e, junto com ele, o nosso objeto de estudo, as inspirações teóricas e metodológicas, e outras questões e conceitos passaram a nos instigar, uma vez que os conceitos com que opera a sociologia são conceitos construídos, não reproduções do observado, ou seja,

> São elaborações teóricas sobre uma realidade. Estas elaborações partem de reconhecer que toda percepção é parcial e, que sempre implica recortes sobre o objeto que se observa e que a eleição de certos aspectos determina as conclusões que se alcançam.

> Quando se afirma que os ‘‘fatos não falam por si mesmo’’ se remete a estes processos de construção, pelos quais é possível sustentar que nenhuma realidade está dada de antemão não tendo sentido fora do que o observador pode atribuir-lhe. (BOURDIEU, 2004, p.116).

Assim, percebemos que a precariedade das condições de trabalho (os fatores objetivos) não eram elementos suficientes para esclarecer a teia de tramas e tensões das condições objetivas, consequentemente subjetivas que perpassam o contexto empírico estudado, pois “não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles”. (CHARTIER, 1990, p.117).

Conhecendo melhor aquelas duas experiências, optamos por delimitar o campo de pesquisa, buscando construir uma análise comparativa entre duas realidades: A Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de João Pessoa e a Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande. A opção por uma análise comparativa justifica-se pelo fato de podermos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações que estas duas organizações guardam entre si. Por outro lado, passamos a captar uma variedade importante de informações e de situações que nos fizeram rever a questão central do nosso trabalho.

CAPÍTULO 04 - TRAJETÓRIAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA DE CAMPO

Vai Levando

Mesmo com o nada feito
Com a sala escura
Com um nó no peito
Com a cara dura
Não tem mais jeito
A gente não tem cura

Mesmo com o todavia
Com todo dia
Com todo ia
Tudo não ia
A gente vai levando
A gente vai levando
Vai levando
Vai levando essa guia

(Caetano Veloso - Chico Buarque)

4.1 CONFIGURAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa configura-se como um estudo descritivo e exploratório, assim qualificado com base no objetivo da investigação que consistiu em analisar os processos de tensão e distensão na construção de um *habitus associativo*, a partir de um estudo comparativo entre duas experiências associativas de catadores de lixo na Paraíba: A Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de João Pessoa e a Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande.

O método de procedimento é o Comparativo, através de um de Estudo de Caso, cuja aplicabilidade consistiu em buscar as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos. Os meios sociais dizem respeito às sociedades vizinhas no espaço e que possuem um ou mais pontos de origem comum. Portanto, "este tipo de abordagem permite conciliar, de um lado, o trabalho de elaboração teórica, de outro, o interesse voltado à análise de processos sociais específicos". (CARDOSO; BRIGNOLI, 1972 apud SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p.34).

Nesta perspectiva, o método comparativo nos permitiu realizar um duplo movimento: um analógico, identificando as similitudes entre as duas experiências associativas estudadas, e um contrastivo que verificou as diferenças entre os casos estudados.

Além disso, conforme Schneider e Schimitt (1998), o método comparativo, implica uma série de passos que se articulam de forma diferenciada, segundo as distintas orientações teóricas e metodológicas. Assim, o investigador pode analisar uma série de casos, "com o objetivo de mostrar que muitos deles podem ser iluminados de maneira útil mediante um conjunto de conceitos e categorias ou por um modelo concreto". (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998, p.34-35). Neste caso, não existe um controle efetivo da teoria, mas uma espécie de demonstração paralela. Portanto, ao apreendermos reflexões (conceitos e categorias) de procedência teórico-metodológica distintas no âmbito da sociologia, nosso objetivo foi o de entender os possíveis fatores que formam a lógica da situação em questão: as tensões e distensões vivenciadas nas experiências associativas de catadores de lixo na construção de um *habitus associativo*.

Nesta perspectiva, utilizamos a abordagem qualitativa, bem como os aportes das suas distintas vertentes técnicas de investigação. Isso se justifica pelo fato de que, no Estudo de Caso, o pesquisador pode valer-se de diferentes técnicas de pesquisa, "visando apreender uma determinada situação e descrever sua complexidade [...]" (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 274-278).

Daí, o caráter descritivo da presente pesquisa que consistiu em caracterizar os dois grupos em estudo, e em descrever a complexidade da situação vivenciada pelos catadores nas duas experiências associativas. Ao mesmo tempo, a pesquisa é de caráter exploratório, ao tentarmos explorar as possibilidades de diálogos conceituais dentro da sociologia para refletir os processos associativos na atualidade.

Lembramos, ainda, que as pesquisas exploratórias são investigações de pesquisa empírica (de campo), com uma tripla finalidade: responder ao problema, aumentar a familiaridade do pesquisador com o tema e clarificar ou esclarecer conceitos. Assim, recorremos às técnicas da pesquisa de campo, através da observação: direta intensiva (observação não sistemática e participante, e entrevistas semi-estruturadas); direta extensiva (lançando mão de questionários). Utilizamos, ainda, a abordagem quantitativa, apenas como instrumento de descrição quantitativa do conteúdo manifesto nos questionários. Os estatutos, livros de registros contábeis, fichas dos associados, atas de reuniões e demais documentos disponíveis foram submetidos à análise

documental. Em seguida, demonstraremos de que forma lançamos mão destas técnicas no decorrer do trabalho de campo. Também, para o tratamento dos dados, utilizamos o aporte da metodologia quantitativa, através do programa estatístico SPSS (média aritmética, correlação e variância). Os dados foram analisados qualitativamente.

4.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS PARA COLETA DE DADOS

Os lixões ou aterros sanitários são espaços onde se concentram grupos de catadores. Tais espaços recebem cotidianamente visitas de pessoas ligadas às mais diversas instituições: Universidades, Prefeituras, ONGs, Igrejas, jornalistas e etc. Muitos se apresentam com soluções (projetos ou propostas), numa tentativa se solucionar o problema dos catadores.

Outro fato constatado foram os cadastros e as constantes entrevistas solicitadas aos catadores, os quais ficavam sempre apreensivos e, algumas vezes, "irritados". Por este motivo, as nossas primeiras aproximações foram difíceis: sempre que tentávamos um diálogo ou "puxar" qualquer assunto, os catadores ou catadoras quase nada nos respondiam ou se afastavam desabafando: *A senhora quer saber o quê? Faz tanto tempo que vocês aparecem aqui, e não resolve nada, nada de melhora pra gente.*

Foram muitas as dificuldades para romper esta barreira. Numa conversa com o orientador, veio o "alerta": "o pesquisador deve ter a capacidade de apreender aspectos socialmente importantes a partir de um ângulo imprevisto". Foi diante desta dificuldade, que a técnica da "observação participante" foi fundamental, permitindo-nos uma maior aproximação com os sujeitos pesquisados, às vezes "dissimulando" nossos propósitos reais como investigadora.

Logo, uma primeira técnica de coleta de informações foi o da observação. Florestan Fernandes (1967, p.05 e 06) chama atenção para o fato de que o importante não é o que se vê, mas o que se observa com método, pois o pesquisador social sem treino adequado pode ver muito e identificar pouco, enquanto um pesquisador com ideias rígidas acaba vendo apenas os fatos que confirmam suas concepções. O autor fala, ainda, que, nas ciências sociais, principalmente, nas pesquisas de campo, a observação direta de ocorrências, formas de atuação social e situações de

vida encontram larga aplicação, pois a observação direta não se confunde com a mera "verificação".

Junker (1971, p.43-46), ao chamar atenção sobre os papéis sociais durante a observação, ressalta que o observador participante pode gozar de uma liberdade máxima, pode ter acesso a uma ampla gama de informações, e compartilhar de certos segredos, desde que ele se torne conhecido como um bom guardador de informações sigilosas. Além disso, uma pesquisa de campo implica numa relação social entre o pesquisador e os pesquisados. Por isso, a qualidade dos dados obtidos depende dessa interação social estabelecida, tendo por base proximidade, confiança e princípios éticos.

Assim, passamos a frequentar regularmente o lixão (Campina Grande); os galpões de triagem e os pontos de coleta seletiva (João Pessoa), na qualidade de observadores em assembléias, reuniões e outros eventos.

Entre abril e setembro de 2004, buscamos fazer uma "espécie de reconhecimento" dos dois campos de estudos, isto é, conversávamos informalmente com os catadores e catadoras sobre os mais variados temas: família, lazer, vida e trabalho e etc. Um aporte utilizado, neste sentido, foi o registro sistemático dos dados ou informações observados. Os detalhes destas visitas e conversas informais foram sistematizados e anotados (ou gravadas) em um "diário de campo" que, ao final, totalizou cerca de sessenta páginas (APÊNDICE A).

Neste sentido, foi possível observamos, também, o cotidiano dos associados durante o horário de trabalho. No ambiente de trabalho, as conversas geralmente eram compartilhadas por todos, girando em torno de novelas, histórias de vidas alheias e reclamações. Os associados denunciaram e reclamaram das péssimas condições de trabalho, decorrente da falta de infra-estrutura, sobretudo, de equipamentos de trabalho (fardas, luvas, máscaras etc.), máquinas (prensas, esteiras) sempre quebradas; diminuição da renda. Segundo eles, "estavam passando fome", recebiam entre R$ 15,00 ou R$ 20,00 por quinzena (no caso particular dos catadores associados da Astramare, em João Pessoa).

Contudo, na qualidade de observadores, buscamos observar e anotar os detalhes e impressões, as ocorrências, as atitudes dos entrevistados e as características do ambiente, tendo consciência de que a nossa presença era parte do contexto observado. Por isso, acreditamos que muitas ações observadas foram geradas em consequência de nossa presença.

Procuramos, assim, controlar os desvios inerentes à técnica da observação, variando os horários e as condições em que observávamos, registrando e coletando dados referentes ao cotidiano e às experiências vividas pelos catadores naquelas organizações, tendo sempre o cuidado de distinguir o que é essencial e o que é circunstancial nos acontecimentos observados.

Para que uma observação seja participativa, é essencial que a inserção do investigador seja aceita e reconhecida pelos demais membros do grupo ou comunidade. Isso significa que é atribuído ao pesquisador, na pesquisa de campo, um papel dentro dos acontecimentos ou das atividades regulares (JUNKER, 1971). Passamos, então, a compartilhar informações pertinentes ao cotidiano da cooperativa/associação, sobretudo certos aspectos da vida cotidiana dos catadores e catadoras. Enfim, buscamos captar os aspectos pertinentes à socialização no trabalho associativo, às condições de trabalho, às dificuldades, às estratégias, aos conflitos, às expectativas, aos desencantos, e aos sonhos, não apenas dos catadores (as) associados (as), mas também daqueles que indiretamente faziam parte da trajetória daquelas organizações.

Vale lembrar, também, as observações registradas durante alguns eventos (seminários, congressos, reuniões informais, assembleias e etc.), os quais tiveram a participação dos catadores (APÊNDICE B).

Participamos do "Fórum Social Nordestino" (Recife – Pernambuco), mais especificamente da oficina "Cidadania e Sustentabilidade de Iniciativas e Organizações de Catadores e Catadoras de Lixo", realizada no dia 26 de novembro de 2004, às 14h. Os grupos proponentes desta oficina foram: Bagulhadores de Mió (Recife); Movimento Nacional dos Catadores (Pernambuco); Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN); e da Cáritas. Na ocasião, questionamos à organizadora da oficina a ausência de representantes do Movimento Nacional dos Catadores e da Cáritas (principal organizadora dos catadores na região), uma vez que a participação deles era fundamental naquela oficina. Segundo a organizadora, a ausência devia-se ao fato daqueles representantes estarem participando de outro evento nacional. O debate girou em torno daqueles problemas que mais assolavam os catadores: como definir o trabalho do catador: trata-se um agente ambiental? O que significa ser um agente ambiental? Trata-se, apenas, de uma atribuição? Eles se reconhecem como agentes ambientais?

Na oportunidade foram discutidos os desafios postos para as experiências associativas dos catadores de lixo. A proposta dos participantes da oficina foi a possibilidade de os resultados das discussões serem encaminhados ao Movimento Nacional dos Catadores.

Participamos, ainda, do Seminário "Usina Verde: tratamento térmico de resíduos sólidos e suas conseqüências sociais, econômicas e ambientais", realizado em Campina Grande, no dia 12 de maio de 2005. Estavam presentes Integrantes dos Ministérios das Cidades e do Trabalho, Sérgio Buarque e Valmor Schiochet, respectivamente; representantes do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, Teia Magalhães; o professor da Universidade Federal de Tocantins, o qual estava assessorando a Prefeitura Municipal de Campina Grande na elaboração do projeto para a instalação da chamada "usina verde", que é uma forma de tratamento de resíduos sólidos (queima de lixo) para a obtenção de energia como forma de resolver o problema do lixo urbano.

Além de, aproximadamente, 80 catadores, também se faziam presentes entidades da sociedade civil organizada; professores e professoras das Universidades (Federal de Campina Grande e Estadual da Paraíba); e representantes do poder público local. O seminário foi uma forma que o grupo (Fórum Municipal Lixo e Cidadania, COTRAMARE, Cáritas Diocesana) encontrou para discutir e avaliar a proposta da Prefeitura Municipal de instalação de uma usina verde no município de Campina Grande.

O referido Seminário transcorreu num clima tenso. De um lado, a Prefeitura buscava garantir a viabilidade do Projeto para a cidade, do outro, as entidades representativas dos catadores questionavam os impactos decorrentes da instalação da usina. Vale registrar, aqui, a intervenção de um catador, questionando acerca dos benefícios desta usina para a categoria:

> *"Olhe, eu entrei nesse lixão há muito tempo, certo! Como eu, como todos aqui trabalha no lixo, a gente queria assim, que as autoridades ajudasse [...] que tão tentando ajudar, procurando fazer essa usina. Os jovens, assim [...] porque tem muitos aqui que nunca teve escola, nunca teve leitura [...]. Eu queria, assim, que muitos igual a mim tivesse oportunidade. Muitos não tem, certo! De jogar bola, de estudar, ter uma alimentação sadia. Assim, eu queria que as autoridades olhasse pra dentro, fosse visitar ali, que ali tem muito ser humano, que tem muito coração bom, que quer ter um futuro mió. O estudo que eu queria, era dá uma vida mió pra minha mãe, meus irmão, um filho meu [...] Entrando essa usina verde, o que vai trazer de bom? Pra mim eu não quero continuar nesse trabalho, eu não quero continuar, porque é um trabalho muito sacrificado, eu queria que fizesse um trabalho digno [...] Assim, eu queria trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Obrigado, vocês!"*

Participamos do Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, realizado na cidade de Campina Grande, durante os dias 16, 17 e 18 de junho de 2005. Na oportunidade, o Fórum Municipal Lixo & Cidadania juntamente com a COTRAMARE lançou uma CARTA ABERTA (em anexo), a qual relatava a história dos catadores na cidade, e ao mesmo tempo solicitava das

autoridades presentes uma discussão e um parecer acerca do projeto de implantação da Usina de Tratamento Térmico do Lixo (Usina Verde).

No dia 06 de setembro de 2005, na XI edição do "Grito dos Excluídos", acompanhamos a manifestação numa passeata pelas ruas do centro da cidade, juntamente com os catadores.

Portanto, nossa inserção dentro do grupo se revelou em dois momentos. Num primeiro, após várias visitas, muitos se aproximavam dizendo *eu tenho tanta coisa pra dizer pra senhora.* Dávamos, assim, início às primeiras entrevistas semi-estruturadas (APÊNDICE C).

Num segundo momento, após conhecermos o "grupo de apoio" formado por representante da Cáritas, em Campina Grande, e do Fórum Municipal Lixo & Cidadania, pessoas que exercem um trabalho voluntário junto aos catadores e pelo representante do Movimento Nacional dos Catadores na Paraíba. O trabalho de parceria junto com o grupo nos rendeu várias oportunidades: fomos apresentada aos dirigentes e lideranças dos catadores da Astramare, além das longas conversas através das quais passamos a lançar "um outro olhar" (aspas nossas) em torno daquelas experiências. Numa das tantas conversas, algumas registradas e outras não, o representante do Movimento Nacional dos Catadores, na época, desabafou:

> *"Olhe, este aterro sanitário é uma estrutura enorme. É uma abundância de estrutura, é uma das maiores do país, que está propiciada aqui em João Pessoa, mas só que não funciona [...] é uma grandeza, só que não funciona. Além dos problemas técnicos, os catadores não foram preparados para administrar esta estrutura enorme. E isso não é só aqui. Em nossa última reunião no Movimento, muitos companheiros falaro desse problema". (C. M., julho de 2004).*

Ao conhecermos a representante da Cáritas em João Pessoa (uma das articuladoras e organizadoras dos catadores de lixo na Paraíba), comentamos o seguinte: naqueles lugares em que já existiam experiências associativas, muitos dos catadores falavam que "quando existia o lixão era melhor" (aspas nossas). Por exemplo, lá em Campina Grande, alguns catadores afirmaram conhecer a experiência de João Pessoa, e que não é tão boa essa história do aterro sanitário. Sobre isso, ela comentou:

> *"As histórias de cada cooperativa são diferentes, não pode ser igual [...]. Como você mesma falou, não podemos pegar um modelo de cooperativa de catadores que deu certo e tentar segui-lo, pegar um modelo de tal lugar e importá-lo. A experiência da Asmare em Belo Horizonte deu certo [...] tudo bem! Então, o que podemos aprender a partir desta experiência? O que podemos aprender com este grupo? Como foi constituído este grupo? O que ele pode nos ensinar? Então, não podemos depositar tudo nesta experiência, é necessário ver a história de cada grupo, suas especificidades, e a partir daí tentar*

> *construir a história de cada cooperativa. Além do mais, não podemos "estuprar" as pessoas para que tudo aconteça de uma vez, que tudo seja perfeito*."

Em meio a estes diálogos, outros questionamentos foram surgindo, envolvendo-nos num "jogo de idas e vindas", na tentativa de unir teoria e prática, portanto, na reconstrução do objeto de estudo.

Quanto mais aquela realidade parecia-nos próxima, mais desconhecida se tornava. Lembramos, neste sentido, de Bourdieu, ao chamar atenção para o fato de que

> [...] o cientista social não deve aceitar nenhuma definição como óbvia", uma vez que a ruptura com o senso comum é uma das principais condições para a construção de um objeto de pesquisa, pois cabe a este questionar todas as pré-noções. (BOURDIEU, 1989, p.39.

Assim, percebemos que a precariedade das condições de trabalho não seria suficiente para esclarecer a teia de tramas e tensões entre condições objetivas e subjetivas do campo a ser pesquisado.

Nestas idas e vindas, vários questionamentos foram surgindo: Que sentidos podem advir de um trabalho associativo, cuja atividade econômica que se produz e se reproduz conta com esse tipo de trabalhador precário? De um trabalhador "reconhecido" que se orienta apenas pela busca sua cotidiana de sobrevivência; trabalhadores que, mesmo associados, continuam imersos num elo de exploração econômica, já que as indústrias recicladoras (formam um mercado oligopsônio) exigem grandes volumes para negociarem e estes volumes só são alcançados, muitas vezes, por sucateiros que se encontram há muito tempo no mercado, alguns financiados pelas indústrias.

Mas, tais questionamentos eram insuficientes para explorar o quadro de tensões nas quais aquelas experiências associativas se encontravam, muito menos para desvendar a teia de relações internas (de convivência) que transcende, em muito, o mero exercício de normas reguladoras, pois esta vivência/experiência deve estar calcada num conjunto de orientações. Tais orientações se constituem em valores e princípios (participação democrática, solidariedade, auto-ajuda, reciprocidade e etc.) os quais devem ser compartilhados por todos os membros da organização.

Portanto, nas nossas primeiras conversas (entrevistas) questionávamos qual o sentido de trabalhar associado, bem como o entendimento dos associados sobre a importância daquelas orientações (princípios e valores) no funcionamento da associação e/ou da cooperativa, e se existia, efetivamente, cooperação.

De forma geral, as respostas foram variadas, mas o conteúdo ficou restrito a uma dúvida: se a associação ou a cooperativa realmente melhoraria as condições de vida do grupo. Daí, muitos comentavam que muito pouco tinha mudado ou mudaria. O que nos chamou a atenção nesse ponto foi a necessidade de aprofundar o questionamento a respeito da ideia de proximidade e distanciamento do lixo.

No caso particular de João Pessoa, embora os catadores não estivessem mais trabalhando no lixão, continuavam lidando diretamente com o lixo nos pontos ou nos núcleos de coleta seletiva. Uma reclamação bastante recorrente dos catadores a esse respeito era que ganhos obtidos quando trabalhavam individualmente dentro do lixão ultrapassavam as "sobras" a que tinham direito na cooperativa.

Além do mais, nestes primeiros diálogos entre os (as) associados (as) tanto na Cotramare (Campina Grande) quanto na Astramare (João Pessoa), muitos afirmaram nunca ter ouvido falar sobre o funcionamento de uma cooperativa; outros imaginavam que a cooperativa e/ou associação seria uma "espécie de um órgão" (aspas nossas) que os protegeria.

Albuquerque (2003, p.17), nos lembra que uma cooperativa não é uma instituição com fins lucrativos, não se podendo falar em lucro ou salário e, sim, em sobras e retirada, segundo as próprias normas legais que regem o Cooperativismo, conforme trataremos mais adiante. Numa cooperativa, a distribuição do dinheiro é feita da seguinte maneira: a partir do total que entra, destina-se 15% para os Fundos obrigatórios por lei, pagam-se as despesas necessárias e o que sobra (e por isso leva esse mesmo nome) é dividido pelas horas ou dias de trabalho dos cooperados que então obtêm a sua retirada.

Dessa forma, constatamos "certa incompreensão" por parte de alguns catadores associados sobre o sentido real do associativismo, inclusive dos seus princípios e funcionamentos. Constatamos, ainda, que eles desconheciam a importância da interação, do trabalho solidário, da participação, pois, viam a associação/cooperativa como outra empresa qualquer, de onde recebiam alguma espécie de serviços por um preço mais acessível em relação ao oferecido pelo mercado.

Trabalhar sob forma associativa envolve uma outra postura em relação aos colegas e ao trabalho. Os catadores estavam acostumados a uma relação empregado/patrão (com os sucateiros) dentro do lixão, e passaram a trabalhar "por conta própria", experimentando uma nova situação e

um novo *status*. Entretanto, o que nos pareceu ter ocorrido, nessas experiências associativas, foi um envolvimento formal e aparente.

Portanto, a nossa recorrência à observação direta intensiva, através de entrevistas semi-estruturadas, tinha por objetivo entender como uma parcela maior dos associados se posicionava e assimilava normas e costumes da nova experiência.

Foto: 01- Entrevista com grupos de catadoras da Astramare (2005)

As entrevistas foram realizadas entre agosto de 2004 e abril de 2007, com aqueles sujeitos envolvidos diretamente (catadores associados ou não e administradores) ou indiretamente (orientadores e mediadores). Estes últimos davam os diversos tipos de suportes (financeiro, administrativo e etc.) à cooperativa e/ou associação de catadores, conforme sintetizamos no quadro abaixo:

Entrevistados / **Local**	**Catadores (associados)**	**Catadores não associados**	**Voluntários (redes de apoio)**	**Representante do MNCMR**
Astramare (João Pessoa)	20	-	02	02
Cotramare	22	04	04	

(Campina Grande)				
Total	**42**	**04**	**06**	**02**

Quadro 03 – Amostra dos entrevistados

Assim, dentre as questões dirigidas (nas entrevistas semi-estruturadas) aos administradores e mediadores (grupo de voluntários), registramos: início da associação (data da fundação, número de associados, voluntários ou orientadores do processo); requisitos para se associar; organização do trabalho; forma de comercialização; se os catadores fizeram algum curso de associativismo; condições de vida (renda, moradia e etc.); destino do lixo; parceria com o poder público e etc. Aos catadores associados ou cooperados, as principais questões foram: como eles percebem a nova forma de trabalho (associativo); forma de trabalho; benefícios propiciados aos associados pela organização e etc.

Durante as entrevistas, encontramos catadores associados e os não-associados. Na Cotramare, considerava-se cooperativado ou associado aquele catador que comercializava ("entregava o material") semanalmente com a Cooperativa.

Portanto, o fato de um catador ou catadora ser cooperada não significava que ela estivesse comercializando com a Cooperativa. Dessa forma, consideramos como não-cooperado aqueles que não estavam comercializando com a Cooperativa. No caso particular da Astramare, em João Pessoa, todos os entrevistados eram associados.

De modo geral, nas entrevistas, buscamos situar os relatos dos catadores com os diversos elementos das trajetórias e experiências vividas na cooperativa ou/ associação. Quanto às entrevistas com os voluntários, as questões foram direcionadas acerca do papel e das experiências de cada um nas organizações, e, em especial, para os questionamentos levantados neste trabalho.

É importante lembrarmos a nossa imersão – na qualidade de observador participante – cada vez mais direta na experiência, como integrante do "grupo de apoio" (voluntários). Por outro, é válido lembrarmos, ainda, as nossas dificuldades e angústias vivenciadas enquanto pesquisadora durante o trabalho de campo. Mesmo já tendo participado de uma experiência anterior (pesquisa) com os catadores de lixo, sentíamo-nos estranha ou "estrangeira" quando nos aproximávamos na difícil tarefa de compreender o universo do "outro".

Uma certa angústia nos abatia, quando nos questionavam qual o motivo da nossa presença, ou qual a razão de tantas entrevistas, questões que não eram postas apenas pelos catadores, mas, sobretudo, pelos voluntários. Assim, sempre nos apresentávamos como

representantes da universidade, desejosos de fazer um trabalho de pesquisa “contando a história dos catadores naquelas associações”. Ficávamos mais angustiadas quando nos perguntavam se aquela pesquisa traria algum tipo de financiamento para eles. Depois de um certo tempo, entendemos que este tipo de questionamento ocorria porque o termo “projeto” era carregado de significados para aquelas pessoas.

Quem visita os lixões, aterros e outros espaços onde se concentram grupos de catadores pode perceber a presença constante de grupos de pesquisas ligados a instituições (universidades e ONGs), jornalistas e políticos. Enfim, são grupos que se apresentam com projetos e propostas “visando” melhorar a vida dos catadores ou a eficiência das organizações associativas. Por isso, antes de lançarmos expectativas que não seriam jamais atendidas por nós, decidimos nos engajar no trabalho com as entidades e os voluntários, participando ativamente das assembléias, reuniões, dos eventos promovidos: festas de confraternização, manifestações, reuniões com representantes do movimento nacional dos catadores e etc.

Sem pensar sobre o papel que estávamos assumindo naquelas circunstâncias, e conforme os trechos da música de Chico Buarque e Caetano Veloso, “mesmo com o todavia”, a gente foi “levando essa guia”: passamos a atuar como voluntários, isto é, como orientadora e mediadora daquelas associações. Essa nossa atitude nos fez romper com várias “barreiras”, principalmente no acesso a determinadas informações. Desse modo, “a troca de interesses que se estabelece entre pesquisador e informante (sujeitos pesquisados) passa a ser marcada por uma relação intersubjetiva envolta de emoções visíveis e invisíveis”. (ALBUQUERQUE, 2003a, p.13).

Vários convites nos foram feitos: para participarmos, ao lado dos catadores, nas discussões e negociações com a Prefeitura Municipal; para atuar junto com o Fórum Municipal Lixo & Cidadania, inclusive surgindo uma proposta de atuarmos juntamente com o representante e articulador do movimento nacional na Paraíba, durante um cadastro elaborado pela organização do movimento nacional, cujo objetivo era traçar um perfil geral dos catadores e suas formas de organizações no Brasil. Este momento foi oportuno para darmos início à coleta de dados (questionário) e aprofundarmos as entrevistas.

Algumas questões abordadas no cadastro nos foram úteis para elaboração do questionário, evidentemente, num nível maior de aprofundamento. Diante disso, compreendemos que a nossa pesquisa incorporava, embora não fosse nossa intenção, aspectos da pesquisa-ação que, segundo Thiollent,

> É um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1985, p.14).

Ao mesmo tempo, estabelecemos contato com as coordenadoras de dois projetos em andamento (dezembro de 2006) na Cooperativa, em Campina Grande: um projeto do Departamento de Engenharia de Materiais da Universidade Federal de Campina, "Instalação de Unidade de Beneficiamento de Materiais Vítreos para os Catadores da Cotramare"; e outro projeto do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, "Transformar para incluir: fortalecimento da Cooperativa de Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Campina Grande-Cotramare".

O contato direto nos propiciou várias conclusões acerca da atuação daqueles grupos (tanto dos voluntários quanto das coordenadoras dos projetos). Primeiro, são ações e atuações diferenciadas. Algumas dessas formas de intervenção ou de atuação envolvem interesses particulares: questões e interesses políticos, projetos de universidades que precisam ser concluídos, uma vez que têm prazos determinados.

Contudo, existe uma busca ativa nestes projetos de identificar as possíveis formas de gestão que melhor respondam aos objetivos a que se propõem, em termos imediatos. Por exemplo, a coordenadora de um desses projetos exigiu que todos os catadores que participassem do projeto (cerca de doze) deveriam se associar à cooperativa, embora muitos deles nunca tivessem qualquer aproximação com a Cooperativa. Na verdade, tratava-se uma exigência requerida pela instituição que financiava o projeto. Vale lembrar aqui a ocasião para seleção dos catadores para participar dos projetos citados: aqueles catadores ligados diretamente à cooperativa e mais atuantes foram selecionados previamente por uma coordenadora dos projetos (aproximadamente vinte e cinco catadores foram selecionados previamente por ela).

Realizamos, ainda, entrevistas grupais, introduzindo certos temas. Essas entrevistas foram gravadas. Por exemplo, na Astramare (João Pessoa), a conversa teve início com a questão da diminuição da renda dos catadores. A partir daí, outros temas e questões foram surgindo. Alguns temas foram polêmicos e geraram discussões, insultos, agressões etc. Em outros temas, os catadores não se manifestaram, isto é, ficavam em silêncio (em anexo a sistematização das entrevistas).

Além destes instrumentos, utilizamos registros fotoetnográficos. Conforme Bauer e Gaskell (2000, p.137), trata-se de um registro material de observação fundamental, com o intuito de corroborar com as observações e as entrevistas, uma vez que as fotografias têm a função de auxiliar no trabalho de campo, evocando a memória do pesquisador no sentido de apoiar a construção do texto.

Outra forma de coleta de informações utilizada foi a pesquisa documental junto aos arquivos das organizações em estudo: atas, fichas de matrículas; balanços financeiros, e outros documentos. Deve-se ressaltar que as referidas organizações associativas não dispunham de um arquivo sistematizado o organizado. Vários fatos ou momentos importantes não foram registrados, por exemplo, registros de atas de assembleias e contábeis.

Quanto à observação direta extensiva, utilizamos a coleta de dados via questionário. Elaboramos perguntas fechadas e abertas, e/ou combinando ambos os tipos de perguntas. As questões fechadas foram do tipo dicotômicas e de múltiplas escolhas. Já as perguntas abertas levavam o entrevistado a responder com suas próprias palavras (frases ou orações), cujo objetivo foi permitir-lhes a liberdade de opinar. A combinação dos dois tipos de questões destinou-se não somente ao aprofundamento das opiniões do entrevistado, mas também contribuiu para reformular e esclarecer alternativas às perguntas fechadas (GIL, 1999, p.168).

Portanto, considerando os objetivos da pesquisa, o instrumento de coleta de dados via questionário foi elaborado mesclando informações objetivas e subjetivas que, para efeito de análise, foram agrupadas em quatro partes principais: (1) dados gerais da população, condições de vida e moradia; (2) trabalho e renda; (3) opinião sobre a cooperativa ou associação; (4) as disposições na conformação do *habitus associativo*.

Foram aplicados quatro tipos de questionários, conforme sistematiza o quadro seguinte:

LOCAL	QUESTIONÁRIO	
	(direcionado aos representantes das diretorias)	**02 (direcionado aos catadores associados)**
Astramare (João Pessoa)	01 A: Identificar as condições de organização e funcionamento (estrutura) da Associação.	02 A: Objetivo: Identificar as disposições do (a) associado (a) na conformação de um *habitus associativo*, e como interpretam ou assimilam esta experiência/vivência
Cotramare (Campina Grande)	01 B: Identificar as condições de organização e funcionamento (estrutura) da Cooperativa.	02 B: Objetivo: Identificar as disposições do (a) cooperado (a) na conformação de um *habitus associativo*, e como interpretam ou assimilavam esta experiência/vivência

Quadro 04 – Tipos de questionários aplicados

Os questionários (APÊNDICE D e APÊNDICE E) foram direcionados aos representantes das diretorias da Astramare e da Cotramare, respectivamente. O objetivo destes questionários foi identificar o funcionamento e a estrutura da associação/cooperativa, isto é, a composição da diretoria; relações com o mercado, com o poder público e com os voluntários; participação na gestão e poder de decisão, objetivos e valores compartilhados, entre outras situações. Tais situações foram reconstituídas a partir dos relatos e discursos dos representantes das diretorias, contudo, num esforço de não perder de vista a posição da diretoria e do grupo como um todo, num contexto marcado por deslocamentos: De um lado, do ponto de vista dos discursos dos associados, a cooperativa/a associação é a diretoria; do outro, do ponto de vista do discurso da diretoria, a cooperativa/associação são eles, os associados.

Outro tipo de questionário (APÊNDICE F e APÊNDICE G) foi direcionado aos catadores das organizações. A população de catadores associados nas duas organizações associativas compreendia 40 (quarenta) associados na Cotramare e, aproximadamente, 280 (duzentos e oitenta) na Astramare. A escolha da amostra foi aleatória. Na Cooperativa de Campina Grande, o processo de amostragem (entrevistados) foi de 42 (quarenta e dois) associados. Ou seja, a escolha

se deu a partir da indicação dos dirigentes, daqueles associados que estavam “entregando a produção” para a Cooperativa, embora optassem, em certas ocasiões, por vendê-la aos sucateiros.

Em João Pessoa, o número de questionários aplicados foi limitado, ou seja, a amostra foi de 24 associados. Contribuíram para este fato as dificuldades de realizar as entrevistas, uma vez que ao nos aproximarmos de um (a) catador (a) associado (a), alguém da diretoria estava presente, o que intimidava os associados. Daí, muitos se recusavam a responder aos questionários. Algumas entrevistas só foram possíveis de ser realizadas nas residências dos associados. De certa forma, com bastante dificuldade, alguns pediam para não registrarmos nada.

Na análise dos dados, utilizamos o software SPSS 8.0 for Windows. Os dados foram analisados estatisticamente através de frequência simples, média aritmética; além disso, estabelecemos algumas correlações, cruzando algumas variáveis, por exemplo, a participação em algum curso sobre cooperativismo e o que significa trabalhar de forma solidária. Entretanto, mesmo utilizando as técnicas estatísticas, tivemos cuidado de não proceder a afirmações genéricas correspondentes às organizações associativas em geral.

Cabe acrescentar que não houve significância estatística, a partir dos dados coletados via questionário, em decorrência de um erro amostral (o tamanho da amostra na Astramare foi muito pequeno). Daí a impossibilidade de fazermos generalizações quantitativas numa das experiências analisadas. Contudo, as afirmações mais genéricas foram realizadas levando-se em consideração o universo constituído pelos casos específicos, os quais foram analisados e comparados, a partir dos questionamentos que nos serviram como ponto de partida.

4.3 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

As técnicas de entrevistas – como principal instrumento para obter informações – devem fornecer ao pesquisador a “imersão” na experiência dos sujeitos entrevistados, razão por que o entrevistador deve estar atento às contradições entre o nível do discurso e o nível da ação – prática – que os entrevistados guardam entre si. Assim, a investigação das técnicas de observação direta (intensiva e extensiva) foi submetida à análise qualitativa de discurso.

Tendo por base a fundamentação teórica da análise crítica do discurso segundo Fairclough (2001), buscamos avaliar a representação do discurso não só como um elemento da linguagem de texto, mas, sobretudo, como uma dimensão da prática social. Buscamos evidenciar a linguagem usada pelos sujeitos pesquisados numa dimensão construtiva de sentidos (de vários significados) definidos pelo contexto (no âmbito de uma experiências interativa).

Mais especificamente, buscamos captar as tensões e distensões na construção do *habitus associativo* a partir das práticas discursivas dos catadores, ou seja, como eles viam e vivenciavam estas tensões. Dessa forma, selecionamos os fenômenos que apresentavam maior relação com as práticas associativas (gestão democrática, ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia) e as articulamos na dimensão da construção de sentidos: os sentidos construídos sobre aquela experiência que vivenciavam.

CAPÍTULO 05 - ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (ASTRAMARE/PB)

Neste capítulo e no posterior, pretendemos analisar a dinâmica interna das organizações associativas dos catadores de lixo (Astramare e Cotramare), procurando compreender as coerências e/ou as contradições que existem entre seus objetivos manifestos e sua organização. A análise teve por base a observação do material empírico coletado, sobretudo as respostas obtidas a partir das informações contidas nos questionários (1 A e 1 B), direcionados aos dirigentes das referidas organizações, aos voluntários das "redes de apoio" e a outros que de forma indireta participavam do processo. Nossa tentativa era não perder de vista a noção de grupo como um todo.

As informações coletadas abordaram temas referentes à formação destas organizações, estrutura organizativa (gestão financeira e contábil, produção e trabalho), infra-estrutura técnica, operacional e lúdica, sistema de comercialização, e a relação com o poder público municipal e entidades de apoio. Portanto, buscamos apreender os desafios enfrentados (tensões e distensões) para garantir os objetivos comuns, bem como as disposições dos associados na construção do *habitus associativo.*

5.1 INTRODUZINDO: O PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS NA PARAÍBA

No estado da Paraíba, reside uma população de 3.598.025 habitantes, distribuídos em 233 municípios (IBGE/2000).

Tabela 01 – Principais indicadores do estado da Paraíba

Principais Indicadores Sociais da Paraíba	**(%)**
Taxa de Natalidade (2005)	18.9%
Analfabetos funcionais (população com 15 anos e mais de idade) (2002)	47,1%
Taxa de Mortalidade (2005)	7,6%
Expectativa de vida ao nascer	68,3 anos
PIB per capita (R$) (2004)	4.165,00
Índice de Desenvolvimento Humano (2000)	0,661

Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercantil (2007).

Nos últimos anos, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,584 (1991) para 0,661 (2000), 24ª posição entre os 27 estados da federação.

Por outro lado, a Paraíba ainda não implantou uma Política Estadual de Gestão dos Resíduos. Segundo um diagnóstico realizado em 2005 pela Curadoria do Meio Ambiente do estado da Paraíba[28], dos 223 Municípios do Estado, apenas seis possuíam aterro sanitário ou aterro controlado, e muitos municípios não têm orientação técnica de como fazê-lo.

Ainda de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, em mais de 80% dos municípios paraibanos foram encontradas pessoas "garimpando no lixo" e, em 61%, foi detectada a presença de crianças e adolescentes nele. Estes trabalhadores encontram-se inseridos em precárias condições de trabalho. Por exemplo, trabalham mais de 12 horas por dia, durante os cinco dias da semana, vendem seus produtos a baixo custo aos intermediários. Posteriormente, voltaremos a tratar desta questão.

A inclusão de um artigo na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 1994, que permite que o/a cooperativado/cooperativada preste serviço a uma empresa, sem vínculo empregatício[29], facilitou o crescimento das cooperativas de trabalho no país nas mais diversas atividades, inclusive nas associações ou cooperativas de reciclagem de lixo.

---

[28] Diagnóstico dos resíduos sólidos no Estado da Paraíba, divulgado durante o 1º Encontro de Curadores do Meio Ambiente – "Alternativas para os Resíduos Sólidos no Estado da Paraíba", realizado em 2005.

[29] Na realidade, a promulgação da Lei 8.949, de 12 de dezembro de 1994, que introduz o parágrafo único ao artigo 442 da CLT, reconhece não existir vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados, e entre estes com os tomadores dos serviços e das sociedades cooperativas. Conforme se verá mais adiante, tem-se questionado se as cooperativas – e no caso, as consideradas as neste trabalho, são organizações associativas de mão-obra, e não de produção – podem ser uma alternativa para fazer frente à inação do Estado que, na crise, perde, empiricamente, sua capacidade reguladora. Mais especificamente, se são uma alternativa para o problema do desemprego (PINHO, 1996).

Estas organizações associativas de catadores de lixo surgem amparadas no discurso do desenvolvimento sustentável, da preservação ambiental, de geração de trabalho e de inclusão social. Oliveira (2004), em sua tese de doutorado, observou que o incentivo às organizações associativas dos catadores de lixo fundamenta-se na ênfase ao reconhecimento do trabalho do catador e no "resgate da cidadania e da dignidade".

De acordo com as informações fornecidas pelo Movimento Nacional dos Catadores e pelas Cáritas Diocesana da Paraíba, há aproximadamente nove empreendimentos associativos de catadores de lixo na Paraíba, em diferentes estágios de formação e de organização, conforme quadro abaixo:

Forma de Organização	**Local**	**Qtd. Catadores (associados)**
Cotramare – Cooperativa dos Trabalhadores de Material Reciclável	Campina Grande	50
Cotramag – Cooperativa dos Trabalhadores de Material Reciclável	Guarabira	50
Astramare – Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável	João Pessoa	± 200
Ascamarp - Associação dos Catadores de Material Reciclável	Pombal	44
Ascarmarc – Associação dos Catadores de Material Reciclável	Cajazeiras	40
Ascamares – Associação dos Catadores de Material Reciclável	Sousa	50
Ascarmarpf – Associação dos Catadores de Material Reciclável	Pedras de Fogo	17
Ascamarem – Associação dos Catadores de Material Reciclável	Monteiro	± 12
Em constituição	Bairro: Valentina (João Pessoa)	60

Quadro 05 – Cooperativas e Associações de Catadores de Lixo da Paraíba
Fonte: Pesquisa Direta/2007.

A estimativa é de aproximadamente 523 catadores organizados em associações ou cooperativas. Parte destas organizações associativas se encontram com um certo tempo de existência e estruturação; outras estão em início de formação. Uma articuladora e organizadora do movimento dos catadores na Paraíba informou que, na busca pelo processo de consolidação, estas associações têm esbarrado em várias dificuldades "que as impedem de se tornarem autônomas ou auto-sustentáveis, apesar dos esforços na implantação destas cooperativas e no empenho para fazer com que estas obtenham êxito" (Assessora da Cáritas- Regional II, Paraíba).

Na Paraíba, as organizações associativas de catadores se formaram e se estruturam com o apoio das redes de organização, cujo incentivo tem sido caracterizado pela ênfase no discurso de "resgate da cidadania e da dignidade", provendo aos catadores a inclusão social fundada no reconhecimento de seu trabalho (OLIVEIRA, 2005).

Assim, a atuação das redes de voluntários no estado da Paraíba tem se dado através da Igreja Católica, via Cáritas Diocesana[30] da Paraíba, do Movimento pela Moradia, com o apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, e do Fórum Nacional e Municipal Lixo & Cidadania[31]: do Maryknoll (Movimento Missionário dos EUA); "Projeto Esperança" (Coordenado pela Missionária Irlandesa, Irmã Celine), Universidade Estadual da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande, Fundação Banco do Brasil, Consulado Japonês, instituições privadas e outros.

O discurso do governo federal parte do princípio de que as usinas (galpões) de reciclagem têm a capacidade de empregar formalmente os catadores de lixo (lixões ou de ruas), desde que eles se organizem em associações e/ou cooperativas. Assim, no discurso o aspecto social da incorporação dos catadores de lixo ao mercado formal de trabalho, aparece sob a forma de vantagem de um empreendimento prioritariamente econômico. Dessa forma, dentre os objetivos estaria a eliminação do contato direto dos catadores com o lixo, a partir da implantação

---

[30] A Cáritas Brasileira, Fundada em 1956, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), faz parte da "Rede Cáritas Internacionalis", rede da Igreja Católica, de atuação social, composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Dentre as quatro linhas de ação da Cáritas, encontra-se: o desenvolvimento solidário, valorizando e promovendo a economia popular solidária, especialmente na organização e no apoio às iniciativas de catadores de materiais recicláveis. Para desenvolver suas ações, a Cáritas conta com recursos, especialmente da Cáritas da Europa, e contribuições vindas dos Estados Unidos, do Canadá e da Austrália. Outras entidades eclesiais destinam recursos, sobretudo, da Alemanha e da Holanda.

[31] O Fórum Nacional Lixo & Cidadania tem exercido um papel importante no que diz respeito ao estímulo e à organização dos catadores em cooperativas. O Fórum L & C é o encontro de órgãos governamentais, ONGS e entidades técnicas e religiosas que atuam em áreas relacionadas à gestão do lixo urbano, com ênfase na inclusão social. Criado em 1998, a partir de uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Juventude (UNICEF), o Fórum conta com cerca de 40 entidades que se comprometeram com a implantação do "Programa Nacional Lixo e Cidadania", que tem como objetivos: "Erradicação do trabalho infanto-juvenil nos lixões, propiciando a inclusão social, com cidadania; geração de renda para as famílias de catadores, prioritariamente na coleta seletiva através da capacitação destes trabalhadores, permitindo que eles trabalhem em condições de saúde idéias; mudança radical da destinação final de lixo, acabando definitivamente com os lixões no Brasil". (Programa Nacional Lixo & Cidadania). Em outubro de 2003, o Movimento Nacional dos Catadores se integrou ao Fórum Nacional Lixo & Cidadania, participando de II Festival L & C realizado na Capital Federal, de onde saiu um documento síntese com as metas para 2003, incluindo algumas reivindicações: Coleta seletiva de material reciclável com participação ativa do catador; o fim dos lixões com políticas públicas de inclusão dos catadores na coleta seletiva; capacitação dos catadores para o exercício da profissão melhorando a qualidade do trabalho e da renda; e apoio às cooperativas etc. (FÓRUM NACIONAL LIXO E CIDADANIA, 2001).

das usinas, pois os catadores passariam a trabalhar dentro destas, junto às esteiras e devidamente equipados. Ao mesmo tempo, eliminar-se-iam as crianças e os idosos do processo da cata.

Nesse caso, a dignidade do trabalho dos catadores estaria relacionada à perda do contato direto com o lixo, um ponto de vista que contradiz com a realidade de algumas organizações associativas, pois os catadores continuam lidando diretamente com o lixo.

Foi nesta perspectiva que o projeto de coleta seletiva na cidade de João Pessoa foi implantado, aliando-se ao discurso do governo federal da viabilidade econômica das indústrias de reciclagem e ao crescente interesse em eliminar os lixões e a cata desorganizada, incentivando a criação de centrais de triagem e de núcleos de coleta seletiva.

5.2 A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DE JOÃO PESSOA (ASTRAMARE)

A cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, tem aproximadamente 597.934 habitantes, conforme o Censo IBGE/2000. Nesta cidade, o processo de crescimento urbano acelerado e de favelização foi relativamente recente, sendo mais agudo no final da década de 70 e, principalmente, na década de 80. O Relatório da Fundação de Ação Comunitária/PB (1998) identificou a existência de 108 aglomerados urbanos sub-normais, os quais são compostos por favelas, bairros pobres, aglomerados rurais, áreas invadidas que não dispõem de infraestrutura ou apresentam dela e de equipamentos públicos essenciais. A cidade possui um IDH igual a 0,783, portanto, um pouco maior que a média brasileira (0,766)[32].

A Fundação de Ação Comunitária (FAC), órgão ligado ao governo do Estado, identificou uma tendência de crescimento de aglomerados na cidade. Estes aglomerados eram compostos por favelas, bairros pobres, aglomerados rurais, ocupações de áreas destinadas a equipamentos comunitários de conjunto habitacionais. Segundo o relatório da FAC, em 1992, o número de aglomerados era de 92, e, em 1997, de 108, apresentando, pois, um aumento de 14,89%. Estes

[32] IDH-M = Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, segundo metodologia do PNUD e adaptada pela Fundação João Pinheiro, IBGE e IPEA, para o cálculo por município (GALVÃO JÚNIOR, s.d)

aglomerados situavam-se em áreas de risco, que em épocas chuvosas são passíveis de deslizamentos (QUEIROZ, 2001).

5.2.1 Identificação

A Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável – Associação de Comercialização - ASTRAMARE está localizada na Rua Frederico Chopin, s/n, Parque do Roger, João Pessoa (PB), Cep: 58.020 – 210. A referida associação encontra-se registrada na Junta Comercial do Estado sob o Nº 166.618; e CNPJ: 04077150-000154. Seus objetivos são:

> I- Promover e Garantir a organização dos trabalhadores de material reciclável; II- Apoiar e defender os interesses de seus associados. III- Desenvolver programas e atividades que promovam o desenvolvimento econômico-social e a qualidade de vida de seus sócios. IV- Apoiar a criação de cooperativas que venham reforçar a organização dos trabalhadores de material reciclável. V- Contribuir para que seus associados possam trabalhar com dignidade, segurança e protegidos da ação dos atravessadores e outros tipos de exploradores. VI- Representar os associados judicial e extra judicialmente. VII- Desenvolver atividades de cunho comercial bem como serviços, cujos recursos serão aplicados nas finalidades da entidade. VIII- Promover, através da radiodifusão comunitária os atos e os eventos da comunidade. IX- Realizar intercâmbio de atividades com Entidades similares, visando troca de experiências. (ESTATUTO SOCIAL– Cap. II, Art.4º).

O trabalho de coleta desenvolvido pelos catadores da Astramare estava circunscrito dentro de um processo que envolvia o princípio dos 3 R's (reduzir, reutilizar, reciclar). Dessa forma, o modelo de gestão implantado visava separar os resíduos em três categorias distintas: biodegradáveis, recicláveis e descartáveis. Uma vez separados na origem (lixo: orgânico e inorgânico), ou seja, na fonte geradora e, coletado separadamente, é possível aumentar o índice de materiais recicláveis e compostáveis.

Assim, no modelo de gestão de resíduos sólidos proposto para a cidade de João Pessoa, além da implantação dos núcleos de coleta seletiva, baseado em dois sistemas (coleta seletiva porta-a-porta e por meio da instalação de pontos de entrega voluntária), implantou-se duas unidades de triagem que recebem resíduos da coleta seletiva: uma unidade de triagem foi instalada no antigo Lixão do Róger, e outra no Aterro Sanitário.

No momento da pesquisa, a Astramare tinha aproximadamente 270 catadores associados, muito embora nem todos continuassem diretamente ligados à Associação. Quando constituída,

127 catadores se associaram; posteriormente, cerca de 300 catadores passaram a se associar (após o fechamento do lixão do Roger).

5.2.2 Breve histórico – processo de formação da Astramare

A organização teve início em 1997, quando a Prefeitura Municipal de João Pessoa pretendia mover uma ação para retirar as famílias do lixão do bairro do Róger (uma área de 17 hectares) e deslocá-las para uma área distante (Santa Rita – cidade que integra a região metropolitana de João Pessoa). Foi neste momento que o Movimento pela Moradia, apoiado pela Ação Social Arquidiocesana da Paraíba, organizou os catadores, reivindicando o deslocamento daquelas famílias para uma área próxima ao lixão do Róger (Mandacaru). As características encontradas, os primeiros contatos, demonstraram muitas similaridades entre o que ocorreu durante a experiência desenvolvida em São Paulo e em Belo Horizonte. A carência absoluta da população se traduzia na rejeição de qualquer contato externo, reagindo de forma agressiva e arredia à aproximação.

Segundo informações relatadas por um representante da Cáritas,

> *A Cáritas, na época [1997], foi procurada pela Prefeitura que tinha um projeto de erradicar o lixão e se dizia preocupada com os impactos sociais e, a falta de credibilidade perante a comunidade do lixão, que na época morava dentro do lixão [...]. Na oportunidade, questionamos um primeiro cadastramento realizado pela Prefeitura, o qual só identificava cerca de 180 famílias residindo no lixão. Trava-se de um cadastramento com várias falhas, pois aproximadamente 386 famílias sobrevivam no lixão, além do mais não contemplava questões específicas acerca da vida e da história dos catadores. (Representante do Movimento Meryknoll na Paraíba).*

Outro marco importante na história da Astramare ocorreu em 1998: foi o primeiro e único "Encontro de Formação de Catadores". O curso foi patrocinado pelo SEBRAE-PB, com duração de doze horas, com o objetivo de dar início ao processo de discussão acerca da formação de uma associação. Neste mesmo ano, um grupo de catadores visitou a Asmare/Belo Horizonte, com o objetivo de conhecer o sucesso daquela experiência em relação à reciclagem do lixo e ao processo de organização dos catadores.

Foto 02 – Catadores (Astramare) durante o curso de formação/1988.

Em 1999, foi constituída uma Comissão (o grupo de apoio junto com os catadores) para elaboração do Estatuto da Associação; neste mesmo ano, os catadores organizaram uma passeata nas ruas de João Pessoa, protestando pelo não atendimento às suas reivindicações. Após a manifestação, os catadores conseguiram uma audiência com o Prefeito Cícero Lucena, a quem apresentaram uma pauta de reivindicações:

> *Promovemos várias ações como passeatas, audiências com o Prefeito, apresentando várias reivindicações: a construção de um galpão para a triagem e a comercialização dos recicláveis [...]. Erradicação do trabalho infantil com a garantia da bolsa escola para todas as crianças de 07 aos 14 anos [...]. Fiscalização para não permitir a entrada de crianças no lixão [...]. Maior respeito aos catadores por parte da guarda municipal [...] que em várias oportunidades usavam da violência para com os catadores [...] pedimos ainda a retirada dos animais do lixão. (L. M., assessora da Cáritas Regional Nordeste II, na Paraíba).*

A Astramare foi constituída em 1999. Coube à Cáritas ajudar no processo da composição da diretoria da associação. A constituição da referida organização, segundo informação da diretoria, ocorrera por duas razões: o fechamento do lixão e a inclusão dos catadores na política de resíduos sólidos do município.

Em fevereiro de 2002, a Astramare e a Empresa Municipal de Limpeza Urbana de João Pessoa (EMLUR) firmaram um convênio para a implantação e execução de um Projeto Piloto de Coleta Seletiva porta a porta, nos bairros de Tambaú, Manaíra e Cabo Branco. De acordo com o Convênio caberia à Astramare:

> Realizar a coleta seletiva porta a porta [...]; responsabilizar-se ainda exclusivamente por qualquer ônus, ação ou débito referente aos recicladores; além do mais, nenhum associado da Astramare que participar do Projeto de Coleta Seletiva, poderá ter seus filhos trabalhando no lixão, sob pena do associado deixar de participar do Projeto. (TERMO DE CONVÊNIO ENTRE A EMLUR E ASTRAMARE – JOÃO PESSOA, 08 DE FEVEREIRO de 2003).

Por outro lado, caberia à EMLUR*:* "[...] elaborar o trabalho de divulgação junto à comunidade [...], fornecimento de alimento (almoço) e toda uma infra-estrutura de apoio" (Ibidem).

Entretanto, a Associação enfrentava vários problemas de ordem externa: dentre eles, o não funcionamento do segundo ponto de coleta seletiva. Ao mesmo tempo, o primeiro ponto, localizado em Cabo Branco, estava correndo o risco de ser fechado, e finalmente a constante ameaça do fechamento do lixão do Róger. Foi neste contexto que a nova diretoria assumiu a Associação, numa tentativa de resgatar a credibilidade do movimento associativo (BREVE RESUMO: "O TREM DA HISTÓRIA DA ASTRAMARE" - CÁRITAS/PB).

Em 2002, a Cáritas e a Associação organizaram o "Festival de Arte no Lixão", numa tentativa de mobilizar os catadores e divulgar a Astramare. Entretanto, velhos e novos problemas somavam-se, fragilizando a Associação e a organização do movimento. O projeto de coleta seletiva não funcionava e alguns pontos de coleta foram desativados.

No município de João Pessoa, o destino final dos resíduos sólidos, desde 1959, era o lixão do Róger (área de mangue de 17 ha, próximo ao centro da cidade). Sua desativação ocorreu por volta de 2003; no programa de coleta seletiva, então implantado, estava prevista a recuperação do local, sendo sua administração terceirizada. Ou seja, caberia à "Empresa Rumos" gerenciar o aterro, enquanto a supervisão técnica ficaria a cargo da EMLUR. No contrato firmado entre aquela empresa privada e a Autarquia, caberia à primeira operar a disposição do lixo no terreno, o tratamento do "chorume" e a retirada dos catadores de lixo.

Foto 03 – Galpão de triagem do antigo lixão do Róger-João Pessoas (Julho de 2006)

Contudo, proibir a catação foi difícil, visto que a população local tinha fortes laços, sobretudo econômicos com o lugar, diretamente, por meio da catação, ou mesmo indiretamente, mediante depósitos de lixo reciclado (os ferros-velhos), pequenos bares, barracas do "tipo lanchonetes", enfim uma série de atividades informais emergidas naquele espaço a partir do lixão. Daí, a reivindicação por parte dos catadores para a construção de um galpão na área.

Ao mesmo tempo, problemas de ordem interna tornaram-se latentes. Segundo informações de um dos membros da diretoria, a Associação enfrentava problemas em relação a sua estrutura (dinâmica) interna de funcionamento. De um lado, parte substancial da diretoria mal sabia ler e escrever, logo desconhecia noções fundamentais para executar uma simples contabilidade; de outro, a infraestrutura necessária para dar apoio ao trabalho dos catadores não funcionava: as construções de galpões não foram realizadas; faltava material para executar o trabalho e os pontos de coleta foram desativados. Foi neste sentido que os catadores se organizaram numa passeata (ver foto 6) para contestar tal situação, solicitando uma audiência com o Prefeito, cujo resultado foi a abertura de novos pontos de coleta, abertura de um outro galpão para o início de 2003, no Antigo Lixão do Róger.

Além destes problemas, os conflitos internos entre os membros da diretoria da Associação tornaram-se crescentes, conforme nos relatou um desses membros:

> *No início a gente não prestava muita conta das coisas [...] eu digo assim, a gente não tinha acesso a muita prestação de conta correta [...]. Quer dizer, e mexer com dinheiro já cria muita desconfiança [...]. E nesse caso, houve mais ainda [...]. Aí foi criando um bolsão até estourar com a saída do presidente. Ele se demitiu [...]. Aí, os sócios acharam melhor a diretoria completa se destruir. (C. M, maio de 2004).*

Foi neste contexto que, em 2003, ocorreu a primeira eleição aberta para a nova direção da Associação. A tentativa era fortalecer a Astramare e sanar os problemas existentes. Neste mesmo ano, a Cáritas e a Associação organizaram um novo recadastramento, constatando que aproximadamente 600 catadores sobreviviam no lixão. O objetivo do recadastramento, segundo representante do Movimento Merynokll, "era implementar ações que visassem garantir o trabalho e renda de todas aquelas famílias que ali sobreviviam, após o fechamento do lixão".

Em agosto de 2003, o lixão foi desativado, levando ou "forçando" a maior parte dos catadores a se associarem. Numa reunião entre os membros da Diretoria da Associação e o grupo de apoio, uma pauta de reivindicações foi elaborada. Em síntese, tais reivindicações eram as seguintes:

> Inserção de todos os catadores com mais de três anos de trabalho no lixão, em projetos que gerem trabalhos como a coleta seletiva e galpões de triagem [...]. Os núcleos de coleta seletiva dos bairros dos Estados, e do Bessa e os galpões do lixão do aterro devem estar em pleno funcionamento antes do fechamento do lixão [...] Garantia de renda mínima de R$ 80,00 semanais por um período de 6 meses. (DOCUMENTO: PROPOSTAS DOS TRABALHADORES DO LIXÃO ENCAMINHADOS À CÂMARA DE VEREADORES DE JOÃO PESSOA/2003).

De fato, tais reivindicações foram atendidas pela Prefeitura Municipal, passando os catadores a trabalhar nos galpões e nos núcleos de coleta. Em 2004, a Cáritas (em nome da Astramare) enviou um projeto para o consulado japonês, sendo contemplada com cerca de R$ 243.000,00. Com este dinheiro a Astramare comprou: 03 elevadores (cerca de R$ 8.000,00 cada um); 02 prensas (cada uma custou cerca de R$ 17.000,00); 01 balança (R$ 1.670,00); um caminhão (R$ 62.000,00); o restante dos recursos destinou-se à construção do novo galpão no antigo lixão do Roger, com sala de aula e um refeitório.

5.2.3 Estrutura da Associação

A Astramare foi oficialmente – de direito – estabelecida em 24 de setembro de 1999, com a aprovação do Estatuto Social, que é regido pelas disposições legais vigentes. Conforme rege o Estatuto Social, são órgãos da Astramare: I- Assembléia geral; II- Diretoria; III- Conselho Fiscal; IV- Conselho deliberativo (Capítulo IV – Dos Órgãos Sociais). A diretoria é formada, por: Coordenador; Vice-coordenador; Tesoureiro e Vice-tesoureiro; Secretário e Vice-Secretário (Capítulo IV- Art.18º). A forma de escolha dos representantes ocorria através de eleição aberta para todos os catadores associados, sendo as chapas formadas para concorrer o pleito a partir da iniciativa dos próprios catadores.

Em janeiro de 2005, tivemos a oportunidade de presenciar a eleição para compor a diretoria da Astramare. A eleição foi realizada antes mesmo da diretoria anterior, encerrar o seu mandato. Segundo um dos representantes, a diretoria enfrentava sérios problemas:

> *O problema da gestão anterior era porque o presidente botou uma diretoria, mas ficou só. Chico era o presidente, e na gestão de Chico, ele tinha o tesoureiro, o secretário, só que tanto das pessoas falarem muito, que não precisava de tesoureiro nem de secretário, saiu o tesoureiro e o secretário. O tesoureiro não se incomodava com nada ficava só sentado, não prestava contas de nada! Ele só queria ficar sentado dando telefonema [risos]. Então, o pessoal resolveu tirar ele. Aí, pronto! O secretário também não se incomodava, então, o que aconteceu? O presidente ficou só! E saiu sendo acusado [silêncio]. (M. O. F., 34 anos, 22 de abril de 2005).*

Para o processo de escolha dos candidatos, foi organizada uma miniassembléia, cujo objetivo era reconstituir a direção da Astramare. Assim, foram indicados alguns representantes (coordenadores) dos núcleos de triagem: Chico, Celso, Marcos, Nega, Heráclito e Joãozinho. Coube a Luciene (assessora da Cáritas) organizar uma espécie de "enquête" junto aos catadores nos galpões de triagem, cujo objetivo era saber se os catadores associados aprovavam essa nova diretoria.

Assim, coube a Luciene realizar, a partir da sugestão dos catadores, uma eleição aberta para compor a diretoria da Astramare, sugerindo que os catadores formassem chapas. Três chapas concorreram, sendo vitoriosa aquela liderada por Jean (Presidente), Celso (Vice-Presidente), Marcos (Secretário), Dinho (Vice-Secretário), Luiz (Tesoureiro) e Antônio João (Vice-

Tesoureiro). Dentre os 352 associados, 188 votaram. A referida chapa contou com109 votos válidos.

Após a eleição, conversamos com os membros da nova diretoria. Inicialmente, um dos membros teceu o seguinte comentário: "*[...] a nova administração da Astramare lança expectativas, uma vez que as pessoas são mais qualificadas para exercerem a função.* Ao ser questionado sobre o significado do "termo qualificado" ele nos respondeu o seguinte:

> *Eu digo que todos são alfabetizados e estão envolvidos e comprometidos com o trabalho na Associação. As direções anteriores, não tinham tanto compromisso como nós temos, e não estavam envolvidos [...] e tinha o problema do analfabetismo. (Representante da Diretoria da Astramare, janeiro de 2005).*

Ao ser questionado sobre as metas propostas para a Astramare, o Vice-Presidente teceu os seguintes comentários

> *Vamos manter uma presença mais constante nos pontos de coleta, ou seja, a gente pretende acompanhar mais de perto o trabalho nos pontos de coleta. Ter transparência na administração, na prestação de contas; pretendemos fazer um boletim informativo mensal, sobre vários assuntos de interesse dos catadores e da Associação*.

Após um ano, o Vice-Presidente foi afastado do cargo de motorista do caminhão da Astramare (por decisão dos catadores); também decidiu abandonar a direção, após vários conflitos entre ele e os demais membros. Outro afastamento foi o de Luciene. Conversando com os membros da Diretoria sobre este afastamento, fizeram-nos o seguinte comentário:

> *Esta semana, eu, Luiz e Jean fomos lá na Cáritas conversar com Luciene. E ela nos disse que estava trabalhando com outras associações de catadores, e disse que a gente tinha uma estrutura muito boa, e não estávamos 'saindo do lugar'. A gente ficou pensando sobre isso [silêncio]. Ela anda muito afastada da gente, não vem mais aqui [...], acho que ela não acredita mais na Astramare. [...] ela falou que agora vai trabalhar com grupos pequenos, vinte, quinze e até dez catadores. E isso é um problema para a Astramare [...] aqui tem mais de duzentos catadores. (M. O. F., 11 de março de 2006).*

a) Administração (gestão financeira e contábil)

Outra questão pertinente referente à estrutura administrativa diz respeito ao grande número de catadores associados, os quais eram distribuídos nos dois núcleos de triagem e nos pontos de coleta de materiais. Tal situação levou à criação de um cargo administrativo: o de **coordenador de turmas** (negrito nosso). Vale salientar que o Estatuto Social da referida

Associação contempla o cargo de Coordenador[33], não o de coordenador de turmas. Sua função, conforme detalha um membro da Diretoria, seria:

> *Colocar o pessoal pra trabalhar, ele tem prioridade porque ele é quem organiza a turma. Ele não manda! Ele organiza! Ele chega, pega a lista de presença, chama o nome por nome, aquele que não estiver presente [...] coloca falta! [...] aí depois ele coloca cada um em suas determinadas funções: Você vai pra esteira, você vai prensar, você vai pra separação [...]. Ele também tem a responsabilidade de vender o material no fim de semana, arrecadar o dinheiro junto com a diretoria e fazer a divisão: tirar as despesas, e depois fazer a divisão entre a quantidade de catadores que tem no turno dele. Uma outra coisa [silêncio] o coordenador tem de falar dos problemas do grupo pra gente, pra que juntos possamos resolver. Quem escolhe os coordenadores é o grupo, por exemplo, se tem um grupo de quarenta pessoas, são três turnos, cada turno escolhe o seu coordenador. E quando o coordenador não está trabalhando corretamente, a gente tem o direito de tirar o coordenador, entre eles mesmos. Até porque, se der algum problema eles não vão poder reclamar, nem dizer que foi "arrumadinho" da diretoria [...]. Agora mesmo eles tiraro um coordenador [...] que saiu agora [...] não estava dando certo, porque segundo informações que eu obtive, o coordenador ia pra lá mais dormir [risos], porque havia bebido pinga, aí quando ele acordava que queria botar o pessoal pra trabalhar, [...] devido à hora, muitos não queriam. Ele estava dando mau exemplo! Mas, o bom é quando o coordenador sabe ler e sabe escrever. Mas, acontece que tem muitos que sabem ler e não sabem escrever. E aquele que é analfabeto faz o trabalho melhor que ele. Nós temos aqui dois coordenadores analfabetos, mas fazem melhor que muitos que não são. Então, eles fazem o seguinte: decoram os nomes, às vezes chama um que sabe ler e pede para fazer a chamada. Pra fazer contas, ele leva um, e a diretoria e os apoios ajudam fazer a prestação de contas. (L. da S. 22 de abril de 2005).*

Conversando com a Diretoria da Astramare, questionamos se os coordenadores e seus respectivos grupos tinham autonomia para tomar certas decisões, uma vez que alguns catadores questionavam sobre essa autonomia dos coordenadores. Segue o trecho da entrevista:

> *Mas, a gente não tem a união, de juntar todo mundo, o material de todos na Associação. A Associação foi repartida [...] foi repartida em parte. Por exemplo: Aqui é o aterro sanitário, e quem manda é o pessoal do aterro sanitário [...]. No Cabo Branco, quem manda é o Cabo Branco; no Galpão do Roger quem manda é o Galpão, e assim sucessivamente. Então, eu como presidente não posso mandar no material do Cabo Branco! [silêncio]. Eu como presidente, não posso mandar no pessoal daqui! Então, que presidente é esse? È de fachada! É laranja! [risos]. Cada núcleo tem autonomia. Então, agente não vai chegar nunca ao denominador comum! É uma autonomia sem*

[33] O cargo de Coordenador equivale ao de Diretor, portanto, compete ao Coordenador: "I- Coordenar o funcionamento da Associação; II- Representar pública e comercialmente a Associação; III- Representar ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente a Associação; IV- Articular convênios e contratos buscando potencializar o trabalho da Associação; V- Preparar e coordenar as Assembléias; VI- Movimentar as contas bancárias em nome da Associação, juntamente com o Tesoureiro; VII- Decidir descensos nas votações, quanto proferirá o voto de minerva onde houver empate" (Estatuto Social – Capitulo IV, Art. 20º).

> *limite! Eu coordenador, estou acima do presidente [...] Se o presidente chegar aqui e dizer: eu vou vender esse material, aí o coordenador diz: Não, não vai vender esse material! E fim de papo! O material fica aí, a gente só vai vender daqui a duas semanas, mesmo que a Associação esteja precisando. Eles não têm autonomia pra vender o material!. (K. da S., 43 anos, catador do Aterro Sanitário).*

Os núcleos, em sua maioria, foram originalmente compostos por grupos de catadores associados e passaram a ser constituídos como "associações autônomas". Contudo, a direção não via problema nesta forma de administração, argumentando que foi a única solução encontrada para administrar uma estrutura associativa tão grande.

Percebemos que a incompreensão por parte dos catadores devia-se ao fato de a diretoria não ter maiores argumentos para explicar tal funcionamento. Ou seja, quando os associados exigiam explicações não se satisfaziam em certas ocasiões, uma vez que tais questões não eram suficientemente debatidas ou explicadas.

Vale ressaltar, ainda, que a administração da Associação era exercida pela Diretoria. Logo, não contava com assistência ou auxílio para a gestão dos seus negócios, muito embora o grupo assuma as dificuldades para gerenciar, conforme afirma um dos membros:

> *Olhe é uma infraestrutura enorme, grande como eu já falei pra você, acontece que não funciona. Não sabem administrar esta estrutura enorme [...]. Recebemos! Recebemos cursos não só sobre associativismo, inclusive sobre gestão. Agora, uma capacitação de gerenciamento que dura três horas, ou um dia [...] um curso de associativismo de duas horas [...] quer dizer é muito pouco ou não é nada pra um povo que não sabe nem assinar o nome, pra quem não tinha experiência nenhuma sobre gerenciamento, sobre associativismo [...] olhe nem trabalhar com as máquinas sabem. Não pense que isso é só aqui, é em São Paulo, no Rio, no Sul [...]. Veja a situação desse galpão, o objetivo da construção dele não era esse. E quando eu chego aqui, e vejo esta situação lixo por toda parte, essa prensa aí, é nova e cara, e tá aí sem ser utilizada (fala com indignação). A sala de treinamento, a de reunião [...] é tudo uma bagunça! [...] cadeiras quebradas, uma sujeira! Quer dizer, isso é questão de organização. Eu fico imaginando se algum representante do Consulado Japonês chegasse aqui de repente, o que eles imaginariam [...] depois de tanto dinheiro que eles botaram aqui.. (C. M., 06 de maio de 2006).*

A dificuldade para administrar a Associação foi reconhecida pelas redes de assessoria (Cáritas e Meryknoll), num projeto direcionado ao Banco do Brasil com intuito de captar recursos, em 2004. Na ocasião, o grupo ressaltava que os principais desafios da Astramare naquele momento seriam:

> O gerenciamento da Astramare, considerando a baixa escolaridade dos associados, visto que até recentemente funcionava com uma unidade de coleta seletiva e, em agosto de 2003, passou a gerenciar cinco unidades descentralizadas, o que significa maior complexidade. Por outro lado, outro desafio é qualificar os catadores para o

> gerenciamento da Astramare na perspectiva da economia solidária (todos os núcleos de coleta seletiva são gerenciados pelos próprios catadores (as) num processo de auto-gestão). (ASTRAMARE – PROJETO ENCAMINHADO A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL- OUTUBRO DE 2004).

A auto-gestão dentro das associações ou cooperativas de catadores tornou-se uma questão bastante debatida nos encontros do Movimento Nacional dos Catadores, pelas redes de apoio e demais segmentos. Um dos aspectos centrais deste debate diz respeito à formação e capacitação dos catadores, não apenas para atuar em toda a cadeia produtiva dos materiais recicláveis (o beneficiamento e a reciclagem dos materiais, etapas de maior valor agregado), mas, sobretudo, na administração dos negócios.

No caso particular da Astramare, o desafio refere-se à capacitação em geral, tanto para desempenhar funções de cunho técnico-administrativo (controle financeiro e contábil, e a tomada de decisão) quanto nas negociações com o mercado ou com o governo.

Nos primeiros anos de seu funcionamento, nada foi registrado. Segundo informação da assessora da Cáritas, os membros da diretoria tinham dificuldades de executar tais tarefas, pois alguns eram semialfabetizados, escreviam pouco e só realizavam operações simples de matemática. O auxílio na execução destas tarefas, veio das instituições de apoio, ajudando o grupo a executar “os registros contábeis”.

Em vários momentos, constatamos as dificuldades dos membros da diretoria na sistematização da contabilidade. Foi durante uma conversa com o secretário que tivemos a oportunidade de conhecer o livro de registro contábil, inclusive, ele nos deu permissão para retirar dele algumas informações.

PRODUÇÃO DO ROGER - De 17-10-05 A 22-10-05

	ARITANA	BIU	CARLOS	TRAJANO	SERGIO	EDUARDO	TOTAL
HERACLITO	147,00	157,00	145,00	161,00	-	260,00	870,00
DODO	160,00	202,00	170,00	170,00	172,00	180,00	1.054,00
ANTONIO	146,00	214,00	131,00	157,00	70,00	200,00	918,00

ANTONIO – 918÷32 = 28,68 SEM DISPESA 611÷32 = 19,09
DODO – 1.054÷23 = 45,82 SEM DISPESA 659 ÷23 = 28,65
HERACLITO - 870÷28 = 31,07 SEM DISPESA 510÷28 = 18,21

"DISPESA"

DISPESAS	HERÁCLITO	DODÔ	ANTÔNIO
POLICIA	10,00	15,00	15,00
DIRETORIA	50,00	50,00	50,00
COORDENADOR	15,00	23,00	-
MOTORISTA	33,00	50,00	33,00
VIGIAS	44,00	44,00	44,00
P.DE CIMA	40,00	40,00	40,00
PRENCEIRO	20,00	25,00	20,00
TAMBOZEIRO	20,00	10,00	10,00
ALMOÇO	-	10,00	-
EXTRA	40,00	30,00	25,00
CORDA	-	20,00	10,00
FÉRIAS	-	-	60,00
P.NEUS	12,00	23,00	-
P.CHOP	20,00	-	-
TAXI	10,00	10,00	-
ROLAMENTO	-	25,00	-
ÓLEO	10,00	20,00	-
CARREGO	30,00	-	-
CARTÃO	6,00	-	-
TOTAL	*360,00*	*395,00*	*307,00*

Quadro 06 – Contabilidade da Astramare
Data da pesquisa: 22 de outubro de 2005

A primeira parte do quadro 06 representa a produção dos associados do galpão de triagem do Róger. O objetivo da diretoria era cruzar a produção de cada turno e as respectivas vendas dos materiais para cada atravessador, obtendo-se o valor total da produção.

O quadro revela que nem todos os turnos têm a mesma produção, nem tampouco as mesmas despesas, daí as variações nos salários dos catadores associados. Ao questionar o secretário se as despesas da Associação não estariam altas, o presidente interferiu e respondeu que aquelas eram as "despesas necessárias". Por exemplo, *"a gente paga a dois policiais, ou seja, de cada turma a gente tira 15 reais para pagar os policiais (...) para manter a segurança durante o dia do pagamento dos salários, pois já teve vários roubos nos dias de pagamento".*

Quanto às despesas referentes aos salários da diretoria, "neste caso, a gente retira 50 reais de cada turma e paga o salário dos diretores, dos motoristas (da F4000 e do ônibus da Astramare), do vigilante do Róger, dos coordenadores de turmas, e dos "prenseiros" e "tambozeiros"[34].

Sobre tais despesas, o secretário tentou nos explicar:

> *"Como a diretoria são três pessoas, cada turma paga cinqüenta reais. Ou seja, sai de cada turma, quinze reais pra mim, que sou secretário, quinze pra o tesoureiro e vinte pra o presidente [...]. O motorista ganha trinta reais, mais trinta reais, mais quarenta reais; quem trabalha durante o dia paga quarenta, porque o motorista recebe cem reais. A turma de Joãozinho paga trinta reais, porque a turma dele trabalhou no período da tarde. O pessoal de cima recebe sessenta reais, [...] quer dizer sessenta para cada um. Agora, esse pessoal de cima recebe sessenta reais pra dividir [dúvidas] [...] se não me engano pra dividir pra seis. Aí, dá quinze reais pra cada um. Aí tem o prenseiro, que recebe trinta reais [...] porque são dois prenseiros lá [nos galpões]. Por exemplo, o coordenador ganha 50% daquele valor que foi vendido o material [...] daquela quantia que foi vendido o material do bruto, e daquele dinheiro que foi dividido para os sócios. Por exemplo, a turma de Valmir produziu 2.120 reais, nesta semana, dividido pra 36, que é o número de catadores daquela turma, é igual a 58 reais. Então, o coordenador vai ganhar aqui 29 reais, mais os 48 reais, porque ele ganha no bruto a porcentagem dos 50%. Por exemplo, foi dividido 2.120 reais para 36 catadores, que dá 58 reais e 88 centavos aí [dúvidas] ele vai ganhar 29 reais mais os 48, porque o dele prensa a lata e um que prensa o papelão, aí esses 30 reais [dúvidas] são divido pra* os dois. *Os tambozeiros recebe 15 reais cada um, a gente diz tambozeiro, mas é o pessoal que trabalha no carrinho que carrega o material [...]. Aí tem a hora-extra, é o pagamento, por exemplo, quando a pessoa trabalha à noite. No caso, o meu coordenador precisa que eu venha ajudar a ele pra botar o material no sábado, então aí eu passei o dia trabalhando aí vou rolar a sexta-feira trabalhando o dia, aí eu vou trabalhar à noite de novo, aí recebe como extra. Mas, num precisava ter essa extra, pois se o coordenador raciocinar bem, ele poderia fazer o seguinte: ele poderia pegar três pessoas e dizer vocês não vem hoje a noite, vem amanhã que é sexta, pra gente colocar o material, aí tu não trabalha na quinta-feira, trabalha amanhã durante o dia, e já vem a noite trabalhar, no precisava ter essa extra [...]. O Adelson é o motorista, ele trabalha na EMLUR, ele dirige o ônibus pra Associação. Aí, as turmas lá do Aterro concordaram em dá uma gratificação pra ele de 10 reais, e pra Carlão. Já esse Marcone aqui [...] eu num sei se é [...] deve ser algum serviço que esse Marcone fez e a turma de Valmir vai pagar. (M. O. F. Secretario da Astramare, 14 de janeiro de 2006).*

Na oportunidade, o presidente interferiu novamente: *"Muita gente não entende que a associação é uma empresa [...] pra muitos, que são analfabetos, não entende [...] que a gente tem contas a pagar"* (J. C. da S., Presidente da Astramare, 14 de janeiro de 2006).

---

[34] "Prenseiro", "tambozeiro", "pessoal de cima" e outras funções, na verdade, se trata de um conjunto de denominações, atribuídas pelos catadores aos vários tipos de tarefas, algumas são exaustivas, mas que nem todos os catadores querem executar. "tambozeiro" seria aquele catador cuja função era a de "carregar" o material retirado das esteiras e levá-los até o galpão para ser prensado; "prenseiro" aquele catador cuja atividade é prensar os materiais deixá-los na forma de fardos. Quanto ao "pessoal de cima" tratava-se dos catadores que ficam empurrando o lixo na parte superior das esteiras.

Uma associada que estava presente interrompeu as palavras do presidente, discordando:

> *"Tem muita gente que entende e muita gente que não entende [...]. Agora é preciso explicar direito, porque a gente só recebeu 50 reais [expressão de revolta], mas que tem as despesas: dos tambozeiros, do óleo que bota no caminhão [...] agora, se tem despesas, todos tem que lutar pra ver, pra diminuir [...] o pessoal da diretoria tem que chamar os associados e conversar: mostrar os prejuízos, e ver o que todos juntos pode fazer. É uma luta de todos. Às vezes eu chamo: 'vamos fazer uma manifestação'! Muitos se negam de ir [...] acho que eles não acreditam mais. Agora, não sou eu só que vou mudar a cabeça de ninguém". (M. J. X., 14 de janeiro de 2006).*

De fato, não só a catadora associada, como outros associados reclamavam da ausência de comunicação entre a diretoria e os associados. Tal questão nos levou a refletir sobre os argumentos de Florão (1995), pois muitos dos mecanismos de participação são criados a partir da cúpula administrativa. No caso da Astramare, conforme analisaremos posteriormente, as diretrizes e propostas são tomadas pela diretoria e os associados acabam apáticos e não participantes das decisões de controle na gestão da associação.

b) Infraestrutura

O espaço físico das centrais de triagem (galpões) foi disponibilizado pela Prefeitura, passando a ser gerido pelos próprios catadores associados. É nestes espaços que se realizavam as atividades de separação, prensagem, enfardamento, pesagem e armazenagem do material reciclável. Quanto à infraestrutura, a Associação possuía:

Equipamento	Quantidade	Equipamentos	Quantidade
Balança mecânica eletrônica	03	Equipamento de proteção	(não soube informar)
Caminhão – F4000	01	Computador	01
Esteiras	07	Impressora	01
Prensas	07	Telefone	-
Empilhadeiras elétricas	03	Fax	-
Carrinhos de tração humana	54	Outros	
Bombonas ou tonéis	30		

Quadro 07 – Infraestrutura da Astramare

Data da pesquisa: outubro de 2006.

O patrimônio da Associação foi constituído a partir da obtenção de recursos diretos (para aquisição de equipamentos e capacitação dos catadores), a qual ocorreu via parcerias. Tais parcerias foram estabelecidas entre a Associação, a Prefeitura Municipal de João Pessoa/EMLUR e empresas privadas (Por exemplo, a "Empresa Rumos Construções Ambientais LTDA" obteve a concessão para administrar o Aterro Sanitário; outras empresas receberam a concessão para a coleta e limpeza da cidade).

A Associação recebeu recursos não apenas do Consulado Japonês, mas também captou outros, através do Banco do Brasil[35], da Companhia Industrial de Vidros e da AVINA[36].

De fato, diversas organizações associativas de catadores de lixo no decorrer de seu processo de estruturação e consolidação têm esbarrado em enormes dificuldades que as impedem de se tornarem viáveis e auto-sustentáveis economicamente, daí a necessidade constante de parcerias. Dessa forma, vale ressaltar a opinião de um dos catadores:

> *"Nenhuma Associação desse tamanho caminha sozinha sem estabelecer parcerias. Você pode futuramente, trabalhando corretamente, você pode ter uma parte financeira muito boa [...]. Mas, jamais você poderá andar sem parcerias. Porque você sempre tem que se envolver com a Prefeitura, tem que se envolver com as Empresas, com a autarquia que faz a limpeza urbana, tem que se envolver de qualquer jeito. Por isso que é mais viável fazer uma cooperativa, tem muitos caminhos legais [...] é mais viável fazer uma cooperativa do que uma associação". (C. M., junho de 2004).*

A carência de recursos para formar o capital de giro era um dos problemas para a Astramare, uma vez que os recursos advindos das vendas dos materiais coletados mal dava para pagar as despesas dos salários, conforme informou um dos membros da diretoria.

Portanto, a ausência de capital de giro potencializava o drama de uma organização "pobre" com aparência grandiosa. Na realidade, manter essa aparência tem sido um dos desafios

---

[35] Em 2005, a Astramare contou com um plano de reestruturação e de suporte técnico para os núcleos de coleta e centrais de triagem (do Róger e do Aterro Sanitário). Os recursos foram captados através do Programa desenvolvido pela Fundação Banco do Brasil (FBB), em parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), Cefet-PB e a Astramare.

[36] Em 2006, a Astramare foi a primeira organização de catadores da Região Nordeste a ser beneficiada pelo projeto "Fortalecer Cooperativas ou Associações de Catadores de Materiais Recicláveis". O Projeto foi resultado de uma parceria estabelecida entre a Companhia Industrial de Vidros, a Fundação Avina e a FROMPET (Central PET Indústria & Comércio Importadora e Exportadora Ltda). A Astramare foi beneficiada com aproximadamente R$ 23,000,00 em materiais e equipamentos. Em contrapartida, caberia à Associação comercializar a produção de vidros com a CIV e, de PET, com a FROMPET.

diários. A referida Associação apresentava uma característica de grande porte (ou de uma grande empresa), à qual os associados jamais teriam condições ou imaginação para dar início. Na verdade, ao assumi-la, receberam um encargo de responsabilidade.

Percebemos que a responsabilidade herdada consistia numa tarefa difícil, por duas razões: em primeiro lugar, a dificuldade para administrar tal empreendimento; em segundo lugar, a obtenção do capital de giro, pois os associados eram desprovidos de recursos próprios. A dificuldade se revelava, conforme se verá mais adiante, também na comercialização.

c) Organização do trabalho (produção)

Aproximadamente duzentos associados trabalhavam no Projeto de Coleta Seletiva na Cidade de João Pessoa. Eles eram distribuídos nos núcleos de coleta e numa central de triagem. Na época, era possível encontrar na cidade de João Pessoa três núcleos de coleta seletiva (Cabo Branco, 13 de Maio e Bessa), os quais atendiam a 14 bairros: Altiplano, Av Epitácio Pessoa, Cabo Branco, Bessa, Bairro dos Estados, Bairro dos Ipês, Condomínio dos Ipês I e II, Conjunto Pedro Gondim, Conjunto Verde Mar, Jardim 13 de Maio, Manaíra, Miramar, Mandacaru e Tambaú, além das esteiras mecânicas instaladas no Aterro Sanitário da cidade. Outro espaço de coleta de materiais que tinha sido cedido, recentemente, à Associação foi o do "Shopping Tambiá". Nele cerca de três catadores trabalham na separação dos materiais, todos os dias.

Foto 04 – Catadoras associadas da Astramare selecionado os resíduos na esteira mecânica-2005.

Na central de triagem, localizada no Aterro Sanitário de João Pessoa, foram instaladas quatro esteiras mecânicas, onde trabalhavam cerca de duzentos catadores. O Aterro Sanitário encontrava-se localizado numa área rural da cidade. O espaço recebia, principalmente, lixo doméstico, seguido de lixo público, lixo hospitalar, lixo industrial dentre outros.

No aterro, desenvolvia-se um trabalho de biorremediação, com a escavação de células, cuja função é isolar e tratar o lixo acumulado; foram instaladas tubulações para drenagem dos gases e a proibição de catação no interior das células. Em média, o Aterro recebe diariamente 71,28 toneladas de lixo diárias.

No antigo lixão do Róger (na época da pesquisa tratava-se de uma área de recuperação ambiental), funcionava outra central de triagem que, diante das péssimas condições, fora desativada em 2006[37].

Neste espaço, foi construído um galpão com os recursos doados pelo Consulado Japonês (inaugurado em 2005), dividido em três compartimentos: uma sala grande para reuniões, treinamentos e etc.; um refeitório; e uma sala destinada a armazenamento de materiais.

Entretanto, o espaço estava apenas sendo utilizado para triagem de material. Conversando com um dos membros da Diretoria, sobre tal questão, ele desabafou:

> *"Veja a situação desse galpão, o objetivo da construção dele não era esse. E quando eu chego aqui e vejo esta situação lixo por toda parte, essa prensa aí [apontou para a prensa], é nova e cara, e tá aí sem ser utilizada. A sala de treinamento, de reunião [...], uma bagunça! [...] cadeiras quebradas, uma sujeira! Quer dizer, isso é falta de*

[37] O antigo lixão do Roger constitui-se numa área de recuperação e de monitoramento ambiental. Em 2004, o Ministério Público e a Curadoria do Meio Ambiente da Paraíba moveram uma ação contra a Prefeitura Municipal de João Pessoa e a EMLUR, exigindo a desativação daquela Unidade de Triagem num prazo de noventa dias. Ao mesmo tempo, proibia qualquer uma outra construção na área, e vedava a entrada de novos catadores para trabalhar naquele espaço. Na realidade, tal proibição se referia ao pedido de licenciamento para a construção de um novo galpão, com os recursos doados pelo Cônsul Japonês. De acordo com o documento encaminhado pelo Ministério Público da Paraíba para a Astramare, na constituição do aterro sanitário em 2003, os técnicos do IBAMA (Brasília) apresentaram à Justiça Federal um relatório técnico visando o melhoramento da área que envolvia o Lixão do Roger, por exemplo: não receber lixo hospitalar; implementação de um sistema de contenção e drenagem provisória da percolação superficial do chorume para área de mangue próxima ao Rio Sanhauá, até que toda a remediação do Lixão Róger fosse concluída. A Prefeitura Municipal (na época administrada pelo prefeito Cícero Lucena) não havia cumprido as normas ambientais para execução e implantação do referido aterro. Contudo, após várias audiências, a Astramare conseguiu a liberalização para construção de um novo galpão. Ou seja, o Ministério Público da Paraíba, concedeu a liberalização do terreno com algumas concessões, ficando proibida, por ordem da Justiça Federal, a entrada na área do Centro de Triagem de pessoas não associadas e cadastradas para nele trabalhar; também foi proibido aumentar o número de associadas já existentes; bem como ficando vedada a transferência da condição de associado a terceiros.

> *organização. Eu fico imaginando se algum representante do Consulado chegasse aqui de repente, o que eles imaginariam [acenou de forma negativa com a cabeça]. Eles iam dizer que investiram um dinheiro perdido. E olhe que outra parte do projeto ainda não foi concluída, recebemos a verba e ainda não foi concluído. Eu imagino não só o Consulado do Japão, mais de outras instituições que investiram aqui: A AVINA[38], a CIV[39][...] quer dizer, recebemos investimentos e qual o resultado? A gente foi contemplado com dezessete mil reais pela AVINA, pra comprar carrinhos, melhorar os equipamentos". (C. M., 06 de maio de 2006).*

De modo geral, nos municípios brasileiros que implantaram programas de coleta seletiva com inclusão social dos catadores, o desafio tem sido o de fortalecer e o de potencializar, através de suas políticas de gestão municipal dos resíduos sólidos, as cooperativas ou associações. Isto é, políticas públicas que efetivamente promovam a inclusão social dos catadores, uma vez que integrar os catadores num sistema público de reaproveitamento de resíduos não pode se restringir às ações voltadas exclusivamente à criação de uma estrutura de trabalho e de renda.

Grimberg, Tuszel e Goldfarb (2004) defendem a necessidade da implantação da coleta seletiva não só pelo seu apelo ecológico, mas também pelo conteúdo social que esta iniciativa representa. Ao analisarem as cooperativas que participavam do Programa Coleta Seletiva Solidária na Cidade de São Paulo, os autores demonstraram que não bastava o poder público local criar uma estrutura de trabalho e de renda para os catadores, através da concessão de um sistema de coleta e disponibilização de materiais nas unidades de triagem. Os autores alertam para a necessidade do poder público reconhecer e remunerar o serviço prestado pelos catadores.

No caso da Astramare, o valor da renda mensal obtido pelos associados não garantia o suprimento de suas necessidades básicas. A produção individual dos catadores vinha diminuindo significativamente após implantação da coleta seletiva. De acordo com as informações da diretoria, os associados produziam semanalmente entre 10 e12 toneladas de materiais, cujo valor médio era de R$ 10 a 15 mil reais. Tal fato levou os catadores a reivindicarem ao Prefeito, em 2003, uma ajuda para complementação de suas rendas. Conforme esclarece um catador:

---

[38] A Fundação Avina foi fundada em 1994 pelo empresário suíço Stephan Schmidheiny. A Avina estabelece parcerias com líderes da sociedade civil e do empresariado em iniciativas favoráveis ao desenvolvimento sustentável nos países ibero-americanos. Isto inclui nações de língua hispânica da América e o Brasil, mais os países da Península Ibérica (Espanha e Portugal).

[39] A Companhia Industrial de Vidros (CIV) é uma empresa controlada pelo grupo ICAL / Cornélio Brennand, sendo uma das três maiores empresas do setor de embalagens de vidro do Brasil. Com oito fornos instalados nas suas quatro unidades fabris, localizadas no Recife e em Vitória (PE), Fortaleza (CE) e Salvador (BA), a CIV atua nos segmentos de alimentos, bebidas, farmacêuticos e utilidades domésticas.

> *"Aí, a Prefeitura passou a ajudar no orçamento semanal da Astramare, ajudando no pagamento dos salários dos associados (parou de falar, e refletiu). Foi na gestão de Cícero Lucena, ele passava toda quinzena seis mil reais [...] é muito dinheiro, mas é pouco. Acontece que é pouco, porque a divisão, você viu [...] dava uns vinte um reais pra cada um. Porque é seis mil reais pra dividir pra num sei quantas pessoas [...]. Depois, ele baixou a verba, aí ficava mais ou menos uns quinze reais pra cada um, e aquela verba era muito bem vinda, mas agora, com o novo Prefeito, o Ricardo Coutinho, a gente não ganha nenhuma contribuição. Ele falou, foi até gravado, que o dinheiro ele não dava, mas dava condições de trabalho, e até agora nada!". (L. da S., 33 anos, 22 de abril de 2005).*

Porém, outro catador num discurso contraditório denuncia:

> *"Quem dava era o Prefeito Cícero Lucena, porque ele tinha consciência do que ele fez. Porque ele não colocou aqui um negócio seguro e eficiente pra gente poder trabalhar. Ele fez um 'quebra-galho'. E aí, ele sabia que a gente parava mesmo, porque a gente não tinha condição de trabalhar, aí ele mandava uma verbazinha, mandava um dinheiro aqui outro acolá [...]. Mas, esse prefeito aí, ele não quer nem saber! O Cícero tinha uma sensibilidade, uma consciência muito incrível! Não é elogiando o cara, não! Porque ele pode ter feito muita coisa errada, por aí, tá entendendo! Mas, com a gente ele foi muito sensível. Olhe, era leite, era milho. Chegava o São João era um milhozinho, na Semana Santa um peixinho [risos]. Inclusive, antes dele [o prefeito] sair, quando ele perdeu a eleição, ele deixou uma verbazinha de complementação de dezessete reais pra gente complementar o natal da gente". (K. da S., catador do Aterro Sanitário, 14 de julho de 2005).*

Embora o seu depoimento não se resuma à opinião de todos os catadores, ele é merecedor de algumas considerações. Ao mesmo tempo que o associado denuncia o problema da ingerência do projeto de coleta seletiva, por outro lado, não deixa de fazer apologia à política assistencialista do prefeito do município. Na percepção de alguns informantes, o objetivo daquela prática, por parte do poder público, era "escapar" da ingerência do projeto, ou seja, tanto o projeto de coleta seletiva quanto a implantação do aterro sanitário foram realizados "às pressas".

Ao conversarmos com um dos Engenheiros da Prefeitura, ele reafirmou a existência de vários problemas no tocante à implantação e à administração do projeto de coleta seletiva e do aterro sanitário. Ou seja, as esteiras não foram instaladas adequadamente, pois o sistema de energia elétrica apresentava problemas. Essa situação comprometia o trabalho e a produção, e tinha um impacto sobre a renda dos catadores. Durante a conversa, um dos catadores, comentou:

> *"Pois é, o que ele [o engenheiro] tá dizendo só faz confirmar. As máquinas estão sempre quebradas, as esteiras não funcionam, pois há queda de energia constantemente durante a noite. Não fornece equipamentos de trabalho [...] por isso a turma que trabalha das onze da noite até sete da manhã, está sendo prejudicada [...]. Por isso, a*

> *produção é baixa, aí a gente recebe pouco, só que eles não olham isso!" [expressão de indignação e de revolta]. (J. R., catador do Aterro Sanitário, 43 anos, 02 de janeiro de 2006).*

Isso nos revelou por que a produção de alguns turnos e núcleos era superior à de outros. Consequentemente, a remuneração de alguns associados era mais alta. Segundo, informação da Diretoria, tratava-se de um problema frequente, principalmente no galpão de triagem do Róger.

O referido galpão recebia lixo de "péssima qualidade". Parte significativa do lixo recolhido da cidade destinava-se ao aterro sanitário. Além disso, havia muitos catadores coletando lixo na rua, diminuindo a quantidade de "lixo bom" (comercializável) destinado àquele galpão.

A produção por turnos no aterro sanitário também variava. Conforme a Diretoria, isso dependia do empenho da turma, pois algumas eram mais vagarosas no trabalho. Também, em certos horários, as esteiras quebravam. Na opinião do coordenador da Astramare,

> *"No galpão do aterro sanitário, a produção é bem maior, pois uma boa quantidade de lixo vai para lá, principalmente alguns carros que levam lixo bom. Além do mais, a turma de Valmir é a melhor de todas, é a que mais produz. Agora, pra você ter uma idéia, nos pontos de coleta a produção está muito baixa, a gente não tá nem cobrando despesas deles [...] muita gente abandonou os pontos de coleta". (J. C. A., 31 anos, 19 de agosto de 2006).*

Em outros discursos percebemos que a diminuição da renda devia-se à forma de comercialização entre a Associação e os atravessadores:

> *"Nós continuamos a colocar materiais pra os atravessadores ainda [...] infelizmente nós ainda não conseguimos dominar os atravessadores [...] pra os nossos sonhos ainda falta muito, porque eu sonho em ganhar pelo menos um salário mínimo! A gente ganha uma "mixaria" que mal dá pra comermos. A gente pensava que ia trabalhar mais protegido, mas infelizmente isso não acontece. Agora somos visto com bons olhos pros outros, somos vistos como agentes ambientais, mas a gente quer ganhar também, porque esse título de agente ambiental sem ganhar dinheiro, é melhor ser como antes [...]. Agora, melhorou algumas coisas, porque a gente agora não trabalha dentro da lama, agora é cimentado, não levamos chuva [...], mas financeiramente tudo piorou, no lixão a gente ganhava dinheiro, naquela época todo o lixo era catado por nós, hoje em dia só metade chega aos núcleos de coleta, a outra metade a gente nem toca. A renda baixou porque a gente não tem acesso a todo lixo, agora é aterro sanitário, lá no aterro sanitário tem quatro esteiras, e só uma rodando, então não tem condições de catar todo material, eu acharia melhor que a gente tivesse melhores condições de trabalho, porque com essa infra-estrutura sem funcionar, tudo quebrado [...] então, não é vida pra ninguém". (M. O. F. 22 de abril de 2005).*

Ou seja, a quantidade de materiais recicláveis que chegava à antiga usina de triagem (Galpão do Róger) e aos pontos de coleta era bem inferior à quantidade direcionada ao Aterro Sanitário. Além do mais, o lixo coletado pelo sistema porta a porta (no qual o porcentual de rejeito é relativamente baixo) apresentava uma boa qualidade.

Havia uma preocupação entre os associados diante do não cumprimento, por parte da atual gestão municipal (Prefeito Ricardo Coutinho), daqueles convênios que foram estabelecidos entre a Associação e a administração anterior (Prefeito Cícero Lucena). Dentre os acordos, estava o cancelamento da "ajuda financeira", na complementação da renda dos catadores associados. Conforme afirma uma assessora da Cáritas,

> *"Evidente que as verbas ajudam bastante diante das condições de carências materiais que eles passam. Só que o fato de não poder contar mais com esse dinheiro, percebo que eles têm se empenhado em trabalhar mais, produzir mais. Eles estão mais estimulados no trabalho. Como podiam contar com esse dinheiro antes, com essa ajuda, eles faltavam ao trabalho [...] em alguns turnos a produção era baixa, e todos recebiam igual. Agora eles tiveram que se organizar, estão trabalhando por produção. Pra você ter uma idéia, tem uma turma no galpão no aterro que a produção vem crescendo, um grupo recebeu por semana cerca de sessenta reais cada um; depois para setenta e quatro reais. Tem catador que recebeu até noventa reais por semana". (L. M., julho de 2005).*

Gonçalves (2005, p.10) apresenta três possibilidades de modelos de implantação de coleta seletiva com inclusão dos catadores: o município que faz a coleta seletiva; o município que adota um modelo com a coleta, mas mantém os catadores na rua puxando carrinhos; ou o município com programas de apoio ao desenvolvimento das cooperativas, estas sendo responsáveis pela destinação de resíduos, cabendo ao município a remuneração do grupo pelos serviços. Este tipo de ação acontece somente mediante um decreto.

Na realidade, uma preocupação latente das entidades que apoiam as organizações associativas dos catadores de lixo no Brasil, inclusive dos Fóruns Municipais Lixo & Cidadania, é a implantação de uma política de gestão dos resíduos sólidos, com inclusão dos catadores, a qual assegure juridicamente os acordos entre o poder público local, as instituições privadas e associações ou cooperativas de catadores (GRIMBERG; TUSZEL; GOLDFARB, 2004). Em outros termos, um programa de coleta seletiva que não tenha garantias jurídicas, numa eventual mudança de governo, pode sofrer descontinuidade.

A diretoria também revelou a ingerência do programa de coleta seletiva:

> *"O pessoal não trabalha direito, tem falha, falha muito! Por isso, eu sempre falei quando estamos em reunião com o superintendente da EMLUR, vocês não podem jogar a culpa só na Astramare, vamos dividir isso ao meio, 50% dos problemas são de vocês e 50% é da Astramare. Agora, se eles viram que isso não ia dar certo porque montaram uma estrutura enorme, só para mostrar que acabou com o lixão: fechei o lixão na minha gestão! Acabei com a vergonha de João Pessoa, da cidade, e deixei um trabalho digno pra os catadores! Que é isso! Se, é isso que chamam de dignidade, muito obrigado! Preferimos voltar pra o lixão. Não queremos essa dignidade. Bote aspas nessa dignidade! É por isso, que você ver quando passa na televisão, mostram tudo arrumadinho, tudo bonitinho [...] é tudo maquiado. Mas, na verdade, é tudo ao contrário [...]. Por isso, ameaçamos esta semana mostrar toda realidade na imprensa. Não vamos mostrar a realidade que passa na televisão, que mostra tudo muito limpo, os catadores tudo limpinho. Ou seja, o prefeito acabou com a vergonha [...]. Nós vamos mostrar as péssimas condições de trabalho, muitos catadores trabalham sem luvas, sem farda, sem sapato [...] é pior do que viver no lixão, porque quando a gente estava no lixão, a gente vivia calçado, porque tirava do lixo, trabalhava ao ar livre [...] e agora [...]. Se não melhorar a gente vai procurar a imprensa. Porque o momento é esse, porque a vida da gente foi sempre feita de luta, de batalha, de manifestação, de lutar pelos nossos direitos, e a Astramare tem uma história muito grande de luta". (C.M., junho de 2004)***.**

O discurso do catador, revela-nos que o grande desafio para o poder público é promover políticas de gestão municipal dos resíduos sólidos que possam não somente potencializar as cooperativas ou associações, mas também promover a inclusão social dos catadores.

Foi possível perceber nos discursos dos catadores o "apelo e saudades" a forma de trabalho anterior: no lixão. A forma de trabalho associativa exige e envolve uma outra postura. Os catadores que trabalhavam por conta própria dentro do lixão passaram a vivenciar uma nova situação ou uma nova experiência.

Bourdieu (1979, p.13), em seus estudos na Argélia, chamava atenção para o fato "das práticas (econômicas ou de outro tipo) de cada agente terem como raiz comum a relação que esse agente mantém objetivamente, pela mediação do *habitus* que, por sua vez, é produto de um tipo determinado de condição econômica". No caso específico dos catadores, suas práticas encontravam-se ajustadas a certas condições objetivas.

Em diversos momentos da observação e das entrevistas realizadas, foi possível percebermos "esse desajustamento", ou seja, a dificuldade de adaptação a uma nova experiência (nova forma de trabalho). Os catadores, em seus relatos, diziam sentir "saudades do lixão", uma vez que tinham liberdade, não tinham patrão, não obedeciam a horário, trabalhavam sem ordem e sem uma supervisão direta, sobretudo, ganhavam mais dinheiro:

> *"Antes a gente trabalhava para si. Lá no lixão, eu fazia o que eu queria. Chegava a hora que eu queria, trabalhava a hora que eu queria, trabalhava o dia que eu queria.*

> *Quer dizer, tem muita gente que não se acostumou ainda a isso [...] porque o pessoal chega de oito horas, aí o pessoal vai dar uma advertência, vai reclamar a ele, aí ele acha ruim. Aí a gente viu a renda diminuir. O cara que trabalhava lá dentro do lixão tirava em um dia de trabalho o que ele ganha numa quinzena. Aí, bote na sua cabeça, qual é o pai de família que era acostumado a ganhar quinhentos, seiscentos reais lá dentro do lixão, e passa a ganhar sessenta, setenta reais por quinzena, ele fazia isso num dia de trabalho. Revolta! Por isso, muitos coordenadores têm medo de botar falta. A gente tem de entender, isso agora é uma associação, parou o lixão, não existe mais lixão. A gente tem que olhar pra o que nós temos agora, e não pra o que ficou pra trás, foi passado. Primeiro, as pessoas que trabalhou no lixão, metade não se adaptou a trabalhar em grupo". (M. J. X., 29 de outubro de 2005).*

Em seus discursos, dirigentes, associados e voluntários apontavam para a dificuldade de os catadores se adaptarem ao trabalho associativo e de gerenciarem os negócios da associação, bem como de exercerem funções nas cadeias produtivas de reciclagem.

Chamamos atenção, neste sentido, para as causas desta inadaptação ou deste dasajustamento dos catadores a uma nova experiência. Acreditamos que esta realidade traduz a própria constatação de Jessé de Souza (2003a, p. 183) acerca das causas da subcidadania no Brasil, ou seja, daquela parte da população que não teve oportunidades objetivas de aprendizado moral suficiente para atender às demandas da vida produtiva e social modernas. Este aprendizado não se impõe: desenvolve-se e aprende-se gradual e intersubjetivamente, através da construção do *habitus* (MACIEL, C., 2006). Constatamos, portanto, por parte dos envolvidos nesta experiência, dificuldades de adaptação às novas condições sociais e econômicas que foram introduzidas, porém, estranhas à lógica das práticas dos catadores.

Vale ressaltar, neste sentido, o reconhecimento dos voluntários no tocante às dificuldades dos catadores na administração do empreendimento, ao apelarem à Fundação Brasil, na tentativa de captar recursos para qualificar os catadores.

Mas bastaria qualificar os catadores para gerenciar sua própria empresa para que o *habitus associativo* fosse efetivamente internalizado? É possível qualificar o *habitus associativo*? Talvez essa dificuldade se encontre em todas as esferas de aprendizado, não apenas na econômica (no âmbito técnico para gerenciar). Ela pode ser identificada nas esferas sociais e morais. Retomaremos posteriormente tais questões.

d) Aspectos da comercialização

Dentre os objetivos da organização dos catadores por meio do trabalho associativo, podemos destacar a necessidade de interromper o elo de comercialização entre aqueles trabalhadores e os atravessadores. Entretanto, parece-nos que o intermediário não desapareceu por completo do elo de comercialização do circuito da reciclagem.

Logo, outra dificuldade (tensão) vivenciada pela Astramare era a dificuldade de comercializar os materiais diretamente com as indústrias reciladoras. De certa forma, continuavam vendendo para os atravessadores, os quais compravam dos catadores a preços muito inferiores aos que eram pagos pelas indústrias de reciclagem. Essa dependência dos catadores em relação aos sucateiros foi identificada como sendo de ordem técnica.

A separação dos materiais é bastante complexa, devido à diversidade crescente de materiais produzidos pelas indústrias. Isso exige dos catadores uma intensa capacitação técnica para classificar os materiais de forma a atender os parâmetros exigidos pelas indústrias recicladoras. Ao observarmos o trabalho de um catador que separava os materiais (latinhas, solados de sandálias, plásticos, vidros etc.), os quais tinham sido retirados de forma grosseira pelos catadores ― uma espécie de "primeira triagem" ―, constatamos a falta de qualidade daqueles materiais. Conversando informalmente, ele nos relatou que fazia uma segunda separação, uma vez que os materiais chegavam muito sujos e misturados (com terra, restos de comida, sujos de lama).

Esse problema decorria do fato de o programa de coleta seletiva não ter sido divulgado e implantado em toda cidade. Consequentemente, a população não separava adequadamente os materiais (o lixo). Por isso, quando vendiam o material para o atravessador, sempre havia um desconto de 15 ou de 20 quilos.

Portanto, a baixa qualidade dos materiais comercializados pela Astramare, de certa forma, estava relacionada à ingerência do poder público local, no tocante ao funcionamento da coleta. Ou seja, o poder público não estaria orientando e conscientizando a população quanto à separação e disponibilização do lixo.

Consequentemente, os catadores gastavam tempo separando aqueles materiais que não seriam comercializados; além de estarem manipulando o que comumente se chama de resíduos (lixo) orgânicos e inorgânicos misturados. Este tipo de situação revela uma precarização nas condições de trabalho e de riscos à saúde, e demonstra a necessidade de aperfeiçoamento no

sistema de coleta seletiva em todos os seus desdobramentos (GRIMBERG; TUSZEL; GOLDFARB, 2004; MAGERA, 2003).

Por outro lado, a classificação dos materiais é bastante complexa (ver em anexo a classificação dos vários tipos de materiais). Por exemplo, circulam no mercado 300 tipos de plásticos que ao final são agrupados em várias categorias (PET, PEBD, PEAD, PP, PVC, PS e outros). Ocorre que nem sempre todas as embalagens vêm com rotulagem, indicando a qual categoria pertence. Daí por que grande parte dos catadores (muitos dos quais analfabetos) apenas utilizava a experiência, denominando: "plástico grosso", "melissa" e outras denominações. Conversando com um catador, sobre a necessidade dos catadores conhecerem os vários tipos de materiais, o seu relato nos pareceu bastante interessante:

> *"Tem gente que nunca sabe nem o que é uma melissa. A senhora sabe o que é uma melissa? [...]. Então, precisa-se saber algumas coisas. Saber o que é um metal [...]. Saber separar os metais. Porque quando se fala em metais, se pensa que é aquele amarelo. Não! Metais é lata, alumínio! [...] a senhora num pode pegar lixo orgânico e misturar com lixo reciclado. Não se pode misturar! Aí, pega você que num sabe de nada, e vai botar você pra trabalhar aqui? Você vai fazer o quê? Você não sabe de nada! É diferente de quem vive dez anos convivendo e trabalhando no lixo". (K. da S., agosto de 2005).*

Embora o catador não conheça as categorias pertencentes a cada tipo de material, acredita que sua experiência – anos catando lixo – seja suficiente para selecionar os materiais.

Por outro lado, de acordo com Gonçalves (2005, p.143), a estrutura do mercado de reciclagem é caracterizada por oligopsônio (mercado dominado por um pequeno número de compradores). Dessa forma, "sem a concorrência, um produto como o material reciclável separado na fonte (ou não) é vendido pelo preço que o oligopsônio quiser pagar, o que mantém esse custo de fluxo reverso extremamente barato".

Coordenador de Turma	Comprador I (Biu)	Comprador II (Aritana)	Comprador III (Carlos)	Comprador IV (Trajano)	Comprador V (Sérgio)	Comprador VI (Eduardo)	Comprador VII (outro)
Coordenador I (Nega)	142,00	160,00	170,00	170,00	172,00	180,00	-
Coordenador II (Valmir)	202,00	146,00	131,00	157,00	70,00	200,00	-
Coordenador III (Heráclito)	157,00	147,00	145,00	161,00	-	206,00	-

Quadro 08 - Quadro referente às receitas (comercialização) do Aterro Sanitário - 20 de outubro de 2007 - Fonte: Pesquisa direta-2007

O quadro receita é obtido a partir do "quadro produção" (apresentado anteriormente). O objetivo deste quadro era registrar o valor das vendas de cada coordenador de turma para os respectivos compradores (atravessadores). Importa ressaltar que a comercialização dos materiais era realizada entre diversos atravessadores (Biu, Aritana, Carlos, Trajano, Sérgio, Eduardo e outros).

Segundo informação da Diretoria, a Associação comercializava apenas com uma indústria (recicladora de latas de alumínio). Além do mais, nem sempre eles vendiam o material para o mesmo atravessador, ou seja,

> *"Se o comprador não pagar durante umas três semanas, se ficar sem pagar [...] a gente vende o material pra outro. Pois, se chegar o sábado num tem dinheiro, chega a outra semana a mesma coisa, a gente vende o material [...] a gente vive da renda. E outra coisa, também se aparece um comprador com um preço melhor e pagando a vista, aí a gente vai procurar aquele que tá pagando melhor e tá pagando certo". (M. O. F., 15 de outubro de 2005).*

Ao questionar o porquê de eles venderem o mesmo tipo de material para vários atravessadores, os motivos apresentados foram os seguintes: em primeiro lugar, cada coordenador tinha autonomia para vender o material a qualquer outro atravessador, uma vez que os preços variavam de atravessador para atravessador. Em segundo lugar, isso também dependeria da relação do coordenador com o atravessador. Finalmente, determinados compradores eram mais "burocráticos" (termo utilizado pelo entrevistado referindo-se ao nível de exigência do comprador) para comprar o material. Por exemplo, na compra do papel, certos atravessadores exigiam que esse material não estivesse sujo ou molhado. Já outro atravessador, não fazia tantas exigências. Portanto, alguns atravessadores eram mais exigentes do que outros na qualidade do material.

Parafraseando Gerber (1973, p.54), há um exagero de se aventar o princípio da supressão do intermediário, quanto se trata de cooperativismo. Deve-se levar em conta o papel histórico do intermediário na comercialização, não se podendo eliminá-lo facilmente do processo. A cooperativa é uma empresa, cujo objetivo final é a distribuição mais equitativa da renda, e funciona como uma espécie de intermediário, ou seja: "as cooperativas, por sua própria existência, demonstram não ser ele (o intermediário) nem ao menos dispensável – pois elas

mesmas nada mais são do que uma forma diferente (alternativa) de intermediário, que pertence aos próprios usuários". (GERBER, 1973, p.50).

e) Comunicação/participação

Outro ponto abordado no questionário direcionado à Diretoria foi a forma de comunicação entre os dirigentes da Associação e os associados. Mencionamos, anteriormente, a dificuldade de se estabelecer um diálogo entre diretoria e associados. Na realidade, a comunicação era feita de forma bastante informal. Além do mais, há aproximadamente quatro anos não se realizava uma assembléia.

Foto 05 - Associados (as) da Astramare: aguardam o pagamento dos salários (no sábado).

A realização de assembleias é um dos mecanismos do exercício de participação. Ou seja, participar das assembléias e nelas exercer o direito de voto e representatividade significa tomar parte da gestão dos negócios da associação ou da cooperativa (ARAÚJO, 1982, p.132). De acordo com a direção da Astramare, o motivo da não realização de assembléias devia-se às dificuldades de reunir o grupo de associados:

> *"Aqui num tem como a gente fazer uma assembléia [...] você imagina reunir mais de duzentas pessoas num lugar pra discutir [...] só vai ter brigas [...] é arriscado até sair morte! Não é tão fácil lidar com as pessoas, quem está errado acha que está certo, e você não consegue mudar não! [silêncio]. Agora você quer saber como a gente se comunica com os sócios [pausa para refletir] a gente avisa a um e a outro [...] e os coordenadores de turmas passam as coisas que estão acontecendo pra seu grupo". (P. da A., 02 de janeiro de 2006).*

Na verdade, o encontro entre os associados ocorria sempre aos sábados, dia do pagamento dos salários. Daí, o motivo das nossas visitas na Astramare sempre ocorrerem aos sábados. Percebemos que alguns catadores chegavam cedo, por volta da dez horas, na espera do pagamento. Outros só chegavam depois do meio dia. Pequenos grupos se formavam em frente à Associação (ver foto 03): alguns ficavam jogando dominó; outros bebiam, ou ficavam conversando. Vários associados traziam seus filhos. Algumas esposas (que não eram catadoras), também vinham acompanhadas com os filhos pequenos e aguardavam o marido receber o pagamento. Algumas delas relataram que temiam seus maridos "gastar todo o dinheiro com farras e não levar nada pra casa".

Observamos que muitos associados não externavam suas opiniões ou críticas, temendo receber advertência. Numa entrevista, um deles teceu o seguinte comentário:

> *"Ninguém fala nada não aqui pra gente! Os coordenadores e os presidentes não fala nada pra gente. Nós não sabe de nada! (indignação). Se acabar isso aqui, eles no vão dizer nada pra gente [...] só quem sabe são eles mesmos!" (E. J. da S., 14 de julho de 2005).*

Após várias visitas, percebemos um "certo ar" de desconfiança diante da nossa presença. Quando nos aproximávamos de um associado para conversar, alguém da diretoria também se aproximava ou ficava observando. Constatamos que os catadores ficavam intimidados no momento de emitir certas opiniões. Então, optamos por dar continuidade às entrevistas nas residências dos associados, o que gerou outros problemas. Sempre que retornávamos à Associação, após as visitas nas casas dos catadores, era comum ouvirmos certos comentários: *"E aí, a entrevista foi boa? Falaram mal da gente"?*

Outra questão abordada no questionário referia-se à forma de comunicação entre a Associação e as entidades de apoio aos catadores: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; Outras Associações ou Cooperativas de Catadores; Fórum Estadual ou Municipal Lixo e Cidadania; Universidades; CEMPRE; Pastorais; e Cáritas.

Segundo a diretoria, a Associação mantinha apenas contato com o Movimento Nacional, através do Celso. Mesmo assim, esta comunicação não estava mais acontecendo após o afastamento do Celso da Astramare. Ao mesmo tempo, não contava mais com o assessoramento da Cáritas. No entanto, contavam, ainda, com o apoio do público local, via EMLUR, através do acordo firmado entre a Associação e referida Autarquia no "Programa Municipal de Coleta Seletiva".

CAPÍTULO 06 - A COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (COTRAMARE/PB)

A cidade de Campina Grande localiza-se na Mesorregião do Agreste Paraibano; sua população está estimada em torno de 354.056 habitantes (IBGE/2000), distribuídos em 48 bairros.

Sua condição de centro submetropolitano propiciou um crescimento desordenado, caracterizado por problemas de infraestrutura, especialmente moradia e saneamento básico. Quanto aos aspectos socioeconômicos, o município enfrenta dificuldades diretamente relacionadas à contínua e desordenada forma de crescimento, com rápida urbanização, concentrando 96,5% da sua população na área urbana (IBGE/2000). Outros dados importantes referem-se ao subemprego e ao desemprego, conforme indica a taxa de população economicamente ativa com mais de dez anos, de 149.714, e, efetivamente trabalhando, de 121.130 (Ibidem). Aproximadamente 50 mil pessoas no município encontram-se abaixo da linha da pobreza, evidenciando o processo de exclusão de uma significativa parcela da população.

A cidade produz diariamente, em média, 380t/dia de resíduos sólidos, uma quantidade de lixo (orgânico e inorgânico) que equivale à geração *per capita* de resíduos na ordem de 743g dia/habitante[40].

Num contexto de crescentes desigualdades, aproximadamente 300 pessoas (segundo Cadastro dos Catadores do lixão de Campina Grande, março de 2007) sobrevivem da catação informal. A área de destinação final dos resíduos da cidade Campina Grande (lixão) estava localizada na Alça Sudoeste, a uma distância média de 10 km do centro da cidade e ocupava uma área de 29,7 hectares.

Os catadores trabalhavam em dias e horários variados. Neste sentido, muitos têm assiduidade, já outros frequentavam o lixão esporadicamente. Muitos trabalhavam somente

[40] Informação obtida através do Projeto de Implantação de Unidades Produtivas de Materiais Recicláveis para Redução dos Impactos Sociais e Ambientais do Lixo, 2005 – Prefeitura Municipal de Campina Grande, PB

durante o dia, outros apenas à noite e ainda há aqueles que trabalhavam dia e noite (até 16 ou 18 horas-dia).

No momento da pesquisa, constatamos a existência, apenas, de um empreendimento constituído pelos catadores: a Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande – COTRAMARE.

6.1 IDENTIFICAÇÃO

A Cooperativa dos Trabalhadores de Material Recicláveis Ltda de Campina Grande – COTRAMARE –, estava localizada na Alça Sudoeste, s/n – Lixão de Campina Grande/PB. Esta cooperativa encontra-se registrada na Junta Comercial do Estado, com CNPJ 04.812.027/0001-98.

Foto 06 – Galpão de prensagem e armazenamento de materiais da Cotramare (agosto de 2006)

Quem visita pela primeira vez as instalações da Cotramare percebe de imediato que se trata de uma organização de pequenas dimensões. A aparência não é só de pobreza excessiva – pelo fato de estar localizada dentro do lixo –, pois se sente facilmente seu caráter modesto e despretencioso. Trata-se, portanto, de um empreendimento comunitário que pertence a um grupo social de renda muito baixa.

Assim, conforme os princípios e valores do cooperativismo constantes em seu Estatuto, o objetivo da Cotramare é

> solucionar os problemas econômicos e sociais de seus membros, buscando proporcionar-lhes condições técnicas e financeiras para o exercício de suas profissões, tendo sempre em vista o seu aperfeiçoamento, o incremento de suas rendas e a melhoria de suas condições de vida. (ESTATUTO SOCIAL DA COTRAMARE – Capítulo II, Art.2º)

Outros objetivos propostos no Estatuto são:

> a) realizar a coleta do lixo; b) participar da Coleta Seletiva; c) realizar a classificação do material reciclável; d) fazer o beneficiamento de material classificado; e) comercializar a produção coletada, classificada e/ou beneficiada pelos sócios; d) transporte e alimentação dos Cooperados e funcionários quando for o caso; g) fornecer assistência aos cooperados no for necessário para melhor executarem o trabalho; h) organizar o trabalho de modo à bem aproveitar a capacidade dos cooperados, distribuindo-os conforme suas aptidões e interesses coletivos; i) realizar, em beneficio de cooperados interessados, seguro de vida coletivo e de acidente de trabalho; j) proporcionar, através de convênios com sindicatos, prefeituras e órgãos estaduais, serviços jurídicos e sociais; k) realizar cursos de capacitação cooperativista e profissional para o seu quadro social. (ESTATUTO SOCIAL DA COTRAMARE, Cap. II, Art. 3º).

A Cotramare tinha aproximadamente 45 associados, muito embora nem todos estivessem diretamente ligados a ela, uma vez que o critério principal era comercializar com a Cooperativa. Quando constituída, aproximadamente 80 catadores filiaram-se à Cooperativa.

A forma de trabalho dos catadores associados à Cotramare diferenciava-se do trabalho dos catadores integrados no sistema de coleta seletiva ou nos núcleos de triagem da Astramare em João Pessoa.

Ou seja, os catadores associados da Cotramare desenvolviam sua atividade de catação dentro do lixão, uma vez que o município de Campina Grande ainda não implantara uma "Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos", nem tampouco, até o momento da realização da pesquisa, existia uma experiência de coleta seletiva desenvolvida pelo município a qual contemplasse os catadores.

6.2 BREVE HISTÓRICO – PROCESSO DE FORMAÇÃO

O processo de organização dos catadores teve início em 1990, no antigo lixão, localizado no Distrito Industrial da Cidade, com o apoio do grupo de voluntários da Paróquia de São Cristóvão, liderado pelo Padre Vicente, responsável pela implantação do "Projeto Lixão". Em 1993, o poder público local transferiu o lixão para a chamada Alça-Sudoeste, próximo ao bairro do Mutirão (local de residência da maior parte dos catadores). Deve-se, ainda, ao Padre Vicente, figura sempre ressaltada pelos catadores mais antigos, todo o esforço empreendido na construção de dois galpões e da Escola de alfabetização, ambos localizados no atual lixão (Alça-Sudoeste).

Se não fosse a iniciativa do grupo de voluntários, dificilmente, por esforço dos catadores, a Cooperativa teria nascido. A narrativa de um dos membros da diretoria nos dá uma síntese do que foi dito: *"[...] foi os voluntários que começaram tudo; mostrando à gente a importância da gente lutar por melhores condições de trabalho e se livrar dos sucateiros [...] se não fosse eles a cooperativa nem existia." (L. H. do N., agosto de 2005).*

Em sua trajetória de consolidação, vários segmentos (públicos e privados) da sociedade formaram a "rede de apoio" à Cotramare: Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Estadual de Campina Grande; Cáritas Diocesana de João Pessoa e de Campina Grande e da Regional Nordeste II; Escola Virgem de Lourdes e Colégio da Imaculada Conceição (representados por Edneusa de L. Barbosa); Hotel Village e Fórum Municipal Lixo e Cidadania.

Outra personagem importante na história da organização dos catadores do lixão, sempre ressaltada pelos catadores, foi "irmã Celine", freira irlandesa pertencente ao grupo "Irmãs da Misericórdia da Irlanda". Irmã Celine foi responsável pela implantação do curso de alfabetização para os catadores, entre 1998/1999, através do "Projeto Esperança", bem como de uma unidade produtiva de papel reciclado (Projeto de Papel Reciclado) em 2005.

Em dezembro de 2000, foi constituída a Associação dos Catadores do Lixão de Campina Grande, período em que os catadores também receberam cursos sobre cooperativismo: *"foi muitos cursos, a gente viu várias coisas: curso de reciclagem, de gestão, solidariedade e*

trabalhar em grupo [...], a gente também recebeu uma ajuda para participar" (M. do S. D., ex-presidente da Cotramare, 18 de julho de 2006).

Em 2001, a Prefeitura Municipal de Campina Grande lançou a proposta de implantação da Coleta Seletiva no município, estabelecendo que *"[...] só seria possível a parceria com os catadores mediante a formação de uma cooperativa". (A. V. de A. G., Coordenadora do FMLC e Representante da Cáritas Diocesana de Campina Grande, março de 2005).*

Diante dessa exigência, em novembro de 2001, foi constituída de direito e registrada oficialmente a Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis, com cerca de 80 associados. Os associados receberam cursos de educação cooperativa, cujo objetivo *"[...] não era apenas capacitá-los para a prática cooperativa, mas de combinar a eficiência administrativa com a construção de novos valores, e de sensibilizá-los através das práticas solidárias e da participação cidadã" (A. V. de A. G. Representante da Cáritas/Campina Grande, março de 2005).*

Em 2003, os catadores, com o apoio do grupo de voluntários, organizaram uma manifestação no lixão com o objetivo de denunciar a discriminação e a exploração a que eles eram submetidos pelos sucateiros; ao mesmo tempo, estes catadores exigiam o direito de coletar e comercializar os materiais recicláveis dentro do lixão. Essa reivindicação representou uma conquista importante para os catadores, uma vez que foi concedido à Cotramare, por meio dos catadores, o direito de participar não apenas da coleta, mas, sobretudo, da comercialização dos materiais, visto que, até então, tal estrutura encontrava-se concentrada nas mãos de um único atravessador. Buscava-se, assim, eliminar o monopólio que existia no lixão.

Em 2005, o Fórum Municipal Lixo & Cidadania organizou o Seminário "Usina Verde: Tratamento Térmico de Resíduos Sólidos e suas Conseqüências Sociais, Econômicas e Ambientais". O Fórum Municipal integrou a Cotramare ao evento, cujo objetivo era conscientizar os catadores acerca da implantação de uma provável "usina verde" no município de Campina Grande. Na realidade, a Prefeitura Municipal da cidade buscava resolver o problema do lixo através do método de incineração, reaproveitando a energia de parte dos resíduos por meio de incineradores, ou seja, tornando "inertes" os resíduos antes da disposição final.

Naquela época, travou-se um debate entre os catadores e o Poder Público local: de um lado, a Prefeitura buscava garantir a viabilidade do referido projeto para a cidade, e, do outro, as entidades representativas dos catadores questionavam os impactos daquela experiência no âmbito

socioeconômico e ambiental. A inviabilidade daquele projeto foi comprovada, razão pela qual a Prefeitura não o levou adiante.

Na época da pesquisa, conforme já mencionamos, a Cotramare contava com dois projetos: "Instalação de Unidades de Beneficiamento de Materiais Vítreos para os Catadores da Cotramare – Campina Grande/Pb", sob a coordenação de uma professora do Departamento de Engenharia de Materiais da Universidade Federal de Campina, e o projeto "Transformar para incluir: fortalecimento da Cooperativa de Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Campina Grande-Cotramare", coordenado por uma professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

6.3 ESTRUTURA DA COOPERATIVA

Para realizar sua rotina de trabalho, a Cooperativa, teoricamente, segundo seu Estatuto Social (Capítulo VII, DA ADMINISTRAÇÃO), encontrava-se regida por um Conselho Administrativo composto por 5 (cinco) membros: Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor de Produção e Mercado e dois Conselheiros, todos eleitos pelo corpo de associados em Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, sendo obrigatória, ao término de cada mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes. Não podiam fazer parte deste Conselho Administrativo os parentes entre si até segundo grau, nem os que tenham exercido, nos últimos seis meses, cargo público eletivo. Finalmente, o Conselho Fiscal deverá ser constituído por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos eleitos anualmente em Assembléia Geral, cabendo ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, livro de atas, contas e etc (Capítulo VIII, DO CONSELHO FISCAL, Art.61 e 64). Formalmente, portanto, a Cooperativa possui uma estrutura convencional, segundo o figurino das instituições congêneres.

A primeira diretoria da organização, empossada em abril de 2001, foi escolhida de uma forma bastante peculiar. Coube ao grupo de voluntários sugerir a representação dos catadores, no caso, Diretor-Presidente da organização. O depoimento que segue muito diz a respeito disso:

> *"Aí, a pessoa que tava presidindo a reunião disse: Socorro vai ser presidente da Associação. E a mulher que tava presidindo a reunião, disse: Quem é Socorro? Levante pra gente conhecer. E eu me levantei durinha! (representou o momento de pé) E ela disse: Você aceita? Eu disse: Aceito não! Aí, ela perguntou: por que você não aceita? Aí, eu tentei explicar. Primeiro, porque eu não entendia coisa nenhuma, não sabia nem o que era aquilo. E, segundo, o pessoal não me aceitava no lixo, e não iam me aceitar na Cooperativa. Não, não quero! [...] muita gente aqui não gosta de mim [...] não vai dar certo, porque como é que eu vou trabalhar? Aí, ela disse: Mas, você vai ter uma chance de provar pra essas pessoas que você pode ajudar [...]. Aí, eu sei que uns olharam meio atravessado [risos]. Então, resolveram fazer uma votação, pedindo pra levantar o dedo quem me aceitasse. Teve gente que se levantou e saiu da sala [...] uns votaram contra e outros levantaram a mão e me aceitaram [...]. Aí, eu disse que não queria. Eu sei que pra resumir a história, as pessoas que tava presidindo a reunião continuaram insistindo pra eu ser alguma coisa. Então, fiquei como tesoureira. Aí, eu disse: o negócio não vai prestar, o povo já não gosta de mim e eu como tesoureira, vão dizer que eu vou roubar o dinheiro [risos]. Aí, a pessoa disse, mas vai dar certo! Depois, a gente faz uma reunião, e explica tudo isso, e a gente vai ajudar". (M. do S. D., 26 de setembro de 2005).*

De fato, a diretoria que daí surgiu foi constituída a partir da indicação de alguns voluntários, inclusive, "forçando" ― no caso particular do depoimento citado ― uma representação que não era aceita e nem tinha credibilidade diante dos catadores. Numa entrevista com uma das voluntárias, ela nos explicou as razões pelas quais o grupo tomava certas iniciativas:

> *"A gente começou a articular a nova eleição. Como o grupo é pequeno, a gente lançou a proposta. Na primeira reunião tinha um grupo maior, a gente insistiu muito para a formação de uma chapa, e essa chapa não saiu (fala com preocupação). Teve um certo momento até que a gente ficou, assim, preocupado de repente sair uma chapa [...] assim, bem contrária à cooperativa, mas era um risco que a gente estava correndo, e a gente deixou pra ver se essa chapa se formava com aquele grupinho [...] não teve aquele grupinho que se formou e a experiência não deu certo? [...] então aquele grupinho andou se mexendo, mas depois desapareceu. E a chapa não foi formada [...] aí a gente acabou sugerindo [...] que deveria ser Lucicleide, Rafael [filho de Socorro] e Cícero. Na verdade, fora Socorro, eram os três mais atuantes, né? [...] e precisava mudar a diretoria. E na reunião era um grupo muito pequeno que estava presente. Não me recordo agora quantos tinham, se era vinte ou trinta [...] eram poucos. Então, eles aprovaram essa nossa indicação, porque eram os que estavam na frente mesmo. Não tinha outros não [...]. Aí essa diretoria tomou posse". (M. E. L. B., Voluntária, 14 de fevereiro de 2005).*

Na realidade, a voluntária se referia à eleição da diretoria de 2006. Na ocasião da entrevista, já estávamos engajados no trabalho voluntário e acompanhamos a atuação dessa diretoria.

Naquela época, havia discordâncias entre os voluntários quanto à indicação de alguns associados para compor a direção da Cooperativa. De um lado, insistia-se na permanência da ex-presidente na Cooperativa; do outro, argumentava-se que a sua permanência afastaria os catadores, conforme declarou uma das voluntárias:

> *"E no dia das eleições, tava precisando de uma fiscal pra compor a chapa [...] e mesmo com muita gente lá, ela foi indicada [...]. Eu quase morri! [...] meu Deus do céu! Eu questionei, e a imagem que ela deu ao grupo? Brigando com todo mundo, maltratando todo mundo, até mesmo comigo! Mas, a idéia era que ela devia só compor a chapa. Mas, toda reunião ela estava lá. Continuou sendo presidente!". (I. C., voluntária da Cotramare, 14 de fevereiro de 2005).*

A nossa percepção imediata foi de "ausência de autonomia" dos associados, tanto na escolha de seus próprios representantes, quanto na administração dos negócios. O quadro seguinte sintetiza os possíveis critérios, por ordem, para escolha dos dirigentes da Cooperativa. A segunda coluna apresenta as respostas dadas pelos próprios dirigentes da Cotramare, e a terceira coluna corresponde à opinião dos voluntários.

Principais critérios utilizados para escolha dos Dirigentes da Cooperativa	Critérios utilizados para escolha dos Dirigentes da Cooperativa (segundo a direção atual)	Critérios utilizados para escolha dos Dirigentes da Cooperativa (segundo os voluntários)
Ser cooperado	2	2
Ser catador	4	1
Aprovação dos cooperados	5	3
Indicação dos voluntários	1	-
Estar em dia com deveres diante da cooperativa	Não foi citado	Não foi citado
Ser alfabetizado	3	4
Não haver laços de parentesco até segundo grau	Não foi citado	Não foi citado
Liderança e honestidade	Não foi citado	5
Capacidade administrativa	6	Não foi citado
Ter condições de trabalhar e tempo para atender às necessidades da cooperativa	Não foi citado	6

Quadro 09 – Critérios utilizados para escolha dos candidatos à Direção (representantes) da Cotramare

Fonte: Informações obtidas a partir das entrevistas realizadas entre os dirigentes e os voluntários da Cotramare

De acordo com os dirigentes da Cotramare, o primeiro critério seria a indicação dos voluntários, embora o próprio grupo de "apoio" não reconhecesse que sua intervenção era um critério de escolha. Na verdade, o grupo de voluntários reafirmou que, dentre os critérios de escolha, prevalece: ser catador, ser cooperado, ser aprovado pelos cooperados e ser alfabetizado.

O quadro anterior apresenta respostas múltiplas, isto é, alguns critérios foram citados outros não. Segundo os representantes da diretoria, além da indicação dos voluntários, os candidatos para administrar a Cooperativa devem ser cooperados, ser alfabetizados e catadores.

A administração da cooperativa era realizada em parte pelos próprios catadores, mas contava com o auxílio direto dos voluntários.

Foto 07 – Representantes da Diretoria da Cotramare, durante entrevista**.**

Numa entrevista realizada com a diretoria da Astramare, cujo tema em questão foi a indicação dos cargos para administração da cooperativa e suas funções, quem mais se pronunciou durante cerca de quarenta minutos foi a ex-presidente. Quando questionamos a atual presidente sobre sua função na Cooperativa, a ex-presidente comentou:

> *"Existe a função do Diretor-Presidente, mas você sabe que na Cooperativa todos têm os mesmos direitos, deveres e responsabilidade. A função do Diretor-Presidente é participar, por exemplo, de uma reunião fora, aí no caso, a Lucicleide tem de participar*

> *dessa reunião, anotar tudo que aconteceu nessa reunião e repassar pra o grupo da Cooperativa, tudo que foi dito nesta reunião. E se for necessário, ela deve passar pra o grupo todo, no caso em Assembléia Geral, e daí todos têm a mesma responsabilidade que ela tem". (Ex-Presidente, 26 de setembro de 2005).*

Na oportunidade de o Presidente-Financeiro comentar sobre sua função, a ex-presidente tomou a frente:

> *"O Presidente-Financeiro cuida das finanças. No caso ele tem que prestar contas, mostrar quanto gastou, quanto entrou [...] entrada e saída [...] entrou de onde ou saiu de onde, e pra que? [...]. Essa é a função dele, sendo que na Cooperativa ele faz todos os serviços que todos fazem"*

Sobre as outras funções, a ex-presidente comentou:

> *"Cícero é o presidente de compra e venda [...]. Na realidade a função dele é comprar material e vender o material. Só que ele faz mais a parte de comprar. Ele junto com Rafael. Só que a parte de negociar as vendas, também é dele. Mas, aí como ele é muito tímido, ele deixa mais por conta da gente pra desenrolar [...]. Eu mesmo que não sou responsável por esta parte, acabo fazendo esse papel, se Lucicleide não tiver aqui, a gente num vai deixar de fazer uma venda, aí eu tenho que fazer isso. Aí, se aparecer alguém pra comprar, e não tiver Lucicleide aqui, e eu vejo que o preço é bom, aí eu faço as vendas" [...].*

Na realidade, a ex-presidente converteu-se no dínamo da organização, acumulando funções desempenhadas por vários membros da Diretoria (administrativas, financeiras, comerciais e etc.). Mesmo não tendo certas credenciais para gerenciar uma cooperativa, uma vez que não era "bem aceita" dentro do grupo de catadores, deve ter chamado atenção o fato de ser alfabetizada e de possuir uma "certa desenvoltura". Ou seja, ela possuía as características mínimas aceitáveis para administrar a Cooperativa em um contexto sem maiores alternativas de escolha.

Embora não exercesse um cargo na administração, ela continuava tendo o domínio de tudo que concernia à vida da entidade. Nesse processo de administração, registra-se um inegável "monopólio" da ex-presidente em funções que teoricamente não deveria exercer. Possuía não apenas uma experiência acerca dos negócios da cooperativa, mas também um "certo entendimento" sobre o papel da Cooperativa, cuja dedicação sempre foi reconhecida pelos voluntários. Durante uma entrevista, ela própria se valeu desse discurso:

> *"Muita gente, diz: se você desistir dessa Cooperativa, essa Cooperativa cai, ela não tem condições de caminhar. É claro que tem condições! Mas, é difícil [risos]. Porque eu já tenho mais tempo de experiência, então eu digo a Cícero que sou o quebra-galho da Cooperativa, porque tudo o que eles não conseguem resolver, eu resolvo. Eu digo tudo, as pequenas coisas, porque tem muitas coisas que são resolvidas pelos apoios. Às vezes até um problema de raciocínio, por exemplo, se a gente tem uma carrada de plástico pra contar, então eles são [dúvida], assim, meio perdidos com uma coisa, com outra, e esquecem de ligar pra os compradores virem pegar o plástico. Ou, esquecem de saber quanto tem no banco, porque todo mundo tá ali, mas não pensa no dinheiro que vai precisar [...]. Quer dizer, eu tou aqui pra ajudar!" (Julho de 2005).*

a) Administração (gestão financeira e contábil)

Percebemos, assim, a dificuldade de se promover uma gestão coletiva num empreendimento que requer tal prática. É possível que esta dificuldade tenha ocorrido na Cotramare pelo fato de a administração ter sido conduzida numa "espécie de monopólio", ou seja, as tarefas administrativas ficaram concentradas em uma única pessoa, impedindo a estratégia de promover a rotatividade com outros associados na gestão da Cooperativa.

Importa ressaltarmos, ainda, que a administração dos negócios da cooperativa era feita de forma bastante rudimentar. Em 2005, o grupo de voluntários decidiu contratar um gerente para administrar a cooperativa e outra pessoa para efetuar a contabilidade:

> *"Colocamos estas pessoas porque era uma desorganização das contas, não anotavam nada, e a gente sempre ensinava a eles pra anotar as coisas. E as contas sempre no vermelho! [...]. Eu disse: gente não pode ser assim, a gente precisa organizar tudo. Então, comprei os blocos de recibo, e de notas [...]. E, Edileusa que trabalha comigo, convidei pra ajudar na contabilidade, pra organizar tudo. Ela recebe uma ajuda pra estar fazendo isso. E a gente pensou numa pessoa para administrar, orientar nas vendas. Eu conhecia o Carlos, e convidei para administrar. Ele ia toda manhã. Só que começou a dar problemas, muitas fofocas. E a gente, teve uma reunião muita séria lá no lixão, porque era muita fofoca. Eu falei: Edneusa eles precisam tomar conta dessa coisa, por que [...], por exemplo, pode ser que eu não vou tá aqui pra sempre, e a gente não tá educando esses catadores pra assumir a responsabilidade dessa cooperativa [...] a gente não esta educando essas pessoas para buscar, a gente está só dando o peixe. Sabe! É preciso ensiná-los a buscar, e eles precisam estudar para aprender a tomar conta dessa cooperativa. (I. C., voluntária da Cotramare, março de 2006).*

Muito se tem questionado, sobre a restrição ou ausência da capacidade empreendedora dentro destas organizações. No caso específico da cooperativa em estudo, tal constatação foi evidenciada em um dos projetos, "Transformar para incluir: fortalecimento da Cooperativa de Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Campina Grande-Cotramare", direcionado ao CNPq,

coordenado por uma professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. No espaço dedicado à justificativa para a realização do projeto, argumentava-se:

> Do ponto de vista da organização econômica, são poucos os grupos de catadores que conseguem se organizar para desenvolver, de fato, atividades de reciclagem. Como nos demais setores da economia informal onde predomina a baixa qualificação profissional dos trabalhadores [...] destaca-se ainda: uma grande dificuldade na gestão social, demarcada por uma fragmentação na organização interna e na cooperação entre os sócios, pela falta de entendimento sobre o papel da cooperativa, pela inexistência de mecanismos de autogestão e pela não participação dos sócios na vida cooperativa; pela ausência de mecanismos de gestão administrativa, contábil e financeira do empreendimento, uma vez que os próprios dirigentes da cooperativa não dominam os processos de gestão administrativa contábil e financeira. (COSTA, 2005).

Assim, a Cooperativa, por não dispor, dentro do grupo de cooperados, de pessoas capacitadas para gestão do empreendimento com formação ou experiência em administração dos negócios, optou por contratar pessoas fora do grupo para exercerem algumas funções. Diante desta lacuna, observamos os esforços que faziam para realizar seus balanços (receitas e despesas). Desde o início de seu funcionamento, tentou-se registrar as receitas e despesas da Cotramare, conforme nos relatou uma voluntária:

> *"Existia uma contabilidade de modo mais simples. Existia uma pessoa chamada Gorete, e eu vim substituí-la. A responsabilidade da contabilidade já tinha passado por algumas pessoas, mas não teve continuidade, porque essas pessoas não tinham uma certa ligação com a Cooperativa. Gorete [...] não era ligada à Cooperativa, foi convidada através de Edneusa, e ela veio pra cá, assumiu um certo tempo e depois resolveu deixar. Aí ela resolveu me convidar pra tomar conta da contabilidade, até porque eu já tinha trabalhado no Mutirão com alfabetização. Quer dizer, eu já tinha uma certa ligação com a Cooperativa. Então, eu venho pra cá todas as terças. Faço o balanço da semana, o que entrou e o que saiu, enfim, a gente vê como é que a Cooperativa 'anda das pernas' em relação ao financeiro. Na verdade, o trabalho da contabilidade, é meio difícil, tem muitas coisas pra organizar, todo o estoque, de compra e de venda, o pagamento da mão-de-obra, se o cooperado entrega [...], então, tudo isso tem que ser organizado e registrado. Tudo que eles entregam semanalmente é registrado [...]". (E. S., 18 de agosto de 2005).*

Desde 2004, a Cooperativa registrava sistematicamente suas receitas e despesas, através do assessoramento permanente de uma auxiliar contábil. Tratava-se de um trabalho manual, a partir das notas emitidas durante a comercialização dos materiais, ou seja, das notas comercializadas entre os associados cooperados e das vendas dos materiais aos atravessadores. Todas as notas eram controladas pelo Diretor-Financeiro e entregues à auxiliar contábil, segundo a mesma:

> *"Então, é um trabalho de formiguinha mesmo [...]. No ato da compra, nós temos uma nota, uma nota de compra onde são discriminados todos os produtos que são comprados, a data da compra, o nome do comprador, do catador cooperado [...] e discriminados todos os valores por exemplo: quantos quilos de PET e multiplica pelo valor total. Então, eu vou ter ali, tudo o que preciso, quanto a cooperativa comprou, quanto ela vendeu, durante a semana. Então, o controle eu faço semanalmente, após Rafael prestar conta de tudo. Eu confiro a multiplicação das notas e os valores, vejo se tá tudo ok! Então, eu posso acompanhar tudo o ano inteiro, para que no final do ano a gente não seja omisso com ninguém. Porque no ano passado, apesar de já termos este controle, alguém questionou porque todo mundo não tinha direito. Mas, este ano, a gente tá indo mais sério ainda. Todas as pessoas que entregaram dão o nome completo, uns têm resistência, porque deve ter algum problema com a polícia; mas eu registro tudo no meu computador, é um monte de papel, milhares de papel, mas eu registro tudo para que no final do ano, a gente seja coerente com todos aqueles". (E. S., 18 de agosto de 2005).*

A "coerência" a que a auxiliar contábil se refere diz respeito à distribuição das sobras entre aqueles "cooperados e cooperadas" que entregavam sua produção (comercializavam) à Cooperativa, uma vez que o critério utilizado para ser cooperado era a entrega da produção à Cooperativa. Em dezembro de 2004, o grupo de voluntários decidiu dividir "os lucros" com aqueles cooperados e cooperadas que mais comercializaram (entregaram sua produção) com a Cooperativa. Segundo uma voluntária,

> *"Na assembléia do final do ano, a gente pegou o dinheiro que tinha e dividiu com eles [...] aos que estavam entregando os produtos na cooperativa. A gente fez uma seleção, porque esta sendo contabilizado tudo rigorosamente por semana, a Edileusa está fazendo um trabalho muito bom. Aí no fim do ano, a gente fez uma seleção daqueles que entregaram pelo menos até quinze vezes ao ano. A gente deu sobras [...] pouquinho sessenta, setenta até cem reais pra quem mais entregou pra Cooperativa [...] e foi uma festa pra eles! Então, eu achei que isso fosse incentivá-los a entregar mais material pra Cooperativa, mas parece que não, alguns continuam entregando outros voltaram para Seu Valdomiro". (E. L. B., 14 de fevereiro de 2005).*

Podemos depreender do discurso da voluntária as possíveis estratégias utilizadas pelo grupo de voluntários, na tentativa de atrair os catadores para comercializar a sua produção com a Cooperativa e não com os intermediários (sucateiros). Entretanto, apesar da tentativa de distribuição dos lucros com os possíveis associados, havia, ainda, resistências por parte dos associados no sentido de comercializar sua produção com a Cooperativa.

O quadro seguinte refere-se ao demonstrativo financeiro da Cotramare, realizado pela assessora contábil, referente ao mês de janeiro de 2007. No quadro, é possível perceber que

durante o mês de dezembro o valor das vendas da Cooperativa foi na ordem de R$ 9.866,47. Acrescida do saldo do mês de novembro, a receita obtida foi de R$ 10.356,12.

BALANCETE MENSAL JANEIRO – 2007		
RECEITAS		
CAIXA SALDO DEZEMBRO 2006 (caixa 489,60 + a receber 71,25)	**489,65**	
BANCO SALDO DEZEMBRO	**0,00**	
VENDAS DO MÊS	**9.866,47**	
	TOTAL DE RECEITAS: 10. 356,12	
DESPESAS		
COM PESSOAL		
MÃO DE OBRA		**1.907,80**
AJUDA DO VIGILANTE		**0,00**
AJUDA DE CUSTO DA AUXILIAR CONTÁBIL		**330,00**
PASSAGENS		**24,30**
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		**0,0000**
GPS-INSS		**0,0000**
FORNECEDORES		
DIÉSEL		**40,00**
CARTÃO CELULAR		**40,00**
MATERIAL RECICLÁVEL		**6.227,37**
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO		
MATERIAL DE ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE		**13,80**
SERVIÇOS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		**405,80**
	TOTAL DE DESPESAS	**8.989,07**
RESUMO DO BALANCETE JANEIRO-2007		
TOTAL RECEITAS		**10.356,12**
TOTAL DE DESPESAS		**8.989,07**
SALDO PARA FEVEREIRO 2007 (caixa 1.209,75+157,30 á receber)		**1.367,05**

Quadro 10– Balanço Mensal da Cotramare
Fonte: Assessora Contábil da Cotramare – Março de 2007

De acordo com o quadro acima, o valor da receita mensal da Cotramare foi de R$ 10.356,12. A receita provinha da comercialização da Cooperativa com os catadores. Isso revela que as receitas dependiam basicamente das vendas dos materiais dos cooperados. Observa-se, ainda, que no balanço não eram registradas as quotas-partes pagas pelos associados. Segundo a assessora contábil, tratava-se de uma soma ínfima e simbólica, pois os sócios tinham dificuldade de efetuar o pagamento estipulado de R$ 50,00 (dividido em 10 parcelas de R$ 5,00). Além

disso, o capital social até então integralizado nunca fora distribuído a cada sócio ao final do exercício, mas proporcionalmente com aqueles que se afastavam da Cooperativa.

De acordo com informações da Diretoria, os resultados contábeis eram apresentados aos associados durante as assembléias mensais:

> *"[...] quando se tem assembléia mensal, Edileusa apresenta a contabilidade. Ela explica tudo direitinho aos associados: o que entrou e o que saiu. Ela faz tudo numa cartolina bem grande. Depois, ela pergunta aos catadores se tem alguma dúvida". (M. do S. D. Conselheira da Cotramare, 18 de julho de 2007).*

Pelo exposto, podemos concluir que a Cooperativa exorbitava algumas de suas regras institucionais, no que tange aos princípios do cooperativismo. Ao mesmo tempo, amoldava-se, criando mecanismos com fidelidade aos princípios. No caso particular observado, "abria-se um circulo de participação" ou o "exercício de autogestão", durante as assembléias, apresentando os resultados contábeis e distribuindo os seus lucros.

b) Infraestrutura

Quanto à infraestrutura a Cotramare possuía:

Estrutura Física	**Equipamentos**
01 Galpão de armazenamento do material com uma sala de prensagem 01 Galpão de triagem (para separação de material) 02 Banheiros 01 Cozinha 01 Sala de reunião 01 Sala de aula (com cerca de trinta cadeiras)	01 Prensa (antiga) 01 Balança mecânica 01 Trator 50 sacos para colocar materiais 02 carrocinhas 01 fogão; 01 geladeira; 01 liquidificador*

Quadro 11 – Infraestrutura da Cotramare
Pesquisa Direta, 18 de Julho de 2006.

A área (o terreno) onde funcionava a COTRAMARE foi cedida pela Prefeitura Municipal.

Por não acumular capital de giro suficiente, apesar de parte dos cooperados terem efetuado o pagamento das quotas partes, os demais equipamentos foram obtidos através de doações. Os principais equipamentos adquiridos, através do Projeto "Fortalecimento da Cooperativa de Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Campina Grande (COTRAMARE)",

foram: uma balança mecânica, um triturador, um computador, uma impressora laser, um aparelho de fax, e outros. Tais equipamentos não se encontravam na Cooperativa: diante dos constantes roubos ocorridos, foram instalados nas dependências da Faculdade de Serviço Social da UEPB.

A ausência de recursos para formar capital de giro na COTRAMARE estava relacionada às baixas vendas dos materiais. Isto é, as vendas efetuadas mal davam para pagar as despesas dos salários da direção, e re-financiar a compra dos materiais, conforme informou uma voluntária:

> *"Eles não têm essa coisa de guardar dinheiro, por exemplo, pra comprar uma coisa pra melhorar a cooperativa. Eles pensam só no imediato! Agora, eu sei que é difícil, porque o que a cooperativa ganha com a venda dos materiais só dá pra pagar algumas despesas. E olhe que eu já ajudei muito, dando e dando dinheiro, porque tinha semana que num tinha saldo nenhum, pra iniciar as compras [...] emprestei dinheiro pra comprar trator. Teve uma época que Valdomiro quase quebra a cooperativa [...] porque quando a cooperativa começou a comprar o plástico dentro do lixão, o preços do plástico estava a dez centavos por quilo, e a cooperativa entrou nessa concorrência, comprando a quinze centavos o quilo [...] isso porque a gente ajudou, deu dinheiro!".* ***(****I. C., voluntária da Cotramare, 14 de fevereiro de 2005)****.*

Embora parte dos cooperados tenha efetuado o pagamento das quotas-partes, a Cooperativa era impossibilitada de constituir um fundo de reserva por algumas razões.

O Estatuto Social recomendava que o valor do capital social da Cooperativa não poderia ser inferior a R$ 1.200, 00 (um mil e duzentos reais), o qual deveria ser subdividido em 50 quotas-partes à vista ou dividido em 10 prestações mensais de R$ 5,00 (cinco reais); apesar de o valor estipulado ser insignificante, os catadores cooperados apresentavam dificuldades para efetuar o pagamento, uma vez que o valor obtido com as vendas dos materiais não garantia o suprimento de suas necessidades básicas.

De acordo com o levantamento feito pelo grupo de voluntários, dos 50 catadores associados ativos, apenas 50% (25 cooperados) chegaram a efetuar o pagamento correspondente à parte da quota, enquanto a outra metade não efetuara nenhum pagamento.

O valor total obtido através do pagamento das quotas-partes, segundo informação da assessora contábil, foi na ordem de R$ 515,00, não atingindo a quantia determinada pelo Estatuto Social (R$ 1.200,00).

Além disso, o Estatuto Social estabelecia que o número de quotas-partes do capital social a ser subscrito pelo cooperado, por ocasião da sua admissão, seria variável tendo por base a produção de cada cooperado na Cooperativa. Contudo, o Estatuto não deixava claro que as referidas quotas pudessem se transformar em capital de giro para a Cooperativa.

Segundo informação da Diretoria, parte daquele saldo (R$ 515,00) fora reintegralizada para pagamentos de débitos da Cooperativa, *"[...] também, a gente teve que pagar quotas para alguns ex-cooperados [...], agora tem alguns ex-sócios que não receberam o retorno. Dona Edneusa disse que tinha que fazer um levantamento para ver isso direito"* (Presidente-Diretora da Cotramare, abril de 2007)**.** A deliberação foi uma decisão tomada pela diretoria junto com o grupo de voluntários. Coube à diretoria, por sua vez, transmitir a informação para o restante dos cooperados.

Verificamos que certas decisões tomadas pelos dirigentes tendiam a negar dois aspectos importantes da experiência da cooperativa: não permitia aos seus associados que emergissem como reais proprietários da cooperativa e, ao mesmo tempo, inibia a prática da autogestão que, por ventura, deveria ser assumida por todos em igual medida. (ARAÚJO, 1982). Voltaremos, posteriormente, a tratar mais detalhadamente sobre os mecanismos de participação.

Contudo, chamamos atenção acerca da influência dos voluntários nas decisões e na condução dos negócios da Cooperativa. Este tipo de postura era bastante criticado dentro do Movimento Nacional. Ao entrevistar uma liderança do MNCR (regional-Nordeste), ele se posicionou criticamente sobre as intervenções de algumas entidades,

> *"Geralmente, os intelectuais, as ONGs, e outros parceiros ou voluntários que nos apóiam querem conduzir o nosso movimento [...] querem conduzir as associações de catadores achando que pelo fato de saberem mais podem interferir. As ONGs, as organizações religiosas e até mesmo o governo querem determinar como as cooperativas de catadores devem caminhar. Por isso, em nosso último encontro, isso foi bastante debatido. E agora, estamos lutando por nossa autonomia. Aqui mesmo em Recife, a representação do MNCR em Pernambuco, não trabalha com a Cáritas [...]. Acho a parceria com a ASPAN*[41] *positiva, é uma parceira que respeita nossa*

[41] Associação Pernambucana de Defesa da Natureza, fundada em Recife, em 05 de junho de 1979. É uma entidade ambientalista, de direito privado, essencialmente cultural e tecnicocientífica, autônoma, sem fins lucrativos e de caráter associativo. Surgiu da necessidade de se organizar uma entidade que defendesse os interesses comuns no tocante à preservação ambiental e à melhoria da qualidade de vida da população excluída. Sua atuação prioritária é na região Nordeste, especialmente no estado de Pernambuco; dentre suas atuações empreendidas, pode-se constatar, a proposta de implantação de loteamento que destruiria os 190 ha da mata do Engenho Uchôa, localizada no Recife (1979); A luta pela preservação das áreas de manguezais predestinados ao aterro, quando da proposta de instalação do projeto chamado "Memorial Arcoverde", entre as cidades de Recife e Olinda (1993), também merece registro. A ASPAN, através da parceria estabelecida com a representação do MNCR do estado de Pernambuco, promoveu diversos cursos, dentre eles: A primeira "Capacitação de Lideranças do Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis no Estado de Pernambuco" (2005). Além do mais, desenvolveu nos últimos cinco anos projetos de reciclagem com apoio e articulação do "Movimento Nacional dos Catadores, através de uma parceria com a organização não-governamental canadense ACTION RE-BUTS (La Coalition Montréalaise pour une Gestion Écologique et Économique des Déchets), e com o apoio financeiro da Agência Canadense de Desenvolvimento

> *autonomia". (Representante do MNCR regional-Nordeste; Recife, 25 de novembro de 2005).*

Ao conversarmos sobre tal questão com a representante da Cáritas, esta rebateu com a seguinte crítica:

> *"Eu não sei que história é essa, que a gente não respeita a autonomia dos catadores. Nós trabalhamos aqui com o Celso, um representante do Movimento Nacional, e ele presencia várias decisões tomadas pelos associados. Agora, sabemos das dificuldades que estas associações têm enfrentado por não conseguir dispor para sua gestão de pessoal com formação ou experiência em administração, eu não vejo problema se elas contam com um grupo ou parceiros para assessorar. Se as grandes empresas contratam assessoria para administrar ou gerenciar seus negócios! Por que uma cooperativa ou associação não pode contar com esse apoio? Qual o problema, então?" (A. da C., João Pessoa, março de 2006).*

A Assessora da Cáritas, em seu discurso, nos chama atenção para a necessidade de assessoramento na fase inicial de estruturação das cooperativas, que exige do grupo conhecimento sobre o sistema cooperativista e entendimento sobre a gestão do empreendimento. Dessa forma, tanto a demanda inicial quanto o projeto para a estruturação destes empreendimentos foram construídos por pessoas externas ao grupo.

c) Organização da produção e Condições de trabalho

Os catadores cooperados realizavam seu trabalho de coleta dos materiais recicláveis dentro do lixão. Assim, a organização do trabalho na Cotramare era diferente da forma de organização da Astramare, desde o local de execução do trabalho até suas dinâmicas envolvendo a divisão de tarefas dentro da referida organização, bem como os instrumentos de trabalho utilizados.

Internacional ACID/CIDA, com a realização da Feira dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar); também uma parceria com a Fundacão AVINA (Suiça).

Foto 08 – Catadores (Cotramare) “garimpando” no lixão de Campina Grande-PB (2006)

Os resíduos sólidos da cidade de Campina Grande eram dispostos a céu aberto. De acordo com dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, a taxa de cobertura da coleta de lixo domiciliar é de 90%; o volume de resíduos depositados no lixão é maior que um milhão de toneladas e menor que cinco milhões de toneladas. Os tipos de resíduos depositados eram os mais diversos possíveis, tais como: domiciliar, comercial, industrial, construção civil, serviço de saúde, hospitalar, abatedouro/ matadouro e outros, sem nenhuma política de acondicionamento adequada, inclusive com relação ao lixo hospitalar.

Os resíduos sólidos hospitalares, produzidos na cidade de Campina Grande, eram os mais diversos: agulhas, seringas, gazes, bandagens, algodões, órgãos e tecidos removidos, meios de culturas e animais usados em testes, sangue coagulado, luvas descartáveis, remédios com prazos de validade vencidos, instrumentos de resina sintética, filmes fotográficos de raios X, etc. Resíduos assépticos destes locais, constituídos por papéis, restos da preparação de alimentos, resíduos de limpezas gerais (pós, cinzas etc.), e outros materiais Aproximadamente 22 toneladas destes resíduos eram geradas semanalmente, na cidade (VASCONCELLOS et al., 2006).

Diante da irregularidade na forma de depósito do lixo hospitalar, várias denúncias foram feitas pela imprensa local, sobretudo por tratar-se de um crime ambiental. Esse tipo de lixo, quando depositado de forma irregular, pode gerar um tipo de “chorume” (líquido escuro e turvo

proveniente do armazenamento e repouso do lixo) bastante perigoso e poluente, já que o risco de contaminação do local é muito alto. Outras denúncias foram feitas por catadores que vasculhavam aquele tipo de lixo.

Vários estudos denunciam as condições precárias do trabalho dos catadores nos lixões (GROSSI, 1999) e (MAGERA, 2003), principalmente os vários riscos aos quais estão expostos. O trabalho desempenhado pelos catadores cooperados da Cotramare, no lixão de Campina Grande, não poderia ser diferente. Portanto, longas jornadas de trabalho em péssimas condições, baixos salários e etc., o que reflete uma das formas contemporâneas que o trabalho informal assume: a de um trabalho precário.

Os catadores associados à Cotramare trabalhavam sob sol e chuva. Durante o verão, conviviam com o mau cheiro dos gases exalados do lixo acumulado, além da fumaça intensa produzida pela combustão dos gases; durante o inverno, a chuva e a lama prejudicavam o trabalho de coleta.

Os catadores executavam um processo rudimentar de triagem, vasculhando os sacos de lixo com um gancho ou ferro[42]. Ou seja, retiravam apenas aqueles materiais do lixo (plásticos, vidros, metal, ossos e etc.) possíveis de comercialização, jogando-os dentro de um tambor ou de sacos; em seguida, transportavam o material catado para suas barracas, separando-o de forma grosseira.

A jornada de trabalho dos catadores do lixão de Campina Grande tinha início após as nove horas da manhã, horário em que os carros de coleta começavam a depositar o lixo, e só terminava por volta das dezessete horas, alguns entrando pela noite. Portanto, estes catadores eram obrigados a prolongar a jornada de trabalho até o limite do esgotamento físico, uma vez que recebiam segundo o critério de produtividade (quanto mais catava mais ganhava), embora não exercessem nenhum controle sobre os preços de compra e venda. O depoimento de uma catadora associada é um exemplo das centenas de catadores que eram obrigados a prolongar sua jornada de trabalho:

---

[42] Tal denominação atribuída pelos catadores, o gadame, era uma espécie de ancinho com grandes dentes de ferro para arrastar estrume. Além do gadame (instrumento de ferro pontiagudo improvisado), os catadores também vasculham o lixo com enxadas.

> "*Eu moro aqui dentro do lixo. Quando eu chego da escola, pego meu saquinho e vou pra lá catar minhas coisinha. Eu moro aqui dentro, nessa barraca porque a minha casa lá na Catingueira tá caindo, e roubaram as minha coisa lá, até minha geladeira, o que eu sinto mais falta [...] eu ganhei ela aqui no lixo, jogaram e eu peguei [...]. Eu também cato de noite mai o meu marido, aquele ali [apontou com a mão]. Mai, eu num vou atrai dos carro não, porque eu num tenho mai idade [...]. Eu tenho medo, porque é muito escuro e a gente num vê nada! Você sabe que tem muita coisa ruim aqui dentro!" (L. P. da S., 57 anos, cooperada da Cotramare, outubro de 2005).*

Era possível perceber que a atividade de catar lixo revelava uma forma de auto-exploração do trabalho, mediante relações informais que podiam ser definidas na esfera da circulação. Ou seja, Parafraseando Karl Marx (1984), trata-se de uma auto-exploração que ocorre pela forma transfigurada do "salário por peça". O salário por peça não expressa diretamente nenhuma relação de valor, não se mede o valor da peça pelo tempo de trabalho nela corporificado, mas, ao contrário, o tempo despendido pelo trabalhador para o número de peças produzidas. No salário por tempo, o trabalho se mede diretamente por duração; no salário por peça, pela quantidade de produtos que o trabalhador materializa num dado espaço de tempo.

Logo, o salário diário, semanal ou quinzenal tende a variar com as diferenças individuais do trabalhador, de modo que, num determinado espaço de tempo, cada um pode produzir um mínimo, uma média ou acima da média. Assim, dentro dos lixões, era possível observar diferenças no tocante à quantidade de produtos coletados. Tais diferenças dependiam da força, da energia e da persistência de cada trabalhador/catador.

Alem disso, no salário por peça, conforme Marx demonstrara (1984, p. 629), é interesse do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, como forma de elevar o salário, o que facilita ao capitalista elevar intensamente o grau de exploração, através do prolongamento da jornada de trabalho. Isso pode nos explicar porque os catadores da Cotramare se submetiam a longas jornadas de trabalho com o propósito de aumentar a renda semanal.

Muitos catadores construíam barracos, improvisando-os com lonas, panos, estopas, sacos e pedaços de pau que encontravam no lixo. Além do mais, garimpavam e coletavam o lixo com as próprias mãos. Muitos improvisavam os equipamentos de trabalho com luvas, roupas, tênis, sapatos, sandálias que encontram no próprio lixo.

Segundo informações da Diretoria, os catadores não usavam os equipamentos de trabalho (inclusive máscaras) porque não ganhavam o suficiente para comprar tais instrumentos. Além disso, a Cooperativa não dispunha de recursos suficientes para poder fornecê-los aos seus associados. Segundo depoimento de uma das cooperadas da Contramaré,

> *"Nós vive trabalhando aqui dentro desse lixão sem proteção nenhuma. A gente arruma as coisas daqui do lixo. Agora mermo eu vou procurá um cadarço para esse tênis que eu encontrei [mostrou-me o tênis]. As luva, nói tira do carro da Besa [empresa fabricante de luvas e outros produtos do gênero]. Agora, era pra prefeitura doar esses material pra gente, [...] num dizem que a gente tá trabaiando pro meio-ambiente?". (L. L. B., 33 anos, cooperada, 15 de agosto de 2005).*

Outra característica do trabalho dentro do lixo era a prática da antecipação, por parte de alguns catadores, aos carros de coleta que chegavam até o lixão. Este fato marcava uma diferença de hábitos de trabalho daqueles catadores em relação aos demais que aguardavam os carros dentro do lixão.

Em várias ocasiões, presenciamos este movimento na entrada do lixão, (local da pesagem dos carros que chegavam para depositar o lixo), quando vários catadores ficavam sentados no chão aguardando os caminhões: *"Os carros do lixo são de todos, mais os carros pequenos [...] a gente encosta e ninguém se aproxima não! Mas, o lixo é de todos, num tem dono [...]".* (J. L. F., 22 anos, catador no lixão de Campina Grande, dezembro de 2005).

Embora, o catador justifique que o lixo não tem dono, talvez, por isso muitos se antecipavam para garantir os materiais no caminhão. Assim, quando o lixo era depositado num determinado local dentro do lixão, ninguém se aproximava, pois o grupo já tinha tomado posse. Naquele dia, ao perceber nossas observações, a presidente da cooperativa se aproximou e teceu o seguinte comentário:

> *"Você tá vendo aqueles catadores ali, eles ficam esperando os carros com o lixo bom [...] ficam esperando que é pra não deixar ninguém catar quando o lixo for descarregado. E você precisa ir lá pra dentro [do lixão] mesmo, pra ver as brigas por causa de lixo. Tem carro que quando despeja o lixo, aquele lixo já tem dono. Tem uma família aí dentro do lixo, irmãos, cunhado [...] que já são donos de alguns carros. E ninguém mexe no lixo deles. Já teve muita briga, até de murros, e ameaças por causa disso. Até os bichos apanha se chegar perto, os cachorros e porcos" (L. H. N., 26 de setembro de 2005).*

A precariedade do trabalho executado pelos catadores se revelava, ainda, diante da vulnerabilidade do risco de se acidentarem. Foram muitos os relatos de acidentes, dois dos quais são ilustrativos:

> *"Faz seis meses, foi numa sexta- feira, que sofri um acidente, o carro de lixo vinha de ré, e eu pensei que ele ia pra frente, aí passou em cima do meu pé. Ainda bem que ele vinha devagar, e eu estava com as botas, e quando eu puxei o pé debaixo do pneu, aí quebrou os ossos. Eu fiz uma cirurgia, e ainda está com problema. O médico quer fazer outra e, eu não posso. Pois, como eu vou sustentar meus filhos. Quando eu fiz a*

> *cirurgia, em fiquei seis meses sem trabalhar, a cooperativa ainda me ajudou e minha mãe. O dono da firma do caminhão do lixo comprou os medicamentos, mas depois foi o motorista do carro que ajudou. Faz quinze dias que eu voltei a trabalhar, mas estou sentido muita dificuldade, pois não posso mais correr atrás dos carros, Tenho dificuldade pra andar" [interrompeu a fala e começou a chorar] (L. M. L., 34 anos, associada da Cotramare, 19 de Julho de 2005).*

> *"Meu menino, tava no lixo e pisou, não viu que debaixo do lixo tinha fogo [...], aí queimou as perna com plástico, ficou tudo queimado. Aí, eu peguei ele nos braços e levei pra o hospital de ônibus [...] e ela gritava, gritava de tanta dor! Ficou internado quase uma semana. E eu fiquei sem trabalhar, porque eu fiquei com ele o tempo todo no hospital, se não fosse Celine [...] foi ela que me ajudou, me deu feira, comprou remédio, porque a gente que trabalha aqui dentro só tem se trabalhar!" [...] (L. H. do N., outubro de 2005).*

Percebemos que o trabalho executado pelos catadores, associados ou não, no lixão, tinha como característica o signo do desamparo, da precariedade e da desolação, assinalando, o lado perverso da desregulamentação das relações de trabalho e da reestruturação produtiva no cenário atual, por subtrair do trabalhador os direitos sociais mínimos. Por outro lado, revela aquilo que Fabrício Maciel chama de "dimensão moral da divisão internacional do trabalho"[43], ou seja,

> É a partir do entendimento acerca desta divisão moral do trabalho que possibilitará esclarecer por que alguns trabalhadores são bem melhor remunerados do que outros, bem como por que milhões de pessoas não atendem a certas exigências estabelecidas pelos mercados competitivos contemporâneos. (MACIEL, F., 2006, p. 229).

Mais precisamente, para o referido autor existe uma complexa divisão do trabalho moral e econômica, que gera socialmente uma massa de trabalhadores desqualificados, "[...] além da sua precária situação material e de insegurança quanto ao futuro, estão nas franjas da sociedade, moralmente marginalizados, abandonados [...] numa situação *a priori* que naturaliza sua condição de destinados à precariedade material e moral". (MACIEL, F., 2006, p.314).

---

[43] Em seu artigo "Todo trabalho é digno? Um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periferia", o autor analisa as questões do mundo trabalho na contemporaneidade, bem como a condição psicossocial dos trabalhadores socialmente desqualificados na modernidade da periferia, especialmente a brasileira a partir da dimensão intersubjetiva moral e simbólica que naturaliza e perpetua sua condição objetiva periférica. A partir da construção teórica elaborada por Jessé de Souza, acerca da diferenciação de mais de um tipo de *habitus* na explicação das diferenciações entre classes sócias, cujas diferenças não são apenas materiais, mas têm uma dimensão moral, Fabrício de Oliveira em sua prerrogativa tem como "pressuposto central o fato de que as relações intersubjetivas modernas são estruturadas por uma hierarquia moral pré-reflexiva do trabalho que naturaliza e reproduz situações objetivas de dignidade social", (MACIEL, F., 2006, p. 286).

Sob condições precárias de trabalho, os cooperados da Cotramare não conseguiam formar fundos de reserva, contrariando o que estabelecia o Capítulo X, do seu Estatuto Social. Ou seja, "Os resultados positivos, apurados por setor de atividade [...] serão distribuídos da seguinte forma (no mínimo): a) 10% (dez por cento) ao Fundo de Reserva; b) 5% (cinco por cento) ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional Social – FATES".

Além do Fundo de Reserva e FATES, o Estatuto previa a criação, em Assembléias, de fundos rotativos com recursos destinados a fins específicos. Ao questionarmos a diretoria sobre a formação ou existência destes fundos, ela respondeu não saber do que se tratava. Explicamos que se tratava de um artigo do Estatuto, o qual previa, a partir de "sobras" anuais, após dedução das despesas, a aplicação destes recursos (fundos) para amparar o catador cooperado. Ao terminar a explicação, a Diretora-Presidente, teceu o seguinte comentário:

> *"Tem muita coisa no Estatuto que eu num sei. Agora, se for como você tá dizendo, isso é um sonho [risos]. Se, tem cooperativas por aí que tem dinheiro sobrando para ajudar os cooperados [...], a gente tá muito longe! Porque quem nos ajuda com feira, com remédios são os voluntários [...]. Alguma vez a Cooperativa arruma alguma coisa pra ajudar num remédio, num momento de precisão dos cooperados, mas num vem desse fundo não!" (L. H. do N., março de 2007).*

O depoimento da Presidente da Cooperativa nos revela não somente sua falta de conhecimento acerca das determinações inerentes ao Estatuto Social, mas também o caráter polêmico assumido pela forma organizativa do trabalho via cooperativa, pela negatividade do acesso aos direitos trabalhistas e da impossibilidade do recolhimento dos fundos de reserva e etc.

Outro aspecto da organização do trabalho dos catadores dentro do lixão era a dificuldade de trabalhar em grupo, argumento sempre ressaltado não apenas pela Diretoria, mas, sobretudo, pelos voluntários. *"Os conflitos, a desconfiança no companheiro, "as fofocas" vêm à tona por qualquer razão"* (M. E. B., março de 2005).

Esta dificuldade, talvez, estaria relacionada à forma de trabalho dentro do lixão, que tendia a exacerbar um tipo de individualismo. Parafraseando Castel (1988), trata-se de um individualismo negativo, que deprecia as formas de pertencimento coletivo, isto é, que nega as possibilidades de inserção e de associação.

Durante a entrevista, um representante da diretoria tentou justificar o fato de não gostar de trabalhar em grupo:

> *"Aqui tem muita individualidade [...] num vejo essa coisa de ser solidário, tem uns que são, outros só querem saber de si [...], por isso eu acho que a gente tem que se misturar e ficar junto [...] os catadores têm que tá unido [...] ser uma só pessoa [...]. A falta de união é por causa de muito conflito por qualquer coisa [...]. Olhe basta você olhar com uma cara meio-feia, que já é um motivo de briga! Eu mermo prefiro catar os meus troços sozinho [...], pra num dá confusão". (S. dos R. N., 30 anos, cooperado da Cotramare, agosto de 2006).*

De fato, os vínculos afetivos estabelecidos entre os cooperados devem se constituir num fator importante para a estruturação e continuidade do projeto cooperativo. Contudo, foi possível perceber as dificuldades do "aprender a conviver" com o outro dentro da Cooperativa. No capítulo seguinte, retomaremos, mais detalhadamente, a questão da solidariedade, bem como de outras ordens morais existentes entre os grupos em estudo.

Assim, além da desestruturação das redes de proteção próxima, de vínculos afetivos e da precariedade das condições de trabalho, a violência também era presente, tanto no local de trabalho quanto na comunidade em que eles residiam. Ou seja, os catadores estavam expostos às várias formas de violência: Brigas frequentes, agressões, assassinatos, atropelamentos pelos caminhões que transportavam lixo, e roubos. Foi possível observar, durante a pesquisa, o uso de drogas entre os jovens catadores, além de muitos trabalharem armados com facas e outros objetos cortantes.

Portanto, tratava-se de um ambiente precário – de uma situação socioeconômica, moral estrutural – em que desenvolviam aquilo que podemos denominar de *habitus precário*, conforme Jessé de Souza. Ou seja, tratava-se de um *habitus* cristalizado em um tipo de personalidade e de disposições que não conseguia corresponder aos ideais e princípios subjacentes ao associativismo.

Outro aspecto a destacar na forma de organização do trabalho dos catadores cooperados diz respeito à comercialização dos produtos. A venda dos materiais era realizada a partir da quarta-feira, dentro do próprio lixão. Além do sucateiro (Sr. Valdomiro), a Cotramare também colocava uma barraca no lixão para comprar os materiais. Grande parte dos catadores comercializava com o sucateiro. Posteriormente, abordaremos mais detalhadamente os aspectos da comercialização. É oportuno, lembramos Gonçalves (2005, p.94), quando nos diz que os catadores, "... servem como separadores manuais (*in loco)* do lixo produzido no município bem

como na eliminação do mesmo ao vendê-lo para os intermediários das grandes empresas de alumínio, vidros, papel e plástico" (GONÇALVES, 2005, p.94).

Vale ressaltar que o segundo trabalho de separação (triagem) era desempenhado na cooperativa pelos catadores que administravam a Cooperativa. Como não havia esteiras, a triagem era feita de forma manual, ou seja, eram separados sem um rígido controle de especificação e sem nenhum beneficiamento, sendo o plástico e latinhas prensados e os demais produtos postos em grandes sacos ou "robôs".

A Cooperativa dispunha de uma área (dois galpões) para armazenar uma quantidade razoável de material. Entretanto, diante dos constantes roubos, era impossibilitada de estocar uma quantidade necessária para a boa negociação de venda.

O trabalho administrativo da Cooperativa era realizado basicamente por quatro pessoas. No processo de triagem (seleção) dos materiais, excetuando-se o Presidente-Financeiro, todos participavam. O Presidente-Financeiro, por ter concluído o segundo grau, era responsável pelas finanças, cabendo-lhe comprar, pesar e anotar a quantidade e o valor dos materiais vendidos e, finalmente, prestar contas junto à contadora.

Era notória a existência de relações hierarquizadas dentro da estrutura administrativa da Cotramare, ou seja, aqueles catadores sem nenhum grau de instrução executavam trabalhos manuais; outros, com certo grau de instrução, exerciam atividades de caráter mais intelectual.

Contudo, uma representante da diretoria da Cooperativa garantiu a não existência de relações hierarquizadas de trabalho na estrutura administrativa: *"Aqui todos têm os seus cargos, mas têm as mesmas responsabilidades. [...] Por exemplo, se tá precisando de encher uma carrada de PET, aí eu que sou a presidente vou ajudar também"* (L. H. do N., 26 de setembro de 2005).

Entretanto, num segundo momento das entrevistas, no final de 2006, em meio a uma crise administrativa (conflitos entre os dirigentes, afastamento dos cooperados da Cooperativa) o tom dos discursos mudou completamente:

> *"É porque eu sou presidente de papel, eu num decido nada aqui! Ontem dois catadores chegaro pra pesar o material com a cooperativa, e eu chamei Rafael, porque ele que tem o dinheiro, aí ele disse: que já ia embora e num ia mais pesar de jeito nenhum [...]. Aí, eu disse que ele num podia fazer aquilo, e ele mandou eu tomar naquele canto [...]. Isso na frente dos catadores [...]. Por isso que os catadores num tão mais pesando com a cooperativa, porque eles num quere ser humilhado". (L. H. do N., Diretora-Presidente, Janeiro de 2006).*

Em seu discurso, a Diretora-Presidente questiona sobre sua função na Cooperativa e sobre a forma de tratamento dada aos cooperados pela Diretoria, razão que tinha afastado alguns catadores de comercializar seus materiais com a Cotramare, conforme ela nos relata. Posteriormente, voltaremos a tratar desta questão.

d) Comercialização

Segundo a Diretoria da Cotramare, catador associado era aquele que comercializava sua produção com a Cooperativa, tratando-se de um compromisso*, "embora eles não sejam fiéis a Cooperativa, pois tem cooperado que numa semana vende, e depois não vende mais, muitos correm pra vender com Seu Valdomiro" (M. do S. D., Conselheira da Cotramare, março de 2006).*

A comercialização dos materiais dentro do lixão acontecia a partir da quarta-feira, estendendo-se até o sábado. Aproximadamente 90% dos catadores vendiam sua produção para os sucateiros, principalmente para o Sr. Valdomiro, que era um dos atravessadores mais antigos e que exercia "grande poder" diante dos catadores. No capítulo seguinte, abordaremos mais detalhadamente a relação entre o Sr. Valdomiro e os catadores.

No que diz respeito à concorrência entre a Cooperativa e os sucateiros, podemos afirmar que se tratava de uma verdadeira disputa comercial, especialmente com o Sr. Valdomiro, ao longo destes dez anos.

Como organismo de defesa de pequenos produtores, as cooperativas se deparam com o papel histórico do intermediário, o qual não desaparece facilmente do processo de comercialização. Dessa forma, as cooperativas se vêem com sua ação frustrada diante dos mecanismos, nem sempre flexíveis de comercialização, para competir numa economia de mercado, cuja concorrência é cada vez mais exacerbada.

No discurso dos dirigentes da Cooperativa, um dos objetivos da criação da Cotramare era livrar os catadores dos intermediários, principalmente

> *"Das mãos de Seu Valdomiro, pois a gente vivia aqui feito escravo [...], ele botava o preço que ele queria, a gente não tinha nem noção de quanto era o preço do PET, do alumínio [...]. Ele chegava e dizia é tanto, e pronto!" (M. do S. D., março de 2006).*

Foto 09 – Caminhão de um sucateiro com materiais comercializados com a Cotramare.

Dentre os grandes desafios da Cotramare, um deles era a acirrada e agressiva concorrência com um sucateiro dentro do lixão. As diversas manobras praticadas por ele eram conhecidas, pois, dependendo da situação da Cooperativa, o referido sucateiro elevava ou baixava os preços dos materiais; também manipulava os catadores com práticas assistencialistas (emprestando dinheiro, ajudando no pagamento de aluguéis, comprando remédios, feiras e etc.). Foram vários os depoimentos dos catadores (associados ou não), confirmando as estratégias utilizadas pelo sucateiro na tentativa de manipulá-los e/ou fidelizá-los:

> *"É, ele empresta! Ele empresta e desconta [...] vai descontando toda semana um pedaço. Eu já pedi. Tenho uma cunhada que pega cem reais, cento e cinqüenta, e ele fica descontando de vinte, de trinta [...], aí a gente tem que vender pra ele, porque senão quando a gente precisar de novo, ele diz: vá pedir na cooperativa, você num tava vendendo lá" [cooperativa] (P. B., 29 anos, 02 Janeiro de 2006).*

Tentando manter-se no mercado, a Cooperativa buscou se valer das mesmas estratégias do sucateiro. Em 2003, a Cotramare passou a participar da coleta e da comercialização dos materiais

dentro do lixão, entrando numa agressiva e desleal concorrência com o sucateiro, assumindo, neste sentido, nada mais do que uma forma diferente ou alternativa de intermediário. De acordo com uma das conselheiras da cooperativa, e conforme depoimento de uma voluntária,

> *"Quando a gente começou, botando a balança lá dentro do lixo, a gente colocou os mesmos preço que Seu Valdomiro, ou até acima dos deles. Por exemplo, se Seu Valdomiro comprava um quilo de PET por quarenta e cinco centavos, aí a gente comprava por cinqüenta e cinco [...] ou se o preço do alumínio dele era trinta, aí a gente também entrava com trinta. Teve dia que era uma briga danada! Chegava um catador e dizia: Seu Valdomiro aumentou a PET pra tanto, aí a gente ia e aumentava também [risos]. Só que seu Valdomiro é rico! Eu digo assim, ele tinha capital pra se manter na briga, e a Cooperativa não! Teve semana que a gente num apurava nada, pois só dava pra comprar o material [...]. Aí chegava os catadores querendo pesar na Cooperativa, e a gente num tinha dinheiro, aí eles dizia: Ah! É melhor vocês saírem daqui do lixo, vocês num tem dinheiro pra comprar! E num tinha mesmo não! Se não fosse os apoio que botasse dinheiro pra gente comprar, a Cooperativa tinha falido logo no começo". (M. do S. D., agosto de 2005).*

> *"Existem outras coisas que nós implementamos, por exemplo, os empréstimos [...], é pouco, mas Seu Valdomiro, também empresta [...]. Aí, se a gente empresta cinqüenta, a gente vai descontando, aos poucos. Seu Valdomiro empresta pra mantê-los presos, e nós não queremos isso, nós estamos lutando pela autonomia daquele grupo. Porque eu falo sempre pra eles, quando vocês vendem pra Seu Valdomiro, tudo vai voltar pra ele [...]. Ele já tem caminhão, fazendas, ele é rico à custa de todos vocês. E vocês continuam na miséria. Tem gente que cata há mais de vinte anos, e não tem nada! [indignação]. É claro, que muitos catadores ainda não estão vendendo pra Cooperativa, mas estão vindo!". (I. C., voluntária, 14 de fevereiro de 2005)*

Assim, a Cotramare converteu-se numa espécie de intermediário no processo de comercialização de materiais recicláveis. Ou seja, para se manter como organização empresarial e servir de elo entre o mercado e os catadores (o produtor), a Cooperativa "amoldou-se" (aspas nossas) às mesmas regras impostas pelo mercado. Na verdade, o aparecimento da Cooperativa pareceu ter dado condições ao catador de optar por comercializar tanto para um quanto para outro. Evidentemente, se a Cooperativa não existisse, os catadores venderiam seus produtos em condições menos favoráveis.

Nesta concorrência acirrada, a Cooperativa se deparou com outros mecanismos desleais, mas por parte dos catadores, conforme esclareceu uma representante da Diretoria:

> *"Como Seu Valdomiro já tem uma experiência de muitos anos no lixo, já conhece cada um deles [os catadores] melhor do que a gente [...]. Porque Seu Valdomiro já tem muitos anos, já sabe quem coloca só lixo e quem coloca pedra ou outras coisas dentro dos sacos pra ficar mais pesado, então ele já pesa daqueles descontando x de peso, ele*

> *já conhece mesmo, e só faz descontar. Enquanto, a gente num tem a mesma experiência, o mesmo conhecimento, não tá vendo quem coloca pedra e quem não coloca [...], a gente pra ser honesta com os catadores, a gente chama e diz: Olha isso aqui não é só material, e não vale este peso aí da balança. Vou ter que descontar. O Seu Valdomiro desconta e ponto! E num diz nada pra os catadores. Aí se for a gente, eles não gostam, eles querem que a gente deixe passar, e aí começam a dizer: Não vou mais pesar aqui, não! Diz que a gente rouba na pesagem e outras coisas". (L. H. do N., Julho de 2006).*

> *"Agora, é porque os catadores só pensam no imediato, só quer saber quem dá melhor pra eles [...]. Aí, eles ficam sempre inventando desculpa pra num entregar os materiais pra Cooperativa [...]. Tem catador que tava com a gente, e depois desaparece". (M. do S. D., Julho de 2006).*

Neste sentido, os discursos dos dirigentes da Cotramare foram reveladores de outras questões. Diante das precárias condições materiais, os catadores estavam presos à sobrevivência imediata, o que os levava a atos desleais (roubos) com algo que lhes pertence, ora vendiam sua produção ao Sr. Valdomiro, ora vendiam-na à Cooperativa. Daí o discurso dos dirigentes acerca deste "pensamento imediato" dos cooperados.

Logo, as ações sucateiro só encontraram terreno fértil para se concretizar em decorrência da fragilidade da Cooperativa, uma vez que ela parecia não contribuir à altura das reivindicações dos seus associados e apresentava-se fraca institucionalmente para assumir os compromissos que propunham para seus associados. De um lado, a diretoria, através de seus membros, passou a exercer o papel de catalisadora de todos os problemas, responsabilizando-se tanto pelo sucesso quanto pelo fracasso da cooperativa:

> *"Porque é tudo coisa da cabeça deles [dos catadores]. Porque durante os três anos que eu fiquei na Cooperativa, muitas pessoas diziam nas minhas costas que não vinham na Cooperativa por causa de mim. Aí, hoje quem tá é Lucicleide, essas pessoas chegam pra mim e dizem: Que não vêm na Cooperativa por causa de Lucicleide. Quer dizer, eles estão sempre arrumando uma desculpa, uma desculpa pra botar os erros deles, as falhas deles em cima das pessoas, se defendendo, porque tudo que acontece é culpa da Cooperativa. Aí, eles dizem: Ah! Não vendo pra Cooperativa, porque Socorro é chata, antipática, ignorante, é metida, só quer ser a dona. Hoje dizem, não vendo pra Lucicleide, porque Lucicleide é falsa, é isso, é aquilo". (M. do S. D., julho de 2006).*

Por outro lado, em conseqüência do que foi afirmado acima, processou-se um distanciamento entre a diretoria e os associados. Na tentativa de comercializar os materiais com os catadores, a Cooperativa foi esbarrando numa outra luta concorrencial no mercado: as suas exigências. Ou seja, a falta de infraestrutura adequada para o tratamento e limpeza dos materiais recolhidos era um dos principais entraves no processo de comercialização.

De fato, conforme relatos da Diretoria, eles realizavam um processo rudimentar de reciclagem, como: separar, prensar, organizar em fardos, amarrar. Além do mais, diante da falta de conhecimento da região (de mercado) e de oportunidades de negócios, eles acabavam negociando com os atravessadores que revendiam os materiais para sucateiros maiores ou para as empresas recicladoras.

Na realidade, os sucateiros possuíam uma infraestrutura necessária, sobretudo de capital fixo e de capital de giro, para o manuseio e negociação dos resíduos. Segundo Grossi (1999), esses sucateiros conseguem melhores condições de negociação para os seus resíduos, pois podem esperar um melhor momento para a venda (menor oferta ou maior preço), diferentemente da cooperativa, carente destes tipos de capitais, que precisa diariamente de recursos para comercializar.

Além disso, os sucateiros realizavam algum tipo de beneficiamento que agregava valor ao produto, como prensar, separar mais detalhadamente, ou certas exigências do cliente, mas a maioria das vezes o valor agregado vinha da quantidade de resíduo e as diversas oportunidades de negócio existentes. Portanto,

> O segredo do poder dos balanceiros (sucateiros) reside no cartel e no controle que estabelecem sobre o acesso ao mercado de reciclagem, sobre as relações (exclusivas) com as indústrias, sobre o controle dos meios de circulação dos bens. (GROSSI, 1999, p. 74).

Portanto, conforme Rodrígues (2002), com a finalidade de fortificar o sistema de acumulação de capital, cujo mercado é dominado por grandes empresas industriais associadas aos grandes sucateiros, os catadores cooperados se sustentavam na cooperativa na condição de espoliados (privados dos seus direitos) e limitados também de recursos humanos para a consecução do empreendimento.

Diante da ausência de uma estrutura (física e de recursos) e de informações acerca do comportamento do mercado, a cooperativa não conseguia negociar com todos os catadores do lixão. Por isso, eles procuravam os sucateiros para comercializar seus materiais. Ao mesmo tempo, como intermediária e em concorrência com outros intermediários, a Cooperativa também sobrevivia das condições estruturais da pobreza à qual estavam submetidos os catadores.

Os atravessadores exerciam sua hegemonia dentro do lixão, tirando proveito da simples lei econômica: quanto maior a oferta de mão-de-obra que produz o mesmo produto, menos o

preço do produto é determinado no mercado pelos mecanismos de oferta e demanda do bem. Isto significa, conforme Cavalcanti (1988), que o excesso de oferta de mão-de-obra, em última instância, é resultante do nível de pobreza dos indivíduos. Neste sentido, os preços dos materiais coletados pelos catadores também eram determinados pelo nível de sua miséria e nunca pelo valor que o produto tinha de fato no mercado. Logo,

> Quem dita as regras é a sobrevivência do momento, ou seja, dentro desse sistema simples, o valor do produto se incorpora à pobreza local, à miséria dos indivíduos, através da qual o capital mercantil se alimenta empurrando sempre os preços para baixo, criando um teto para os preços dos produtos nunca acima da miséria. (CAVALCANTI, 1988, p.225).

e) Comunicação

Outro ponto importante abordado no questionário direcionado à Diretoria foi sobre a forma pela qual se dava a comunicação entre os dirigentes (Cooperativa) e os associados. A comunicação entre a Direção e os seus associados acontecia informalmente, no momento da comercialização dos materiais, ou durante as reuniões. Entretanto, como a comercialização era realizada dentro do lixão, os cooperados frequentavam a Cooperativa esporadicamente.

Contudo, sempre coube aos voluntários intermediar o diálogo entre a Diretoria e os associados. Por exemplo, algumas iniciativas como a de convocar e realizar assembleias (ordinária ou extraordinária), reuniões e atividades culturais ou de lazer, muitas vezes partiam dos voluntários. Neste sentido,

> *"As reuniões acontecem sempre no primeiro domingo do mês, lá no Clube de Mães do Mutirão [...]. É no domingo, porque Dona Edneusa perguntou aos catadores e eles acharam melhor neste dia, pois não estão catando no lixo. Aí, Dona Edneusa prepara tudo [...] a gente começa rezando, ela diz umas coisas bonitas [...]. Depois, Edileusa apresenta a contabilidade. Depois, a gente fala dos problemas da Cooperativa, alguns falam outros ficam calados, às vezes tem muita briga [...]. Agora, eles [os catadores cooperados] não fala na hora, mas depois ficam falando por trás. A última assembléia, no mês passado [...] acho que foi em maio, se foi dez cooperados foi muito! Eles num participam, pra depois ficarem falando" . (M. do S. D., Julho de 2006).*
>
> *"A gente sempre teve esta preocupação desde o começo de preparar as reuniões, de convocar assembléias. Porque eles têm muitas dificuldades de se relacionar, brigam muito! Eles são muito desunidos, brigam por qualquer motivo, e olhe que a gente vem batendo nesta tecla toda reunião: vocês precisam viver em paz pra que a Cooperativa possa caminhar [...], mas não tem jeito. Por isso, a gente procura aproveitar outros momentos: páscoa, dia das mães, São João, natal [...] pra tentar aproximá-los, celebrar estes momentos com eles. E a gente convoca não só os cooperados, mas os catadores, pra mantê-los unidos. Aí, a gente prepara estes momentos com reflexão, com lanches,*

> *recebemos algumas doações de cestas básicas pra distribuir". (E. L. B., voluntária da Cotramare, 14 de fevereiro de 2005).*

Percebe-se, portanto, que a criação de laços sociais entre os catadores era uma preocupação recorrente dos voluntários. Por outro lado, por não ter nascido por iniciativa do grupo social interessado, mas a partir das entidades e voluntários, o grupo foi "constituído artificialmente" (aspas nossas). Dessa forma, o sentido de trabalhar coletivamente (sob a forma cooperativa) parecia ser uma realidade estranha ao nível de conhecimento e de vivência dos associados. Eles desconheciam, inclusive, o seu sentido, chegando a confundi-la com a própria cooperativa. Daí, os constantes conflitos tanto nas reuniões formais quanto nas conversas informais, gerados pela falta de confiança, pelos ressentimentos mútuos entre os associados e os que ocupavam cargos na administração.

Tivemos a oportunidade de presenciar as assembleias, reuniões e atividades lúdicas. Observamos que durante as reuniões ou assembleias e nas conversas informais os conflitos e as desavenças estavam sempre latentes, por qualquer razão. A esse respeito, vale registrarmos uma assembléia geral de final de ano, ocorrida em 2005. Na ocasião, aproximadamente 30 catadores estavam presentes. Logo após a leitura de um trecho do Evangelho, a voluntária convidou os catadores a fazerem uma autorreflexão sobre o sentido do nascimento de Jesus Cristo e do natal, alertando para o sentido do perdão: *"Cristo quer nascer entre nós, mas para ele nascer, é preciso que a gente esteja preparado: com o coração limpo, perdoando, convivendo em paz com o nosso irmão [...]. Vamos perdoar para conviver em paz?" (M.E.L.B., 19 de dezembro de 2005).*

A reflexão transcorreu num clima muito tenso, permeada por acusações e desavenças, entre alguns membros da diretoria, entre a diretoria e os associados. Tais conflitos foram contornados pelos voluntários. É claro que o processo de gestão democrática no interior das cooperativas não se desenvolve sem desavenças. Ou seja, processos deliberativos de decisões no interior da cooperativa sempre foram permeados por conflitos. Entretanto, Bursztyn (2000), ao atestar o baixo grau de associativismo grupal entre os catadores, concluiu que tal fato estaria relacionado à tendência de trabalhar de forma isolada e ao baixo nível de relações de confiança e solidariedade.

Logo, no caso em estudo, observamos que os catadores tinham uma certa dificuldade para adaptar-se aos mecanismos da gestão democrática. A participação nos processos soberanos, os

quais envolviam as principais decisões, demonstrava perda de importância. A esse respeito, em seu discurso, uma ex-cooperada explica seu afastamento:

> *"Eu não me interesso em participar. [...]. Eu já participei de reunião no começo, mas depois deixei de ir e de vender [...]. Eu participei de muitos cursos como já disse. O de cooperativismo foi muito bom! Mas, eu acho que a cooperativa está muito distante desses cursos de cooperativismo que nós fizemos no começo, porque tem de existir união, participação, e ninguém mandar em ninguém. Todos têm de ter a mesma autoridade dentro da Cooperativa [...]. Mas, essa cooperativa que está aí, não é uma cooperativa como as que a gente viu nos cursos, é uma Cooperativa só deles!". (J. F. da S., 43 anos, catadora e ex-cooperada, 27 de julho de 2006)*

É necessário observar que a tônica do discurso da catadora recai no sentido de não se identificar com a organização. Em outros termos, há um deslocamento e uma identificação, "a Cooperativa é só deles": a Diretoria. Neste aspecto, foi comum ouvir: "detesto a cara de fulana", ou, "fulana é falsa, não presta!". Consequentemente, a Cooperativa também não "prestava", "roubava", além de outras acusações.

No próximo capítulo, analisaremos os modos de pensar e perceber (significações e significados) dos associados, bem como os sentimentos expressos nas representações simbólicas acerca das suas trajetórias na cooperativa.

Ao questionar a Diretoria no tocante ao estabelecimento de um diálogo com os catadores, obtivemos a seguinte explicação: *"[...] Não! Porque a gente tem muito trabalho aqui, e num tem quase tempo de descer lá pro lixo pra conversar com os cooperados"* (M. do S. D., Julho de 2006).

A presidente rebateu, por sua vez, afirmando:

> *"Eu acho que não é falta de tempo. Eu procuro conversar com os sócios [...], as vez eu pergunto: Companheiro, por que você deixou de entregar o material pra Cooperativa? O que tá acontecendo? [...]. Eu acho que a gente tem que ir atrás deles, porque se não fosse eles a Cooperativa não existia! A gente, sempre acha que eles é que tem vir atrás da cooperativa." (L. H. do N., julho de 2006).*

Vale lembrar Araújo (1982, p.130-131), ao mostrar a importância do fenômeno participativo em qualquer agrupamento social, uma vez que a participação está em função da maneira como se articulam os grupos dentro da associação.

Em seu discurso, a presidente da Cotramare parecia compreender a necessidade de valorizar o trabalho coletivo, não apenas como valor monetário – cujo dever do associado não

seria apenas entregar a produção à Cooperativa – mas social. Entretanto, não somente a presidente, mas também os voluntários percebiam a importância da participação efetiva dos cooperados:

> *"Eu estou muito preocupada, pois os catadores não estão vendendo pra Cooperativa. Isso vem reduzindo toda semana. Na última prestação de contas semanal com Rafael, só nove catadores comercializaram com a Cooperativa [...] o ano passado, em média a gente podia contar com vinte e cinco, que eram fieis com a Cooperativa. Hoje até os fiéis estão desaparecendo". (E. S., voluntária e assessora de contabilidade da Cotramare, fevereiro de 2007).*

> *"Na assembléia do final do ano, a gente pegou o dinheiro que tinha e dividiu com eles [...] aos que estavam entregando os produtos na cooperativa. A gente fez uma seleção, porque está sendo muita coisa contabilizada tudo por dia, a Edileusa esta fazendo um trabalho muito bom, ajudando na contabilidade. Aí no fim do ano, a gente fez uma seleção de quem pelo menos entregou até quinze vezes [...] a gente deu sobras [...] pouquinho sessenta, setenta até cem reais para cada um [...] e foi uma festa pra eles [...]. Então, eu achei que isso fosse animar, mas a assembléia não confirmou essa minha expectativa não. Aí a gente tá vendo muito descrédito e desesperança sabe! Mas, a gente continua tocando, é nosso dever!". (M. E. L. B., voluntária da Cotramare, março de 2006).*

Além das dificuldades apontadas, desde o início a Cooperativa contou com ajuda de apoiadores externos (voluntários, órgãos especializados e etc.), preenchendo, assim, o vazio institucional governamental em suas várias determinações.

e) Relações com o Poder Público

A ausência de uma política de coleta seletiva na cidade de Campina Grande implicou o não reconhecimento institucional do trabalho dos catadores de lixo. A dificuldade do município para implantar uma política de gestão dos resíduos sólidos, devia-se, conforme destacou uma integrante do Fórum Municipal Lixo & Cidadania,

> *"Às limitações financeiras, deficiência de capacitação técnica, descontinuidade política e administrativa, etc. Eu acho que no Brasil, de um modo geral, a escassez de recursos das municipalidades, dificulta a implantação de eficientes serviços de limpeza urbana e coleta de lixo domiciliar, e, no que se refere à destinação dos resíduos, muitos municípios não recebem apoio financeiro e tecnológico". (Coordenadora do FMLC de Campina Grande e Assessora da Cáritas, março de 2005).*

No caso particular de Campina Grande, esse comportamento se manifestava na descontinuidade política e na ausência de ações políticas administrativas mais efetivas.

A primeira proposta de implantação da coleta seletiva no município surgiu em 2001, durante a gestão da Prefeita Cozete Barbosa. Naquela época, a Prefeitura Municipal exigiu parceria entre as duas partes, mas que só poderia ser estabelecida, mediante a formação de uma cooperativa. Naquele mesmo ano foi constituída a Cotramare. Contudo, ao término da gestão – em meio a "denúncias de irregularidades administrativas" – não houve qualquer avanço no que diz respeito à implantação da coleta seletiva no município. Muito embora, ao término de sua gestão em 2004, a Prefeita tenha cedido, por um período de cinco anos, uma área edificada (prédio público, onde funcionava uma carpintaria) para instalação de uma unidade de beneficiamento para a Cooperativa. Neste local deveria funcionar um galpão para recepção e comercialização de materiais recicláveis. Como o espaço estava ocupado por máquinas e equipamentos da carpintaria pública, foi impossível a ocupação do local pelos cooperados.

Entretanto, a nova administração municipal, iniciada em 2005, pelo então Prefeito Veneziano Vital do Rego, não assumiu o compromisso firmado pela gestão anterior. Após várias audiências sem êxitos entre representantes dos catadores, incluindo os voluntários, e a Prefeitura, foi alegado que o espaço tinha sido reativado pela carpintaria.

Naquele mesmo ano, outro embate foi travado entre os representantes dos catadores do lixão, do Fórum Municipal Lixo & Cidadania (FMLC) e da Prefeitura Municipal, diante da possibilidade de implantação de uma usina de tratamento térmico de resíduos sólidos. O referido projeto estava sendo encaminhado sem uma discussão ou participação de segmentos da sociedade civil interessados na problemática do lixo em Campina Grande. Neste sentido, uma das ações promovidas pelo FMLC foi a realização de um seminário, em maio de 2005, cujo objetivo era fomentar um espaço público de discussão com o objetivo de debater os impactos sociais, econômicos e ambientais do referido projeto.

Desse Seminário, participaram: Paulino Coelho, professor da Universidade Federal de Tocantis, responsável pela elaboração do projeto para a cidade; Sérgio Buarque e Valmor Schiochet, integrantes dos Ministérios das Cidades e do Trabalho, respectivamente; Teia Magalhães, representante do Fórum Nacional Lixo e Cidadania; representantes de entidades da sociedade civil organizada; professores das Universidades Federal e Estadual, e aproximadamente oitenta catadores.

O seminário foi tenso, principalmente durante a exposição do professor Paulino, uma vez que a proposta para o tratamento dos resíduos sólidos para a cidade não contemplava os catadores. Ou seja,

> *"As discussões e as intervenções realizadas durante o seminário foram no sentido de questionar a viabilidade do projeto, diante dos altos custos para a implantação desta usina térmica. Me parece que o valor do projeto está estimado em cinqüenta milhões de reais, mas que tem pouco alcance social [...] especialmente no tocante aos catadores, pois não assegura quais as garantias e direitos destes trabalhadores após a implantação desta usina." (A. V. R. de G., Coordenadora do FMLC de Campina Grande e Assessora da Cáritas, maio de 2005).*

Após o Seminário, a Prefeitura Municipal não estabeleceu nenhum diálogo entre os representantes dos catadores. A única informação obtida, através do assessor do Secretário de Obras e Serviços Urbanos, teria sido o posicionamento favorável da Administração Municipal para aquela forma de tratamento de resíduos sólidos, por considerar que ela representava a melhor proposta de tratamento do lixo.

Foi neste sentido que, durante o Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, realizado em junho de 2005, na cidade, o FMLC lançou uma carta aberta (em anexo) denunciando não apenas a inviabilidade econômica, ambiental e social, mas também a legitimidade do projeto proposto pela Prefeitura Municipal, uma vez que não houve a participação dos setores da sociedade civil na formulação do referido projeto. Posteriormente, o Secretário Alexandre Costa Almeida confirmou que o Projeto era inviável para o município.

Jacobi (2000), ao analisar o papel das parcerias estabelecidas pela Associação dos Catadores de Papéis e Materiais Recicláveis (Asmare) em Belo Horizonte, enfatizou que a participação do governo municipal foi fundamental no "êxito" daquela organização. O modelo de gestão de resíduos sólidos, implantado naquela cidade, desde 1993, não se propôs a ser apenas uma política pontual para enfrentar o problema do lixo urbano, pois suas metas, objetivos e ações foram formuladas buscando atingir o sistema como um todo, articulando-se não somente com outras áreas do poder público, mas também com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada. Ou seja, "seus objetivos incorporam a melhoria da qualidade de vida a partir de soluções ambientalmente saudáveis, a valorização do trabalhador da limpeza pública e a formação da consciência ambiental da população através de diversas parcerias". (JACOBI, 2000, p.34).

Na verdade, o reconhecimento institucional do trabalho dos catadores encontrava-se legitimado na nova Lei Orgânica do Município (Belo Horizonte), publicada em 1990. Além deste reconhecimento formal, o papel do Poder Público local foi além do repasse de recursos, ao propiciar outras iniciativas: manutenção e aluguel dos galpões; capacitação e alfabetização dos catadores e atividades de lazer. Para Jacobi, o modelo de gestão de resíduos sólidos de Belo Horizonte, além de propiciar a consolidação da Asmare, favoreceu a multiplicação de capital social,

> Contribuindo para diminuir o impacto da crise sócio-econômica sobre a população carente, sempre a mais afetada. Esta experiência mostra a importância da disponibilidade do poder público para uma interação efetiva com os movimentos sociais, principalmente aqueles que são a voz e a expressão dos setores mais carentes. (JACOBI, 2000, p.58-59).

Em Campina Grande, ao contrário, a prática da gestão municipal não reforçava a autonomia e a legitimidade daqueles atores sociais que atuavam coletivamente (através da prática cooperativa). Portanto, não favorecia a criação de canais institucionais no sentido de viabilizar novas formas de participação no processo de formulação e de implantação de políticas sociais.

Ao questionarmos a Diretoria da Cotramare acerca das condições propiciadas pela Prefeitura Municipal para o funcionamento da organização, a Diretora-Presidente e uma conselheira fizeram os comentários seguintes:

> "*A única coisa que a Prefeitura tem ajudado é na água e energia [...], e na concessão desse terreno aqui, que foi na gestão de Cozete, parece que por cinco anos. A Prefeitura nunca chegou aqui pra perguntar o que os catadores acham [...], então isto num é parceria. Tão dizendo aí, que os carro de coleta vão ficar vindo quase tudo de noite [...]. Eles decidem e pronto! Agora, tudo que a gente tem aqui veio dos apoios, porque a Prefeitura só sabe é tirar da gente!". (L. H. do N., 23 de abril de 2007).*
>
> *"É como Lucinha tá dizendo, tudo que tem aqui foi os apoios. Os apoios lutaro com a gente pra conseguir. Eu conheço outras cooperativas, a gente teve lá em Belo Horizonte, lá na Asmare, a Prefeitura deu todo apoio aos catadores, lá existe parceria". (M. do S. D, 23 de abril de 2007)*

Os discursos acima são emblemáticos quanto à atuação do governo local no sentido de não legitimar o trabalho dos catadores e de não reforçar propostas de ação e de intervenção baseadas no tripé cooperação, solidariedade e participação.

Outro acontecimento representativo que demonstra esta postura da administração pública local foi a elaboração do Projeto "Implantação de Unidades Produtivas de Materiais Recicláveis para Redução dos Impactos Sociais e Ambientais do Lixo", encaminhado pela Prefeitura

Municipal ao Ministério das Cidades. Após a elaboração do Projeto, a Prefeitura convocou os catadores, representantes da sociedade civil interessados na problemática do lixo, para discutir o referido Projeto, em agosto de 2006. A discussão foi tensa, com acordos e desacordos sobre vários pontos do projeto, segundo informou a coordenadora do FMLC:

> *"A discussão só poderia ser tensa. Mais uma vez, a Prefeitura Municipal adota uma prática equivocada, ao elaborar um projeto sem uma ampla discussão e participação. Ou seja, não possibilitou um espaço para discussão [...]. Agora, marcaram outra discussão para setembro. A gente fica preocupada porque o projeto tem prazo para aprovação" (A. V. R. de G., Coordenadora do FMLC de Campina Grande e Assessora da Cáritas, agosto de 2005).*

De fato, o projeto foi encaminhado e aprovado pelo Ministério das Cidades. Entretanto, em dezembro de 2006, os recursos financeiros (aproximadamente seiscentos mil reais) disponibilizados na Caixa Econômica Federal foram cancelados. Diante do acontecimento, o grupo de voluntários organizou uma manifestação pública dos catadores (as), com o objetivo de pressionar o governo local para a abertura de um diálogo e para fornecer esclarecimentos sobre o cancelamento dos recursos.

Na ocasião, a Prefeitura Municipal exigiu a formação de uma Comissão constituída por catadores (as) e entidades parceiras para um possível diálogo. A referida comissão foi recebida pelo Vice-Prefeito José Luiz Júnior que propôs a formação de um Grupo de Trabalho para discutir e propor ações para uma política de resíduos sólidos para o município, de forma que contemplasse os catadores e propiciasse condições estruturais para o funcionamento da Cotramare. Foram quatro reuniões que se sucederam sem nenhum consenso. Diante do impasse, numa última reunião, em fevereiro de 2007, o representante do Vice-Prefeito cancelou o Grupo de Trabalho, alegando que a Prefeitura Municipal, no momento certo, convocaria o grupo para discussão.

Parafraseando Dias (2002), ao analisar o papel do poder público no fortalecimento do associativismo entre os catadores, mostra-nos que, no caso da ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte), as ações do poder público contribuíram para o fortalecimento e a representatividade social daqueles catadores de papel. Ou seja, as políticas públicas direcionadas para o grupo ajudaram não somente na construção do processo associativo, mas também na elevação da autoestima e do senso de pertencimento à comunidade.

Segundo a autora, a parceria estabelecida entre a Asmare, o poder público e a sociedade civil permitiu a visibilidade da cidadania dos catadores associados no momento em que a luta pelo direito ao trabalho foi capaz de marcar a transição do status dos catadores de papel: "A '*cultura de rua*' cedeu lugar à '*cultura pública*". Essa transição é entendida pela autora como a aquisição da capacidade de diálogo do grupo politicamente organizado, devido à natureza dispersa e fragmentada do trabalho dos catadores de rua, assim como suas vulnerabilidades às 'ações saneadoras' do poder público no período anterior a 1963.

Dias (2002), percebeu limites e avanços relativos à parceria entre a ASMARE e o poder público. Na vertente dos avanços, as ações estigmatizadoras e violentas utilizadas contra os catadores de lixo foram enfrentadas e superadas a partir da noção da discussão sobre o desenvolvimento sustentável. Quanto aos limites, a autora elegeu a inexistência de um projeto público capaz de fomentar a indústria da reciclagem, o que poderia estender o associativismo a uma alternativa real de geração de renda.

CAPÍTULO VII - TENSÕES E DISTENSÕES NA CONSTRUÇÃO DO *HABITUS ASSOCIATIVO*: ANÁLISE COMPARATIVA EM DUAS EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS DE CATADORES DE LIXO NA PARAÍBA.

Entra

Extra,
Resta uma ilusão,
Extra,
Resta uma ilusão
Extra
Abra-se cadabra-se
A prisão
Eu e tu
E todos no mundo
No fundo
Tememos por nosso futuro
ET e todos os santos
Valei-nos e livrai-nos
Desse tempo escuro
(Gilberto Gil)

Nos capítulos V e VI buscamos identificar as tensões internas e externas enfrentadas pelas duas organizações associativas (Astramare e Cotramare), tendo por base os discursos dos dirigentes, associados e voluntários. Observamos as dificuldades encontradas no que tange à construção de um processo autogestionário pautado na cooperação e na solidariedade e nas disposições do grupo, como um todo, na construção do *habitus associativo*.

Nunes (2004), em seu trabalho de pesquisa, questionou em que medida a experiência de tornar-se um cooperado muda as relações de trabalho, ou seja, se a competição e o individualismo, característicos do cenário capitalista atual, podem dar lugar à solidariedade e à cooperação numa cooperativa de catadores. Sua pesquisa teve por base a Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava (CAEC), situada no bairro de São Marcos, em Salvador. A autora nos mostra que, apesar da situação adversa vivida anteriormente pelos sujeitos (no lixão), a qual "induzia" à competição e à disputa, muitos comportamentos considerados "adequados" à atual situação, como a cooperação e a solidariedade, já existiam de uma forma sólida entre estas pessoas. Contudo, constatou que a presença de conflitos era inquestionável.

Logo, considera que o significado do cooperativismo, da cooperação e da solidariedade torna-se uma questão complicada para as cooperativas no contexto de competição e de luta pela sobrevivência.

A autora anteriormente citada, ainda assinala que, apesar de ter sido desenvolvido um processo de formação e capacitação dos catadores na referida cooperativa, este não foi suficiente para que os princípios do Cooperativismo fossem internalizados plenamente. Isso nos faz inferir que esta internalização demanda um processo de educação permanente e continuada (NUNES, 2004).

Neste ponto, retomaremos e redimensionaremos nosso questionamento anterior: é possível qualificar os catadores para a internalização do *habitus associativo*? E como qualificar pessoas socialmente desqualificadas? Nunes (2004) nos adverte para a necessidade que essa internalização seja um processo permanente e contínuo. Tal observação é fundamental para uma outra reflexão: como esse aprendizado deve ser internalizado permanentemente e continuamente para aqueles que não desenvolveram as pré-condições e/ou pré-disposições correspondentes?

Nunes (2004) avança em suas considerações ao propor um processo de "ressocialização", ou seja, de uma desconstrução de atitudes e comportamentos arraigados desde a infância, para a construção de novas atitudes e comportamentos, tratando-se de um processo difícil e demorado.

No capítulo segundo, chamamos a atenção para as instituições fundamentais que ancoram a formação do *habitus*, bem como a relevância que elas têm na mediação sobre os processos de introjeção dos valores sociais que compõem o *habitus*, uma vez que o *habitus* contribui para que os indivíduos participem das realidades objetivadas das instituições, permitindo-lhes mantê-las em atividade, mas também impondo-lhes revisões e transformações. Para Bourdieu, "é por meio do *habitus* que a instituição encontra a sua plena realização. A sua incorporação permite ao indivíduo levar a sério a magia da vida social". (BOURDIEU, 1996, p.96).

Assim, o compartilhamento de um conjunto de condições objetivas semelhantes, leva a um processo de homogeneização dentro de um mesmo grupo e/ou classe, conferindo uma certa regularidade às suas práticas. Maciel, C. (2006, p. 248) nos lembra que no processo de sociabilidade diária dois fenômenos são complementares: um se refere à incorporação afirmativa dos valores institucionais e outro diz respeito à reafirmação dos valores institucionais. Tal reafirmação implica as situações em que o indivíduo vai comprovar o seu compromisso e o seu grau de integração com a instituição. Logo, o processo pelo qual se realizam estes dois

fenômenos complementares produz aquilo que Bourdieu denominou de “de magia da vida social” ou de “magia da vida da instituição” (BOURDIEU, 1998 apud MACIEL, C., 2006, p.146).

Isto é, ao se naturalizar um fenômeno que foi constituído socialmente, produz-se um duplo engano: o primeiro engano é identificar a instituição como um ente autônomo capaz de se autovalorar e impor seu valor sobre o indivíduo; o outro engano é “reconhecer que esta exigência se realiza sobre o indivíduo em uma relação direta entre a instituição e o indivíduo, quando tanto a instituição quanto o indivíduo são produzidos coletivamente” (MACIEL, C., 2006), pressupondo que a organização associativa se constitui numa instituição que tende a ancorar valores institucionais que devem ser incorporados afirmativamente e, portanto, ser reafirmados pelos associados. Essa hierarquia de valores internalizada precisa ser pré-reflexiva, ou seja, o associado deve identificar os valores como parte de sua personalidade.

Mas, quando o *habitus* dos catadores não se ajusta ao *habitus associativo*? Ademais, esse *habitus* pode ser mudado ou não? Se pode, como sustenta Bourdieu, a questão passa a ser: como transformar o *habitus* do meio social desfavorecido?

No presente capítulo, temos por objetivo verificar como os catadores associados percebem, compreendem, agem, reagem e compartilham valores e princípios, isto é, posicionam-se diante da experiência/vivência de um trabalho associativo, expressa nas práticas diárias individuais e coletivas.

7.1 CARACTERIZAÇÃO DOS (DAS) CATADORES (AS) ENTREVISTADOS (AS) DA ASTRAMARE E DA COTRAMARE

Nesta seção, pretendemos apresentar uma análise comparativa da caracterização dos entrevistados, a partir de uma descrição do perfil socioeconômico dos (as) associados (as) das organizações em estudo. O quadro seguinte sintetiza as características obtidas a partir das respostas dos questionários (APÊNDICES E e F): sexo, faixa etária, faixa de renda familiar, grau de escolaridade e outras questões. Foram entrevistados sessenta e seis (66) catadores, havendo predominância do sexo masculino, o que corresponde a um total de 59,1% (39 entrevistados), e uma significativa participação do sexo feminino, o equivalente a 40,9% (27 entrevistadas). A

média de idade entre os associados entrevistados era de 25 a 40 anos; verificamos uma maioria dos que viviam maritalmente, em torno de 65,2%.

No tocante à raça/cor, foi apresentada uma pergunta seguindo a classificação do IBGE (branca, negra, parda, amarela e indígena). Nos dois grupos amostrais, constatamos a predominância da cor parda, 46,0%. Um aspecto curioso, durante a entrevista, relaciona-se ao aspecto da autoclassificação da cor: 12,7% dos entrevistados identificaram-se como "negros"/"pretos". Foi comum, ouvir a seguinte frase: *"Não, eu não sou preto! Eu sou branco, é por causa do sol [...] a gente vive trabalhando no sol"*. Esse tipo de afirmação nos lembra Magera (2003), em sua pesquisa, pois: "ser pobre, mas branco, no Brasil, é melhor que ser pobre e negro; o preconceito é maior, vem pela pele.

A maioria dos (as) entrevistados (as) tinha escolaridade incompleta (69,1% não chegaram a concluir o Ensino Fundamental); onde 24 (36,4%) declararam-se analfabetos. A predominância (83,3%) da renda familiar mensal era inferior a um salário mínimo, não incluindo apenas o próprio trabalho, mas a do marido/esposa e agregados que moravam juntos; 45% afirmaram não possuir outra fonte de renda; dentre aqueles que afirmaram recebê-la, 44% era proveniente da bolsa escola/bolsa família, uma vez que os filhos eram atendidos pelo PETI, muito embora nem todos os filhos estivessem sendo contemplados pelo programa. Das famílias beneficiadas, cada uma recebia R$ 25,00 para manter as crianças entre 7 e 14 anos estudando. Algumas mães afirmaram que era um valor muito baixo, por isso "lucrariam muito mais se os filhos ajudassem no trabalho de catação" ou "o que a gente recebe do PETI é muito pouco, e eles aqui já ajuda na renda".

No caso particular de Campina Grande, crianças e adolescentes, independentemente de serem ou não atendidos pelo PETI, continuavam trabalhando dentro do lixão. Em João Pessoa, crianças e adolescentes eram proibidas de trabalhar tanto nos pontos de coleta quanto no núcleo de triagem no aterro sanitário, conforme rege o contrato de parceria entre a EMLUR e a Astramare.

A maioria declarou morar em casa própria (79,4%), com o marido/esposa/filhos ou com os pais/parentes, razão pela qual, na composição familiar, prevalece uma média de 3 a 6 pessoas entre os entrevistados (as).

Discriminação	Valores
Número cooperados/associados entrevistados (as)	66
Entrevistados do sexo masculino	39 (59,1%)
Entrevistados do sexo feminino	27 (40,9%)
Cor do entrevistado (a)	-
Branca	31,7%
Negra	12,7%
Parda	46,0%
Amarela	3,2%
Indígena	6,3%
Média de idade dos entrevistados (anos)	-
Menor de 18 anos	01 (1,5%)
18 a 25 anos	11 (16,5%)
25 a 30 anos	16 (24,4%)
30 a 35 anos	14 (21,0%)
35 a 40 anos	06 (9,0%)
40 a 45 anos	07 (10,6%)
45 – 50	06 (9,0%)
Superior a 50 anos	05 (7,5%)
Situação conjugal	-
Solteiro	05 (7,6%)
Casado	04 (6,1%)
Amigado (União Estável)	43 (65,2%)
Separado	11 (16,7%)
Viúvo	02 (3,0%)
Não respondeu	01 (1,5%)
Composição familiar	-
De 01 a 03 pessoas	28 (42,4%)
De 04 a 06 pessoas	29 (43,9%)
De 07 a 09 pessoas	06 (9,1%)
Mais de 09 pessoas	02 (3,0%)
Se tem filhos:	-
Sim	57 (86,4%)
Não	08 (12,1%)
Não respondeu	01 (1,5%)
Número de filhos	-
Não tem filhos	01 (1,5%)
De 1 a 2 filhos	13 (19,7%)
De 3 a 4 filhos	29 (43,9%)
De 5 a 6 filhos	15 (22,7%)
Mais de 7 filhos	08 (12,1%)

Discriminação	Valores
Renda familiar	-
Até um salário mínimo	55 (83,3%)
De um a dois salários mínimos	10 (15,2%)
De dois a três salários mínimos	01 (1,5%)
Benefícios que a família recebe	-
Nenhum	45,5%
Pensão/aposentadoria	7,5%
Bolsa/família	36,4%
PETI	7,6%
Programa: "Pão e Leite" do Governo Estadual	1,6%
Nível de escolaridade	-
Analfabetos	24 (36,4%)
Alfabetizados	42 (63,6%)
Até que série estudou	-
Nunca freqüentou a escola	7,3%
Não lê, não escreve, mas assina o nome	23,6%
Menos que a 4ª série	16,4%
Até a 4ª série	21,8%
Da 5ª a menos que a 8ª série	25,5%
Concluiu a 8ª série	1,8%
Segundo Grau (ou técnico) incompleto	1,8%
Segundo Grau (ou técnico) completo	1,8%
Condições de moradia	
A casa é:	-
Própria	79,4%
Alugada	9,5%
Cedida	7,9%
Ocupada	3,2%
I*nfra-estrutura*	-
Água encanada	90,9%
Energia elétrica	89,4%
Esgoto	95,4%
Rede Pública	42,6%
Fossa	8,2%
Céu Aberto	49,2%
Banheiro	-
Sim	82,0%
Não	18,0%

Quadro 12-Características Sociodemográficas da Amostra dos (as) Entrevistados (as)
Fonte: Levantamento direto/2005-2006.

No que tange às condições socioeconômicas da população estudada, constatamos uma uniformidade na expressão da pobreza daqueles indivíduos. As condições de moradia eram precárias: 49,2% dos entrevistados afirmaram não dispor de rede de esgoto, ou seja, era a "céu aberto"; 18% informaram não ter banheiro em casa.

No caso particular dos (as) associados (as) entrevistados (as) da Cotramare, 39,4% residiam no Bairro do Mutirão. No referido bairro residia uma população de 4.000 habitantes. Destes, aproximadamente 240 famílias sobreviviam da catação do lixo. De acordo com cadastros de acompanhamento do Programa Saúde da Família (PSF) do bairro, 49% da população do bairro não eram alfabetizados, e 51%, apesar de constar como alfabetizados, não concluíram o Ensino Fundamental (PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS RECICLÁVEIS PARA REDUÇÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DO LIXO, 2006).

Outro problema mencionado no referido projeto era a ausência de esgotamento sanitário, tendo em vista que as casas em sua maioria não possuíam tratamento de esgoto. Quanto à carência nutricional, em conformidade com informações prestadas pela Secretaria de Saúde do Município, no ano de 2004, 26% das crianças do Mutirão, entre 01-02 anos, apresentavam um persistente quadro de desnutrição (PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS RECICLÁVEIS PARA REDUÇÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DO LIXO, 2006). Muito embora as condições de vida da população tenham mudado, segundo depoimento de uma catadora residente no Bairro do Mutirão, após a instalação do lixão:

> *"Eu digo, assim, que o lixão trouxe dificuldade, mas trouxe benefícios. O Mutirão começou há mais de 20 anos, quando foi invadido. As casas ainda não estavam prontas: muitas não tinham portas, nem piso, não eram rebocadas [...]. Aí, muita gente invadiu. Você pode ver que tem muitas casas, que ainda estão do mesmo jeito, aqueles que podem já fizeram alguma reformazinha: rebocou, botou piso, pintou, botou banheiro; outras estão praticamente do mesmo jeito. Faz mais de 15 anos que eu moro aqui, e naquela época não tinha nada! Não tinha água nem energia, nem escola, nem posto de saúde, não tinha ônibus, nem polícia, não tinha mercadinho [...] a gente vivia aqui isolado, feito um monte de bichos! Pra Prefeitura a gente nem existia. Muita gente desempregada, tinha gente que trabalhava em roçado [...]. Muitas crianças morriam de desnutrição. Quase toda semana saia um enterro de uma criança, era uma coisa triste! Morriam de fome, de desnutrição. Depois que o lixão veio pra perto, as coisas melhoraram! Primeiro veio água e energia, depois a escola e o PET, o bolsa família. A Prefeitura calçou a rua principal, e o ônibus passou a circular no bairro. E o desemprego diminuiu, pois muita gente passou a cavar lixo, e tirar dinheiro de dentro do lixo. E mais, assim, o dinheiro começou a circular dentro do bairro; aí aqueles que podiam e foram mais espertos botaram mercadinhos [...] até catadores viraram sucateiro. E, assim, eu vejo que a desnutrição diminuiu, pois num tem mais enterro de*

> *crianças como tinha antes [...], assim, porque dentro do lixo agente encontra tudo: até comida! [risos]. Agora, eu tenho medo que quando o Aterro Sanitário for implantado e o lixão se acabar, as coisas voltem a ser como era antes, eu num digo nem tudo, mas o desemprego. Porque muita gente vai ficar desempregada. E a revolta? Este bairro, já é muito violento". (M. J. M., 38 anos, associada da Cotramare, abril de 2007).*

Chamamos atenção, neste sentido, sobre as considerações desenvolvidas por Bursztyn (2000, p.48-49), acerca da transferência das populações faveladas para áreas ou zonas de expansão das fronteiras da cidade "oficial" (aspas do autor). Nas últimas décadas, no Brasil, as populações pertencentes aos estratos mais pobres da cidade foram sendo empurradas para locais distantes, sejam conjuntos habitacionais, invasões ou para outras formas de assentamentos precárias.

Segundo o autor, a remoção de pobres para zonas afastadas periféricas representa não apenas o impedimento ao acesso às oportunidades de trabalho, uma vez que tais oportunidades, geralmente se encontram no centro econômico da cidade ou nos bairros de mais alta renda; significa, também, perda de qualidade de vida para estas populações, pois, ao residir em áreas urbanas não dotadas de infraestrutura (educação, saúde, saneamento básico e segurança pública), acabam não usufruindo de uma "renda adicional". Bursztyn (2000) assinala que as condições de vida de uma população urbana não podem ser auferidas apenas pela renda monetária, mas também através de um conjunto de facilidades e serviços e de amenidades não objetivamente quantificáveis, como beleza cênica e lazer.

Portanto, no discurso anterior, a catadora fez uma reflexão acerca de certas vantagens que o lixão trouxera para a comunidade do Mutirão. Tais vantagens podiam ser contabilizadas através das pessoas que passaram a buscar no lixão uma alternativa de fonte de renda real e/ou de uma renda adicional, gerando um conjunto de facilidades e de serviços sociais públicos.

Quanto aos (as) associados (as) entrevistados (as) na Astramare, 31,8% residiam no Bairro do Róger. A comunidade do Róger se caracterizava, sobretudo, por ser um local onde se depositava todo o lixo da cidade. A principal alternativa de renda do bairro era pautada na exploração do lixo depositado há mais de trinta anos. Alguns depoimentos foram expressivos acerca da importância do lixão para comunidade:

> *"Quanto eu cheguei aqui tudo isso aqui era mangue. Tinha gente aqui que vivia da pesca, pegando caranguejo [...]. Tinha umas usinas aqui perto. Eu vi quando começaro a botar as primeiras carradas de lixo, nos anos 70. Eu só comecei a catar nos anos oitenta, faz mais de 25 anos que eu vivo do trabalho do lixo. Quando eu comecei a*

> *trabalhar não tinha tanta gente assim, mas com passar do tempo, muita gente veio morar aqui. Construíram casas [...] e foi chegando gente pra trabalhar no lixo, não só daqui do Róger, mas de Bayeux, de Santa Rita, Alto do Matheus, e aí veio vagabundo, matador, bandido, tudo que era qualidade de gente passou a se esconder aqui dentro do lixão. E, aí ficou um grupo enorme de gente. Porque muitos vinham se esconder da polícia [...] aí gostavam e ficavam aqui dentro trabalhando. A gente convivia com estes marginais, e tinha que fazer amizade com eles, a gente não podia fazer nada, se denunciasse podia morrer, se olhasse com "cara feia" era pior". (E. J. da S., 44 anos, catador associado da Astramare, 14 de julho de 2005).*

> *"Eu não posso dizer que foi bom o lixão se acabar, porque a gente ganhou muito dinheiro, todo mundo ganhava dinheiro aqui dentro. Estas barracas, estas sucatas, este comércio aqui perto, tudo isso foi dinheiro tirado de dentro do lixo. A gente apareceu na imprensa, era tanta gente aqui dentro querendo entrevistar, fazer trabalhos sobre a vida da gente dentro do lixo. Quer dizer a sociedade viu que a gente existia. Aí, o Roger não ficou só conhecido por causa do presídio, mas por causa do lixão" [risos] (M. J. X., 27 anos, coordenadora de turma da Astramare, 29 de outubro de 2005).*

Devemos salientar que o Bairro do Róger, não era uma área homogênea, seja no aspecto físico, seja nos investimentos públicos realizados. A própria topografia dividia-se em duas áreas, com características bastante distintas: o Róger e o "baixo" Roger, local de residência da maior parte dos entrevistados e onde os níveis socioeconômicos eram os mais baixos, abrangendo aqueles que dependiam economicamente do lixo para sobreviver.

No chamado "Baixo Róger", o crescimento residencial ocorreu de forma desordenada, em torno do lixão, num total de 366 casas e uma população de 1.759 habitantes. Grande parte das famílias sobrevivia da coleta do lixo (tanto no núcleo de triagem no aterro sanitário quanto na coleta seletiva). A maioria tinha uma renda familiar de até um salário mínimo, e a média de analfabeto por casa era de 1,9 (PARAÍBA, 1998). Tratava-se de uma área carente de equipamentos públicos urbanos (redes de esgotos, postos de saúde, áreas de lazer e etc.).

Parte significativa (21) dos associados entrevistados residia no Bairro do Róger, principalmente na "comunidade do S", local onde morava parte dos (as) entrevistados (as), cujas ruas não eram pavimentadas, as habitações eram precárias, a média de cômodos não chegava a 4,0, por unidade pesquisada. Boa parte era de alvenaria, o tipo de piso predominante era de cimento, muito embora, em algumas destas residências, conforme constatamos na pesquisa, o piso fosse de "chão batido". As instalações sanitárias eram precárias e algumas não dispunham de privadas. Verificamos a ausência de redes de esgotos, sendo as águas servidas escoadas a céu aberto. Dos 26 entrevistados, 08 afirmaram não dispor de privada em casa. Ao questioná-los sobre a forma de improviso, uma entrevistada nos respondeu:

> *"A gente tem um penico aqui, aí quando agente faz as necessidades joga na maré [...] assim, a gente joga atrás de casa, porque tem o rio, a gente diz que é a maré. Pra tomar banho, eu dou banho nos meninos no quintal mermo, numa bacia [...]; eu e meu marido, a gente toma banho dentro de casa ou no quintal, boto a bacia na cozinha e pronto! Porque só é varrer a água, num tem piso, é chão batido. Só tem uma torneira, lá no quintal, aí lá gente faz tudo!". (L. da S., setembro de 2006)*

Não apenas na residência da entrevistada, mas também em outras residências visitadas, inclusive em Campina Grande, constatamos as condições precárias de vida.

Portanto, num contexto de estrangulamento do mercado de trabalho, as atividades relacionadas ao lixão foram realçadas pelos entrevistados não apenas como fonte de renda, mas também por desencadear uma dinâmica em seu entorno (na comunidade). Ocorreu toda uma dinâmica da economia voltada para a catação, comercialização e recuperação dos materiais oriundos do lixo, além da duplicação do número de moradores inseridos em atividades relacionadas com material reciclável.

Diante da ausência de emprego, sobretudo naquelas comunidades, o trabalho de catar lixo surgia como oportunidade de subsistência. O quadro seguinte sintetiza as razões pelas quais os (as) entrevistados (as) "optaram" por ser catador (a) de lixo.

	Principais razões	**Freqüência**	**(%)**
Por que o entrevistado é catador (a):	Desde pequeno (a) trabalha como catador (a)	3	4,5
	Não tem emprego	27	40,9
	Não tem outra alternative	11	16,7
	Por necessidade. Para sustentar e ajudar a família	5	7,6
	Porque precisava sobreviver	7	10,6
	Trabalhava na agricultura e ganhava menos que no lixão	3	4,5
	Vinha para o lixão com a mãe/pai que já era catador (a)	3	4,5
	Não Respondeu	7	10,6
	Total	**66**	**100,0**
Antes de ser catador (a), qual era o trabalho do entrevistado	Empregada doméstica	14	21,2
	Estudante	1	1,5
	Sempre foi catador (desde pequeno)	14	21,2
	Serviços gerais (pedreiro, encanador e etc)	13	19,7
	Trabalhava como pintor	2	3,0
	Trabalhava na agricultura	8	12,1
	Vendedor ambulante	3	4,5
	Autônomo (a)	7	10,7
	Total	**66**	**100,0**

Quadro 13 - Por que o (a) Entrevistado (a) é catador (a)?
Fonte: Levantamento direto/2005-2006.

O desemprego de longa duração e a necessidade de obter meios de sobrevivência foram os motivos alegados pelos entrevistados para catar lixo. Alguns afirmaram (10,6%) que precisavam sobreviver; outros (40,9%) apontaram a falta de emprego; por sua vez, 16,7% afirmaram não ter outra alternativa: "a não ser catar lixo"; e (7,6%) nos relataram estar ali por necessidade, para ajudar no orçamento familiar.

Quando questionados se consideravam aquela atividade importante, 98,5 % afirmaram que sim, por quatro razões fundamentais: 48 (72,7%), porque era um meio de sobrevivência; 06 (9,1%), porque era de onde se retirava o sustento da família; 04 (6,1%), porque era uma fonte de renda e estava ajudando ao meio ambiente; 05 (7,6%), porque era a única alternativa; e 02 (3,0%) não "sabiam dizer". Neste sentido, havia uma opinião generalizada junto aos entrevistados, que se tratava de uma atividade temporária, executada por força das circunstâncias momentâneas de miséria e de exclusão.

Nos relatos, constatamos a visão de um trabalho (catar lixo) como uma atividade temporária, pois, diante de uma outra oportunidade de subsistência, este trabalho poderia ser imediatamente "descartado". Foi comum ouvir a frase: "quando eu arranjar uma coisa melhor eu saio daqui de dentro". Os depoimentos a seguir resumem em que circunstâncias muitos se tornaram catadores.

> *"Meu nome é M. J. X., tenho 27 anos, tem mais ou menos 15 anos que eu cato lixo, meu pai estava desempregado e minha mãe também, e como não tinha ninguém pra ajudar no sustento da casa, eu vim pra o lixão. Minha mãe sempre morou aqui perto, e o lixão era aqui, e vim e me acostumei, comecei a ganhar dinheiro! Minha mãe não queria, eu era muito pequena, e não sabia nada, mas botei na minha cabeça que dava pra eu trabalhar também e ganhar o meu! Eu não estudava, só comecei a estudar com 11 anos, já vivia trabalhando dentro do lixão, estudava de manhã e trabalhava dentro do lixo à tarde e de noite. Eu estudei até a quinta série, parei porque eu tive que escolher, ou ajudar a minha família ou estudar". (29 de outubro de 2005).*

> *"Eu me chamo W. C. da S., tenho 26 anos. Eu sou amigado, tenho dois filhos, e já faz dezoito anos que sou catador de lixo. A minha avó era catadora e tinha uma barraca dentro do lixão do Distrito, e ela me levava junto com ela. Comecei ajudando ela catar, depois eu comecei a trabalhar pra mim mesmo. Eu já fui auxiliar de servente de pedreiro, fui jogador de futebol. Eu era centravante, mas fiz o teste pra jogar num time da cidade e não passei. Aí, num tem emprego, porque hoje exige muita coisa, principalmente que você tenha experiência de carteira assinada, eu nunca tive carteira assinada". (15 de agosto de 2006).*

> *"Meu nome é L. S. dos R. U., eu tenho 33 anos, e tenho quatro filhos, só que três moram com a primeira mulher. Eu vivo com outra agora, com ela eu só tenho um. Antes de virar catador, eu era cortador de cana numa usina, há uns quinze anos. Um dia eu vim visitá um tio meu aqui em João Pessoa que era catador aqui do Róger, aí eu vim com ele catar, e comecei a catar lixo também. Eu ganhei mais dinheiro num dia catando lixo do que cortando cana numa semana. Lá na usina eu trabalhava, trabalhava e*

> *trabalhava, e eles descontavam um monte de coisas. Aqui eu era o meu patrão". (19 de agosto de 2006).*
>
> *"Eu sou I. A. R. S., tenho 30 anos, faz só um ano que eu tou aqui trabalhando dentro do lixo. Eu já trabalhei num supermercado, mas fui despedido, passei seis meses, ainda assinaram minha carteira; também sou tatuador [...] eu ganho um dinheirinho fazendo tatuagem. É porque aqui dentro do lixo, ninguém valoriza, eu cobro uma mixaria. Aí, como eu procurei emprego e não encontrei, vim catar lixo, dá pra sobreviver, quer dizer não morrer de fome!" (21 de julho de 2007).*

Outros fizeram questão de enfatizar (4,5%) que começaram a trabalhar dentro do lixo desde criança, acompanhando os pais:

> *"Meu nome é J. C. A. da S., tenho 31 anos, sou casado e tenho cinco filhos, a mulher tá grávida [risos]. Minha filha mais velha tem 13 anos, o mais novo está com cinco anos, minha mulher está grávida de quatro meses. Desde que eu nasci que sou catador, minha mãe foi quem me trouxe para o lixão, minha mãe e meu pai eram catadores [...]. Eu já trabalho há 24 anos dentro do lixo, meu negócio sempre foi lixo, só o que eu sei fazer é trabalhar em lixo e ser pai de família" [risos]. (14 de janeiro de 2006).*
>
> *"Meu nome é E. J. da S., eu tenho 44 anos, fazem muitos anos que eu cato lixo [...] acho que faz uns vinte anos. Eu fiquei desempregado, e pra sobreviver com minha família, vim catar lixo, quer dizer, hoje o termo chique é dizer material reciclável, mais num deixa de ser lixo. Hoje a gente procura emprego e não encontra, por causa da idade. Aí, muitos têm no lixo um meio de sobrevivência, né? Mas, se eu encontrasse outra coisa, eu digo assim, que me desse garantias, eu digo pelo meno uma carteira assinada, eu num pisava mais aqui!". (14 de julho de 2005).*

Magera (2003) e Miura (2004), em suas pesquisas, relacionam o crescimento do número de catadores de materiais recicláveis às crescentes exigências para o acesso ao mercado formal de trabalho e ao aumento do desemprego. De fato, muitos dos entrevistados nunca tiveram experiência de trabalho com carteira registrada, ou seja, dentre os 66 entrevistados, apenas 19% (13) confirmaram ter registro na carteira de trabalho, conforme verificamos nos depoimentos a seguir:

> *"Meu nome é M. de F. S., tenho 49 anos e tenho seis filhos. Eu num sou casada, eu sou amigada. Eu não sei ler nem escrever. Faz dezoito anos que vivo catando lixo. Eu já fui empregada doméstica, aí quando fiquei desempregada não tive outra alternativa: trabalhar dentro do lixo. Porque é muito difícil emprego hoje, e pra quem num tem estudo fica mias difícil ainda. Então, foi uma vizinha que me chamou. Ela viu minha situação, passando necessidade com meus filhos, e disse: vamo pro lixo, lá você não vai passar fome. Aí, eu vim, fome eu num passei, passei dificuldade". (05 de agosto de 2006).*
>
> *"Eu me chamo M. M. N. S., eu tou com 29 anos, vivo amigado, e tenho um filho. Já tem mais de vinte anos que sou catador, meus avós e meus pais eram todos catador, foi eles que me trouxe pra dentro do lixo, pra trabalhar aqui dentro. Eu sempre fui catador, num aprendi fazer outra coisa. A gente procura emprego, procura, procura é sempre um*

> *Não! Eu só estudei até quarta série, e exigem muita coisa hoje: tudo tem que ter pelo menos o primeiro grau, experiência na carteira, eu nunca tive nem carteira assinada. Ainda bem que, graças a Deus que tem o lixo pra muito desempregado tirar o sustento". (27 de julho de 2006).*

Segundo Miura (2004), o trabalho com o lixo abarca tanto aspectos positivos quanto negativos, por isso, a relação dos catadores com o lixo é ambígua, refletindo a dialética inclusão/exclusão, saúde/doença, orgulho/humilhação. Neste sentido, na opinião da autora, o lixo representa para os catadores um meio de vida, uma condição para garantir sua sobrevivência e uma possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, é oportuno lembrarmos Maciel, F. (2006), quando nos fala das condições psicossociais dos trabalhadores socialmente desqualificados na modernidade periférica, particularmente, daqueles trabalhadores que não apresentam as condições objetivas de adaptação na moderna divisão de trabalho. Mais precisamente, o saber individual adquirido por estes trabalhadores socialmente desqualificados não corresponde às exigências do mercado moderno, no sentido de uma personalidade disciplinada e treinada exigida na modernidade para o advento de uma racionalidade indispensável à lógica do mercado, o que pode ser comprovado com o depoimento de um dos entrevistados:

> *"Meu nome é J. L. F. da S., tenho 22 anos, moro no Mutirão, sou solteiro, eu estudei até a quinta série, mas sei ler e escrever. Eu queria encontrar um emprego melhor. Já procurei e dizem que num tenho as credenciais. Eu vim pra cá tem uns quinze anos, com minha mãe, ela é catadora, e meus irmãos também. Só os maiores catam [...], o mais velho e outro que tá lá dentro do lixo. Tem um que trabalha lá na sucata. A mais nova num cata não! Minha avó cata. Eu tenho vontade de partir daqui, de ir embora, quando puder eu vou na hora [...] isso aqui num é vida não! Ontem mataro um rapaz aí dentro. Pegaro ele enganado, pensando que era outro [...]. Os cara numa moto vieram e metero bala [...]. E tem uns cara querendo me pegar aí, por isso eu tou aqui, num fui lá pra baixo catar!". (Catador do lixão, janeiro de 2006).*

Duas semanas depois, ficamos sabendo que o entrevistado tinha sido espancado e baleado. Estava muito mal no hospital. Meses depois conhecemos sua mãe e ela nos informou que o filho tinha sido preso e estava cumprindo pena num Presídio em Campina Grande. O motivo: espancou o proprietário de um mercadinho no "Bairro das Cidades" e já tinha sido preso por outros motivos.

Mas, se de um lado, o lixo gerava um conjunto de atividades em torno de si, sendo o sustento de várias famílias, por outro lado, os moradores e trabalhadores viviam em condições

insalubres e desumanas, estando vulneráveis às mais diferentes doenças, além da prostituição infanto-juvenil e da violência.

Andrade (2004), ao analisar o cotidiano laboral dos catadores, diante das dimensões conflitivas, mostra-nos que as disputas, as discussões e as brigas constantes pelo material reciclável (lixo), assim como a sabotagem, quando colocam fogo no material separado e juntado sem ser possível impedir ou punir os sabotadores, ocorrem por não ter lei instituída no lixão. Tais fatos proporcionavam um clima de tensão, de luta e competição constante pela sobrevivência que dificultava qualquer forma de organização coletiva entre os que lá trabalhavam. Isso favorecia a ocorrência de acidentes e agressões de uns contra os outros utilizando as ferramentas de trabalho (enxadinhas para mover o lixo) como armas.

Casos como o citado anteriormente eram comuns, ou seja, a violência também se fazia presente em todos os espaços: no lixão, no aterro sanitário e nas comunidades onde residem os (as) entrevistados (as), conforme verificamos nos depoimentos a seguir:

> *"O Kelson você lembra, dele? Pois ontem ele e outro [catador] discutiram e terminam trocando murros lá no aterro na hora do trabalho, e terminou o Kelson abrindo o rosto do outro com um copo quebrado. E você sabe que essa já é a terceira briga entre catadores em dois meses". (M. O., Tesoureiro da Astramare, 11 de março de 2006).*

> *"Ontem o Valmir. encheu a cara e deu uns tiros em outro catador lá no aterro sanitário. Mas, o tiro pegou na perna do rapaz [catador associado]. A briga foi por causa de acusações de roubo. Eles tinham discutido aqui sábado e trocaram murros. E ontem à noite Valmir pegou um carro e foi lá. Quando eles chegaro lá, Luiz. disse que o Va. foi logo atirando. Tava todo mundo trabalhando, e foi uma gritaria e correria". (Presidente da Astramare, 14 de janeiro de 2006).*

Além do álcool, o uso de outras drogas como maconha, craque, tíner (solvente) e outros eram comuns entre os catadores, principalmente entre os mais jovens. Assim, muitas vezes andando pelo lixão (em Campina Grande), quando nos aproximávamos de um grupo de jovens adolescentes, era comum encontrá-los drogados.

O bairro do Mutirão também não era tão diferente dos diversos bairros das cidades brasileiras, no que tange à violência: presença de "gangs", "chefes de narcotráficos" (expressa por receosas palavras dos entrevistados), ou seja, a criminalidade de forma geral. Neste sentido, vale ressaltarmos a opinião de um dos catadores:

> *"Antes tinha o NR e quando os caras botava pra roubar aqui dentro do lixão, aí ele cobria na bala ou cobria na porrada [...] todo mundo tinha medo dele, aí mataram ele no sábado. Eu conhecia ele, era a fim de dar em mim! Todo mundo tinha medo dele! No*

> *sábado ele foi pro forró, o cara [alguém] só esperou ele sair, e deu só de 38 na cara, foi 11 tiros: Pá! Pá! [expressou com gestos]. Tinha inimigos demais! E era ex-presidiário [...] ele quem comandava o tráfico! Foi morte por encomenda! Pra ver quem vai mandar aqui. Que Deus me perdoe, este lixão é a lei do cão!". (J. L., janeiro de 2006).*

Tanto no bairro do Mutirão quanto no lixão os furtos eram constantes. A Cooperativa (no lixão) sempre foi o alvo direto de roubos. Numa tentativa de resolver esta situação, em 2005, numa decisão conjunta (diretoria e voluntários), foi contratado o NB para vigiar a Cotramare:

> *"Eu já me arrependi tanto! Que contradição danada! A gente colocar uma pessoa que domina a venda de drogas lá [lixão e Mutirão]. Foi uma sugestão, decisão deles [Diretoria]. Mas, estavam roubando a Cooperativa descaradamente! A Cooperativa tava na miséria, porque o dinheiro não tava dando pra nada! Estava em tempo de falir mesmo! E desde que esse homem entrou na Cooperativa, acabou o roubo! Porque todos lá [no lixão] têm medo dele. E ele tá vigiando a Cooperativa de noite. A gente [os voluntários] tá muito preocupada, de estar se envolvendo com este homem. Ele só anda armado, e a voz dele é a voz da foice, do facão[...] de matar, de arrancar a cabeça [...]. E eles [os catadores ligados à Cooperativa] diziam ter medo de vingança". (E. de L. B., voluntária, 14 de fevereiro de 2005)*

> *"E há muito roubo! Como foi que levaram os cabos das prensas? E outros materiais? E não são ladrões de fora. Somos nós mesmos! Eu falo nós, porque são gente da gente, daqui de dentro! Mesmo sabendo que vai prejudicar a gente. Eu tou prejudicando o grupo, mas eu tou me beneficiando de dez, quinze reais [...]. Quer dizer, ele não está beneficiando nem ele nem ninguém. Ele tá atrapalhando, mas ele não tem consciência disso". (K da S., julho de 2004).*

A violência, segundo Pochmann (2002, p.55), possui vários nexos, mas não se pode negar a sua associação com a falta de perspectivas de inserção na vida social. Como já foi demonstrado, nos bairros nos quais residia grande parte dos entrevistados, foi possível observarmos uma carência importante de serviços públicos e de infraestrutura. Evidente que além dos limites da pobreza e da precariedade, a exclusão faz parte de um movimento de não-inclusão, de apartação, de negação.

Miriam Abramovay (2002) entende que a violência possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade social em que se encontram alguns países, especificamente os países latino-americanos. Em sua pesquisa, a autora justifica que a vulnerabilidade estaria relacionada às dificuldades, especificamente dos jovens em acessar as estruturas de oportunidades: educação, saúde, cultura, lazer e trabalho, insumos fundamentais para o desenvolvimento dos recursos materiais e simbólicos.

Para a autora, a vulnerabilidade social resulta de uma relação negativa entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos,

e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Evidentemente, que não se pode associar a violência, em muitos casos, como conseqüência direta da pobreza[44]. Mas, da mesma forma que as desigualdades sociais, a negação ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura, os quais operam nas especificidades de cada grupo social, tendem a desencadear comportamentos violentos. Assim, na sua opinião,

> Essa relação é percebida como o produto de dinâmicas sociais, pautadas por desigualdades de oportunidades, segregações, uma inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho, de ausência de oportunidades de lazer, formação ética e cultural em valores de solidariedade e de cultura de paz e de distanciamento dos modelos que vinculam esforços a êxitos. A combinação desses fatores tem sido responsável por situar os jovens à margem da participação democrática que colabore na construção de identidades sensíveis à diversidade cultural e à solidariedade por compromissos de cidadania, assim como no fortalecimento de auto-estima e de um sentimento de pertencimento comunitário. (ABRAMOVAY, 2002, p. 55-56).

Em decorrência disso, muitos destes jovens ficam relegados às influências, que nascem da sua interação cotidiana nas ruas ou em outros espaços, e passam a compartilhar das mesmas carências quando não são atraídos pelo mundo do crime e das drogas, inclusive por seus símbolos e práticas autoritárias de imposição de poder, ou de protagonismo negativo.

No caso particular dos grupos em estudo, de um modo geral, observamos que a violência parecia estar relacionada tanto com a ausência de controles institucionais efetivos quanto com a vulnerabilidade social dos atores envolvidos. O depoimento a seguir corrobora as considerações, então expostas:

> *"A gente teve um tempo lá terrível! Que parecia até o Rio de Janeiro. Por exemplo, os bandidos passavam e expulsavam o povo da casa. E eles [os catadores ligados à Cooperativa] não queriam que a gente tomasse nenhuma posição, porque tinham medo da vingança. Teve um catador e uma catadora que o cara expulsou ela e o marido de casa, e tomaram a casa deles. E a gente não pode tomar nenhuma providência, porque eles não deixaram [os catadores ligados à Cooperativa]. É uma situação bem difícil, porque é fácil pra gente dizer: isso não pode ficar assim! Vamos lutar! Vamos*

[44] A autora nos lembra que análises e pesquisas recentes acerca da violência identificam diferentes expressões ou definições acerca do fenômeno: a violência direta seria resultado dos atos físicos deliberado à integridade da vida humana. Essa categoria envolve todas as modalidades de homicídios (assassinatos, chacinas, genocídio, crimes de guerra, suicídios, acidentes de trânsito e massacres de civis). A violência indireta envolve todos os tipos de ação coercitiva ou agressiva que implique prejuízo psicológico ou emocional. Por fim, a violência simbólica abrange relações de poder interpessoais ou institucionais que cerceiam a livre ação, pensamento e consciência dos indivíduos (ABRAMOVAY, 2002).

> *denunciar! Isso tudo é um discurso muito bonito! Mas, vamos pra prática? Quem vai passar a noite lá no Mutirão são eles, com medo das represálias. E isso me fez voltar sabe? Porque quando chegar a noite, eu vou lá pra minha casinha, pro meu lar! Pro meu sossego. Aí, eu vou tranqüila, vou dormir a noite inteira! E eles vão ficar lá no Mutirão pra enfrentar. Quantas mortes já não teve lá? [no Mutirão] de catadores jovens que ficou devendo por conta de drogas ou porque eles [os marginais] sonharam que o cara chamou a polícia. Então, eu vejo que a violência, pra ser resolvida tem que ser com ajuda do poder público, da comunidade e da gente". (E. de L. B., voluntária da Cotramare, 14 de fevereiro de 2005).*

Portanto, os motivos pelos quais os (as) catadores (as) foram levados a trabalhar catando lixo configuravam a coleta no lixão como o lugar ou forma de atividade de quem não tinha dinheiro, não tinha estudo, não tinha emprego ou serviço e não tinha alternativa de vida.

Aproximadamente 60,5% dos entrevistados afirmaram que, antes de trabalhar coletando lixo, desenvolviam outras atividades de trabalho: faxineira, servente de pedreiro, eletricista, funcionário público, trabalhador rural, guarda noturno, lavagem de roupa, dono de depósito de material reciclável, entre outras. Mas, por ficarem desempregados, acabaram aderindo à função de catador. Entre as mulheres entrevistadas, 14 (21,2%) trabalhavam como empregada doméstica; entre os homens entrevistados, 15 (22,7%) exerciam atividades como: auxiliar de pedreiro, pintor, estivador e outras; 8 (12,1%) afirmaram ter trabalhado na agricultura, conforme verificamos nos depoimentos a seguir:

> *"Eu sou L. P. da S., tenho 57 anos, faz 30 anos que eu cato lixo. Sou mãe de cinco filhos, mas eu tive uma base de 25 filhos, mas morreram quase todos. Parte morreu quando era recém-nascido, e um mataro faz doze anos [...] meteram um bujão na cabeça dele, lá em "Três Irmãs". Ele era o mais velho. Fui casada, aí não deu certo, aí deixei o marido. Depois, vivi com um cara bem uns dez anos, aí ele morreu [...]. Antes de eu vim pro lixo, eu limpava mato, cuidava de galinha, de boi, de tudo [...] foi numa granja que eu trabalhei uns 15 anos, era na granja de Seu Rodrigues, aí ele vendeu, e eu vim pra dentro do lixo. Eu já vim do lixo desde lá do Distrito. Passei uns dez anos lá, meus filhos nascero tudo dentro do lixo [...] eu tenho uma menina que está com 22 anos que nasceu dentro do lixo. Pra mim, catar lixo é como catar dinheiro ou ouro! Porque se a gente tá com fome, pelo menos aqui tem alguma esperança [...] eu vou ali cato algumas coisinha, vendo e como alguma coisa. Eu já comprei até televisão com o dinheiro do lixo, mas isso foi antigamente, agora é muita gente catando. Mas, é preciso ter muita coragem pra vim trabalhar aqui dentro, é muito perigoso, e não se ganha mais dinheiro. Quem ganha são os sucateiro, eles estão ricos!". (Associada da Cotramare, novembro de 2005).*

> *"Meu nome é S. de S., tenho 37 anos, cato lixo há uns nove anos, sou solteira e mãe de seis filhos. A mais velha tá com 16, e tem o de 14, o de 15, um de oito, e outro de nove, e um de 3 anos. Eu me separei do pai deles porque ele me judiava demais. Ele me batia, eu já cheguei até a apanhar dentro do lixão! Moro no Mutirão, nasci aqui em Campina. Minha família é natural de Massaranduba, e eu também, mas a gente foi criado aqui. Eu trabalhava como doméstica. Aí quando eu vim pra o Mutirão, não tive outra alternativa,*

> *ficava longe e ganhava pouco, e não consegui arrumar outro, aí vim pro lixo". (Associada da Cotramare, 08 de agosto de 2005).*

> *"Meu nome é J. R. B., tenho 43 anos, sou separado, tenho filhos e pago pensão. Faz mais de 25 anos que eu vivo do trabalho do lixo. Quando eu cheguei pra morar aqui tava começando o lixão. Eu trabalhava na Prefeitura, como auxiliar de jardinagem, e comecei a catar pra ajudar na renda. Mas, antes disso eu fui pra o Amazonas, fui trabalhar pela Odebrecht, passei dois anos lá. Depois levaro a gente pra trabalhar lá em Belo Horizonte, pra fazer teste pra ir pra Angola. E a gente tinha que tomar uma injeção e eu fiquei com medo, e desisti. Eu sei que foi uma oportunidade, e eu não peguei. E quanto eu voltei pra cá, o lixo já tava cheio de gente, isso no começo dos anos 90". (Associado da Astramare, setembro de 2006).*

> *"Meu nome é J. F. da S., tenho 43 anos, moro no Bairro das Cidades, sou solteira e tenho cinco filhos. Eu nasci aqui em Campina; a minha avó, que eu estou registrada no nome dela já morreu. A minha mãe legítima está viva [...]. A minha avó não era catadora, porque no tempo dela só existia a agricultura [...] eu também já trabalhei na agricultura, limpando mato, nesse tempo eu só tinha nove ou dez anos, a gente morava em Taperoá, porque como o meu avô vivia de agricultura, e ele viajava para os lugares melhores de se plantar, aí eles arrendavam a terra e os donos das fazendas davam morada e terra pra plantar, aí a gente plantava [...]. Já faz 22 anos que eu cato, começamos aqui em Bodocongó, fomos para o Catolé, fomos para o Distrito, e agora estamos aqui. Eu já trabalhei como doméstica, e em serviços gerais em hotéis; eu já trabalhei no "Hiper Motel", aí em Bodocongó, mas não era de carteira assinada, eu nunca tive carteira assinada, o meu maior sonho era que assinassem a minha carteira, mas nesta idade agora [...]. Eu comecei a catar com as pessoas da minha família que começaram a vir, e eu tinha três filhos menores, eram todos pequenos, eu não tinha como trabalhar em casa de família, não tinha com quem deixar os meus filho pequeno, e o serviço doméstico não dava pra pagar alguém pra ficar com eles [...]. Eu comecei a catar porque não tinha emprego, não tinha casa pra morar, eu já morava de favor na casa de minha mãe, e eu morava praticamente dentro do lixo com meus filho [...], só tem um filho aqui comigo que ainda é catador, o outro não está mais aqui não. Esse que está aí, tá com 24 anos, e o outro tem 23 [...]. A única solução pra mim, no momento, é continuar a trabalhar no lixo. E continuo aqui, e meus filho sem estudar, qual é a profissão que ele tem? Sem estudar? Tem hora que eu fico pensando: Meu Deus, a profissão que eu dei aos meus filhos foi essa! Um já trabalha de carteira assinada, mas os outros não sabem fazer nada! A não ser isso daqui, isso é revoltante! Eu tirei o mais novo da escola e coloquei de novo, e o pai dele não gostou [...], mas é pra mim ajudar". (Associada da Cotramare, 26 de junho de 2006).*

> *"O meu nome é E. A. da S., tenho 22 anos, eu vivo junto com minha mulher, a gente só tem um filho. A minha família era toda de catador, meu pai, minha mãe e meus irmãos, eles aprenderam a ganhar dinheiro dentro daqui do lixão do Róger. Faz doze anos que eu sou catador, mas eu já fui marceneiro, agora eu sou vigilante daqui do galpão do Roger". (Associado da Astramare, 05 de agosto de 2006).*

Alguns admitiram ganhar mais exercendo a atividade de catador do que qualquer outro emprego, com exigência de qualificação similar, fato constatado em outros trabalhos realizados por Portilho (1997) e Gonçalves (2006) e comprovado no depoimento de um associado da Cotramare, a seguir:

> *"Meu nome é J. C., tenho 42 anos, e sou pai de nove filhos: o mais velho tem onze anos, mas ele num vem catar aqui não, ele tem o PET [...]. Eu comecei a catar lixo, quando o lixo era lá no Distrito, faz uns quinze anos. E quando o lixo veio pra cá, eu também vim, e moro lá no mutirão. Tenho duas irmãs que catam lixo também. Eu já trabalhei de servente de pedreiro 25 anos, eu enchia caçambas de caminhão. Eu comecei cortando cana em Pernambuco, mas eu ganho muito mais aqui do que quando eu cortava cana. Agora, em termo de trabalho, cortar cana é melhor do que catar lixo. Mas, assim, lá eu tinha um patrão, trabalhava com hora certa, e tinha que fazer a produção. No lixo, eu trabalho pra mim mermo, chego a hora que eu quero e num tem ninguém me aporriando!". (Associado da Cotramare, março de 2007)*

Alguns catadores consideravam a ausência de patrão e a flexibilidade de horários como atrativos para permanecerem no trabalho de catar lixo, observação feita por Carmo, Oliveira e Migueles (2004) e Araújo (1997) e comprovada pelo depoimento de uma catadora de lixo:

> *"Eu já trabalhei em casa de família, mas não sou muito chegada não, porque tem casa que as patroas são boas, outras são ruins. E, eu já estou velha! Não agüento mais abuso, mando e desmando. E aqui no lixo, ninguém manda em nós, a gente trabalha a hora que quer, descansa, num tem hora pra isso ou aquilo. Os patrões somos nós mesmo. Antes do lixo vim pra cá, eu lavava roupa de ganho. Eu era nova! Sustentava meus filhos com lavagem de roupa. Mas agora, que começaram a aparecer máquinas de lavar roupas, as mulheres não querem mais saber de lavadeira, elas num precisa pagar toda semana pra uma lavadeira". (M. de L. da S., 55 anos, Associada, 26 de julho de 2006).*

Embora admitissem possuir um certo controle sobre seus horários e produção, os catadores não conseguiam interferir nos preços, estando sempre à mercê do consumo das indústrias e dos atravessadores.

No capítulo anterior, argumentamos que a atividade de catar lixo revela uma autoexploração que ocorre pela forma transfigurada do "salário por peça", teorizada por Marx. Além daquelas características apontadas, nas quais se enquadra o "salário por peça", Marx (1984, p.640) analisou o sentimento de liberdade, de independência que o trabalhador "pensa ter".

Diniz (2001) constatou em sua pesquisa realizada nos lixões da Paraíba que os catadores se sentem "livres" por não terem patrão-empregado. Contudo, segundo a autora, a exploração e a extração do sobretrabalho dos catadores ocorrem na comercialização, numa dupla via: sucateiros e indústria de reciclagem.

De acordo com Marx (1984, p.640) o salário por peça revela um sistema organizado hierarquicamente de exploração e opressão, ao facilitar que na relação entre o trabalhador e o capitalista se insiram parasitas, ou seja, os chamados intermediários, cujos ganhos decorrem da

diferença entre o preço do trabalho que o capitalista paga e a parte desse preço que eles realmente deixam para o trabalhador. Na verdade, as duas últimas partes se apropriam de uma boa parte, enquanto para os primeiros (que realmente deixam para o trabalhador) o ganho é miseravelmente reduzido.

Logo, o trabalho de catar de lixo corresponde ao que Maciel, F. (2006) considera como um trabalho socialmente desqualificado e marginalizado por não produzir reconhecimento e autoestima. Em seu estudo, propõe analisar a desqualificação na divisão social do trabalho, bem como uma hierarquia moral implícita na divisão moderna do trabalho que possibilita diferenciações de remunerações e por que milhões de pessoas não atendem às exigências estabelecidas pelos mercados competitivos contemporâneos (MACIEL, F., 2006, p. 299).

Para o autor,

> Existe um mercado de trabalho socialmente de desqualificados e marginalizados que se funda no oficial, composto pelas profissões socialmente prestigiadas, em uma complexa divisão moral e econômica do trabalho, ao mesmo tempo em que estão moralmente hierarquizados a partir de dualidades valorativos do tipo bem/mal, bom/ruim, certo/errado. (MACIEL, F., 2006, p. 316).

Neste sentido, o trabalho informal de catar lixo, legalmente desamparado e socialmente marginalizado, constitui o lado B do capitalismo, cuja força de trabalho, mesmo sendo desqualificada, é indispensável para a manutenção do sistema, uma vez que absorvem, mesmo que precariamente, esta franja marginalizada.

Birkbeck (1978) denominou os catadores de "*self-employed proletarians*". Segundo o autor, o autoemprego não passa de ilusão, pois os catadores se autoempregam, mas na realidade eles vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, sem terem acesso à seguridade social do mundo do trabalho. Dessa forma, várias pesquisas apontam ou classificam o trabalho do catador de lixo como um trabalho precário[45]. No caso em estudo, tanto no lixão (Campina Grande) quanto nos núcleos de triagem (João Pessoa), o trabalho realizado pelos (as) catadores (as) associados (as) podia ser caracterizado como um trabalho precário (baixos salários, prolongamento da jornada de trabalho, autoexploração, sobretudo, ausência de mecanismo de proteção).

---

[45] Além da Magera (2003) e de Diniz (2002), Vasconcelos e Sabbag (2003) também percebem que o trabalho dos catadores se insere na categoria de subemprego precário, ou seja, um tipo de trabalho precário que não tem os mecanismos de proteção social.

7.2 POSICIONAMENTOS DOS (AS) ENTREVISTADOS (AS) SOBRE SUAS VIVÊNCIAS NA ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA

Buscamos observar (através das várias técnicas de observação) as representações e os significados atribuídos pelos catadores sobre suas vivências, numa experiência que requeria condições normalmente necessárias à associatividade, e como eles percebiam essa mudança (de contingência).

Condições de Trabalho	Horas de trabalho por dia	
	De 6 a 8 horas	21 (31,8%)
	De 8 a 9 horas	20 (30,3%)
	De 9 a 10 horas	08 (12,1%)
	Mais de 10 horas	16 (24,5%)
	NR	01 (1,5%)
	Utiliza algum equipamento de proteção durante o trabalho	
	Sim	03 (4,5%)
	Não	62 (93,9%)
	NR	01 (1,5%)
	Renda média semanal	
	Até um salário mínimo	56 (84,8%)
	De 01 a 02 salários mínimos	04 (6,1%)
	NR	06 (9,1%)
Produção	Média de produção semanal	
	Não sabe quantificar	15 (22,7%)
	Aproximadamente 50 quilos	03 (4,5%)
	Entre 50 e 80 quilos	09 (13,6%)
	Entre 80 e 100 quilos	07 (10,6%)
	Mais de 100 quilos	18 (27,3%)
	Entre 600 a 900 quilos	01 (1,5%)
	Mais de 900 quilos	07 (10,6%)
	NR	06 (9,1%)
Comercialização	Os preços da Associação/Cooperativa são justos ou satisfatórios	
	Sim	16 (24,2%)
	Não	39 (59,1%)
	Não soube informar	11 (16,7%)
	Se o entrevistado vende/entrega o material p/ a Associação/Cooperativa	
	Sim	26 (39,4%)
	Não	14 (21,2%)
	É obrigado a entregar	26 (39,4%)

Quadro 14- Condições de trabalho, produção e comercialização dos (as) Associados (as) Entrevistados (as)
Fonte: Levantamento direto/2005-2006.

As questões acerca das condições de trabalho envolveram condições físicas, estabilidade nos ganhos, jornada de trabalho e produção.

7.2.1 Posicionamentos dos (as) entrevistados (as) quanto às condições de trabalho

A jornada de trabalho entre os (as) entrevistados (as) variava em torno de 08 e 09 horas; embora, há de se considerar que na Astramare (João Pessoa) a jornada de trabalho era determinada em turnos de oito horas.

Foto 10 – Catadores (Cotramare) aguardam o caminhão de coleta no lixão.

Já na Cotramare (Campina Grande), a jornada de trabalho variava de acordo com a necessidade, a idade, a saúde e a diferença sexual. As mulheres relataram, na maioria dos casos, trabalharem entre 6 e 8 horas, porque tinham que cuidar da casa e dos filhos. Já os homens relataram ficar o dia inteiro, isto é, chegavam pela manhã e deixavam o lixão somente depois das dezessete horas; outros relataram catar lixo durante o horário noturno.

Constatamos que o trabalho no lixão era considerado difícil e exaustivo pela maioria dos (as) entrevistados (as), devido às más condições de trabalho, aos riscos relacionados à saúde: à exposição direta ao sol quente, à chuva, ao barro, à poeira e à fumaça, no caso particular de Campina Grande, com base em depoimentos dos entrevistados:

> *"É um trabalho importante, porque é daqui que eu tiro meu sustento, que eu pago meu aluguel, compro calçado, uma roupa. Desde que a gente possa comprar um quilo de sal, o trabalho já se torna importante. Antigamente a gente não era reconhecido de jeito nenhum! A gente era tratado como bicho, até os motoristas dos carros de lixo quando passavam diziam: eu passo por cima isso aí é porco! Hoje em dia fomos descobertos! Do Distrito pra cá mudou muito! Porque a gente era discriminado. Eu não sei se isso é reconhecimento, mas sei que é um trabalho digno, porque a gente trabalha de dia e a noite, estamos em casa, não dependemos de patrões, a gente trabalha a hora que quer, descansa. É muito sofrido! Falta muita coisa, a gente precisa de materiais de trabalho, a gente não tem bota, não tem roupa adequada, mas com este Governador aí, acho que pode mudar alguma coisa. Eu tenho muita esperança em Lula porque ele já trabalhou, assim como a gente, em corte de cana, ele entende e sabe da situação". (J. F. da S., 43 anos, associada da Cotramare, 27 de julho de 2006).*

> *"Meu pai foi agricultor, mas trabalhava nos terrenos dos outros, ele alugava a terra, e pagava no final do ano, eu e minhas irmãs, todos trabalhávamos na agricultura na época. Eu gostava de trabalhar na agricultura, aqui eu não gosto não! Porque aqui a gente não tem boas condições de trabalho [...] a gente pega em fezes de gente e de bicho, aquelas coisas suja com menstruação, tudo que não presta a gente pega aqui dentro. E a gente num tem os equipamento adequado. A gente não tem direito a nada, eu num tenho nem uma aposentadoria. Essa historia aí, que a senhora fala de um trabalho reconhecido eu num acho não, onde tá esse reconhecimento?"(M. de L. da S., associada da Cotramare, 26 de julho de 2006).*

De fato, constatamos que a maioria dos entrevistados não trabalhava com equipamentos de segurança adequados, ou seja, 93,9% dos (as) entrevistados (as) confirmaram não dispor de tais equipamentos. Em Campina Grande (como em outros lixões), as condições de trabalho eram precárias: a presença de animais como cachorros, urubus, porcos e moscas no local de trabalho, bem como o contato direto com alimentos e animais em estado de decomposição e com resíduos hospitalares, situação que expunha os catadores aos riscos quanto à saúde.

Na Astramare em João Pessoa, a situação vivenciada pelos (as) associados (as) "parecia" ser um pouco diferente daquela presenciada pelos (as) catadores (as) Cotramare, em Campina Grande. Após o fechamento do lixão do Róger, os (as) catadores (as) passaram a trabalhar nos galpões de triagem e nos pontos de coleta seletiva espalhados na cidade, conforme mencionamos anteriormente.

Os catadores continuavam trabalhando com o lixo, mas sob a roupagem de um "trabalho formal": galpões cobertos, horários, regras, direito e deveres. Tudo parecia ter mudado. Mas não muito, para a vida dos (as) associados (as) da Astramare, de acordo com a opinião deles:

> *"A gente passou a lutar pela associação. E eu mesmo dizia: Gente, vamo lutar pelo nosso direito! Alguns dizia: que nada! Num vai mudar nada! E eu mesmo dizia: Deus se*

> *for pra gente melhorar de vida, deixa isso acontecer! Porque a idéia era, assim, fazer um trabalho conjunto, onde não tinha lucro, todo mundo trabalhava igual e recebia igual, a gente sai da mão do atravessador. E quando o lixão fechou, todo mundo teve que virar sócio. O lixão fechou e a gente continua na mão do atravessador. A gente trabalha a noite toda e no sábado, e só recebe 30 ou 40 reais por semana. Pra uma mãe de família que paga aluguel, e tem que comer, eu prefiro o lixão, viver junto com os bichos de novo! Antigamente, eu catava e escolhia pra quem vender. Hoje em dia, a associação é obrigada a vender para um só atravessador, porque não tem outro". (M. J. X., coordenadora de turma da Astramare, 29 de outubro de 2005).*

> *"O cara [catador] que trabalhava lá dentro do lixão tirava em um dia de trabalho o que ele ganha numa quinzena. Aí, bote na sua cabeça, qual é o pai de família que era acostumado a ganhar quinhentos, seiscentos reais lá dentro do lixão, e passa a ganhar sessenta, setenta reais por quinzena, o que ele fazia isso num dia de trabalho. Dá revolta! Se você chegar no meio destas trezentas pessoas e perguntar: vocês querem o lixão de volta? O pessoal é tudo de uma boca só: QUEREMOS! Porque eles sabem o que perderam. Sinceramente eles estão passando a maior necessidade, eu vou ser bem sincero a você, nós não estamos passando fome, mas tem relato de gente que está passando, porque tem gente que quando pega o dinheiro mal dá pra pagar o aluguel. Tão passando pura necessidade! E o projeto de associação não era pra isso. O projeto era pra dar dignidade, melhorar nossas condições de vida [...] um trabalho mais digno, pra melhorar nossa renda. Eu não chamo isso de renda. Porque a gente não tem renda, porque quando a gente passa a ganhar menos de um salário mínimo, a gente não tem renda. É essa a dignidade, é esse o reconhecimento de nossa profissão? Eu não chamo isso de renda. Por isso tem uns catadores que estão saindo, tão procurando a rua porque não tá dando mais [a renda é maior]. A rua está se enchendo de gente, esta sobrecarregada de gente catando. E se continuar do jeito que tá, com certeza você vai ver!". (C. M. B., ex-membro da Diretoria da Astramare, setembro de 2005).*

> *"Antigamente, tudo a gente tirava do lixo! O lixo dava tudo! Mas, agora, nós estamos passando fome aqui dentro [galpão de triagem do Roger]! Antes do aterro, a gente num passava tantas necessidades, tinha mais material, e a gente encontrava roupas, comida [...]. Se chover aqui, pronto! A gente para! A gente, num trabalhou uns dias aí, por causa da chuva, porque quando chove fica tudo atolando, porque era pra ser asfalto. Eu me associei porque não tinha outro emprego. É o jeito foi entrar para a Associação, disseram que era bom, que a gente ia ganhar por semana, que a gente ia continuar trabalhando pra gente mesmo. Mas, nada do que foi prometido tá acontecendo. A gente tá ganhando trinta, quarenta, cinqüenta, isso dá? Eu pago setenta e cinco de aluguel por um quartinho para eu e ela [companheira] morar. No tempo do lixão era melhor, a gente trabalhava à vontade. Agora é cheio de regras, a gente tem de chegar na hora certa, porque se não chegar a gente vai pra casa, perde o dia de serviço". (E. J. da S., 44 anos, associado da Astramare, 14 de julho de 2005).*

Que mudanças significativas ocorreram na percepção daquele grupo? Apenas "porque a gente trabalha dentro de um galpão coberto, não leva mais chuva e sol", foram os comentários tecidos pela maioria dos associados.

Sobretudo, financeiramente nada mudara. Pelo contrário, a renda tinha diminuído. "No lixão havia como ganhar dinheiro", foi comum ouvirmos este tipo de comentário. A "nova" (aspas nossas) situação impôs horas para executar o trabalho, ou seja, um ritmo de "trabalho

industrial" determinado pelas esteiras mecânicas, mas, com pouca lucratividade. Conforme entende um dos associados da Astramare,

> *"Nós continuamos a colocar materiais pra os atravessadores ainda, nós ainda não conseguimos dominar os atravessadores, então pra os nossos sonhos ainda falta muito, porque eu sonho em ganhar pelo menos um salário mínimo, a gente ganha uma "mixaria" que mal dá pra comermos. A gente pensava que ia trabalhar mais protegido, mas infelizmente isso não acontece. Agora somos visto com bons olhos pros outros, somos vistos como agente ambientais, mas a gente quer ganhar também, porque esse título de agente ambiental sem ganhar dinheiro, é melhor ser como antes: catador do lixão! Agora, melhorou algumas coisas, porque a gente agora não trabalha dentro da lama, agora é cimentado, não levamos chuva, mas financeiramente tudo piorou! No lixão a gente ganhava dinheiro, naquela época todo o lixo era catado por nós, hoje em dia só metade, a outra metade a gente nem toca. A renda baixou porque a gente não tem acesso a todo lixo, agora é aterro sanitário. Lá no aterro sanitário tem quatro esteiras, e só uma está rodando. Então os sócios não têm condições de catar todo material, porque com essa infra-estrutura sem funcionar, tudo quebrado como a gente vai sobreviver? Então, não é vida pra ninguém". (J. C. A. da S., presidente da Astramare, 14 de janeiro de 2006).*

Além disso, continuavam lidando diretamente com o lixo, desprovidos dos equipamentos necessários, expostos às mesmas condições e aos mesmos riscos. Entretanto, na opinião de um catador do aterro sanitário,

> *"De certa forma melhorou uma coisinha! Nós realmente fomos reconhecidos. Estamos sendo reconhecido como trabalhador, não mais como marginal. Porque a gente lá dentro era tratado como um marginal. Agora nós somos catador! A sociedade faz com que a gente se sinta marginal. A sociedade nos marginalizava. Porque a gente tava dentro do lixo, a gente vivia junto com bandidos, aí a gente era um marginal. Agora, não! Nós estamos reconhecidos, que nós somos trabalhador, tá na lei. E as condições de trabalho mudou [...] quer dizer, apenas porque a gente não leva mais chuva, estamos trabalhando cobertos [...]. Mas, eu pergunto alterou? A gente continua pegando lixo com as mãos, e cheirando mais ainda [...] a gente respira ele mais ainda, porque aqui é tudo fechado, e quando estas esteiras esquentam, aí os gases sobem direto pra o nariz da gente". (K. da S., catador do aterro sanitário, julho de 2005).*

Sem dúvida, a execução e a adaptação do trabalho dos catadores sob as esteiras mecânicas têm sido questionadas, por exigir mais adestramento, esforço físico e mental, além dos prováveis riscos à saúde daqueles (as) trabalhadores (as).

Talvez, por essa razão, eles questionassem qual o sentido do reconhecimento da profissão de Catador de Materiais Recicláveis. Na opinião de 36 (54,5%) deles, um trabalho reconhecido é aquele que tem os mesmos direitos iguais a todos os outros trabalhos, mais especificamente o acesso à proteção social: carteira assinada, aposentadoria, FGTS, e outros. Vemos, então, que o contrato de trabalho ainda significa "ascender" à condição de "trabalhador" e garantia de

respeitabilidade. Para 23 (34,8%) dos entrevistados, um trabalho reconhecido é aquele que é socialmente valorizado; 4 (6,1%) não sabiam dizer; 3 (4,5%) não responderam à questão.

Miura (2004), em sua pesquisa, mostra-nos que o problema não está em reconhecer legalmente o catador como um profissional, mas, sim, em reconhecer seu direito às condições dignas de trabalho e de vida para além da perspectiva estrita da sobrevivência. Foram várias as expressões dos (das) associados (as): "a gente queria ter um patrão que pagasse um salário e assinasse carteira":

> *"Acontece que eu duvido desse reconhecimento. Se a gente não recebe um salário digno, não temos direitos. A gente não tem direito de nada! A gente só tem direito, e muito mal, ao que produzimos. Se a prefeitura não pode contratar a gente como trabalhador digno, por que não repassa pra uma empresa privada?" (M. J. X. da Silva, outubro de 2005).*

De acordo com Carmo, Oliveira e Migueles (2004, p. 14), é necessário que a sociedade perceba o catador como um trabalhador qualquer. Isso significa que o reconhecimento profissional dessa categoria deve estar associado a significados positivos.

Catar lixo é considerado, por Barros, Sales e Nogueira (2002), como uma atividade excludente pela própria natureza do tipo de trabalho. Entretanto, o discurso recorrente – utilizado pela mídia em geral, alguns estudiosos e instituições de diversos setores – realça a possibilidade de inclusão social dando a esses trabalhadores o reconhecimento profissional. Mas qual a qualidade dessa inclusão? Seria de fato uma inclusão ou mais uma forma de exclusão transmutada em inclusão?

7.2.2 Posicionamentos dos (as) entrevistados (as) quanto à comercialização

Na Cotramare, a entrega da produção era um desafio. Dos 40 entrevistados, 26 afirmaram comercializar sua produção com a Cooperativa; 14 não comercializavam naquele momento (nas últimas semanas), ou seja, vendiam para os sucateiros.

De acordo com a assessora contábil, um dos critérios (principais) para ser cooperado seria a entrega dos materiais à cooperativa, mediante o pagamento das cotas. Entretanto, "não há um

número fixo de cooperado, tem semana que eu registro vinte, tem semana que apenas dez ou doze entregam", afirmou a contadora.

Mas os catadores foram unânimes ao afirmar que, após a presença da Cooperativa na comercialização dos materiais dentro do lixão, os preços dos materiais tinham melhorado.

Na Astramare todos os associados entregavam sua produção à Associação, cabendo aos coordenadores de turmas comercializar diretamente com os atravessadores (sucateiros).

Contudo, nos dois grupos amostrais, constatamos que 59,1% dos associados não consideravam justos os preços de compra dos materiais das referidas organizações. Ao mesmo tempo, 29 (43,9%) afirmaram ter conhecimento dos preços de mercado dos materiais; 29 (43,9%) responderam não conhecer os preços de mercado; 08 (12,1%) não responderam a esta questão.

Para aqueles (as) que responderam não considerar justos os preços dos materiais da organização, questionamos por qual motivo não seriam justos. Os argumentos apresentados pelos (as) catadores (as) entrevistados (as) na Astramare foram os seguintes:

a) a Associação não apresentava aos seus sócios a relação dos preços de venda dos materiais, não ocorrendo nenhuma discussão coletiva sobre as vendas dos materiais ou mesmo sobre a definição de um preço comum que fosse mais justo para todos, uma vez que cada coordenador negociava a sua produção diretamente com os donos de depósito ou sucateiros da cidade;

b) alguns sucateiros tinham os preços melhores;

c) antes da Associação, os catadores exerciam influência nos preços dos materiais, pois eles escolhiam a quem vender; naquele momento, quem determinava os preços eram os sucateiros (atravessadores).

7.2.3 Posicionamentos dos (as) entrevistados sobre a influência da associação/cooperativa em suas vidas

Para 45,% dos (as) entrevistados (as), com a organização cooperativa/associação suas situações (condições de vida) estariam piores. Neste dado incluído o grupo amostral das 26

entrevistas realizadas na Astramare (ver quadro 15). Vale ressaltar o depoimento de uma das catadoras a este respeito:

> *"Eu digo assim, porque as promessas que foram feitas pra gente no começo, que a gente ia melhorar de vida, ter dignidade, nada aconteceu. Antes a gente num tinha dignidade no lixão, mas ganhava dinheiro. É claro que se não fosse a associação, se a gente não tivesse formado a associação, a gente não tinha a ajuda da Prefeitura, da Emlur, os equipamentos, o caminhão e galpão, porque o dinheiro que veio do Japão, a ajuda do Banco do Brasil, tudo veio pra a Associação". (S. P. da S., 46 anos, associada da Astramare, catadora do galpão do Róger, 02 de setembro de 2006).*

Contudo, em seu discurso, a associada faz referência à melhoria das condições de trabalho, proporcionada pela infra-estrutura fornecida pela Prefeitura e pela perspectiva de organização autônoma do trabalho.

1-Com a associação/cooperativa a sua situação está:	**Freqüência**	***(%)***
a) Melhor	20	30,3
b) Do mesmo jeito	14	21,2
c) Pior que antes de entrar na cooperativa/associação	30	45,5
d) NR	02	3,0
2- Qual a principal conquista da cooperativa/associação para você:		
a) Conseguiu melhorar os preços dos materiais, embora não tenha eliminado os atravessadores (intermediários) do processo de comercialização	22	33,5
b) Conseguiu ou vem conseguindo adesão dos catadores na entrega dos materiais	-	
c) Organizou e conscientizou os catadores na luta pelos seus interesses	09	13,5
d) Melhorou o nível de renda dos catadores, e das condições de trabalho	01	1,5
e) Resgatou a auto-estima, possibilitando ao catador tomar consciência da importância do seu trabalho;	08	12,1
f) Diminuiu a exploração econômica dos catadores por parte dos atravessadores ou empresas de reciclagem, melhorando o nível de renda	04	6,1
g) Ofereceu outras alternativas de geração de renda para os catadores	02	3,0
h) Outros: Não trouxe conquista (melhoras) p/os catadores	20	30,3
2-Na sua opinião a cooperativa/associação deve:		
a)Lutar por melhores condições de trabalho e renda e pela independência dos catadores diante dos atravessadores	23	34,8
b) Lutar apenas pela independência dos catadores diante dos intermediários no processo de comercialização	10	15,2
c) Lutar por melhores condições de trabalho, de renda e inclusão social dos catadores na política governamental	30	45,5
d) NR	03	4,5

Quadro 15-Visão dos (as) Entrevistados (as) acerca do Papel da Associação/Cooperativa em suas Condições de Vida.

Fonte: Levantamento Direto/2005-2006.

Para 30,3% dos entrevistados da Cotramare, com a Cooperativa sua situação estava melhor; de acordo com 21,2% dos (as) entrevistados (as), suas condições de vida estavam do mesmo jeito. Como ilustração, citamos o depoimento de uma associada:

> *"Eu reconheço que foi graças à Cooperativa que os preços dos troços aqui dentro melhorou. E se não fosse ela a situação dos catadores estava pior. Por isso, que a minha situação está do mesmo jeito, mas não tá pior. Porque antes, a gente vivia trabalhando feito escravo. Seu Valdomiro comprava pelo preço que ele bem queria, e a gente no tinha opção. Agora, muita gente não reconhece o papel da Cooperativa e a importância dela. Esse pessoal mais novo que chega agora no lixão, num sabe como era a situação dos catadores antes da Cooperativa". (R. L. da S., 57 anos, associada da Cotramare, 30 de julho de 2007).*

A conquista mais significativa da Cooperativa, segundo os entrevistados da Cotramare, representando 33,5% do grupo amostral, "foi melhorar os preços dos materiais dentro do lixão", embora a cooperativa não tenha eliminado os atravessadores (intermediários) do processo de comercialização.

Por sua vez, numa amostra de 26 entrevistados (as) da Astramare, 20 (equivalente a 30,3% no grupo amostral) consideravam que associação não tinha propiciado nenhuma conquista para os catadores.

As conquistas mais significativas, mencionadas por vários (as) entrevistados (as), conforme resume o quadro 24, foram: recuperação da dignidade e da autoestima. De certa forma, consideram que a sociedade não os confunde mais com a figura do indigente, de mendigo ou de ladrão; também fizeram referência ao fato de poderem contar com uma organização na luta pelos seus direitos. Acreditamos que os dois depoimentos a seguir não só corroboram como resumem de forma contundente o constatado:

> *"Eu sou associada na cooperativa desde o começo. Eu acho muito bom! Antigamente, não sabia de nada de lutar para melhorar a vida da gente. A gente vivia aqui nas mãos dos sucateiros. E a cooperativa tirou a gente das mão dele. Antigamente, ninguém pensava na gente, a gente vivia aqui sem ajuda nenhuma, agora não! As pessoa chamava a gente de carniceiros, de seboso, de imundo, de vagabundo, era muita discriminação. A gente agora tem tudo a favor da gente. Agora, a gente vê padre, vê doutor, os políticos tudo a nossa procura, coisa que não existia antigamente. Eu já dei tanta entrevista aqui, pra pesquisa, pra imprensa [...]. Vem aqui querem saber tanta coisa de minha vida. A Cooperativa melhorou um pouco a vida da gente, eu sei que falta muita coisa. Mas, eu sou fiel à cooperativa, porque eu sei que eu trabalho pra mim. Tem muita gente que chamam eles de ladrão, diz que a cooperativa rouba, mas eu tento explicar que ninguém da cooperativa tira um real, mas eles não entendem. A*

> *cooperativa é tão importante, que tem os apoios. Você sabe a Dona Edneusa e Celine, estas pessoas que tão do nosso lado, elas colocou educação aqui pra os catadores. E as pessoas não querem seguir, porque não entendem o que é uma cooperativa. E a cooperativa tem pouco associado, tem muita gente aqui! Muita! Mas, não trabalha com a cooperativa. Ela não empresta dinheiro como Seu Quincas empresta, por isso, que muitos catadores prefere ir pra ele. Agora, os voluntário tem ajudado muito, e se não fosse eles a cooperativa já tinha fechado. Pra mim Edneusa e Celine são como uma mãe pra mim, até porque eu nunca tive mãe. Seu Valdomiro me ajudou muito, quando eu precisava dinheiro, ele dizia: Dona Laura fique comigo, a gente se acerta". (L. P. da S., 57 anos, associada da Cotramare, 19 de setembro de 2006).*

> *"É claro que em termos financeiro a situação da gente piorou muito, e muito! Porque a gente ganhava dinheiro no lixão, a gente tinha o dinheiro da feira, a gente tinha dinheiro pra pagar a luz, a água, pra levar a família pra praia. Hoje, a gente não tem lazer, muito mal o que ganha dá pra fazer a feira. É claro que isso no é dignidade! Qual é o trabalhador que tem dignidade, que ganha menos de um salário mínimo por mês? Mas, eu reconheço que foi com a Associação que a gente tomou consciência dos nossos direitos. Eu fui pra o encontro nacional dos catadores em Brasília, porque eu era associado; o ex-prefeito Cícero Lucena, recebeu a gente porque a gente tava tudo organizado; e ele só montou essa estrutura hoje, que é Astramare, porque ele sabia que a gente tava associado. Hoje, a sociedade vê a gente com outros olhos, não mais como marginais e como bichos! Mas, muita gente num tem consciência disso". (C. M. B., 35 anos, ex-membro da diretoria da Astramare, 30 de setembro de 2006).*

> *"É claro que em termos financeiro a situação da gente piorou muito, e muito! Porque a gente ganhava dinheiro no lixão, a gente tinha o dinheiro da feira, a gente tinha dinheiro pra pagar a luz, a água, pra levar a família pra praia. Hoje, a gente não tem lazer, muito mal o que ganha dá pra fazer a feira. É claro que isso no é dignidade! Qual é o trabalhador que tem dignidade, que ganha menos de um salário mínimo por mês? Mas, eu reconheço que foi com a Associação que a gente tomou consciência dos nossos direitos. Eu fui pra o encontro nacional dos catadores em Brasília, porque eu era associado; o ex-prefeito Cícero Lucena, recebeu a gente porque a gente tava tudo organizado; e ele só montou essa estrutura hoje, que é Astramare, porque ele sabia que a gente tava associado. Hoje, a sociedade vê a gente com outros olhos, não mais como marginais e como bichos! Mas, muita gente num tem consciência disso". (C. M. B., 35 anos, ex-membro da diretoria da Astramare, 30 de setembro de 2006).*

Para 45,% dos (as) catadores (as) entrevistados (os), caberia à Associação/Cooperativa lutar por melhores condições de trabalho, de renda e inclusão social dos catadores na política governamental; enquanto para 34,8% a Associação/Cooperativa deveria lutar por melhores condições de trabalho e de renda e eliminar os atravessadores do processo de comercialização; para 15,2%, caberia à organização lutar apenas pela independência dos catadores diante dos intermediários (atravessadores).

Para os (as) catadores (as) entrevistados da Astramare, as condições de trabalho "tinham melhorado um pouquinho", o mesmo não acontecia com a situação financeira. Por isso, afirmaram que as suas condições de vida eram melhores quando estavam trabalhando no lixão, conforme afirma um dos associados:

> *"Como eu vou dizer pra você que a Associação melhorou a minha vida, se antes quando eu vivia no lixão tudo era melhor, eu ganhava dinheiro! Eu tinha dinheiro! Falaram que agente tinha que lutar pra melhorar a vida da gente, pra dar uma vida melhor pra os filhos, pra ter dignidade. Mas, o que a gente tem até agora? Eu digo, de concreto? Porque a minha situação piorou". (D. de O. S., 25 anos, associado da Astramare, catador do galpão de triagem do Róger, 19 de agosto de 2006).*

Para os (as) catadores (as) entrevistados (as) da Cotramare, mudanças substanciais não ocorreram em suas vidas, embora admitissem que o preço dos materiais tivesse "melhorado" após a presença da Cooperativa:

> *"No início, a Cooperativa conseguiu melhora pra nós, quando ela colocou a balança dentro do lixo pra comprar os troços dos catadores. Porque os preços eram lá em baixo, e a Cooperativa entrou com o preço bem melhor, aí os atravessadores tiveram que aumentar também. Mas, agora, baixou tudo de novo: os preços dos sucateiros e os da Cooperativa, e ninguém sabe o que falar. A situação piorou, e se não fosse os apoio as coisa tavam pior. Agora, elas [as voluntárias] não são culpadas das coisas da Cooperativa, porque elas não trabalham lá, quem trabalha é Lucinha, Socorro, Seu Cícero [...]. E eles não trabalham por nós. Eu acho que os catadores, muitos aqui não sabem nada do que é uma cooperativa. E essa que tá aí, tá longe de ser uma cooperativa, como eu vi no começo das reunião. Essa daí é um atravessador!". (M. de L. da S., 55 anos, associada da Cotramare, 25 de julho de 2006).*

Magera (2003), em seu trabalho de pesquisa, mostra que os empreendimentos associativos não estavam promovendo as mudanças substanciais na vida dos catadores, ou, se as promoveram, foi de forma insignificante para os próprios associados. De fato, os discursos dos catadores entrevistados revelam não só perdas (ausência de mudanças substanciais), mas também ganhos (mudanças insignificantes) em suas vidas, ao "aceitarem" participar ou ingressar na associação/cooperativa. É verdade, por outro lado, que tinham pouco entendimento, conforme já demonstramos anteriormente, sobre a gestão do empreendimento e sobre seu papel na construção e no prosseguimento da organização.

Oliveira (2006), em sua tese de doutorado, propôs-se a compreender o cooperativismo através do processo de organização em cooperativas dos ex-catadores de lixo de ruas e dos lixões, direcionando o foco de sua pesquisa para o processo de elaboração da cidadania. A autora questionava se a organização dos catadores em cooperativas ou associações era um fator que desconfigurava as relações sociais desenvolvidas no lixão e as reorganizava sob novas diretrizes: a condução de uma sociedade dirigida pelos próprios catadores, ao mesmo tempo, que exige a

capacitação profissional daqueles que sequer eram reconhecidos como trabalhadores, menos ainda como categoria profissional com representação social.

De fato, a passagem do estágio de excluído e desempregado para construtor e participante de um empreendimento associativo demanda um conjunto de rupturas na forma tradicional de concepção do trabalho. A difusão dos princípios do cooperativismo, bem como da autogestão, da construção da relação com o mercado, e dos ideais de cooperação e solidariedade são algumas das necessidades que se impõem ao processo associativo.

Nos casos pesquisados, de certa maneira, a "situação" (as condições objetivas) parecia não ser dada para a realização do *habitus associativo*. Desta forma, pode-se inferir que aqueles indivíduos exerciam práticas condicionadas por um sistema de disposição, adquiridas através de sua trajetória social e orientadas por seu próprio *habitus*. Ou seja, um *habitus* que fora adquirido num contexto de vida precário (marcado por condições insalubres, desumanas e pela violência), desenvolvendo "um *habitus precário*", mais precisamente constituído em um tipo de personalidade e disposições de comportamento que parecia não permitir que cada associado/cooperado exercesse suas responsabilidades e possibilidades de participação dentro da organização.

7.3 AS TENSÕES E DISTENSÕES NA CONSTRUÇÃO DO HABITUS ASSOCIATIVO (DE PRÁTICAS ASSOCIATIVAS)

Segundo Bourdieu (1996, p. 21-22), o *habitus* seria "esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas". Dessa forma, o *habitus* "são princípios geradores de práticas distintas e distintivas". Logo, se o *habitus* orienta a prática dos agentes, esta somente se realiza na medida em que as disposições duráveis dos atores entram em contato com uma situação.

Portanto, é no espaço associativo onde se sustenta a experiência individual e coletiva, de estar e pertencer, e onde se deve dar a interação entre participação e autogestão. Desta forma, é no espaço associativo que o associado tende a ajustar seu esquema de percepção e ação às

exigências deste espaço. Tais exigências encontram-se consubstanciadas naqueles conjuntos de valores e princípios: ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia.

Consideramos, primeiramente, a questão participação, isto é, a participação formal dos associados, como instância inspiradora e motivadora deste processo.

Para a análise da gestão participativa dos casos em estudo, acreditamos ser necessário pensar as organizações associativas em torno das reflexões contemporâneas sobre democracia participativa ou deliberativa, mais precisamente o que se tem denominado de "cultura primária da democracia"[46]. Dessa forma,

> A democracia menos que uma forma de governo, designa uma forma de vida encarnada em nossas práticas e formas de cooperação ordinárias. Neste sentido, a democracia, constitui, primeiramente, uma realidade e uma experiência local, ou seja, uma experiência sensível. (CHANIAL, 2004, p.21).

Assim, para o referido autor, a democracia supõe as experiências vividas nos denominados "grupos primários"[47], particularmente na família, nos grupos de vizinhança e etc., âmbitos de desenvolvimento de uma espécie de sociabilidade primária baseada no interconhecimento e reconhecimento, possibilitando ao indivíduo "adquirir o sentimento de nós, formando sua identidade social e se identificando, pela simpatia, à vida comum e aos interesses do grupo" (CHANIAL, 2004, p. 23).

Em conseqüência, a idéia de democracia não tem que se adaptar às instituições, enquanto estas têm que se adaptar não somente à democracia, mas também aos hábitos dos indivíduos – aos seus modos de vida. Isto significa dizer, que nem o Estado poderá garantir as condições de cooperação democrática, uma vez que,

> Tais condições precisam estar baseadas em experiência partilhada, pré-política, da cooperação na qual os indivíduos já integraram seus procedimentos democráticos como elementos normativos de seus hábitos cotidianos. (FREITAS, 2001, p.13 apud FREITAS, 2003, p.95).

---

[46] Os debates recentes da teoria sociológica francesa situam-se em torno da perspectiva dos estudos sobre dádiva, a exemplo de, M. Mauss; A. Caillé; J. Goubaut; da tradição pragmática norte-americana, a partir dos estudos de: J. Dewey; C. N. Cooley; e G.M. Mead; e das experiências de democracia participativa. Chanial, particularmente, tem como eixo central analítico: Cooley, Tocqueville e Dewey, uma vez que tais autores, segundo seu próprio argumento, "consideram o movimento democrático como uma expansão do sentimento de simpatia presente na natureza humana". (CHANIAL, 2004).

[47] O autor tem por base a noção de grupos primários desenvolvida por Cooley (1963, p.23 apud CHANIAL, 2004, p.23) que se caracterizam por relações de cooperação e de associação face a face, marcadas pela familiaridade.

Para Freitas (2003), na ausência destas experiências ou condições, os indivíduos não saberiam como sustentar qualquer forma de motivação ou mesmo de interesse numa experiência em processos associativos.

Consideramos a participação não apenas como categoria burocrática formal, haja vista que ela é percebida como uma relação de prática e produção social entre o indivíduo e a coletividade, como elo fundamental na construção e viabilização da "vida associativa", nessa perspectiva, materializando-se através de associações de indivíduos, ou seja, como formas de fazer existir a participação através da autogestão.[48]

Rios (1979, p.54), ao analisar a participação em vários estratos sociais dentro das cooperativas rurais do Nordeste[49], mostra-nos a participação na cooperativa em dois níveis que se interpenetram: o subjetivo e o objetivo. A participação subjetiva se caracteriza pela identificação do associado com a cooperativa a que pertence como co-proprietário. Isto é, a associação é vivenciada por indivíduos que se identificam (ou não) com essa instituição, compartilhando uma visão de mundo e de valores dela, e interagem num quotidiano permeado por satisfações, insatisfações, auto-realizações, frustrações, congraçamentos e conflitos, esperanças ou ilusões perdidas. Já na participação objetiva o autor considera a frequência e atuação em assembléias, a integralização do capital subscrito e etc., uma vez que tais instituições são estruturas objetivas (estatutos, regimentos, organogramas, orçamentos e etc.).

Na consideração destes aspectos, delineia-se a especificidade de um tipo de participação: a participação democrática como potencial para o fortalecimento do associativismo. Logo, é importante consideramos o posicionamento dos associados quando se faz referência à entrega da produção para a comercialização e à gestão da organização, nos processos decisórios, nas reuniões e assembléias e etc.

No caso particular em estudo, foi indispensável compreender as disposições e percepções construídas pelo (a) catador (a) associado (a), bem como sua prática participativa na Associação e/ou Cooperativa, segundo sua própria vivência. Em outros termos,

---

[48] O conceito de autogestão é tomado pelo seu caráter multidimensional (social, econômico, político e técnico), remetendo-o a pensá-lo, conforme se verá posteriormente, muito mais de uma simples modalidade de gestão.

[49] Para Rios, na análise da participação administrativa e econômica da cooperativa, não se pode dispensar o jogo das classes sociais envolvidas, razão pela qual constatou que a variação na participação da cooperativa estaria relacionada com o "status" do associado, este definido em relação a uma situação de classe.

> O sujeito em situação vai criando suas próprias representações das coisas, dando coerência ao universo de fenômenos vividos. Elabora uma gama de categorias inteligíveis, a nível do senso comum, de acordo com seus condicionamentos sociais e a linguagem que exercita nas suas formas referenciais. Essas representações reproduzem a realidade através dessa ótica condicionada, e podem bem ser diferentes dela e até contraditórias. (ARAÚJO, 1982, p.147).

Ao mesmo tempo, tentamos compreender se a não-participação por parte dos catadores estaria relacionada com o não ajustamento dos seus *habitus*, mais especificamente se as formas de atuar, perceber, valorar, sentir e pensar não resultaram numa experiência ampla de participação, por parte daqueles sujeitos envolvidos no processo.

É necessário re-situar, como assinala o próprio Bourdieu (1989, p.60), os conceitos de *habitus* e campo para dar um direcionamento teórico e metodológico à pesquisa. Neste caso, o espaço associativo é o campo, no sentido cunhado por Bourdieu, isto é, um lugar concreto onde se encontram o alicerce histórico, a essência das representações, neste particular, das representações coletivas do grupos/associados/cooperados , ou seja, o espaço associativo é onde existem as bases fundacionais dos discursos e ações dos associados.

ASTRAMARE		COTRAMARE	
1. Você é associado (a)/cooperado(a)			
Sim	26 (39,4%)	Sim Não	33 (50,0%) 07 (10,6%)
2. Participa dos processos decisórios (assembléias, reuniões e etc.)			
Não participa	26 (39,4%)	Sim, participa Não, participa	24 (36,4%) 16 (24,2%)
2.1 Por que essas reuniões e/ou assembléias são importantes:			
a) Acha importante, pois conversa, aprende e fica informado (a)			24 (36,4%)
b) É importante para conversar sobre os problemas da organização			03 (4,5%)
d) Não soube explicar			04 (6,1%)
e) Não participa, mas acha importante			31 (47,0%)
2.2 Durante as conversas, reuniões ou assembléias, você costuma:			
a) Sempre falar			08 (12,1%)
b) Fala apenas quando pedem sua opinião			09 (13,7%)
c) Prefere não se meter na discussão ficando sempre como ouvinte			13 (19,7%)
f) Não tem espaço para falar nas discussões			36 (54,5%)
3. Você participou (votou) na última eleição da Associação/Cooperativa			
Sim	26 (39,4%)	Sim Não	10 (15,1%) 30 (45,5%)
3.1Formas para escolha da composição da diretoria da organização:			
a) Os catadores podem formar chapas, e todos os associados votam			26 (39,4%)
b) Os catadores formam chapas a partir da orientação dos voluntários; em assembléia, os associados aprovam ou não			10 (15,1%)
c) Os associados não escolhem (votam) a diretoria da organização			26 (39,4%)
d) Não soube informar			04 (6,1%)

Quadro 16- Posicionamento dos (as) Entrevistados (as) sobre sua Participação na Organização
Fonte: Levantamento direto/2005-2006

7.3.1 Posicionamentos dos (as) entrevistados quanto à sua participação na entrega da produção

A entrega da produção é uma das formas do exercício de participação e de cooperação. Araújo (1982, p.141) ressalta que a "entrega da produção à organização é ao mesmo tempo um dever e um direito do associado – a forma socialmente mais homogeneizada de cooperação e de participação". Neste sentido, convém analisarmos a participação dos associados tecendo algumas considerações acerca dos resultados obtidos na pesquisa.

Na Astramare, todos os associados tinham o "dever" de entregar a produção para a Associação. Logo, todos se consideravam como sócios, uma vez que, diante do fechamento do lixão do Roger, em 2003, "todo mundo teve que ficar sócio, e quem não estivesse na Associação não ia entrar na coleta seletiva" (S. P. da S., 46 anos, associada da Astramare, 02 de setembro de 2006). Contudo, cabia aos coordenadores de turmas, comercializar diretamente com os atravessadores (sucateiros). Segundo uma assessora da Cáritas,

> *"Cada coordenador de turma tem o controle de toda sua produção, da produção de sua turma. Ele controla quem falta ao trabalho (...) no final de semana, ele vai vender a produção de sua turma, e prestar contas de quanto entrou (a receita), as despesas únicas (de cada local) e as despesas gerais (da Associação), e vai fazer o pagamento aos associados de sua turma". (26 de janeiro de 2005).*

Constatamos, entretanto, uma certa apreensão por parte dos associados neste procedimento, conforme veremos a seguir:

> *"Antes a gente trabalhava bem à vontade. A gente agora tem de chegar na hora certa, porque se não chegar a gente vai pra casa, perde o dia de serviço. E a gente vende o material pra o Seu Biu, se fosse pra Associação era bom demais [...] quer dizer, nós vende esse material pra um particular. Os coordenador pesa aqui na balança, mas quem compra é Seu Biu, Sérgio do ferro, Rabujo que compra plástico, Aritana que compra o papelão. Só eles [coordenadores e [Diretoria] sabe dos preços e quanto foi tudo. Vai tudo pra particular, e não pra o coletivo, pra Astramare!". (L. P. da S., 36 anos, 13de agosto de 2006, associada da Astramare).*

> *"Estas normas foram impostas porque muitos estavam reclamando. Logo no início, acreditava-se que não era necessário nenhum tipo de controle, e que eles [os catadores] mesmos se policiariam, ou seja, policiando quem estava trabalhando, quem estava chegando na hora certa. Mas não deu certo. Por exemplo, lá no galpão do Roger, no turno da noite tinha catadores que iam jogar baralho, enquanto outros ficavam trabalhando. Alguns iam beber, outros fumavam maconha, quer dizer, isso era as conversas que rolavam [...] além do mais, havia um problema sério em relação aos atrasos. Enquanto alguns chegavam na hora marcada, outros só apareciam horas depois. Para resolver estes problemas, foram estabelecidas normas, por exemplo, o associado atrasado não entraria para trabalhar, ou seja, perderia o dia de trabalho, e isso seria computado na hora do pagamento do salário. E, essa decisão foi tomada para facilitar o trabalho da administração, pra dar mais autonomia na gestão da Associação. Agora, é claro que tem muitos problemas ainda. Eles [os associados] reclamam da postura dos coordenadores de turmas, dizem levar faltas que poderiam ser justificáveis, que os coordenadores não explicam nada, não prestam contas". (L. M., assessora da Cáritas Brasileira Nordeste II/João Pessoa, 15 de agosto de 2005).*

> *"Eu participei do início pra formar a Associação, as reunião era lá no mosteiro... e sempre diziam pra gente que nós seria o dono, a gente ia administrar junto com o presidente. Agora, as coisas não acontece do jeito que se falava, porque a gente não tem decisão nenhuma, a não ser pra escolher a Diretoria e os coordenador de turma. Assim, falavam de autonomia, que a gente ia ser nosso mesmo patrão, mas quem tem*

> *autonomia são os coordenadores. Eles é quem decidem pra quem vai vender, e a Associação num somos nós?" (M. de F. S., 52 anos, setembro de 2006, associada da Astramare).*

Os discursos parecem dúbios. De um lado afirmaram que numa associação ninguém manda mais que o outro, e todo mundo é patrão de si mesmo, por outro, consideram ser necessário alguém que coordene.

Nesta perspectiva, percebemos a questão da relação entre autonomia – eu mesmo organizo meu jeito de trabalhar com os outros – e a heteronomia – as outras pessoas é que tomam decisões e dizem como eu devo trabalhar e o que devo fazer. Mais precisamente, através das narrativas dos catadores, era nítida a separação entre diretoria/ coordenadores de turmas (quem mandava e quem decidia) e os associados (que deveriam obedecer). Dessa forma, tal processo dificultava e fragmentava a organização interna, diante da ausência de participação dos associados não apenas nas atividades, mas, sobretudo, nas decisões da organização.

Sobre tal questão, Santos e Rodríguez (2002), ao formularam nove conjuntos de teses acerca das alternativas de produção, demonstram, na **Tese 5** (negrito dos autores), que a "radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda. Estes autores assinalam que

> Uma das características emancipatórias das alternativas de produção não capitalistas consiste no seu potencial para substituir a autocracia típica da produção capitalista – isto é, a autoridade vertical que emana do "patrão" ou do *manger* – pela democracia participativa no interior das unidades de produção. Em outras palavras, o objetivo é estender o campo de ação da democracia do campo político para o econômico e apagar, desta forma, a separação artificial entre política e economia. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.69).

Logo, concluem que a expansão do princípio democrático ocorre a partir de uma transformação qualitativa da democracia, cuja direção deve ser em torno de uma democracia participativa. Além disso, os autores citados lembram que, nas análises acerca das cooperativas no Brasil, o tema sempre recorrente era a divisão entre os líderes das cooperativas e o resto dos trabalhadores e que,

> com efeito, este foi um dos dilemas constantes das cooperativas desde o aparecimento do movimento cooperativo no início do século XIX. Como evitar ressurgimento de hierarquias e da apatia em organizações cujo êxito depende da participação direta e do compromisso de quem nelas trabalha? (SANTOS; RODRIUEZ, 2002, p.70)

Os autores citados lembram o trabalho de Paul Singer o qual estabeleceu que uma comparação das cooperativas brasileiras de diferentes setores num contexto de transição de trabalhador (relação de operário/patrão) para um de igualdade entre cooperados é difícil, tratando-se de uma situação delicada, uma vez que o trabalho associativo necessita de uma grande aceitação de posturas e comportamentos: os trabalhadores precisam vencer a mentalidade de submissão e de subserviência; superar o imediatismo e aprender a consciência do processo; e no campo gerencial, as dificuldades e problemas apresentam-se com veemência.

Para Albuquerque (2003a, p.19), ligar realismo contextual com transparência decisória não é nada fácil. Assim, um aspecto da participação democrática é a possibilidade de emergir um outro tipo de sociabilidade fundada no discurso argumentativo da solidariedade.

Na Cotramare, 50% (33) dos (as) entrevistados (as) confirmaram ser associados, pois estariam comercializando seus materiais com a Cooperativa; 10,6% (07) responderam não estar "entregando seus materiais", embora fossem cadastrados como cooperados. Argumentaram que os preços dos sucateiros eram melhores, embora às vezes os preços da Cooperativa fossem iguais aos preços dos sucateiros.

Em seu período de formação, por volta de 2003, a Cooperativa entrou numa batalha com os sucateiros, principalmente com o Sr. V., assumindo, uma forma diferente ou alternativa de intermediário. Como demonstramos anteriormente, a estratégia recorrente à época era elevar os preços dos materiais acima dos preços estabelecidos pelo sucateiro. Contudo, sem capital de giro para permanecer nesta batalha concorrencial "via preços", aos poucos a Cotramare foi sujeitando-se aos preços determinados pelo Sr. V. dentro do lixão. Entretanto, tratava-se de uma estratégia executada à revelia do seu corpo social, segundo o depoimento de duas associadas:

> *"Eu já vendi pra Cooperativa. Agora, ele [o marido] só vende pra Seu Valdomiro, eu também vendo, porque os preços dele é melhor, e a gente junta tudo! Tem semana que eu vendo pra Cooperativa, e só faço trinta, quarenta reais. E quando eu vendo pra Seu V. , eu faço cinqüenta reais. Por que o erro da Cooperativa está na balança. Eu acho que a balança da Cooperativa pesa errado. Eu num tou dizendo que eles roubam, mas sempre a pesagem dos materiais dá diferente. E quando eu preciso de dinheiro ele me empresta, aí ele vai descontando toda semana. Eu tenho uma cunhada que pede emprestado a ele também. Agora, a Cooperativa é muito importante, porque se não fosse ela os preços dos troços tava lá em baixo". (I. de L. G., 26 anos, associada da Cotramare, maio de 2006).*

> *"Quando não tinha a Cooperativa era ruim, porque só tinha um comprador, só tinha um comprador dentro do lixo, e ele comprava do preço que ele queria. E quando a Cooperativa entrou ele comprava mais alto, assim, ele botava os preço mais alto do que*

> *o da Cooperativa. No tempo dele [do sucateiro], ele nunca aumentou, aí a gente trabaiva muito e ganhava pouco. Agora, antes era milhor, em termo de material, assim, a gente tirava mais material de dentro do lixo, mas o dinheiro sempre era pouco, porque era pouco o preço. Veja a diferença, a PET, por exemplo, era quatro centavo; agora é seis, tanto em Seu Valdomiro quanto na Cooperativa. Seu V. já botou até dezessete. Agora, o preço é a merma coisa, num tem muita diferença. Aí, o pessoal da Cooperativa fala que num tem condições mais de aumentar os preços, se não num tira nem as despesa. E a Cooperativa ajudou a elevar os preço, só que tem muita gente aí que num reconhece que foi a Cooperativa que melhorou". (L. L. B., 33 anos, associada da Cotramare, 15 de agosto de 2006).*

Na cadeia de produção da reciclagem, o intermediário é o agente que estabelece a ligação entre a informalidade (catadores) e o setor formal (grandes indústrias recicladoras) da economia. Nesta cadeia, o material reciclável adquire um maior valor econômico, tornando-se, para o próprio intermediário, não somente uma fonte de subsistência, mas seguidamente também uma fonte de ganhos econômicos (lucros). O atravessador compra o material dos catadores em dinheiro, enquanto, normalmente, antes de vendê-lo, espera armazenar uma quantidade considerável de lixo reciclável, de forma que possa ter maior poder de barganha nas transações com intermediários maiores ou com as grandes indústrias recicladoras. Segundo Grossi (1999), para obter sucesso com tal estratégia, o atravessador dispõe de recursos materiais e financeiros para poder efetuar com um mínimo de eficácia as operações de estocagem.

Consequentemente, os atravessadores exerciam o seu poder ao contar com a força de trabalho de um significativo número de catadores, de modo que pediam, em contrapartida, a certeza de que o material não seria vendido a outros. Tal relação de dependência econômica era reforçada pelo fato de que, frequentemente, o atravessador dava crédito aos catadores em dificuldades. Então, os atravessadores transformavam-se em uma espécie de "empregador" do qual os catadores dependiam não apenas economicamente. Em certos casos, esta relação parecia se transformar em uma "armadilha" difícil de escapar pela parte mais frágil. Os traços negativos que caracterizam as trocas entre atravessadores e catadores foram claramente percebidos por estes últimos, ainda que, nas suas representações, perceba-se, em muitos casos, aspectos contraditórios.

As justificativas apresentadas para não comercializar com a Cooperativa foram desde os desacertos interpessoais aos motivos conjunturais. Por exemplo, os preços atribuídos pela Cooperativa aos materiais "não correspondem ao seu valor real". E, talvez, o "erro advinha da balança da Cooperativa", no momento da pesagem dos materiais. Ou seja, na balança do Sr. V., ao contrário, não ocorria tal erro.

> *"Pra mim tanto faz, é tudo igual [...] tudo calça 40. De quem é a cooperativa? São deles lá! Eles é quem decide [...]. Eu tou agora pesando com Seu Valdomiro, pra mim com ele tá tudo bem!". (I. de L. G., 29 anos, ex-associada da Cotramare, 27 de julho de 2006).*

> *"Eu vendia pra da Cooperativa, mas não deu certo. Assisti algumas reunião, com Dona Edneusa e com a turma dela. Todos os domingos tinha reunião e eu freqüentava. Mas Socorro, que era a presidente, é malcriada, trata a gente mal, e eu sou também malcriada [...] por causa de vinte e cinco centavos ela não fechou uma nota minha de cem reais. Ela é muito chata, e eu não gosto dela! Ela precisa respeitar a gente que somos mais velhos. Aí, eu deixei de ir, não sou mais associada, ela é quem manda. Porque a gente além de viver nesse trabalho sem boas condições, ainda ter que agüentar má-criação". (M. J. dos S. Domingues, 50 anos, ex-associada da Cotramare, 28 de julho de 2006).*

Os discursos parecem ser contraditórios. De um lado, a organização era avaliada como instrumento importante para os associados; do outro, era vista como sistema rígido ou identificada por questões pessoais. Em seu discurso, o diretor financeiro da Cotramare, analisa as atitudes dos cooperados:

> *"Eles inventam tudo pra não vender pra Cooperativa. Essa história de que a balança da Cooperativa pesa errada, eles num entendem ou num querem entender. Porque todo mundo sabe, que na hora da compra dos materiais se faz os descontos, porque vem muita sujeira misturada ou botam areia, e pedras pra ficar mais pesado. Por exemplo, se a balança da Cooperativa registra trinta quilos de plástico, então a gente faz um desconto de três ou quatro quilos. Então, não se paga pelos trinta, paga pelos vinte e sete quilos. E Seu V. também faz a mesma coisa, mas os catadores dizem que só a balança da Cooperativa rouba! Agora, os preços da Cooperativa tá igual ao de Seu V., sabe o que acontece? Seu Valdomiro empresta dinheiro, paga o gás, compra remédios, e eles ficam fiéis a ele".*

De fato, a Cooperativa, ao assumir a função de um intermediário, deu condições ao catador de optar por comercializar tanto para um quanto para outro (no caso Seu Valdomiro, Seu Dimas e outros). Mas, se ela não existisse, conforme as palavras de muitos dos entrevistado,: "sem ela seria pior", ou seja, eles venderiam seus materiais em condições sempre menos favoráveis para si. Em tal situação, a participação dos catadores na Cooperativa é contingente. Parecem reconhecer, neste sentido, que a Cooperativa é a única arma de defesa, de resistência contra o mercado (os preços ditados pelos sucateiros); entretanto, como mecanismo de defesa, a Cooperativa tem sua ação frustrada diante da ausência dos seus associados na entrega da produção.

7.3.2 Posicionamento dos (as) Entrevistado (as) quanto à sua Participação nos Processos Decisórios da cooperativa/associação

Convém destacar em que medida os (as) associado (as) tomavam parte na gestão das organizações através de certos mecanismos que propiciavam o acesso às decisões: participação nas assembléias, nos processos deliberativos e etc. Logo, além da entrega da produção, outro instrumento para avaliar a participação dos associados/cooperados era a presença destes em assembleias, reuniões, eleições para escolher seus representantes (diretoria) e participar de outros processos decisórios.

No caso particular dos (as) associados (as) da Astramare (João pessoa), os 26 entrevistados afirmaram nunca ter participado de uma assembleia ou de reuniões. Ou seja, a referida associação não realizava assembléias e/ou reuniões, fato já mencionado anteriormente. Numa entrevista grupal, cujo tema era "os principais problemas enfrentados pela Astramare", em seus discursos os entrevistados manifestaram claramente sua insatisfação:

> - Entrevistadora: *"como assim? Vocês não sabem dos acontecimentos da Associação?"*
> - Catador C.*: "Tem muita coisa que a gente num sabe. A gente num sabe de nada! Num faz reunião pra contar nada"*.
> Silêncio [...]
> - Catador M.*: "A gente repassa as informações pra os coordenadores, agora muita gente num liga nem de saber. Teve muitas vezes que colocamos aviso e rasgavam".*
> - Silêncio [...]
> - Catador não identificado*: "Mas, num são todos que rasgam os avisos. E tem muitos aqui que num sabem ler. Como vai ler? E a diretoria num tem obrigação de chamar os sócios pra conversar?"*
> - Catador M.: *"Como a gente vai reunir trezentos e num sem quanto associados? Num tem nem condições. A gente repassa as coisas pra os coordenadores de turmas pra eles divulgar"*.
> - Catador não identificado: *"A conversa é sempre essa. É porque a diretoria e os coordenadores são tudo uma 'caixa preta', não prestam conta de nada! A Associação [Astramare] é uma associação de nome, porque nós não podemos decidir as coisas. Por exemplo, de vender os materiais pra o sucateiro tal, e não pra o outro; de saber quando deu a produção da semana, o que foi pago [...] porque quem decide são eles, os coordenadores. Quer dizer, a gente só tem deveres?"*
> - Catador L.: *"Vocês têm que perguntar os acontecimentos aos coordenadores. Eles têm que prestar contas pra vocês [...]"*
> -Todos falam ao mesmo tempo
> - Catador não identificado: *"É porque é tudo uma panelinha. A gente vai perguntar as coisas pra o coordenador, ele vem com ignorância. Eu já vi muita briga entre coordenador e sócio".*
> (Catadores Associados da Astramare - João Pessoa, 19 de novembro de 2005)

Já na Cotramare (Campina Grande), dentre os (as) 40 cooperados (as) entrevistados (as), 24 afirmaram que compareciam às assembléias e/ou as reuniões; 16 afirmaram não participar delas.

Questionamos aos (as) entrevistados (as) se eles consideravam importantes os momentos destinados às discussões. Dos 66 (sessenta e seis) entrevistados, 24 (36,4%) mencionaram ser importante, pois "aprendiam e ficavam informados sobre vários assuntos"; por sua vez, 47,0% (31), embora não participassem desses momentos, achavam importante a participação, conforme verificamos nos depoimentos a seguir:

> *"Eu sempre participo das assembléias, porque eu gosto de escutar as pessoas falando. Dona Edneusa, Celine [...] elas nos ensinam que vale a pena lutar. Às vezes eu chego triste, e elas levanta a nossa moral. Edileusa apresenta a prestação de contas, a gente fica sabendo quanto entrou e quanto saiu da Cooperativa. Quando pedem opinião, às vezes eu dou uma opiniãozinha, quando eu vejo o que está certo e o que está errado demais. Eu acho importante, porque é tipo um debate, um fala do outro, aí de vez em quando sai alegria, e às vezes a gente chega até a chorar". (S. do R. N. C., 30 anos, cooperado, 21 de julho de 2006).*
>
> *"No começo eu participava das reuniões para fundar a Associação, depois, no começo ainda fizeram reunião, e eu participei. Faz muito tempo que a gente não se reúne aqui na Astramare, não se fala nada. Agora, uma associação pra ser associação ela tem que se reunir, você num acha? Porque é importante conversar sobre o que tá acontecendo". (S. B. N., 30 anos, associada da Astramare, 02 de setembro de 2006).*
>
> *"Eu participei. Quer dizer, assisti algumas reunião com Dona Edneusa e com a turma dela. Todos os domingos tinha reunião, e eu freqüentava. E eu gostava porque sabia de tudo que tava acontecendo sobre a Cooperativa, a gente tava sempre informado". (M. de L. da S., ex-cooperada, agosto de 2006).*
>
> *"Faz muito tempo que teve uma reunião com os sócios aqui na Astramare [silêncio] tu lembra João? Eu num sei do tempo. Agora, ninguém cobra nada, porque se todos cobrassem o seu direito aqui de saber das coisas: dos preços de vendas, de quanto entrou, dos problemas, mas só sabem [os associados] falar por trás". (J. C. da S., 27 anos, associado da Astramare, 02 de setembro de 2007).*
>
> *"Eu sempre que posso participo das reunião. É importante, porque é o momento que a gente senta pra conversar, pra rezar. Eu num sabia nem rezar, eu num sabia nem como conversar com Deus, e foi Dona Edneusa que ensinou. E eu só vou por causa delas, de Dona Edneusa, de Irmã Celine, são elas que pensam na gente. Porque se fosse pela Cooperativa num chamava a gente pra conversar nunca!". (A. P. de L. e S., cooperada, setembro de 2006).*

Procuramos, ainda, situar o posicionamento dos associados nos espaços de discussões (reuniões, assembléias, conversas em grupo). Dentre os 66 catadores (as) entrevistados (as), 36 (54,5%) indicaram não ter espaço para falar ou se posicionar. Afirmaram a inexistência de um espaço e oportunidade para o diálogo entre a Diretoria e os associados; além disso, argumentaram

que, quando reclamavam ou questionavam sobre algum assunto, eram ameaçados através de "suspensão" ou com insultos, do tipo, "se não tiver satisfeito dê lugar a outro".

Outros associados, 13 (19,7%), pertencentes ao grupo amostral da Cotramare, afirmaram que preferiam "não se meter na discussão ficando sempre como ouvinte". Tal posicionamento demonstrava uma "participação acomodada". Neste sentido, vale ressaltar a opinião de duas associadas:

> *"Eu ia pras reunião porque a gente tinha que ouvir os que eles [os voluntários e a diretoria] tinha pra dizer [...]. Você perguntou se eu concordava com as coisas? Assim, se os preços tão iguais ao de Seu Valdomiro? Teve uma assembléia que foi conversado sobre isso, alguns catadores disseram que precisavam melhorar os preços de algumas coisas, eu nem concordo e nem discordo, se tem de ser daquele jeito". (C. L. B., 43 anos, associada da Cotramare, 29 de agosto de 2006).*

> *"Eu vou sempre que posso pras reunião, acho muito importante. Gosto de ouvir as palavras bonitas de Dona Edneusa, é um momento de lazer, pra gente conversar. Agora, eu prefiro não falar, pois eu vou dizer a verdade e muita gente pode não gostar". (R L da S, 57 anos, associada da Cotramare, 30 de julho de 2006).*

Por sua vez, 09 (13,7%) dos (as) entrevistados (as) responderam que se posicionavam e/ou falavam quando pediam sua opinião, conforme veremos a seguir:

> *"É nessas reunião que a gente fica informado. É muito importante, pois se fala sobre reciclagem, sobre os preços das coisas, a gente escuta palavras bonitas. O grupo da diretoria fala mais que os outros, aí quando perguntam minha opinião eu falo, eu digo o que acho. Eu sei que muitos não gostam. Da última vez, eu falei que precisavam tratar melhor os catadores. Aí, a presidente não gostou". (F. de A. S., ex-cooperado, 24 de julho de 2006).*

> *"Essas reuniões, as assembléias são muito importantes pra gente. A gente sabe todo dia-a-dia da Cooperativa. A gente sabe do resultado do trabalho da gente; de tudo que entra e sai da Cooperativa, financeiramente falando. É claro que nem tudo eu concordo, eu vejo muita coisa errada, e quanto pedem pra eu falar, eu falo! É melhor que sair falando depois da reunião. Você sabe que tem muita gente que num fala, fica tudo calado. Aí, depois fica falando mal da Cooperativa". (C. R. da S., 43 anos, presidente de compra e venda da Cotramare, 21 de agosto de 2006).*

Apenas 08 (12,1%) afirmaram se posicionar ou manifestar suas opiniões nos momentos de discussões. Neste grupo estavam incluídos os conselheiros, talvez por já terem uma certa experiência acerca do funcionamento da Cooperativa, segundo explicações dadas por eles, conforme veremos a seguir:

> *"Eu vou sempre às reunião. É nelas que a gente fica informado sobre muitas coisas. Fica sabendo da situação financeira da Cooperativa; a gente faz avaliação sobre a nossa atitude de cooperado, sobre a atitude da diretoria; a gente toma decisão. Também é um momento de lazer. Agora, eu falo sempre, e sei que tem muita gente que não gosta. Se eu sou conselheira, eu num tenho que ver só as coisas erradas dos sócios, eu tenho que ver as coisa errada da diretoria. Já teve reunião, que quando Dona Edneusa ou Celine pergunta: gente vocês num tão cumprindo com o papel de sócio, por quê? Aí, eu disse: porque muitos catadores tão se afastando da Cooperativa, devido ao tratamento, porque tem gente que não tá tratando bem os catadores. Aí não gostaram! Como é que se nega água pra os catadores?" (L. M. L., 35 anos, Conselheira da Cotramare, 30 de julho de 2006).*

> *"Desde do começo que eu vou pras reunião. Eu participo de tudo! E acho muito importante, pois é o momento que os catadores estão juntos; é momento pra gente falar sobre a Cooperativa. E todo mundo tem o direito de falar, quando num entende e quando num concorda. Eu falo sempre. Agora, tem gente que num consegue sempre falar, vai logo fazendo acusação, querendo brigar". (P. B., 36 anos, Conselheiro da Cotramare, 21 de agosto de 2006).*

Constatamos, não somente nas respostas obtidas através do questionário mas também nos depoimentos dos (as) catadores (as) entrevistados (as) da Cotramare, a importância dos voluntários na condução de assembleias e na criação de espaços para que os cooperados pudessem participar e debater. Os membros da Diretoria reafirmaram a importância dos voluntários no relacionamento entre os cooperados e a Cooperativa (Diretoria):

> *"Eles [os catadores cooperados] respeitam muito mais Dona Edneusa, Dona Ana e Celine do que a gente. Porque são elas que tão sempre à frente das coisas. Quando vai ter reunião, eu vou lá no lixo e aviso: Dona Edneusa marcou uma reunião pra tal dia [...] às vezes quando ela faz o convite, eu vou lá e entrego pra os sócios. Eu sempre digo aos outros membro da diretoria, a gente precisa fazer o que os apoios faz: de ir lá dentro conversar, perguntar porque o companheiro num tá entregando mais pra Cooperativa, de saber o que tá acontecendo. A gente se afastou muito dos catadores, como você tá perguntando [...]". (L. H. do N., Presidente da Cotramare, outubro de 2006*

Era inegável a presença dos voluntários na condução das decisões da Cooperativa, inclusive na condução da escolha dos representantes para compor a diretoria da organização.

Neste sentido, com o intuito de verificar a participação destes na escolha de seus representantes, questionamos sobre participação na última eleição da organização. Entre os (as) entrevistados da Cotramare, 30 cooperados (as) confirmaram não ter participado da última eleição da Cooperativa; apenas 10 cooperados (as) confirmaram sua participação nesta eleição.

Quanto ao grupo amostral da Astramare, 26 confirmaram ter participado do processo eleitoral para escolher seus representantes, inclusive ressaltaram que qualquer catador/sócio poderia formar chapas.

Já com relação aos entrevistados da Cotramare, 26 afirmaram não ter votado na última eleição. Esta afirmação se torna verossímil quando constatado que a escolha dos representantes teria ocorrido através de assembleias, isto é, pela via de eleições aclamadas e chapa única.

Assim, 10 (dez) cooperados (as) confirmaram a orientação dos voluntários para compor a diretoria que, por sua vez, teria sido aprovada em assembleia extraordinária. Segundo depoimento de uma voluntária da Cotramare e da ex-presidente desta cooperativa,

> *"A gente [os voluntários] tem sempre o cuidado para convidar aqueles que já têm uma certa experiência. A gente, também pede que eles conversem entre si, pensem naquele companheiro que possa assumir a responsabilidade, que tenha a disponibilidade. Quer dizer, a gente orienta em vários sentidos. Quando se forma a chapa, a gente convoca uma assembléia., porque não se tem muita alternativa para se formar várias chapas. Aí, em assembléia eles aprovam, concordam ou não com aquela chapa" (E. L B., voluntária da Cotramare, maio de 2005).*

> *"Só que eles na hora da reunião, nunca dizem o que pensam de você. E tem uns que lhe aceitam, e quando chegam lá fora, dizem "Eu só aceitei pra não dizer que não votei, mas eu não vou com a cara dessa pessoa!" Só que, votaram na hora, e aí não pode mudar. Aceitam, quando os apoios perguntam, e depois, começam as fofocas. Aí, hoje quem tá é Lucicleide. Essas pessoas chegam pra mim e dizem, que não vende pra Cooperativa por causa de Lucicleide. Quer dizer, eles estão sempre arrumando uma desculpa, uma desculpa pra botar os erros deles, as falhas deles em cima das pessoas, se defendendo. Eles passaram três anos, falando de mim, querendo me tirar da Cooperativa, mas nunca chegaram na minha cara pra dizer o que pensavam. Porque quando chegavam nas reuniões que a equipe de apoio perguntava: Vocês querem que Socorro continue? Ninguém respondia que não queria. No outro dia, todo mundo dizia que não me queria, que não me suportava". (M. do S. D., ex-presidente da Cotramare, março de 2006).*

A questão da participação dos associados nos processos decisórios também estava relacionada à forma de comunicação. Isto é, na consideração destes aspectos delineia-se a participação como elemento fundamental para a comunicação entre os associados e a diretoria, na constituição da organização.

Quando questionados se a organização (Diretoria) buscava construir um exercício de diálogo entre os integrantes (associados), nos dois grupos amostrais, 90,9% (60) responderam que não. Confirmaram que a prática da comunicação interna seria indispensável, pelas seguintes razões:

a) por ser uma prática democrática para manter o grupo motivado, segundo 10,6% (07) dos (as) entrevistados (as);
b) por tratar-se de uma prática para ajudar a unir o grupo (manter os laços de solidariedade), de acordo com 21, 2% (14) dos (as) associados (as) entrevistados (as);
c) por ser uma oportunidade para os associados/cooperados debater e sugerir, conforme 22,7% (15) entrevistados (as);
d) por ser importante, mas não sabia dizer/explicar, segundo 45,5% (30) daqueles entrevistados.

Os (as) catadores (as) reconhecem, ainda, a importância dos momentos em que se encontram para confraternizar.

De acordo com 57,6% (38) dos (as) entrevistados da Cotramare, a prática destas atividades era importante, por ser um momento de descontração para os catadores; 18,2% (12) consideraram uma forma de integrar e unir os catadores; 3,0% (02) disseram que era o momento de receber cesta-básica; 10,6% (07) não souberam dizer o porquê da importância destas atividades lúdicas.

Segundo o parecer de uma voluntária,

> *"Eu num sei se eles realmente acham importante a realização das assembléias, porque eles num comparecem. No início, havia mais motivação, eles participavam mais. Como muita coisa não mudou na vida deles, a gente conta com poucos nas assembléias. Esses costumam serem sempre fieis com a Cooperativa na entrega dos materiais. Na verdade, tem um grupinho que sempre se faz presente. Tem cooperado que fez a ficha e nunca compareceu a nenhuma assembléia, muito menos comercializou com a Cooperativa. E olhe, que a gente prepara algumas assembléias com festas. Por exemplo: no natal a gente faz a confraternização, a gente faz a páscoa, quer dizer a gente busca construir outros momentos com eles pra integrar mais o grupo. Agora, não participam e reclamam que a gente toma decisões isoladas". (E. L. B., voluntária da Cotramare, março de 2006).*

Na Cotramare a comunicação interna era viabilizada pelos voluntários, desde reuniões, assembleias, distribuição de cestas-básicas, presentes, atividades culturais e dinâmicas para estimular a participação, não apenas dos cooperados, mas também dos demais catadores do lixão. De acordo com uma das voluntárias da Cotramare,

> *"Quando a gente [os voluntários] decidiu realizar a assembléia de final de ano, nosso objetivo era dividir as sobras com o grupo que estava entregando para a Cooperativa, foi mais ou menos vinte pessoas que estavam entregando, quem entregou quatro semanas, a gente deu mais; três semanas por mês, a gente deu um pouquinho menos. Mas, no dia foi mais de vinte. E eu falei pra Edneusa: este povo só está presente quando tem cesta básica, quando sabem que tem uma coisa aqui prá ganhar, e os outros trezentos dias do ano, eles tão aonde? A gente precisa parar com isso. E só convidar realmente as pessoas que estão cooperando. A gente convida eles pra vir para as reuniões [...] estamos sempre convidando e eles não querem participar! Mas, e o compromisso com a Cooperativa? Não é só participar quando vai entregar cesta-básica, presentinhos, é estar sempre participando: vendendo pra Cooperativa, vindo às reuniões. Aí, a gente chama pra conversar, fala, fala e nada! Depois de tantos anos de conversa. Mas, é só intrigas, brigas e fofocas entre eles e a diretoria e dentro da diretoria". (I. C., voluntária da Cotramare, 14 de fevereiro de 2005).*

Na Astramare, os coordenadores de turmas "viabilizavam" a comunicação entre os associados e a Diretoria. Entretanto, tal mecanismo parecia não funcionar:

> *"Depois que Davi foi embora e Luciene se afastou, a gente num sabe de nada! Não informam nada pra gente! Eles decidem e pronto! Agora mesmo teve a história dos fios de cobre que foi repassado pra gente. A gente num sabe nem quanto quilos foi, uns dizem que foi mil quilos, outro num sem quantos. Aí,, decidiu [a diretoria] vender. Eles decidiram! A diretoria junto com os coordenadores. Pergunte se vieram pedir a opinião dos sócios? Aqui a gente só tem dever e obrigação". (T. A. de O., associada da Astramare, catadora do galpão do Róger, 07 de janeiro de 2007).*

Mais precisamente, na Astramare a comunicação não se constituía num requisito especial para o exercício da participação. Durante uma entrevista com um grupo de associados, alguns manifestaram suas posições:

> - Catador K.*: "A história é que a Associação tem muitas dividas. Agora, se tem essas despesas, vamos ver o jeito que essas despesas diminuem. A gente tem carrinhos rodando pelo meio da rua, porque não coloca propaganda nestes carrinhos? Assim, de falar com as empresas pra colocarem propagandas, e elas doarem carrinhos [...]".*
> *- Entrevistadora: "Porque o senhor não dá esta idéia?"*
> - Catador K: *"Eu não sou presidente [...]"*
> - Entrevistadora: *"Mas, o senhor é associado! Deve lançar idéias pra contribuir pra a Associação".*
> - Catador K: *"Eu sou associado, mas eu não vou lutar por um "barco-furado"!*
> - Catador S.: *"O problema é eles aceitarem a opinião da gente. Se você vai perguntar alguma coisa eles 'vem com dez pedras na mão'. Eles só aceitam a opinião deles mesmos. Então, como a gente vai lutar?"*
> - Entrevistadora: *"Então, vocês não acreditam na associação?"*
> - Catador K: *"Eu acredito! Acredito até demais! Mas, sabe o que acontece? Tem eu, tem ele, tem aquele, tem todo mundo. Agora, tudo é repartido aqui! Eu num acabei de dizer pra senhora que a gente divide tudo aqui, quem nem se reparte uma laranja! Então, eu vou levar a idéia, e o pessoal vai querer se beneficiar em cima disso. Se todo mundo tá separado, cada turma trabalha por si [...] se não tem reunião, num tem*

> *conversa, num tem como seguir em frente!". (Astramare- João Pessoa, 19 de novembro de 2005).*

Portanto, a autogestão democrática encontra problemas nas formas de participação dos associados/cooperados. Na Astramare, não havia lugar para reuniões, visto que as decisões eram tomadas à parte, apenas diretoria e/ou coordenadores de turmas. Já na Cotramare, cabia aos voluntários a gerência e os mecanismos de participação. Deste modo, nas referidas organizações, a autogestão não era assumida por todos em igual medida.

Assim, quando questionados se os resultados contábeis (financeiros) eram apresentados aos sócios, 38 (57,6%) confirmaram que sim, no caso particular, para o grupo amostral da Cotramare; por sua vez 02 (3,0%) dos entrevistados "não souberam responder". Já para os 26 (39,4%) entrevistados da Astramare, a diretoria não apresentava "nem prestava conta do financeiro para os sócios", conforme veremos nos depoimentos abaixo:

> *"Aqui a gente só tem deveres: trabalhar, chegar na hora certa, e não criticar nada! A gente num sabe de nada, só dizem que a Astramare tá com dificuldade, por isso ou por aquilo. Eles [a diretoria] não prestam conta de nada! A gente num sabe quanto entrou e quanto saiu de dinheiro. Como pode você num saber do resultado do seu trabalho. Quando eu vivia no lixão, eu sabia quanto de material eu catava, quanto eu vendia [...]. Quer dizer, eu agora trabalho numa associação e num sei de nada". (L. P. da S., 36 anos, associada da Astramare, catadora no galpão do Róger, 13 de agosto de 2006).*

> *"A gente num presta contas porque eles num perguntam. Eu sou coordenador de turma do galpão de triagem do Róger, e eu anoto a produção, o valor dos materiais vendidos, e quando alguns perguntam, eu digo". (S. P. da S., 26 anos, coordenador de turma do galpão do Róger, 26 de agosto de 2006).*

> *"É uma caixa-preta essa diretoria que tá aí. Essa história que você pergunta se o meu coordenador repassa a contabilidade pra o grupo, isso não existe. No dia do pagamento, eles só dizem quanto foi vendido, e quanto ficou pra cada um da turma. Se você for perguntar alguma coisa, vem logo com ignorância. Nenhum sócio sabe ao certo se tem lucro ou não, se isso é um barco-furado!" (J. C. da S., 27 anos, associado da Astramare, catador do galpão do Róger, 02 de setembro de 2006).*

Na Astramare, o "controle interno" era feito por um pequeno grupo, diretoria e coordenadores de turmas, que adotava mecanismos autoritários, inibindo a prática do diálogo entre o corpo de associados e, conseqüentemente, limitando a participação destes.

Maia (1985), numa pesquisa realizada em duas cooperativas de artesanato de renda no Nordeste, observou que, na ausência de momentos para discussão e de assuntos pertinente à cooperativa, a participação é nula. Logo, a organização existe como fonte de trabalho, mas sem

atender às necessidades mais prementes dos seus membros. O depoimento de um associado corrobora tal constatação:

> *"Até agora eu só vi uma assembléia geral com os sócios, eu nem me lembro quando foi. O coordenador de turma tem que prestar contas, porque todo coordenador presta contas, ele presta contas pra Diretoria, agora a gente não vê a prestação de contas. Vem dinheiro dos EUA, da Alemanha, vem dinheiro do Japão, e até agora eu nunca vi prestação de contas de "porra" nenhuma! A Diretoria pega duzentos e tantos mil, bota no banco, passa num sei quanto tempo, e nunca prestaro contas pra gente. Tem certas coisas que não dá pra entender! Então, por que não se presta contas? Aqui a obrigação da gente é trabalhar, tem que trabalhar! Porque se temos que trabalhar, vamos trabalhar! Tudo bem! Agora vamos ver a obrigação deles, também! Não é só a gente que tem obrigações. A gente tem obrigações, tem nossos direitos e deveres como associados. E se a gente cumpre com nossas obrigações e deveres, a gente tem o direito de exigir nossos direitos. E a gente tem o direito de saber de tudo que ocorre dentro da Associação, não por meias palavras como colocam". (K. da S., 43 anos, associado da Astramare e catador do aterro sanitário, 14 de julho de 2005).*

Demonstramos, anteriormente, que parte do trabalho administrativo da Cotramare era exercida com ajuda dos voluntários, inclusive a execução da contabilidade contava com ajuda de uma assessora, cabendo-lhe apresentar os resultados financeiros nas assembléias ou reuniões. Quando questionados se entendiam a explicação dos resultados contábeis, do grupo amostral da Cotramare 29 (43,9%) afirmaram que entendiam "mais ou menos", enquanto 11 (16,7%) disseram que não entendiam "aquelas contas". Com relação a este questionamento, observemos as respostas de dois associados da Cotramare:

> *"Edileusa faz tudo num cartaz e mostra na reunião quanto entrou e quanto saiu no mês na Cooperativa. Eu acho muito importante, pois a gente fica sabendo de tudo [...] eu entendo, porque ela mostra quanto foi que a Cooperativa comprou dos sócios e quanto ela vendeu". (J. A. V., 25 anos, associado da Cotramare, 07 de agosto de 2006).*

> *"A contabilidade [...] você tá falando daquelas contas que os apoios mostram na reunião? Eu sei que elas dizem que é o que entra e o que sai da Cooperativa, eu num entendo muito bem, mas aquilo num é a contabilidade?" (A. P. de L. e S., 20 anos, associada da Cotramare, 21 de julho de 2006)*

Foi comum entre os (as) entrevistados (as), ouvir o comentário: "tudo quem faz ali são os apoios", inclusive:

> *"Tudo de bom que acontece na Cooperativa são os apoios que fazem. Essa prestação de contas só acontece porque são eles que estão na frente. Porque se dependesse do grupinho [diretoria] não tinha isso, não! Porque antes não tinha essa história de prestar contas. A Cooperativa só vivia no vermelho, só operava no vermelho. Eu sei que agora a situação num é boa, mas a gente sabe do que tá acontecendo". (L. L. da S., 34 anos, associada da Cotramare, 07 de agosto de 2006).*

Não faltaram explicações para o distanciamento entre a diretoria e os associados. Tentando esclarecer este paradoxo, a ex-presidente da Cotramare, comentou:

> *"Não! Eles [os catadores] não entendem! Porque a gente vivia catando lá dentro. Agora, a gente [a Diretoria] não cata mais lá dentro do lixão. A gente tá comprando e vendendo. Aí, eles acham que nós somos privilegiados, por não tá mais catando lá dentro do lixo, é como se a gente fosse superior a eles. Assim, por exemplo, pra eles nós somos como o Seu Valdomiro., temos a mesma posição que ele. Quando eu era presidente, uma roupa que eu viesse mais ou menos [...] porque todo dia eu troco de roupa pra vir pro lixo, e eles passam a semana inteira com a mesma roupa, e eu venho todo dia com a roupa limpa é claro! É uma coisa de mim mesma. Aí, eles diziam: Você é presidente, todo dia troca de roupa. Quer dizer, pra eles eu tinha condições, e eles não. E eles, não vêem que nós estamos trabalhando aqui dentro da Cooperativa, o grupinho [denominação atribuída pelos catadores aos dirigentes] que tá na direção, está trabalhando, também! E eles vêem a gente como se fosse patrão deles, como Seu Valdomiro. é pra eles. Só que eles não respeitam a gente, não aceitam porque nós somos iguais a eles [...]. Seu Valdomiro, eles respeitam! Porque Seu Valdomiro. sempre foi uma espécie de patrão, nunca foi um catador. E nós fomos catador, e hoje estamos dirigindo a Cooperativa. Quando na realidade, nós estamos ganhando o mesmo dinheiro que eles, às vezes até menos". (M. do S. D., ex-presidente da Cotramare, fevereiro de 2006).*

Não somente nas falações (nos discursos) repetidas, mas nas ações, constatamos, dentro de um mesmo circulo de relações, o compartilhamento dos associados de uma mesma visão. Assim, de um lado os dirigentes da Associação/da Cooperativa imputavam aos associados as conseqüências dos problemas, ou seja, os associados eram apontados pelos dirigentes como ausentes e imediatistas, razão pela qual permaneciam presos às várias manipulações – disfarçadas em "ajuda assistencialistas" – por parte dos atravessadores. Conforme argumenta a ex-presidente da Cotramare,

> *"Porque quando a Cooperativa chegou, começou a comprar com preço melhor do que aquele que o atravessador tava comprando, e aí pra ele não ficar atrás, pra não perder a freguesia dele, ele começou a aumentar os preços dele. E teve um período que a Cooperativa aumentava, e ele aumentava, também. Aí, a Cooperativa vinha e igualava. E ficou um período nesse vai e vem! Mas, tem muitos catadores que não vendem pra Cooperativa, eu penso que é devido aos preços e empréstimos, porque tem algumas coisas que o preço dele [Seu Valdomiro] é melhor, por exemplo, a manteigueira, a caixa de doce. E muitos deles faz empréstimos porque ele [Seu Valdomiro] empresta dinheiro aos catadores. E aí, as pessoas ficam fiel a ele, acredito que é uma maneira dele segurar essas pessoas pra ficarem vendendo pra ele. O catador pega dinheiro com ele, tá devendo, então tem que passar a mercadoria pra ele. E tem deles que continua sempre assim: quando termina de pagar a ele, pega dinheiro de novo, e vende só pra ele". (C. R., ex-presidente de compra e venda da Cotramare, 48 anos, 18 de julho de 2005*).

Por outro lado, no discurso dos associados, ocorria um deslocamento e uma identificação, a cooperativa e/ou associação: são eles. E conforme Araújo (1982, p. 164), a diretoria, através

dos seus membros, passa a exercer o papel de catalisador de todos os acertos e desacertos da organização, sendo acusada das inexpressivas participações dos associados.

7.4 *O HABITUS PRECÁRIO* E AS TENSÕES E DISTENÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO *HABITUS ASSOCIATIVO*

Contudo, associados e diretoria, sem outros meios para avaliar a situação na qual se encontravam, não tinham outra saída a não ser expressar e compreender sua própria situação de existência a partir de sua realidade concreta, realidade que pouco eles conheciam e que, na maioria das vezes, não compreendiam. Logo, consideravam-se "culpados" pela fragilidade, ou seja, pelas tensões vivenciadas na estruturação da organização (cooperativa e/ou associação).

Talvez, eles não compreendessem, por exemplo, que os feitos sociais e políticos do capitalismo devem ser considerados em qualquer avaliação, inclusive no desempenho destas organizações no mercado. Lembramos, neste sentido, uma conversa com o representante do Movimento Nacional dos Catadores na Paraíba, sobre a influência da queda do dólar nos preços dos materiais recicláveis, principalmente de garrafas PET, e o seu impacto direto na renda dos catadores. Tal fato colocava o atravessador numa situação vantajosa. Segundo este representante, alguns atravessadores estavam abarrotados de material, razão por que esperavam os preços melhorarem, para poderem vender para as indústrias recicladoras – estas não só vendiam para o mercado interno, mas também exportavam. Assim, os catadores ficavam à mercê desse jogo.

Logo, o grupo (associados e diretoria) não conseguia definir ou entender muito bem as razões pelas quais a queda do dólar e as grandes empresas exerciam influências sobre suas vidas.

Por isso, quando questionados sobre o conhecimento dos preços dos materiais recicláveis no mercado, 43,9% (29) dos entrevistados responderam que sabiam dos preços de alguns materiais no mercado, isto é, dos preços de alguns sucateiros; por sua vez, 56,0% (37) afirmaram que não tinham conhecimento de todos os preços.

Portanto, talvez, não compreendessem que as grandes empresas industriais e comerciais (recicladoras) conseguiam sobreviver no momento crítico do mercado mundial. Ou seja, elas conseguem compensar seus eventuais maus negócios através de outras atividades específicas, por exemplo, via mercado financeiro. Já um empreendimento como a Astramare/Cotramare, voltado

unicamente para seu quotidiano de comercialização, mal podia geri-lo, sofrendo internamente as tensões da situação econômica brasileira e do comércio exterior, portanto de uma economia globalizada.

Outra tensão vivenciada era o reconhecimento e a remuneração do trabalho dos catadores, questão sempre debatida no âmbito do movimento nacional. No caso particular da Cotramare, o poder público local não propiciou nem as condições necessárias para o funcionamento da organização, muito menos deu garantias e/ou o acesso aos serviços mínimos de cidadania. De acordo com uma associada da Cotramare,

> *"Aqui a gente só tem o apoio dos apoios! O Padre Vicente ajudou muito aqui, fazia festa pra nós, ajudou deste tempo do Distrito, ajudou na construção da escola pra alfabetizar os catadores. Depois que ele saiu ficou Dona Edneusa e Celine [...] e elas é muito importante pra gente, toda ajuda vem delas. São elas que no final do ano lembram que a gente existe, faz as festas de natal. São os apoios que organizaram mutirão pra gente tirar documentos. Agora a ajuda da Prefeitura a gente não tem, porque o Prefeito nem sequer vem aqui dar uma satisfação. Eu digo, sempre se não fosse os apoios essa Cooperativa nem existia". (A. P. de L. e S., 29 anos, associada da Cotramare, julho de 2006).*

Quando questionados sobre quais órgãos ou entidades apoiavam os catadores, 30% (20) destacaram a atuação da Pastoral de Rua e da Cáritas Diocesana; 40% (60) consagraram os voluntários: Irmã Celine, Edneusa, Ana Virginia (no Caso de Campina Grande), e Luciene/Cáritas (no caso de João Pessoa). Apenas 4,5% (03) mencionaram a Prefeitura Municipal e/ou a EMLUR (no caso específico, os catadores associados de João Pessoa); Apenas 1,5% (01) fizeram referência à importância do Movimento Nacional dos Catadores para os catadores (no caso o próprio representante do Movimento, associado da Astramare).

De fato, sem saber ao certo a importância do Movimento Nacional dos Catadores no sentido da organização e da união autônoma dos grupos que lidam com a cata do lixo, 56,1% dos (as) entrevistados (as) responderam "não saber da importância do movimento"; por sua vez 25,7% afirmaram "não ter conhecimento" sobre o Movimento Nacional dos Catadores. Apenas 6,1% consideraram importante o Movimento no reconhecimento do trabalho dos catadores.

Embora a Prefeitura Municipal de João Pessoa, em seu programa de coleta seletiva, tenha estruturado uma "gestão compartilhada" com a Astramare (fornecendo toda uma infra-estrutura de apoio com equipamentos e espaço físico), a associação enfrentava dificuldades para garantir

sua sustentabilidade, inclusive diante da descontinuidade da política do governo municipal em relação aos catadores. Questionado a este respeito, um dos coordenadores afirmou o seguinte:

> *"É que essa nova gestão não tem consciência daquilo que a gente faz! Essa nova gestão do poder municipal não tá investindo na coleta seletiva em toda sociedade [...] Eu digo assim: alguns bairros continuam e outros não. Porque era pra o lixo ser separado desde as residências, mas se a população não é educada? Então, é uma coisa que não só depende da gente pra trabalhar. Aí, você tá vendo que as prensas não funcionam, o lixo que chega até o aterro a gente num tem acesso a todo ele. Porque era pra o Prefeito atual continuar reconhecendo o nosso trabalho. Aí, dizem que a gente tá sendo reconhecido pela sociedade, mas do direito da Constituição como trabalhador, com dignidade, nós num temos! Nós num temos nada! Nós somos indigentes! É esse tipo de vida que eles querem para a gente?". (H. A. da S., 38 anos, coordenador de turma do aterro sanitário, julho de 2005).*

Santos e Rodríguez (2002) chamam atenção para a complexidade e ambigüidade das relações entre o Estado e as alternativas de produção. Isso porque,

> Em muitas ocasiões, o Estado atua como catalisador eficaz, e inclusive como criador das alternativas [...]. Em outros casos, a ação contraditória do Estado – que passa do apoio ao abandono das iniciativas – pode ser altamente negativa e até mesmo pôr em perigo a própria sobrevivência das organizações. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.68)

Desta forma, Grimberg, Tuszel e Goldfarb (2004), ao analisarem a política do governo no fortalecimento das cooperativas ou associações de catadores, principalmente aquelas que atuam nos equipamentos públicos, mostram que esse tipo de política tende a estabelecer a lógica do mercado. Assim, muitas destas organizações não conseguem acompanhar o ritmo e a dinâmica do mercado. Por isso, muitas acabam ficando isoladas ou chegam a desaparecer. O desafio para o governo é o de potencializar o funcionamento destas, para que possam manter sua autonomia, e ao mesmo tempo atuar de forma articulada com as estruturas públicas, numa equação de mútuo benefício.

Para Rodríguez (2002, p.72-73), os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das atividades econômicas alternativas devem ser gradualistas e inclusivos. Nesta perspectiva, os critérios gradualistas implicam o acesso aos benefícios mínimos de cidadania. Os autores lembram, por exemplo, o acesso a serviços médicos ou a férias adquiridos pelos trabalhadores das cooperativas de Moçambique, Índia ou Colômbia, como sendo um marco na vida destas pessoas.

De certa forma, as questões mais pertinentes para avaliar as disposições, bem como a explicação do (a) associado (a) entrevistado (a) acerca do funcionamento da organização estão sistematizadas no quadro seguinte.

Principais questões	Valores
1.Se a organização possui Estatuto	
Sim	38 (57,6%)
Não	03 (4,5%)
Não soube informar	25 (37,9%)
2.Você tem conhecimento dos princípios que regem o Estatuto da Associação/Cooperativa	
Sim	13 (19,7%)
Não	53 (80,3%)
3. Você tem conhecimento dos deveres e direitos dos associados	
Sim	32 (48,5%)
Não	33 (50,5%)
NR	01 (1,5%)
4.Você lembra um dever ou direito do associado	
a) Entregar o material e participar das reuniões	16 (24,2%)
b) Participar das decisões da Associação	02 (3,0%)
c) Só temos deveres: trabalhar e chegar na hora certa	02 (3,0%)
d) Trabalhar junto e unido	02 (3,0%)
e) Não roubar	03 (4,5%)
f) Não tem conhecimento	33 (50,0%)
g) Não lembra	08 (12,1%)

Quadro 17-Explicação do (a) Entrevistado (a) acerca do Funcionamento da Organização
Fonte: Levantamento Direto/2005-2006

As organizações associativas podem se originar por duas razões: aquelas que são formadas a partir da vontade de seus membros (associados) que, em geral, conhecem-se previamente e têm consciência clara de suas necessidades em comum e objetivos definidos para satisfazê-las. Por outro lado, estão aquelas organizações que têm sido formadas a partir de iniciativas de forças externas ao grupo, que incentivaram o processo associativo; neste caso, as formas de ingresso na organização podem ocorre por várias razões ou o que se pode chamar de ingressos pontuais. A diferença de origens pode dar elementos para entender se determinados grupos são mais propensos à ação da participação, na condução ou no rumo da organização.

No caso particular das organizações em estudo, a iniciativa ao processo associativo se deu mediante forças externas, ou seja, a iniciativa de formar uma cooperativa ou associação dentro daquelas comunidades foi uma idéia que partiu de um trabalho voluntário com ajuda de outras

instituições, particularmente da Cáritas, razão pela qual o ingresso por parte dos catadores ocorreu de forma pontual, ou seja, por uma ou por outra razão.

Assim, quando questionados sobre por qual o motivo ou razão se tornara sócio, no grupo amostral de 26 entrevistados (as) da Astramare, a confirmação foi unânime: após o fechamento do lixão do Róger, todos os catadores que ali trabalhavam só entrariam no programa de coleta seletiva da Prefeitura se estivessem associados. O associado S. P. da S. nos afirmou que não optou por ser associado: *"[...] porque eu era um catador antigo, depois fiquei sabendo que já era associado, e isso foi uma surpresa pra mim".* Já M. de F. S. assegurou que seu ingresso se deu de outra forma, antes de o lixão do Róger fechar: *"Eu fui convidada por Luciene para participar de uma reunião no Mosteiro, não só eu, mas vários catadores. E foi nessa reunião onde fiquei sabendo da importância de formar uma associação, pois o lixão ia se acabar".*

Também na Cotramare, o processo de organização dos catadores se deu a partir de agentes externos:

> *"O Padre Vicente foi pioneiro. Sua pretensão era retirar os catadores do lixão, oferecendo outras alternativas de renda, por exemplo, os cursos profissionalizantes, colocando a Escola de Alfabetização para adultos e crianças do lixão. Eu ainda era da Universidade, que na época havia um projeto de extensão da Universidade Federal de Campina Grande. A idéia era tentar implantar um Projeto-piloto de Coleta Seletiva e tentar mobilizar os catadores para eles terem oportunidade de conseguir os resíduos que fossem apenas dentro do lixão. Aí, na época, eu procurei o Padre Vicente, que na época tinha junto com Edneusa um trabalho dentro do lixão com os catadores, para ele me orientar como eu chegar até os catadores. Na época, quando eu visitei os catadores, eles ainda estavam no lixão do Distrito Industrial, se não me engano o lixão já estava prestes a ser transferido para a Alça Sudoeste, isso por volta de 2000. Aí, o Padre Vicente me orientou que eu fosse até a escola, porque tinha catadores que freqüentavam a Escola. E, depois da implantação do PET, aumentou o número, acho que 300 crianças vieram para Escola. Depois, veio o grupo que produziu vassouras; este grupo constituiu a cooperativa. Bem, aí eu fui até a escola, porque o Padre Vicente me alertou que já tinha um grupo que freqüentava reuniões, que já participava do processo e já era mais fácil trabalhar com este pessoal. E daí surgiu um grupo* interessado nesta experiência, e a gente começou a experiência da coleta seletiva, lá no bairro da Prata". (A. V. R. de G., assessora da Cáritas Regional Nordeste II, abril de 2005).

Entretanto, o ingresso dos catadores na Cooperativa ocorreu de forma diferente. Para aqueles cooperados mais antigos, o ingresso se deu através de convites para participar de reuniões que eram coordenadas inicialmente pelo Padre, depois por demais voluntários. Num grupo amostral de 40 entrevistados, 14 responderam que o seu ingresso se deu a partir do convite para participar das reuniões, das missas quinzenais, da escola de alfabetização, onde "aprendeu que trabalhar associado traria mais benefícios para os catadores". O depoimento de uma cooperada antiga reforça a constatação:

> *"Eu sou associada desde o começo, quando começou as reuniões, as missas, os encontros. Os voluntários mostravam a importância de todos se tornarem associados, de lutar juntos pra melhorar nossa situação. Eu comecei a entender porque Seu Valdomiro era rico e a gente era pobre, que o trabalho da gente era digno. Eu fiquei cooperada por isso, assim, que todos unidos, trabalhando juntos a situação da gente ia melhorar". (M. do S. D., ex-presidente da Cotramare, 08 de agosto de 2005).*

Por sua vez, 10 entrevistados (as) afirmaram ter ingressado na Cooperativa quando começaram a participar das reuniões, onde perceberam a importância da cooperativa na comercialização dos materiais.

> *"Quando foi feita aquela manifestação aqui dentro do lixão pra Cooperativa poder botar a balança e poder comprar também os material dos catadores, eu estava presente. Porque nas reunião, a gente sempre falava da escravidão que a gente vivia aqui com Seu Valdomiro." (A. C. N. dos S., 26 anos, associado da Cotramare, 28 de julho de 2006).*

Para 03 entrevistados (as), o ingresso se deu a partir do convite para trabalhar na coleta seletiva: *"Eu fiquei sócio desde 2001, quando fui convidado pra participar da coleta seletiva [...] Aquele projeto com Dona Ana, que começou na Prata, mas não deu certo" (P. B., 36 anos, associado da Cotramare, 21 de agosto de 2006),* enquanto para 13 entrevistados (as) da Cotramare o ingresso na Cooperativa ocorreu porque *"vender pra cooperativa às vezes era melhor do que vender para os sucateiros, principalmente para Seu Valdomiro*" (I. de L. G., maio de 2006).

Esse tipo de comportamento dos cooperados levava a Cotramare a uma situação difícil de ser controlada, pois os catadores optavam pela cooperativa na expectativa de preços mais compensatórios para comercializar seus materiais. Evidentemente, que a questão dos preços compensatórios não seria causa principal pela qual o associado era "infiel" à cooperativa, mas indicava a "ineficiência" competitiva da organização no mercado.

Outro dado importante diz respeito às reuniões (oficinas sobre associativismo/cooperativismo) para constituição das referidas organizações, com maior ou menor frequência dos catadores, em cujos momentos parecem ter recebido instruções e orientações, tanto acerca da organização grupal quanto no entendimento dos direitos e deveres no funcionamento de uma associação/cooperativa.

Contudo, o sentido real do associativismo parecia ser desconhecido pelos associados, inclusive seus princípios e funcionamento. Quando questionados se a associação/cooperativa tinha estatuto social, 37,9% (25) responderam que sua organização não possuía estatuto, enquanto 57,6% (38) confirmaram que sim.

Por sua vez, 80,3% assumiram não ter conhecimento dos princípios que regiam o estatuto da associação/cooperativa; 48,5% afirmaram ter conhecimento dos direitos e deveres de um associado; e 50,5% disseram que não os conheciam. Quando indagados se lembrariam de um dever ou de um direito do associado, 50,0% (33) dos (as) entrevistados (as) disseram que não tinham conhecimento; 12,1% alegaram que não lembravam; por sua vez, 24,2% citaram que o principal dever do associado era entregar o material e participar das reuniões.

Uma característica presente nas disposições, observada nos discursos (nas explicações) dos (as) entrevistados (as) era o imediatismo. A questão premente era a sobrevivência cotidiana que os obrigava a um fechamento no momento presente e que os impedia de perceber a estrutura e de vislumbrar um futuro próximo, fechamento causado pela urgência e emergência do atendimento às necessidades cotidianas.

O imediatismo da disposição tem uma consequência radical, pois impede a elaboração de uma direção. Não há esperança de novidade; instala-se o reino do conformismo e não se abrem possibilidades: abre-se um "tempo escuro", que nos remete a um trecho da música "Entra" de Gilberto Gil.

Esse imediatismo se traduz, por exemplo, com relação ao que pensavam sobre o sentido da associação/cooperativa. Muitos não tinham "a menor idéia" sobre sua verdadeira função. Para eles, a cooperativa estava vinculada a uma entidade empregadora; faziam referência a algo distante deles e não a uma entidade que os representava. A disposição imediatista apresenta outra consequência: maleabilidade e flexibilidade. Ou seja, esta forma de disposição dificilmente permite uma participação e mobilização mais estável: ela se presta a manifestações de espontaneidade e apresenta um certo grau de instabilidade.

A etnografia do cotidiano destes catadores nos mostra um ambiente precário, haja vista que algumas experiências de vida carregam com frequência, eventos trágicos marcados pela pobreza extrema e exclusão social em suas diversas variantes, pela violência dentro do núcleo familiar e na comunidade na qual residem. Ou seja, uma realidade que contribui para uma notável ruptura dos laços sociais, consequentemente, para a formação ou desenvolvimento de um *habitus*

precário, cujo resultado, em muitos dos catadores, era um forte sentimento de desconfiança em si mesmo e em relação aos outros.

Alguns trabalhos empíricos apontam a existência de alguns pré-requisitos para a formação de associação ou cooperativa de catadores. Nunes (2004) observou que a cooperação e a solidariedade já existiam de uma forma sólida entre os catadores do antigo lixão de Canabrava, favorecendo, assim, a constituição da Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava, Salvador na Bahia.

Apresentamos, em seguida, duas entrevistas realizadas no início de nossas visitas ao campo, as quais nos levaram a refletir se as organizações associativas estudadas se encontravam ancoradas de fato por laços de solidariedade.

Na Astramare (em João Pessoa), por exemplo, o relato do representante do Movimento Nacional dos Catadores levantava o seguinte questionamento:

> *"Aí, as pessoas [os catadores] que trabalhou no lixão metade não se adaptou a trabalhar em grupo, porque antes eles trabalhava para si. Lá no lixão todo mundo fazia o que queria, chegava a hora que queria, trabalhava a hora e o dia que queria, vendia o material pra quem queria. Todo mundo trabalhava pra si mesmo, era cada um por si e Deus por todos! Quer dizer, tem muita gente que não se acostumou ainda a trabalhar junto, digo assim, coletivamente. Aí, quando pegou todo mundo, trezentas pessoas e colocaram tudo junto, aconteceu o que você sabe e eu tou lhe dizendo, não sabe trabalhar em grupo. Não sabem ouvir o outro falar, fazem acusações, parte pra violência". (C. M. B., junho de 2004).*

Na Cotramare, (em Campina Grande), o discurso de uma voluntária, também questionava:

> *"A gente [os voluntários] viu que eles [os catadores cooperados] não conseguem caminhar sem a nossa presença, por enquanto, infelizmente! A falta de estudo, o nível de escolaridade entre eles é um problema, eu acho que essa questão da falta de escolaridade é um grande entrave. Por exemplo, Lucicleide lê muito pouco, acabou de ser alfabetizada, eu nem sei se ela lê. E tem muitos com esse problema. Mas eu percebo um outro agravante, que é a falta de união! Eles brigam muito, toda semana é uma confusão. Sabe, são fofocas, acusações, agressões. E isso tem sido um desafio pra gente". (E. L. B., voluntária da Cotramare, fevereiro de 2005).*

Os constantes conflitos e desavenças eram presentes, não apenas durante as reuniões deliberativas, mas sobretudo no âmbito das conversas informais. Rodrígues (2002) observou que a falta de confiança e os ressentimentos mútuos não ocorriam apenas entre os associados e os que ocupavam cargos administrativos (diretoria), mas também entre os associados.

Evidentemente que os atritos são comuns em todas as organizações associativas, entretanto, conforme o autor observou em sua análise nas cooperativas colombianas,

> Uma dificuldade inicial está relacionada às características próprias da população recicladora, especificamente com o seu baixo grau de escolaridade. O fato de a maioria dos sócios não ter estudo secundário impede uma participação plena destes nos cargos de eleição e nas decisões da cooperativa que requerem conhecimento especializado. (RODRÍGUES, 2002, p.353).

Os estudos apontam o grau de escolaridade como fator importante no êxito e no processo de consolidação das organizações associativas de catadores de lixo (MAGERA, 2003).

Não se pode negar, em geral, que os membros destas associações são pessoas desprovidas de acesso a informações e esclarecimentos sobre como podem desenvolver melhor seu trabalho dentro da organização. Contudo, em outro momento de sua análise, Rodrígues (2002) chama atenção para a cultura individualista da população recicladora. É justamente neste ponto que chamamos atenção para outro processo de tensão.

Grimber, Tuszel e Goldfarb (2004) apontam que a questão fundamental na formação dos catadores é sua capacitação para atuar em toda a cadeia produtiva dos materiais recicláveis, não apenas na triagem, mas também no beneficiamento e na reciclagem dos materiais, etapas de maior valor agregado na cadeia produtiva. Uma vez capacitados, os catadores teriam possibilidades mais efetivas de lutar contra a exploração econômica a que estão submetidas, tanto nas cooperativas quanto nas associações. Na visão dos autores, a construção de uma política de investimentos sociais, no âmbito federal, estadual e municipal, de apoio às cooperativas e às associações, necessita de capital de giro, de equipamentos e de apoio técnico que permitam uma maior autonomia com relação à flutuação de preços do mercado.

No caso particular das organizações em estudo, os catadores associados participavam de um processo rudimentar de triagem de lixo. De acordo com o representante do Movimento Nacional e membro da Diretoria da Astramare, os catadores não tinham capacidade técnica para atuar em etapas de maior valor agregado da reciclagem de lixo:

> *"Hoje dentro do Movimento se fala muito sobre a necessidade de capacitar os catadores para atuar nas cadeias de reciclagem, porque nosso objetivo é tirar o catador do lixo, de tirar eles do trabalho direto com o lixo. Por exemplo, tem cooperativa no Brasil que os catadores estão reciclando plástico, eles trabalham na limpeza do material e no beneficiamento, isso é uma etapa avançada na cadeia da reciclagem do plástico. Assim, porque é necessário eles estarem capacitados para trabalhar, e saber ler, porque eles vão trabalhar com máquinas. Agora, num adianta chegar e querer que*

> *os catadores lá do lixão, que só sabem catar aprendam "num passe de mágica". Minha gente, muitos são analfabetos! Eu num tou querendo degredar meus companheiros, eu tou falando uma realidade. Por que é que as máquinas quebram lá no aterro e a gente fica esperando os técnicos da EMLUR? Porque a gente não sabe concertar; porque nosso material é de péssima qualidade, porque a gente faz uma triagem grosseira. Aí pede-se projetos para o Governo Federal para capacitar os catadores, para ele atuar nas cadeias de reciclagem de plástico, de vidro, de papel e num sei mais de quê. Como se isso fosse resolver o problema". (C. M., representante do Movimento Nacional dos Catadores, agosto de 2006).*

De fato, o sucesso de uma cooperativa ou de uma associação de catadores depende da capacidade de seus associados se engajarem em outras atividades econômicas, particularmente nas cadeias produtivas. Isso permitiria tanto se beneficiarem das oportunidades econômicas da reciclagem quanto o sucesso das organizações nas quais estão envolvidos.

Já Carvalho e Pires (2001, p.172-173) consideram que o êxito e a sustentabilidade das organizações associativas não estariam apenas relacionados às dificuldades dos associados assumirem a gestão do empreendimento. Ao se analisar tais organizações, não somente a capacidade técnica e de gestão devem ser consideradas, isto é, deve-se buscar elementos conclusivos a partir da lógica que rege as empresas ou que rege a produção de riquezas. As organizações associativas devem ser analisadas por outra lógica. Os autores advertem para a necessidade de captar elementos a partir da lógica que rege a emancipação do homem na busca e construção da autonomia. Ou seja, é preciso levar em conta se os membros associados participam de "um nós" (aspas nossas), de relações de reciprocidade, de confiança, ajuda mútua neste processo autônomo de construção.

Segue daí o que Pires (1999) observou acerca das duas tendências de análises sobre o sucesso ou insucesso das práticas cooperativas: uma que destaca a importância de práticas democráticas e aquela que enfatiza a importância da capitalização e da competitividade. Segundo a autora, estas tendências se deparam com uma mesma preocupação: a identidade cooperativa. A questão da identidade cooperativa está intimamente relacionada aos rumos dos valores e princípios do cooperativismo no atual ambiente econômico. Neste aspecto, vale ressaltar que

> Hoje, a conciliação entre filosofia cooperativa e racionalidade capitalista constitui a principal fonte de tensão vivenciada na empresa cooperativa e, ao mesmo tempo, o seu principal desafio. Seguir o modelo cooperativo, dentro dos preceitos e valores mais rigorosos que regem a prática se mantendo, ao mesmo tempo, na liderança de mercado se traduz num esforço incessante de se mover a partir de práticas criativas e eficazes capazes de atender, ao mesmo tempo, os membros no interior da cooperativa e os clientes internacionais. (PIRES, 1999, p.61).

Quando questionamos aos entrevistados se preferiam trabalhar em grupo ou individualmente, 77,3% (51) responderam que "preferiam trabalhar individualmente", enquanto 22,7% (15) disseram que "gostavam de trabalhar em grupo".

As razões apresentadas por aqueles que manifestaram sua preferência de trabalhar individualmente, foram as seguintes:

a) *"É melhor, pois dava menos confusão, e não tinha tantas brigas"*, segundo 25 entrevistados (as);
b) *"Acha melhor, pois em grupo tem muita gente que se escora, não trabalha e quer receber igual"* de acordo com 09 entrevistados (as);
c) *"É melhor, pois ganha muito mais, e não tem patrão pra mandar",* conforme 17 entrevistados (as);

Em seus discursos, os (as) (as) entrevistados (as) manifestaram o porquê de se oporem ao trabalho em grupo:

> *"Faz mais de oito anos que eu cato lixo e eu sempre cato, junto e vendo sozinha. Eu num gosto de trabalhar com ninguém acho que dá muita confusão. Eu já vi muita briga aqui dentro desse lixo por causa de juntar tudo pra depois vender. Tem gente que se escora, fica esperando só o outro trabalhar, e depois quer repartir igual. Aí, num tem futuro!". (A. P. de L. e S., 21 de julho de 2006).*

> *"Faz uns quatro anos que eu vivo trabalhando no lixo, e eu sempre trabalhei sozinho, é muito melhor! Já tentaro, na Cooperativa, juntar o material de todo mundo e depois dividir igual. Foi tanta confusão [risos]. Eu conheço outras cooperativas de catadores, já viajei, e tem caso que dá certo, porque é preciso que todo mundo tenha compreensão de trabalhar junto e dividir junto. Mas é muito difícil. Aí é melhor trabalhar pra si mesmo, evita problemas". (A. L. de Q., 31 anos, 27 de julho de 2006).*

> *"Eu num gostei dessa experiência de trabalhar associado, nem eu e nem um monte de catadores. Porque quando a gente vivia dentro do lixão do Róger, trabalhando sozinho, a gente num tinha patrão, a gente ganhava muito mais dinheiro, num tinha essa história de repartir pra num sei quantos. Agora, tudo é dividido! A gente trabalha mais de oito horas por dia, e quando vai receber é uma mixaria. Pergunte aqui dentro, aos associados, quem gosta de trabalhar associado? Você vai ver tudinho dizer que quer voltar pra o lixão". (S. B. N., 30 anos, associada da Astramare, 02 de setembro de 2006).*

> *"Olhe eu sei que é muito importante a gente trabalhar associado. Mas, eu vou ser sincera eu prefiro trabalhar individual. Quando eu trabalhava no lixão do Róger, eu sabia quanto de material eu catava, quanto eu tinha vendido. Eu trabalhava a hora que eu queria, vendia pra quem eu queria. E agora, a gente perdeu o controle de tudo!". (L. de O. S., 31 anos, associada da Astramare, 19 de agosto de 2006).*

É possível perceber um forte sentimento de desconfiança em relação ao outro. Afirmaram "preferir trabalham individualmente"; argumentando preservar suas "liberdades". Neste sentido, a

defesa da própria independência se traduz na preferência em relação ao agir individual, alimentando o atuar individualmente, mesmo os que atuam nas associações.

Robert Castel (1998) relacionou a exclusão social a um estado de carência ou de privação material, de segregação, de discriminação e de vulnerabilidade em alguma esfera, através de inserção/não inserção pelo trabalho, ou da inserção/não inserção em uma sociabilidade sociofamiliar. Assim, o indivíduo que está desvinculado na esfera do trabalho sofre maiores consequências do que aquele desvinculado apenas na área familiar, pois o seu sustento e o de sua família, sua participação na comunidade, assim como todos os funcionamentos das relações sociais e da cidadania estão baseados na sua inserção ocupacional.

Castel (1998, p. 602) questiona como é possível o indivíduo resistir em uma sociedade que nega seus mecanismos de inserção e associação, de referência a coletivos, e atua sem proteções efetivas. Esse processo tem efeitos contrastantes nos diversos grupos afetados. Para alguns, significa maior liberdade e identidade; para outros implica em precariedade, isolamento e perda das proteções, efeitos que dizem respeito ao trabalho e à vida social.

Portanto, esta situação leva ao desenvolvimento de outro individualismo, o individualismo de massa, como uma metamorfose do individualismo "negativo" da sociedade pré-industrial[50], como produto do debilatamento ou da perda das regulações coletivas. Trata-se, portanto,

> De um processo de desindividualização que insere o trabalhador em regimes gerais, convenções coletivas, regulações públicas do direito do trabalho e da proteção social. O indivíduo existe como pessoa "privada", mas [...] o status profissional é público e coletivo, e esta ancoragem permite uma estabilização dos modos de vida. (CASTEL, 1998, p.600-601).

[50] O individualismo negativo seria aquele desenvolvido nos interstícios da sociedade pré-industrial; sobretudo, na França, onde o imperativo da sobrevivência obrigava os cidadãos trabalhadores franceses "livres e iguais" a aceitarem relações de trabalho absolutamente perversas. Para Castel, essa "nova regra do jogo" não promoveu proteções novas, ao contrário, terá por efeito destruir o que restava de pertencimentos coletivos. A superação daquela condição ocorreu somente no século XX, mediante a consolidação da propriedade social como forma de suporte para a existência dos indivíduos. É a propriedade social que torna possível aos indivíduos gozarem de forma igualitária os direitos de cidadão. O surgimento desta propriedade "pública" permitiu a superação da propriedade privada como suporte do indivíduo para que ele pudesse tornar-se proprietário de si mesmo. Ou seja, o individualismo "positivo" impõe-se ao tentar recompor o conjunto da sociedade sobre uma base contratual (CASTEL, 1998, p.598-599).

Tal situação demonstra a situação dos trabalhadores como "indivíduos negativos" hoje, ou seja, indivíduos que sobrevivem abandonados à própria sorte, sem a possibilidade de exercício. Por esta razão, em muitos grupos, o indivíduo

> É completamente individualizado e superexposto pela falta de vínculos e de suportes em relação ao trabalho, à transmissão familiar, e à possibilidade de construir um futuro. Seu corpo é seu único bem e seu único vínculo, que ele trabalha, faz gozar e destrói numa explosão de individualismo absoluto. (CASTEL, 1998, p. 603).

No caso dos grupos de catadores em questão, como já mencionamos, o cotidiano era marcado pela precariedade, tanto no ambiente de trabalho e/ou na comunidade (bairro) quanto na família. Enfim, um ambiente precário que tendia a negar as possibilidades de experiências compartilhadas (associativas).

De acordo com Nunes (2001, p.152) “ao invés de um nós, mesmo que comunitariamente embrionário, existe um eu vulnerável”, onde a impotência e frustração são as experiências mais freqüentes, podendo-se falar, neste sentido, de identidade negativa, ou nos termos de Nunes,

> Falar de identidade construída negativamente no trabalho não significa que os trabalhadores não reajam às ofensas ou aos conflitos, mas que as soluções encontradas conduzem a rupturas e a uma grande rotatividade que os torna mais frágeis. (NUNES, 2001, p.153).

Neste sentido, as condições para a construção e reprodução de um *habitus associativo* entre o grupo de catadores associados estariam limitadas pelo acesso à criatividade por parte daqueles. Christophe Dejours (1996 apud NUNES, 2001) nos mostra que a criatividade é uma possibilidade à disposição de todos, e esta só pode ser exercida sob certas condições, a saber: a confiança nos colegas, no reconhecimento, na reciprocidade e etc. Contudo, numa situação na qual o indivíduo em questão é completamente individualizado pela falta de vínculos no trabalho ou de transmissão familiar, com o corpo “cansado e dominado, sob condições precárias e de segurança” (Ibidem, p. 151), sua criatividade não consegue ser exercida.

Neste sentido, poderíamos falar, também, da carência de uma cultura cívica nos termos de Putnam (1996 apud SOUTO MAIOR; EICHNER, 2001) em seu estudo acerca da experiência democrática em algumas comunidades na Itália; portanto de um capital social que consiste no processo de desenvolvimento da confiança recíproca entre os cidadãos com o objetivo de resolver problemas que exigem a ação coletiva ou o desejo dos cidadãos para confiar uns nos outros. Ou

seja, aquelas "comunidades que carecem de uma cultura cívica estariam imbuídas de práticas obstacularizadoras de formação de estoque deste tipo de capital; estariam, portanto, estruturadas em padrões de sociabilidade que não facilitariam a formação de uma cultura cívica" (SOUTO MAIOR; EICHNER, 2001, p.197).

Autores como Coleman (1983 apud BARQUERO, 1999) falam sobre a importância do estoque de capital social que deve estar incorporado nas relações entre pessoas, por uma única característica cultural: o nível de confiança inerente numa sociedade.

Assim, de acordo com Barquero (1999, p. 29-30), a aquisição desse capital social "exige que as pessoas aceitem e valorizem as normas éticas e morais da comunidade e, nesse processo, adquiram virtudes cívicas, como lealdade, honestidade e confiabilidade". Dessa forma, os indicadores mais utilizados na sua operacionalização estão baseados na participação de pessoas em organizações sociais e no sentido de confiança entre os membros de uma comunidade.

Nos discursos dos entrevistados, sobretudo naqueles dos voluntários da Cotramare, a questão da falta de confiança e da solidariedade (ajuda mútua) entre os cooperados foi sempre mencionada:

> *"Depois de tantos anos, acho que faz mais ou menos dez anos que eu trabalho na organização grupal dos catadores, eu vejo que a questão da falta de confiança, de respeito entre eles é um problema muito difícil. Eu me lembro do que o Padre Vicente falava nos momentos de nossas conversas. Ele dizia que a gente tinha chegado tarde dentro da comunidade. A gente tinha chegado tarde pra resgatar a dignidade desse povo sofrido, pra que eles se sentissem como gente! Porque você sabe que é uma vida muito difícil, eles vivem buscando sobreviver dentro do lixo, muitos não têm laços familiares, de valores, da condição humana mesmo! Tem fatos de vida dos catadores que você nem imagina! Eu me lembro de um catador que a gente tentava trazer ele pra cooperativa, e nunca conseguimos, porque ele não queria. Assim, era uma vida de promiscuidade. Tinha não sei quantos filhos, os filhos engravidavam as mulheres e trazia pra dentro de casa; aí, o pai engravidava a nora. Num ano, a nora tinha um filho do sogro, no outro ano, gerava um filho do marido. Quer dizer, é uma coisa triste! Qual o referencial de família que estas pessoas têm? Quantas histórias de abuso sexual por parte de pai; de violência dentro de casa. A gente tem uma cooperada, que o marido espancava a coitada dentro de casa, dentro do lixo, vivia ameaçando de morte. Quantos filhos de catadores não estão envolvidos com drogas, com roubos, foram mortos violentamente. Quer dizer, como resgatar nessa gente outras possibilidades de vida?" (E. de L. B., voluntária da Cotramare, dezembro de 2005).*

Outra voluntária relacionou a falta de confiança entre os catadores a outros motivos:

> *"Você sabe que muitos deles não acreditam, não confiam mais nas possibilidades de trabalhar cooperado. Conversando com Luciene sobre a experiência de João Pessoa, ela me falou que é o mesmo problema. Assim, às vezes são muitas expectativas que são geradas, e eles como pensam no imediato, não acreditam no longo prazo. Aí, você vê, estes projetos "do vidro" e do "plástico" das universidades, eles geram expectativas*

> *nos catadores. E estes projetos dependem de recursos, têm um tempo pra ser implantado. E depois? Eles estarão preparados? Serão auto-sustentáveis? Muitas vezes, eles não conseguem ser concretizados. Depois, por não concretizarem as mudanças de vida esperadas pelo grupo, geram frustrações. Isso reflete diretamente na gente e na cooperativa, porque eles passam a não confiar". (A. V. R. de G., voluntária da Cáritas).*

Para Rodrigues (2000), embora os catadores considerem a liberdade como um valor absoluto, esta tenderia a acentuar o quadro competitivo no qual estavam imersos, inviabilizando o desenvolvimento de valores como cooperação e solidariedade.

Nunes (2004), em sem trabalho de pesquisa realizado na Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava, buscou analisar a existência de relações de competição e cooperação em indivíduos em duas situações distintas: numa situação que "induzia" à competição (no lixão), e numa situação de cooperação. A autora constatou que muitos comportamentos considerados "adequados" à atual situação, como a cooperação e a solidariedade, já existiam de uma forma sólida entre os catadores, quando trabalhavam no lixão de Canabrava.

A autora verificou alto grau de valorização dos colegas, alto grau de disponibilidade de ajuda aos colegas, bem como muitas manifestações de amizade. Além disso, a grande maioria dos sujeitos entrevistados avaliou que gostava de trabalhar lá, muito embora, na situação atual de cooperados, apesar do lema de cooperação e solidariedade, a existência de conflitos seja inquestionável.

Contudo, a realidade das experiências associativas aqui analisadas parece se distanciar daquela observada por Nunes, em Salvador. Na verdade, quando questionados (as) sobre o significado de trabalhar sob forma solidária, 47% (31) não souberam expressar o que seria de fato; 30,3% (20) exemplificaram com ajuda mútua. Entretanto, não associavam esta forma de trabalho à forma de organização por eles adotada. Para 9,1% (06), significava trabalhar juntos, respeitando o outro, enquanto 13,6% (09) exemplificaram como sendo trabalhar juntos e dividir a renda por igual. Todavia, apesar de 36 catadores (as) exemplificarem o significado da solidariedade, poucos conseguiram ser expressivos. É o que veremos nos depoimentos a seguir:

> *"Como eu disse a você, eu participei desde o começo pra formar a Associação, participei do curso sobre associativismo, e eu me lembro quando se falava que a primeira coisa é o grupo tá unido [...]. E eu me lembro que se falava de economia solidária [...], assim, eu entendia que solidariedade é trabalhar todo mundo junto e unido, e depois dividir. Agora, a gente aqui na Astramare está longe, porque se a gente*

> *trabalha junto e divide, mas não tem união, que é a coisa principal!" (M. de F. S., associada da Astramare, 05 de agosto de 2006).*
>
> *"Pra mim, solida [...], como é mesmo a palavra? Solidariedade, eu acho que dever ser todo mundo junto, eu num sei lhe dizer direito! Mas, é isso?" (L. L. da S., Associada da Cotramare, 07 de agosto de 2006).*
>
> *"Você pode perguntar a muita gente aqui dentro, se sabe o que é solidariedade. Você sabe? Deve saber, porque você convive com isso. Agora, como eu vou dizer se eu não convivo! Aqui só tem desunião, a própria diretoria num respeita a gente". (E. A. da S., 22 anos, associado da Astramare, 02 de setembro de 2006).*
>
> *"A solidariedade, eu acho que deve ser o objetivo da cooperativa, quer dizer, de todo mundo junto e unido, catando, vendendo e dividindo. Mas, isso num existe dentro da cooperativa". (M. do S. B., associada da Cotramare, 21 de julho 2006).*

Quanto à observação da prática da solidariedade dentro do grupo, 74,3%% (49) dos (as) entrevistados (as) disseram não vivenciar essa prática dentro do grupo; todavia 16,7% (11) percebiam que alguns colegas dentro do grupo eram solidários, enquanto outros eram egoístas, conforme afirmam a diretora-presidente e um associado da Astramare:

> *"Aqui se você tá com dois robôs [sacos grandes com material] pra pesar, e chegar pra um companheiro, dizendo: me ajude a levar aqui esse robô, tem deles que diz: não posso! Inventa uma desculpa. Tem outro, que num precisa nem você pedir. Então, tem uns que sabe ser solidário e outros não querem". (L. H. do N., Diretoria-Presidente da Cotramare, 21de agosto de 2006).*
>
> *"Eu num já disse à senhora que aqui num tem união, só tem desunião entre os associados, entre a diretoria. Como vai poder existir solidariedade? Isso vem desde o lixão, "é cada um por si e Deus por todos"! (K. da S., associado da Astramare, 16 de setembro de 2006).*

Quanto à participação dos associados nos cursos sobre associativismo, 37,9% (25) confirmaram que tinham participado; 51,9% (39) responderam que não tinham participado de nenhum curso sobre associativismo; 3,0% (02) disseram que não lembravam.

Tentamos, nesta perspectiva, estabelecer algumas correlações. Primeiramente, correlacionamos as variáveis: o que significa trabalhar de forma solidária (sigsol) e a participação dos (as) entrevistados (as) em algum curso sobre associativismo (curso), conforme verificamos na tabela abaixo:

Tabela 02 (Correlações)
Participação em algum curso sobre associativismo (curso) por significado de trabalhar de forma solidária (sigsol)

	Valor	Significância (p)

Nominal por Nominal	Phi	,469	,069
	Cramer's V	,332	,069
N.º de casos válidos		66	

Fonte: Levantamento Direto/2005-2006

Assim, obtivemos uma correlação moderada (0,332), pois o V de Cramer's apresenta um valor igual a 0,332 com p = 0,069. Isto quer dizer que a opinião do entrevistado sobre o sentido da solidariedade é influenciada pelo seu conhecimento sobre associativismo. É necessário observar que não houve significância estatística em decorrência de um erro amostral (o tamanho da amostra foi muito pequeno); por isso, não podemos fazer generalizações. Todavia, para o caso específico analisado, a conclusão é válida.

De fato, podemos constatar que, dentre aqueles (as) que confirmaram sua participação em algum curso sobre associativismo, havia interpretação e posicionamento divergentes sobre o significado de trabalhar sob a forma solidária, conforme depreendemos do depoimento a seguir:

> *"Eu participei de muitos cursos, como já lhe disse. O de cooperativismo foi muito bom! Mas, eu acho que a cooperativa está muito distante desses cursos de cooperativismo que nós fizemos no começo, porque tem de existir a união, e participação de todos! Ninguém mandar em ninguém, todos têm de ter a mesma autoridade pra cooperativa ir pra frente [...]. Mas, essa cooperativa que está aí, não é uma cooperativa como foi dito nos cursos". (J. F. da S., 43 anos, ex-associada da Cotramare, 27 de julho de 2006).*

Operacionalizamos, ainda, o cruzamento entre duas variáveis: o que significa trabalhar de forma solidária e se o (a) entrevistado (a) tinha entendimento dos direitos e deveres dos associados. Constatamos, também, uma correlação moderada (0,350). Neste caso, podemos observar que houve significância estatística, pois a probabilidade de erro foi menor do que 5%, isto é, p = 0,040.

Tabela 03 (Correlações)
Se o (a) entrevistado (a) tem entendimento dos direitos e deveres dos associados por significado de trabalhar de forma solidária

			Valor	**Significância (p)**
Nominal por Nominal		Phi	,495	,040

	Cramer's V	,350	,040
N.º de casos válidos		66	

Fonte: Levantamento Direto/2005-2006

Já assinalamos isto através dos depoimentos dos entrevistados, nos quais eles confessaram a dificuldade de expressarem os valores da instituição. Contudo, foi possível observarmos que aquelas organizações eram constituídas por indivíduos heterogêneos, razão por que, em certas situações observadas, alguns associados se posicionavam sobre aquela experiência e expressavam uma visão de mundo permeada de frustrações, de conflitos, de realizações ou de ilusões perdidas. Os depoimentos abaixo são expressões desta constatação:

> *"A gente num teve muito curso sobre associativismo, eu me lembro de uma palestra, e depois de uma capacitação, que foi feita durante o dia inteiro. Luciene organizou esse treinamento, e convidou todos os sócios pra participar. Foi muito bom! Mas, o que a gente viu sobre o que é necessário pra ser uma associação, o que tá no Estatuto [...] eu vejo que a gente num é uma associação como deveria ser. Porque tem que haver, assim, a união de grupo, a gente como sócio tem os nossos direitos, mas se a nossa associação é presidida por um atravessador, você acha correto?". (M. de F. S., associada da Astramare, 05 de agosto de 2006).*

> *"Logo no começo, quando a gente formou a Cooperativa, a gente viu muita coisa sobre cooperação [...]. Eu pensava que era uma empresa, e é! Agora, é uma empresa diferente, porque a gente é que somos os donos. Eu pensava que a gente ia saber tocar o negócio. Mas, eu vejo que não é fácil. É muito problema. Aquilo que tá no Estatuto [...] como você disse, as normas e valores [...] porque num é somente a gente lembrar e falar, a gente tem que praticar aquelas normas [...]. Tem hora que eu acho a gente tão longe de ser uma cooperativa, porque é muito difícil! [risos]. A gente lê a bíblia, e sabe que tem que praticar [...] do mesmo jeito são aquelas normas da cooperativa". (L. H. do N. Diretora-Presidente da Cotramare, Dezembro de 2006).*

8 CONCLUSÃO

Iniciamos questionando a possibilidade do *habitus associativo* encontrar-se sedimentado e incorporado nos grupos de catadores que buscavam partilhar uma experiência associativa: tanto para os que realizavam o trabalho de coleta e de triagem dos resíduos dentro dos lixões, quanto para os que se encontravam amparados nos programas de coleta seletiva, a exemplo dos casos aqui estudados.

Daí, nosso objetivo foi o de analisar as tensões e distensões na construção de um *habitus associativo*, a partir de um estudo de caso comparativo entre duas experiências associativas de catadores de lixo na Paraíba: Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis (Astramare) e Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis (Cotramare).

A partir do conceito de *habitus* de Bourdieu (2004), isto é, o *habitus* como um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas, operacionalizamos o conceito de *habitus associativo.* Definimos que o *habitus associativo* pressupõe a incorporação de um conjunto de valores (ideais e morais) os quais devem orientar as ações e o comportamento dos indivíduos na experiência (prática) associativa. Assim, a partir das informações coletadas – mediante as técnicas da observação direta intensiva e extensiva – no decorrer da pesquisa de campo, nas duas experiências associativas vivenciadas, sustentamos a tese de que o principal desafio daquelas organizações de catadores de lixo era a construção de um *habitus associativo.*

Dessa forma, as tensões e distensões na construção do *habitus associativo*, presentes nas experiências associativas estudadas, encontrariam suas raízes numa "situação" que parecia não favorecer as condições necessárias para sustentar e fortalecer um processo democrático, participativo e autogestionário. Nesta perspectiva, buscamos refletir como os catadores associados compreendiam, agiam, reagiam, e compartilhavam valores e princípios, isto é, posicionavam-se diante da experiência/vivência de um trabalho associativo, expressa nas práticas diárias individuais e coletivas.

Assim, inferimos que aqueles indivíduos exerciam práticas condicionadas por um sistema de disposição (adquiridas através de sua trajetória social), orientadas por seu próprio *habitus*, tratando-se de um *habitus* precário, constituído em um tipo de personalidade e disposição de comportamento que parecia não permitir que cada

associado/cooperado exercesse suas responsabilidades e possibilidades de participação dentro da organização.

Inicialmente, chamamos atenção para a questão das dificuldades para gerenciar o empreendimento. Destacamos, dentro dos discursos (representantes da diretoria e associados), o pouco entendimento sobre o sistema de gerenciamento do empreendimento. Concluímos, portanto, que os catadores/associados receberam um "encargo de peso", talvez, uma excessiva responsabilidade, revelada tanto na dificuldade para administrar tal empreendimento quanto na obtenção e na sustentação do capital de giro, diante da escassez de recursos financeiros por parte dos associados.

Destacamos, ainda, as dificuldades na comercialização. Sem condições de competir com os sucateiros e atender às demanda das indústrias recicladoras, diante da baixa qualidade dos materiais, aquelas organizações associativas participavam de uma etapa rudimentar na cadeia produtiva da reciclagem. Portanto, por ser um instrumento de defesa de "pequenos produtores", continuavam se deparando com o papel histórico do intermediário no processo de comercialização. Assim, não conseguiam competir numa economia de mercado cuja concorrência era cada vez mais exacerbada, e cujo mercado é caracterizado por um pequeno número de compradores que adotavam práticas agressivas e desleais de concorrência.

Ressaltamos, também, a forma de ingresso daqueles indivíduos naquelas organizações (Astramare e Cotramare). A formação da Associação ou da Cooperativa, não foi uma iniciativa do grupo social interessado, mas partiu das entidades e voluntários, de pessoas externas ao grupo, resultando num processo de "formação artificial".

Dessa forma, constatamos o pouco entendimento dos catadores sobre o significado do associativismo. Assim, ingressaram na Cooperativa/Associação na tentativa de buscar ou garantir a sobrevivência, fugindo do desemprego diante do fechamento do lixão; ou diante da expectativa de uma nova situação, daí a expectativa de participar das reuniões; e finalmente a garantia do próprio rendimento, já que os preços da Cooperativa eram melhores que os do sucateiro. Talvez, por isso o sentido de trabalhar sob a forma associativa parecia ser uma realidade estranha ao nível de conhecimento dos associados: em certos momentos associaram a organização a uma entidade empregadora; outras vezes se referiam a ela como algo distante deles e não como uma entidade que os representava.

De fato, a gestão participativa e democrática numa cooperativa só acontece quando todos os cooperados têm pleno entendimento de seus direitos e deveres no

funcionamento da cooperativa. Assim, na análise dos resultados das entrevistas, no que tange à questão da participação, observamos uma postura por vezes passiva, limitada ou acomodada por parte dos associados.

De um lado, na Astramare a participação era limitada – ou os associados não se sentiam como coproprietários –, pois não se realizavam assembléias. Do outro, na Cotramare, a participação era acomodada e passiva, pois muitos dos cooperados não se faziam presentes nas assembléias, cujos momentos de socializações eram promovidos pelos voluntários.

Desta forma, constatamos que as disposições de comportamentos dos associados – o *habitus* – pareciam não se ajustar ou atender às demandas objetivas requeridas pela nova situação – experiência associativa. Isto é, aqueles indivíduos pareciam não dispor de um conjunto de sentimentos (coparticipação na gestão do empreendimento, confiança, solidariedade) exigido no processo associativo.

As características sociodemográficas dos entrevistados revelaram que a maioria dos entrevistados tinha escolaridade incompleta. No grupo amostral de 66 pesquisados, 24 (36,4%) declararam-se analfabetos; quanto à renda familiar, 83,3% afirmaram ter renda familiar mensal inferior a um salário mínimo. Por seu turno, na etnografia do cotidiano daquela população estudada, foi possível constatarmos situações de vida extremamente precárias: 49,2% dos entrevistados afirmaram não dispor de rede de esgoto, ou seja, o esgoto era a "céu aberto"; 18% informaram não ter banheiro em casa. Além de estarem vulneráveis às mais diferentes formas de violência, tanto na comunidade quanto no local de trabalho.

Portanto, nas experiências observadas, o *habitus associativo* tendia a aparecer como um ajustamento provisório e precário, diretamente ligado a uma situação social de que, em parte, ele era produto, podendo-se, assim falar da existência do *habitus precário*.

Estamos nos referindo ao descompasso no ajustamento do *habitus* dos catadores às novas condições exigidas – na experiência associativa, desajustamento que se revelava na tendência de trabalhar de forma individual; no baixo nível de relações de confiança e solidariedade, diante da dificuldade de lidar com as diferenças individuais no interior do grupo; na incapacidade de intervir no processo de desenvolvimento do empreendimento.

Para Jessé de Souza (2003a), o *habitus* precário, como fenômeno de massa, precisa estar associado a outros fenômenos que sustentam a sua funcionalidade. No caso particular em estudo, a reprodução do *habitus precário*, também estava relacionada à ingerência do poder público local, no aperfeiçoamento no sistema de coleta seletiva em

todos os seus desdobramentos; a ausência de políticas públicas que efetivamente promovam a inclusão social dos catadores, não somente através de ações voltadas exclusivamente para a criação de uma estrutura de trabalho e de renda, mas também, de garantidas jurídicas nos "acordos firmados" entre o poder público e as referidas organizações.

Diante das conclusões apresentadas, outra questão surgiu: quando o *habitus* de um grupo social não condiz com as exigências de uma dada situação, esse *habitus* pode ser mudado ou não? Se não pode, a sociologia está nos propondo um novo fatalismo, com determinismo inexorável. Se pode, como sustenta Bourdieu, a questão passa a ser: como transformar o *habitus* do meio social desfavorecido?

Assim, "resta uma ilusão", lembrando um dos versos da música "Entra" de Gilberto Gil. Uma vez que para pensar em transformar o mundo, segundo Paulo Freire em um dos trechos de sua "Carta do direito e do dever de mudar o mundo", *"o que não é, porém, possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto"*.

Apesar das tensões e distensões vivenciadas nos grupos pesquisados no que tange à construção de um *habitus associativo*, constatamos que o grupo, em sua maioria, não era homogêneo quanto às disposições e posicionamentos. Um dado importante apresentado através do cruzamento entre duas variáveis – o que significa trabalhar de forma solidária e se o entrevistado tinha entendimento dos direitos e deveres dos associados – nos revelou que, dentre aqueles (as) que confirmaram sua participação em algum curso sobre associativismo, havia uma interpretação e posicionamento sobre o significado de trabalhar sob a forma solidária. Mesmo sendo um grupo minoritário, conseguia se posicionar e tentava promover estratégias de transformação no processo grupal.

De uma maneira geral, a "solidariedade" era interpretada de diferentes formas, parecendo ser um elemento estranho nos discursos dos catadores, cujo sentido atribuído seria a possibilidade de construir uma determinada ordem social no interior da associação e/ou da cooperativa. A solidariedade, neste sentido, deveria ser promovida e construída através de práticas cotidianas e estratégias de ação, mas algum obstáculo parecia afetá-la.

Jesus (2005) aponta que a gestão de uma cooperativa popular implica processos de desenvolvimento de competências específicas, ainda talvez não suficientemente presentes na personalidade dos atores populares. Por esta razão, sua indicação é a prática da educação para a cooperação, ou de programas de apoio político-tecnológico a

cooperativas ou empreendimentos econômicos solidários. Dessa forma, a prática da educação para cooperação significa, acima de tudo, levar em consideração o processo de aprendizagem dos adultos e a motivação para a aprendizagem entre eles, pois normalmente os membros de uma cooperativa ou associação são constituídos por indivíduos numa faixa etária em que todos se consideram adultos.

Neste sentido, são inegáveis as ações desenvolvidas pelas "Incubadoras Tecnológicas Universitárias de Cooperativas Populares", ou seja, organizações populares buscam em seus objetivos: promover ações inovadoras visando à inclusão econômica e cidadã da população de baixa renda, contemplando os princípios da economia solidária e do cooperativismo; possibilitar uma formação contínua e permanente para produção/serviço e gestão do empreendimento cooperativo, visando à autogestão; buscar de forma contínua e permanente a viabilidade econômica do empreendimento cooperativo; oferecer formação para buscar a propriedade dos bens de produção. (SANTOS; LIMA, 2006, p. 33).

Portanto, as Incubadoras manifestem preocupação com os desafios referentes às questões individuais e subjetivas, isto é, dos grupos assumirem novos valores atitudinais e comportamentais concernentes à identidade cooperativa, poucas levam em consideração, em suas estratégias de ação, mecanismos para enfrentar tais desafios. Além dos desafios externos, os desafios internos começam pela construção da identidade cooperativa no nível intrapessoal, sobretudo o perfil daqueles que ingressam na cooperativa. Desta forma, estamos propondo não apenas produzir conhecimento através de pesquisas sobre ações desenvolvidas pelas "Incubadoras Tecnológicas", mas, principalmente, a formação de incubadoras voltada exclusivamente para as especificidades das organizações associativas de catadores de lixo, não somente orientando os catadores sobre questões socioeconômicas e ambientais, necessárias ao desenvolvimento sustentável e solidário. Sobretudo, contribuindo para a organização e conscientização dos catadores sobre o sentido e o significado da atuação coletiva por meio do trabalho associativo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina:** desafios para as políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192 p.

ALBUQUERQUE, P. P. de. Associativismo. In: CATTANI, A. D. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Unitrabalho e Veraz Editores, 2003a. p.15-19.

_____ Autogestão. In: CATTANI, Antônio David. **A Outra Economia.** Porto Alegre: Unitrabalho e Veraz Editores, 2003b, p. 20-25.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Declaración sobre la Identidad Cooperativa. In: CONGRESSO MANCHESTER, 31., 1996, Inglaterra**. Centro Documental Virtual**, fev. 1996.

AMORIM, V. P. **Resíduos sólidos urbanos:** o problema e a solução. Brasília, Roteiro Editorial, 1996.

ANDRADE, M. C. **Psicologia e economia solidária:** um estudo de caso sobre o trabalho coletivo em uma associação de catadores de material reciclável. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

ANTUNES, R.. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. reim. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAÚJO, L. M. S. **Trabalho, sociabilidade e exclusão social:** O caso dos bagulhadores do lixão de Aguazinha em Recife. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

ARAÚJO, S. M. P. de. **Eles: a cooperativa:** um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Biblioteca Faculdade de Direito UFPR, 1982.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**: Resíduos Sólidos - classificação. Rio de Janeiro, 1987. 63 p.

_____. **NBR 10520**: Informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7 p.

_____. **NBR 6023**: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

AZEREDO, V. G.. **Os Recicladores de Miséria**. 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Janeiro, 1999.

BAUAER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARROS, V. A.; SALES, M. M.; NOGUEIRA, M.L.M. Exclusão, favela e vergonha: uma interrogação ao trabalho. In: GOULAR, Í.B. (org.). **Psicologia organizacional e do trabalho**: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2002.

BARQUERO, A. V.. **Desarrollo, redes e inovación**. Madrid: Ediciones Pirámide, 1999.

BIAQUINI, T. Destino comum do lixo. **Revista da ABES**, Rio de janeiro, ano 9, n. 6, p.20-80, 1998.

BIRBECK, C. Self-employed proletarians in an informal factory case: the case of cali's garbage dump**. World Development**, 6 (9-10), p.1173-1185, 1978.

BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. 10. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

_____. **Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido:** orientação do homem moderno**.** Petrópolis, Rio de janeiro: Vozes, 2004.

BONNEWITZ, P. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BORDA, O. F. Formação e Deformação da Política do Cooperativismo na América Latina. **Revista Cooperativismo & Nordeste**, Recife, 7(1), p. 33-41, jan/abril, 1972.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Coisas ditas:** Pierre Bourdieu. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **O Desencantamento do Mundo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Brasília: Senado Federal, 1997.

_____. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. **Programa Morar Melhor** - ações resíduos sólidos. Brasília: Caixa Econômica Federal e Unicef, 1997.

BREVE RESUMO: O TREM DA HISTÓRIA DA ASTRAMARE. Cáritas/PB, 2002. (Documento da Astramare)

BURKE, P. Uma história social do lixo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.15, 19 dez. 2001.

BURSZTYN, M. (org.). **No meio da rua.** Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2000.

CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanistas Editora/FFLCH/USP, 1998.

CASTEL, R. **As metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARMO, M.S.; OLIVEIRA, J.A.P.; MIGUELES, C.P. A Semântica do Lixo, o Estímulo à Reciclagem e o Trabalho dos catadores do Rio de Janeiro: um estudo da relação entre significado e ação econômica. **Revista Integração:** CETS/ FGV/EAESP, São Paulo, Ano VII, n. 34, janeiro de 2004.

CHANIAL, P. A cultura primária da democracia: comunidades locais, públicos democráticos e associações. **Estudos de sociología**, revista do Programa de Pós-graduação em sociología da UFPE, v. 10, n. 1,2, p.19-43, 2004.

CATTANI, A. D. Crítica da Economia Solidária. **Revista de Cultura Vozes**, Rio de Janeiro, n.6, nov./dez., 2002.

_____. (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Ed. Unitrabalho e Veraz Editores, 2003.

CAVALCANTI, C. (org.). **No interior da economia oculta**: estudo de caso de uma pesquisa de avaliação do desenvolvimento de base no Norte e no Nordeste do Brasil. Recife: FUNDAJ, editora Massangana, 1998.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Gardalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (orgs.) **Economia dos setores populares:** entre a realidade e utopía. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORCUFF, P. **As novas sociologías:** construções da realidade social. São Paulo: Editora EDUSC, 2005.

CORRELLA, L. Identidad y participación cooperativa. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED UNIRCOOPI - LA IDENTIDAD DE LA COOPERATIVA AL CORAZÓN DE SU ÉXITO: PRESENTACIÓN DE HERRAMIENTAS DE GESTIÓN, 8., 2004. Universidad Sherbrooke, 2004.

COSTA, J. (Orga). **Transformar para incluir**: fortalecimento da Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba-Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários/PROEAC, 2005. Projeto de Pesquisa (Edital MCT/CNPq 18/2005).

DEFOURNY, J. Coopératives de production et entreprises autogérées**:** une synthèse du débat sur les effets économiques de la participation. **Mondes en Développement**, Paris, v. 16, n.61, p. 139-153, 1988.

DEJOURS, C. **Conferências Brasileiras:** identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. São Paulo: Fundap: EAESP/FGV, 1999.

DEVELTERE, P. **Economie Sociale et Développment.** Paris: De Boeck Université, 1998.

DIAS, S.M. **Construindo a cidadania:** avanços e limites do projeto de coleta em parceria com a Asmare. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

DIAS, C.; VARSANO, F. Lixo: A casa de 2 milhões de latas. Disponível em: <http://www.favelabairro.vpg.com.br/report/lixo1.html>. Acesso em: 21 jan. 2007

DINIZ, E. J. **Informalidade, exclusão e precarização**: um diagnóstico do trabalho dos catadores de lixo nos lixões das cidades de Patos, Pombal e Souza/PB. Patos/PB: Publicação da Fundação Francisco Mascarenhas e do Sebrae/PB, 2002.

DUBAR, C. **A socialização:** a construção social das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESCURRA, M. F. **Sobrevivendo do lixo**: população excedente, trabalho e pobreza. 1997. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ESTATUTO SOCIAL DA ASTRAMARE. Aprovado em Assembléia, em 24 de setembro de 1999. (Documento da Astramare).

ESTATUTO SOCIAL DA COTRAMARE. Aprovado em Assembléia, em julho de 2001. (Documento da Cotramare)

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967.

FLEURY, M. T. **Cooperativas de Produtores Agrícolas em uma sociedade capitalista**. 1980. 102 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980.

FLORÃO, S. R. dos S. **Copail:** uma experiência no campo da cooperação. 1995. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional)-Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1995.

FÓRUM NACIONAL LIXO E CIDADANIA. **Boletim do Fórum Nacional Lixo e Cidadania,** Ano 1, n.1, p.06, março de 2001.

FREITAS, A. S. de. O paradigma perdido da educação: ressignificando a solidariedade social. **Estudos de sociología**: revista do Programa de Pós-Graduação em Sociología da UFPE, Recife, v. 10, n. 1,2, p.85-106, 2004.

GAIGER, L. Empreendimentos econômicos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p.101-126.

GALVÃO JÚNIOR, P. F. M. A situação sócio-econômica da Paraíba na atualidade**.** Disponível em: <http.//www.corecon-pb.org.br/índex.php?opition=com_content&task=view&id=148&Itemid=29>. Acesso em: dez. 2007.

GERBER, H. H. Medidas práticas para superar os obstáculos à atuação do cooperativismo nos países em desenvolvimento. In: **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: S.C., 1973. (Coletânea).

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDBERG, S. Os ganhos saídos do lixo**. Conjuntura Econômica**:FGV, Rio de Janeiro, v. 59, n. 09, p.30-39, set. 2005.

GONÇALVES, M. A. **O Trabalho no Lixo.** 2006. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP, São Paulo, 2006.

GONÇALVES, P. **A reciclagem dos aspectos ambientais e econômicos.** Rio de Janeiro: DP&T e FASE, 2003.

GONÇALVES, R. de S. Catadores de Materiais Recicláveis: trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem do país. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, São Paulo, Ano XXVI, n. 82, p.86-109, jul. 2005.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Secretaria do Trabalho e Ação Social. Fundação de Ação Comunitária (FAC). 1988.

GRIMBERG, E.; TUSZEL, L.; GOLDFARB, Y. **Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Inclusão Social:** estudo de caso sobre as cooperativas de triagem do programa coleta seletiva solidária da cidade de São Paulo. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

GRIPPI, S. **Lixo reciclagem e sua história**. Guia para as prefeituras brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Interciência, 2001.

GROSSI, G. Os Badameiros: A descoberta do Lixo. **Cadernos do CEAS,** Salvador, n. 182, jul./ago. 1999.

HADDAD, F. et al. **Sindicatos, cooperativas e socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

HOBSBAWM, E. **Os trabalhadores, estudos sobre a história do operariado**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

HOUAISS, A**. Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2000. Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: Difel, 2001.

JACOBI, P. Asmare: o papel das parcerias na geração de renda. In: CAMARATTI, I; SPINK, P. (orgs.). **Parcerias Pobrezas**: soluções locais na construção de relações sócio-econômicas. Rio de Janeiro: editora FGV, 2000. p. 33-61.

JESUS, P.;TIRIBA, L. Cooperação. In: CATTANI, A. D. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Ed. Unitrabalho e Veraz Editores, 2003. p. 49-54.

JESUS, P. **Extensionista rural e gestão de empreendimentos econômicos solidários:** algumas questões em torno da aprendizagem e motivação. Recife: Bagaço, 2005.

JUNCÁ**,** D. C. de M. Vida de Cata-Dor: outras palavras sobre o lixo. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.193, maio/jun. 2001.

JUNKER, B. H. **A importância do trabalho de campo:** introdução às ciências sociais. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

LAFLEUR, M.; HERNÁNDEZ, C. L.; DION, B. La stratégie de la coopérativa basée sur son identité: la théorie des défis coopératives. **Revista UNIRCOOP**, Universidade de Sherbrooke/ IRECUS, v. 2, n. 1, out. 2004.

LAVILLE, J. L**.** Economia Solidária, a perspectiva européia**. Revista Sociedade e Estado:** UNB**,** Brasília, v.21, n. 1-2, p. 57-99, jan./dez. 2001.

LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. **Educação ambiental:** repesando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p.179-215.

LEFF, E. Globalización, recionalidad ambiental e desarrollo sustentable. Disponível em: <http://www.union.org.mx/guia/poblacionanbiente/globalizacion.html>. Acesso em: 15 abr. 2005.

LINS, D. S. Século XIX: a paixão pelas utópias. **Estudos de sociología**: revista do Programa de Pós-Graduação em Sociología da UFPE, Recife, v. 1(2), 1995.

LIMA, J. C. **As artimanhas da flexibilização:** o trabalho terceirizado em cooperativas de produção**.** São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LOUREIRO, M. R. (org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

_____. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

MACIEL, F. Todo trabalho é digno? Um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica. In: SOUZA, J. (org.). **Invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.

MACIEL, C. A. B. O habitus precário e as danças da subcidadania. In: SOUZA, J. (org.). **Invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M**. Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
MAGALHÃES, T. Catadores de Dignidade. **Revista Reportagem**, Rio de Janeiro, n.21, p.23-32, Jul. 2001.

MAGERA, M. **Os empresários do luxo: um paradoxo da modernidade:** análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas-São Paulo: Editora Átomo, 2003.

MAIA, I. **Cooperativa e Prática Democrática**. São Paulo: Cortez, 1985.

MARTINS, C. B. Notas Sobre a Noção da Prática em Pierre Bourdieu.
Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.62, 2002.

MARX, K. Teorias da mais-valia. In: MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 4 v.

_____. **O Capital:** critica da economia política. 7. ed. São Paulo: Difel,1984. Livro, v.2.

MENDONÇA NETA, H. M. **Pobreza e subemprego urbano no Nordeste do Brasil**. Recife: SUDENE, 1991.

MIURA, P. C. O. **Tornar-se catador:** uma análise psicossocial. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL. **Catadores de Vida**, São Paulo, edição especial, 2002.

NUNES, Â. dos S. **Cooperação e competição numa cooperativa de catadores**: um estudo de caso. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Administração)-Cefet-Ba, Salvador/Bahia, 2004.

NUNES, C. G. F**.** Cooperativas, uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal. **Sociedade e Estado**: Revista semestral de Sociologia – UnB, v.16, n. 1-2, p.134-158, jan./dez. 2001.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. O Cooperativismo no Brasil. Disponível em: <http://www.ocesp.org.br/jnoticias.htm>. Acesso em: 24 jul. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Brasília-DF, 1997.

OS MUNICÍPIOS MAIS DINÂMICOS DO BRASIL. Atlas do Mercado Brasileiro 2007. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2007.

OLIVEIERA, T. C. O Desenvolvimento das Cooperativas de Trabalho no Brasil. **Revista Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v.12, n.38, 1982.

OLIVEIRA, R. da S. **Um estudo sobre as Representações Sociais da Cidadania em cooperativas de catadores de lixo do Rio de Janeiro**. 2006. Tese não publicada (Doutorado em Ciências Sociais)–Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

PARAÍBA (Estado). Secretaria do Trabalho e Ação Social, FAC. **Aglomerados subnormais:** diagnóstico e sugestões. João Pessoa, 1998.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: Coopercultura, 1982. 1 v.

_____. **Lineamento da legislação cooperativa brasileira**. Manual de Cooperativismo. São Paulo: CNPq, 1996. 3 v.

_____. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: editora Saraiva, 2004.

PIRES, M. L. L. e S. **O cooperativismo agrícola em questão**. Recife: Editora Massangana, 2004. 318 p.

_____.; CAVALCANTI, J. S. B. Cooperativas agrícolas e mercados globais. Estratégias competitivas e desafios. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10,

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38 2000. **Anais**..., Rio de Janeiro, 2000.

POCHAMANN, M. (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**: novos caminhos para a inclusão social. São Paulo: Cortez, 2002.

PORTILHO, M.F.F. **Profissionais do lixo:** um estudo sobre as representações sociais de engenheiros, garis e catadores. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1997

PROJETO ENCAMINHADO A FUNDAÇÃO BRANCO DO BRASIL – ASTRAMARE. Outubro de 2004. (Documento da Astramare).

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS PARA REDUÇÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS: Campina Grande-PB: Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2006.

PROPOSTAS DOS TRABALHADORES DO LIXÃO DO RÓGER ENCAMINHADOS À CÂMARA DE VEREADORES DE JOÃO PESSOA. 2003. (Documento da Astramare).

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RECICLAGEM DO LIXO COMO OPORTUNIDADE DE NEGÓCIOS. **Cempre Informa**, São Paulo, n.66, nov./dez. 2002. Disponível em: <http//www.cempre.org.br/informa>. Acesso em: 15 maio 2006.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RIOS, G. S. L. **Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social**. João Pessoa: editora universitária/UFPB, 1979.

_____. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos).

_____. Experiência cooperativas no Nordeste. **Cooperativismo & Nordeste**, Recife, v.7, n.2, maio/ago. 1972.

RODRÍGUES, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia**.** In: SANTOS, B. de S. (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. p.329-361.

RODRIGUES, J. C.; GRAVINATTO, V. M. Lixo – De onde vem? Para onde vai? Disponível em: < http//www.lixo.com.br>. Acesso em: 23 jul. 2006.

ROMANI, A. P. de. **O poder público municipal e as organizações de catadores.** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA/CAIXA, 2004.

SANTOS, M.S.T.; LIMA, Conceição M. D. de. Cooperativismo no desenvolvimento local: a recepção popular da incubadora Tecnológica de cooperativas da Universidade Federal de Pernambuco. In: SANTOS, M. S. Tauk; CALLOU, A. B. Fernandes. **Associativismo e desenvolvimento**. Recife, PE: Bagaço, 2006, p. 33-68.

SANTOS, M. S. T.; CALLOU, Â. B. F. (orgs.). **Associativismo e desenvolvimento local**. Recife – PE: Bagaço,

SARAIVA, I. L. M. **Cooperativa de sisal sociedade anônima**. 1981. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional)-Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1981.

_____. A questão cooperativa numa cooperativa da Paraíba. **Revista Raízes**, Campina Grande, n.1, p.157-163, jul/dez. 1982

SCHEIN, E. H. **Guia de sobrevivência da cultura cooperativa**. Trad. Mônica Braga. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo – cooperativa. In: CATTANI, A. D. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Unitrabalho e Veraz editores, 2003. p. 63-71.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, Participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

_____. O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In: LOUREIREO, R. M. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

SCHNEIDER, J. O.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.9, p.49-87, 1998.

SENNET, R.. **A corrosão do caráter**. 5. ed. Rio de Janeiro – São Paulo: editora Record, 2001.

SETTON, M. da G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.20, 2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. (orgs). **A economia solidária no Brasil***:* a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002, p.81-126.

SOUSA SANTOS, B. de; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002. p.23-74.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003a

_____. (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"? **Revista de Cultura e Política Lua Nova**, n.59, 2003b.

_____. (org.). **Invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.

SOUTO MAIOR, B. A.; EICHNER, K. Sobre estruturação de redes sociais em associações voluntárias: estudo empírico de organizações não governamentais da cidade de Recife. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n.1-2, jan./dez. 2001.

TRAJANO, A. R. C.; CARAVALHO, A. A. de. Identidade e trabalho autogestionário. In: CATTANI, A. D. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Unitrabalho e Veraz Editores, 2003. p.173-175.

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE A EMLUR E ASTRAMARE. João Pessoa, 08 de Fevereiro de 2003. (Documento da Astramare).

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

VASCONCELOS, M. da P. C.; SABBAG, S. N. Considerações a respeito do trabalho cooperativo em reciclagem como alternativa ao desemprego. **Cadernos de Serviço Social**, Campinas, n.22-23, jan./dez. 2003.

VASCONCELOS, E. A. de. et al. Diagnóstico do problema dos resíduos sólidos hospitalares: o caso de Campina Grande. **Higeia:** Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, 2(3), p.28-34, dez. 2006.

VERANO, L. **Economia solidária, uma alternativa ao neoliberalismo**. Santa Maria: CESMA, 2001.

ZHOURI, A.; LASCHEFSK, K.; PEREIRA, D. **A insustentável leveza da política ambiental:** Desenvolvimento e conflitos socioambiental. Belo Horizonte: editora Autentica, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Resumo das observações (Diário de Campo) realizadas

Data	Local	Objetivos
ASTRAMARE		
14 de julho de 2004 Das 10h 30 as 14h	Primeira visita ao galpão de triagem do Róger (Núcleo de triagem da Astramare)	Observar a o processo de trabalho dos (as) associados (as) do galpão de triagem do Róger.
14 de julho de 2004 Das 15h 40 as 19 h	Primeira visita ao aterro sanitário de João Pessoa – Núcleo de triagem da Astramare	Observar o processo de trabalho dos (as) associados (as) do núcleo e triagem – Atramare – Aterro sanitário.
05 de janeiro de 2005 Das 10h 30 as 14h	Visita ao galpão de triagem do Róger Eleição para a nova diretoria da Astramare	A finalidade da observação foi verificar o comportamento, bem como a participação dos (as) associados (as) para escolha da nova diretoria da associação. Entrevista com Celso, Marcos e Luiz (representantes eleitos) sobre a eleição e as propostas da atual diretoria para a Astramare.
13 de janeiro de 2005 Das 11h as 13h 30	Visita ao galpão de triagem do Róger	Observar o comportamento dos associados, representantes da diretoria e coordenadores de turmas da Astramare no dia de pagamento dos salários
19 de janeiro de 2005 Das 11h as 14h	Visita ao núcleo de coleta seletiva da Astramare – Bairro do Bessa	Observar o processo de trabalho dos associados na coleta seletiva, no Bairro do Bessa (João Pessoa).
15 de outubro de 2005 Das 10h 40 as 14h 30	Visita ao galpão de triagem do Róger	Observar os procedimentos adotados por parte da diretoria e coordenadores de turmas no tocante ao pagamento dos salários aos associados.
22 de outubro de 2005 Das 10h as 13h 30	Visita ao galpão de triagem do Róger	Observar os procedimentos adotados pela diretoria para executar a contabilidade da associação.
29 de outubro de 2005 Das 09h 30 as 13h	Visita ao galpão de triagem do Róger	Observar a participação dos associados durante a prestação de contas; e nas decisões tomadas entre diretoria e coordenadores de turmas.
06 de março de 2006 Das 10h as 14h	Visita ao galpão de triagem do Róger	Observar o processo de comunicação entre os associados, durante o pagamento dos salários, uma vez que era único dia que todos se encontravam.
11 de março de 2006 Das 10h 40 as 14h	Visita ao galpão de triagem do Róger	Observar a participação dos associados nas decisões tomadas entre diretoria e coordenadores de turmas.
COTRAMARE		
18 de julho de 2005 Das 09h 30 as 12h	Visita a sede da Cotramare no lixão de Campina Grande	Observar o trabalho executado pela da diretoria da cooperativa

01 de agosto de 2005 09h 40 as 11h 30	Vista ao lixão	Observar o trabalho dos catadores dentro do lixão
15 de agosto de 2005 Das 09h 30 as 11h	Visita a sede da Cotramare no lixão de Campina Grande	Observar durante a reunião de prestação de contas da diretoria a participação dos associados
26 de setembro de 2005 Das 09h as 11h	Visita a sede da Cotramare no lixão de Campina Grande	Observar durante a reunião de prestação de contas a relação entre diretoria e voluntários, bem como a posição daqueles nas tomadas de decisões.
17 de outubro de 2005 Das 10h as 12h	Visita a sede da Cotramare no lixão de Campina Grande	Observar durante a assembléia a posição dos cooperados nos processo decisórios.
19 de dezembro de 2005 Das 09h as 12h 30	Visita ao Seminário de Campina Grande – Bairro do Alto Branco	Observar a participação e posição dos cooperados e diretoria durante a assembléia de final de ano
02 de janeiro de 2006 Das 10h as 14h	Visita ao lixão de Campina Grande	Observar o relacionamento (socialização) entre os catadores durante o trabalho.
06 de março de 2006 Das 10h as 12h 20	Visita a sede da Cotramare no lixão de Campina Grande	Observar o trabalho dos dirigentes dentro da cooperativa.
13 de março de 2006 Das 10h 40 as 12h 30	Visita a sede da Cotramare no lixão de Campina Grande	Observar o relacionamento dos dirigentes da cooperativa durante o trabalho na cooperativa.
24 de abril de 2006 Das 10h 20 as 11h	Visita a sede da Cotramare no lixão de Campina Grande	Observar durante uma reunião o relacionamento entre diretoria e cooperados, bem como a posição deste nos processos decisórios.
07 de maio de 2006 Das 09h as 11h 30h	Visita ao Clube de Mães do Bairro do Mutirão de Campina Grande	Observar durante a assembléia ordinária a posição dos voluntários nas decisões da cooperativa.

APÊNDICE B – Registros de observações pertinente aos eventos, seminários, congressos e etc. dos catadores

Os registros aqui incluídos dizem respeito às várias observações realizadas em alguns eventos (seminários, congressos, manifestações e etc.), os quais tiveram a participação dos catadores, e nos fazíamos presentes. Assim, utilizamos o método de observação participante, o mesmo permitiu nossa inserção enquanto pesquisadores, ou seja, como elementos integrantes do fenômeno observado, tendo essa estratégia o objetivo de garantir a menor interferência da realidade que observamos.

1 - PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM SOCIAL NORDESTINO: "Um outro Nordeste é possível" – Novembro de 2004, Recife – Pernambuco.

Participamos como observadores no Fórum Social Nordestino, mais especificamente na oficina "Cidadania e Sustentabilidade de Iniciativas e Organizações de Catadores e Catadoras de Lixo", realizada no dia 26 de novembro de 2004, às 14:00h. Os grupos proponentes desta oficina foram: Bagulhadores de Mió (Recife); Movimento Nacional dos Catadores (Pernambuco); Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN); e da Cáritas. O grupo responsável pela organização da oficina foram os bagulhadores (catadores) de Mio.

2 - SEMINÁRIO "USINA VERDE" – CAMPINA GRANDE, 12 DE MAIO DE 2005.

Participamos do Seminário "Usina Verde: tratamento térmico de resíduos sólidos e suas conseqüências sociais, econômicas e ambientais", na quinta-feira pela manhã no dia 12 de maio de 2005. Estavam presentes: Integrantes dos Ministérios das Cidades e do Trabalho, Sérgio Buarque e Valmor Schiochet respectivamente; representantes do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, Teia Magalhães; o professor da Universidade Federal de Tocantis, o mesmo estava assessorando a Prefeitura Municipal de Campina Grande na elaboração do projeto para a instalação da chamada "usina verde". Também se faziam presentes entidades da sociedade civil organizada, professores representantes (da Universidade Federal e Estadual de Campina Grande), e do poder público local. Cerca de 80 catadores estavam presentes. A Ana Virginia, voluntária da Cáritas-Diocena de Campina Grande, e representante do Fórum Municipal Lixo e Cidadania organizou e garantiu a presença dos catadores no seminário. O seminário foi uma forma que a categoria (Fórum Municipal Lixo e Cidadania, Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande, Cáritas Diocesana de Campina Grande) encontrou para discutir e avaliar o projeto de instalação de uma usina verde no município de Campina Grande, pela prefeitura municipal desta cidade.

3 - CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA – JUNHO DE 2005

Participamos do Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, realizado na cidade de Campina Grande durante os dias 16, 17 e 18 de junho de 2005. Neste Congresso o Fórum Municipal Lixo & Cidadania juntamente com a COTRAMARE lançou uma CARTA ABERTA (ANEXO B) solicitando um parecer técnico acerca do projeto de implantação da Usina de Tratamento Térmico do Lixo. Segue o documento:

4 - PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES DA COTRAMARE NO XI GRITO DOS EXCLUIDOS: "BRASIL EM NOSSAS MÃOS A MUDANÇA" – 06 DE SETEMBRO DE 2005.

O "Grito dos Excluídos" é uma manifestação (movimento) popular que se realiza no sete de setembro (Brasil). Portanto, no dia 06 de setembro de 2005, "O Grito dos Excluídos", cujo tema **"Brasil em nossas mãos a mudança"**, tinha o objetivo de reunir diversos segmentos sociais populares na cidade de Campina Grande, os catadores participaram da manifestação em passeata pela cidade. Participei desta manifestação na "qualidade de observadora", numa tentativa de observar comportamento dos catadores durante a manifestação.

APÊNDICE C- Roteiro de Entrevista

1 Fale um pouco sobre sua história: seu nome, idade, se tem filhos, onde nasceu, o que fazia ante de catar lixo, porque veio trabalhar catando lixo e etc. ...

2 Condições de vida: se estuda, porque parou de estudar; renda da família; condições de moradia e etc.

3 Princípio da adesão:

- Como e por que se tornou associado...

4 Fale um pouco sobre o seu trabalho:

- Como você trabalha: quantidade de horas que trabalha por dia; tem alguém controlando seu trabalho; quais as condições desse trabalho; as dificuldades que encontra no trabalho; produção semanal; comercialização (atravessador ou associação-cooperativa); Você trabalha com meios de produção próprios, alugados ou cedidos? Essa é a sua única fonte de renda?

5 Participação e comunicação

- Participa das decisões ditas "simples", "rotineiras" na cooperativa ou associação; já manifestou insatisfação com a cooperativa ou associação? Qual foi o motivo? Como são tomadas as decisões dentro da cooperativa ou da associação? Sempre concorda com o que foi decidido? Qual sua opinião sobre os associados e sobre a diretoria/organização? Como é medido o trabalho realizado por cada membro; existe uma quota de contribuição de trabalho, digamos, "um esforço mínimo" para cada cooperado? Quais são os critérios para estabelecer o valor da remuneração? Existe rodízio nas tarefas dentro da cooperativa ou da associação para associados? Como é feita a comunicação entre associados de diretoria?

6 Sobre os parceiros e voluntários (grupos e redes):

- Existe alguma entidade (ou pessoas voluntárias) que apóia à cooperativa ou associação? Qual a importâncias destas pessoas (ou entidade) para Cooperativa ou Associação? E o governo apóia? Se apóia, de que forma? Se não apóia, seria importante a participação do poder público?

7 Sociabilidade (confiança, solidariedade e etc.)

- De maneira geral, para você como é o relacionamento entre os associados; você confia na maioria das pessoas do grupo? Se você precisar da ajuda de algumas pessoas do grupo, pode contar? Você prefere trabalhar individualmente; você concorda que os associados não sabem trabalhar de forma associada?

APÊNDICE D - Questionário 01-A

Objetivo: Identificar as condições de organização e funcionamento (estrutura) da Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis da Paraíba - **ASTRAMARE**

Informações legais

1- Forma de Organização dos Catadores: Cooperativa ( ) Associação ( )
Nome da base: _____
2 – Endereço: _____
_____
3- Data de Fundação: _____
3.1 – Onde é registrada:
( ) Junta Comercial ( ) Repartição Fazendária ( ) Outro - Especificar:_____
3.2 – Nº de Registro: _____ CGC:_____
3.3 – Possui Estatuto:
( ) Sim ( ) Não

Processo de formação e principio da adesão

4 – Quantidade de catadores que participaram da fundação da organização: _____
5 – Quantidade de catadores associados atualmente: _____
6 – O processo de iniciativa da formação partiu:
( ) Dos próprios catadores com o apoio das entidades e voluntários, e do poder público local
( ) Dos próprios catadores com o apoio das entidades e voluntários com resistência do poder público local
( ) Das entidades e voluntários, e o grupo foi constituído "artificialmente"
7 – Quais as principais razões que levaram a constituição da organização:
( ) O fechamento do lixão e a não inserção dos catadores no programa de coleta seletiva do município
( ) A busca por melhores condições de trabalho e de renda e independência dos intermediários (sucateiros) do processo de comercialização dos materiais.
( ) Apenas pela independência dos intermediários (sucateiros) do processo de comercialização dos materiais, uma vez que estes ditavam os preços dos materiais (bem inferiores aos que eram pagos pelas indústrias de reciclagem)
( ) A busca por melhores condições de trabalho e de renda e de inclusão dos catadores na política de resíduos sólidos do município.
8 – Na constituição do grupo (organização) os catadores tiveram algum tipo de curso ou seminário sobre cooperativismo/associativismo?
( ) Sim ( ) Não
8.1 – Quantos cursos foram ministrados?_____
8.2 - E a duração?_____
9 – Na constituição da organização, os catadores receberam algum tipo de curso voltado para capacitação técnica:
( ) Sim ( ) Não
9.1 – Qual o objetivo do curso?_____
10 – Quais entidades ou instituições deram apoio ao processo de formação da organização:
( ) Cáritas Regional ( ) Fórum Municipal Lixo e Cidadania ( ) Organização de Auxilio Fraterno
( ) Pastoral dos Moradores de Rua ou Fórum de População de Rua ( ) Movimento Nacional dos Catadores de Matérias Recicláveis
10.1 – Além destas entidades que outro grupo ou pessoas apoiaram a formação da organização:
_____
11– Na constituição da organização, houve integralização de capital (cotas-partes) para os associados ou cooperativados?
( ) Sim ( ) Não

Estrutura da Associação

Estrutura administrativa

1 – A estrutura administrativa é formada por: ( ) Presidente/Diretor ( ) Vice-Presidente ( ) Tesoureiro
( ) Vice-Tesoureiro ( ) Secretario ( ) Vice Secretario ( ) Conselheiro ( )
2- Além desta estrutura, a organização possui outros cargos administrativos ( ) Sim ( ) Não
3 - Quais:
_____
3.1 – A organização possui um Organograma Administrativo?
( ) Sim ( ) Não
4 – Quantidade de pessoas (catadores) que formam a estrutura administrativa?
_____
5 – Data da última eleição para compor a estrutura administrativa da organização:
_____
6 – Geralmente a forma para escolher a estrutura administrativa:
( ) Eleição aberta para todos os catadores associados , sendo a chapa formada a partir da iniciativa dos próprios catadores.
( ) Eleição aberta para todos os catadores associados, sendo a chapa formada a partir da indicação dos grupos ou entidades que apóiam a organização.
( ) Não há eleição aberta, a chapa é formada a partir da indicação dos grupos (voluntários) ou entidades que apóiam a organização.
7 – A administração da associação é feita pelos catadores?
( ) Sim ( ) Não
7.1 – Se não, recebe assistência ou auxilio de pessoas que assumem a gestão dos negócios da associação.
( ) Sim ( ) Não
7.2 – Esta assistência ou auxilio é direcionado para:
( ) Administração geral ( ) Contabilidade ( ) Comercialização ( ) Articulação (voltada para o fortalecimento da organização com Governo Municipal e setor empresarial)
8 – A cooperativa ou associação recebe ajuda financeira?
( ) Sim ( ) Não

Organização da produção

1- Qual a forma que é feita a coleta dos materiais (lixo) pelos catadores: ( ) Nas ruas da cidade ( ) Por núcleos de coleta seletiva organizados ( ) Postos de entrega voluntária ( ) Sistema porta-à-porta ( ) Outros – Especificar: _____
2 – Há centrais de triagem organizadas pelo Governo Municipal: ( ) Sim ( ) Não
2 .1– Quantidade de centrais de triagem: _____; Quantidade de núcleos de coleta seletiva: _____;
2.2 – Quantos catadores trabalham nas centrais de triagem: _____; Quantos catadores trabalham na coleta seletiva: _____.
2.3 – Especificar como é organizado o trabalho dos catadores nos núcleos de coleta seletiva, nas centrais de triagem e nas demais formas de coleta dos materiais:
_____
__
3 – Quanto à infra-estrutura física da associação possui (especificar a quantidade):
( ) Galpão de armazenamento do material ( ) Galpão de triagem ou de separação ( ) Sala de prensagem ( ) Banheiros ( ) Cozinha ( ) Sala de aula ou de reunião
4 – Quanto aos equipamentos à associação dispõe (especificar a quantidade)
( ) Esteiras ( ) Prensas ( ) Tonéis/containers ( ) Empilhadeiras ( ) Balanças
( ) Compactador ( ) Caminhão ( ) Trator ( ) Carroçinhas ( ) Sacos p/ colocar os materiais
( ) Telefone ( ) Computador
( ) Outros – Especificar: _____
5 – Quanto a manutenção ou conserto de equipamentos quebrados e outra situações, quem se responsabiliza:
( ) Os próprios integrantes da associação
( ) Técnicos contratados pela Prefeitura
( ) Empresa responsável
( ) Contrata um técnico responsável
5 – Quantidade de resíduos (materiais) selecionados semanalmente/mensalmente em tonelada pela associação?

Condições do trabalho dos associados

1 – Os catadores que trabalham na associação seguem:
( ) Horários ( ) Regras ( ) Exigências técnicas e sanitárias para o trabalho

2 – Os associados trabalham utilizando algum tipo de equipamento de proteção seguindo as normas técnicas e sanitárias (uniformes, luvas de borracha, bonés, aventais, máscaras, botas e etc.)
( ) Sim ( ) Não

2.1 – Se não, por que:
( ) Não dispõe de tais equipamentos, uma vez que não tem condições de comprar, nem a associação dispõe para fornecer.
( ) Não dispõe, pois a Prefeitura não fornece, nem tampouco outra entidade (privada, ONG e etc.)
( ) Dispõe, mas preferem trabalhar sem utilizar os equipamentos.

2.2 – Se sim, quem fornece os equipamentos:
( ) A Prefeitura Municipal
( ) A Prefeitura Municipal em parceria com uma outra entidade (privada, ONG etc.)
( ) Os voluntários em parceria com o setor privado
( ) Outros – Especificar:_____

3 – Os catadores (associados) recebem equipamentos de proteção individual adequado, caso entre em contado com resíduos orgânicos, hospitalares ou mesmo tóxico quando misturados ao material reciclável:
( ) Sim ( ) Não

4 – Em média quantas horas de trabalho diário os associados trabalham:
( ) Seis horas de trabalho diário
( ) Oito horas de trabalho diário
( ) Dez horas de trabalho diário
( ) Mais de dez horas de trabalho diário

5 – Qual a forma de pagamento:
( ) Semanal
( ) Quinzenal
( ) Mensal

6 – O pagamento é realizado por:
( ) Quilo selecionado
( ) Horas de trabalho
( ) Igual para todos

7 – Qual a renda mensal dos catadores associados ou cooperativados:
( ) Menos de um salário mínimo.
( ) Até um salário mínimo.
( ) De um a dois salários mínimos
( ) De dois a três salários mínimos.
( ) Mais de três salários mínimos.

8 – Os associados realizam a limpeza e acondicionamento dos materiais de forma adequada:
( ) Sim ( ) Não

8.1 – Se não, por que:_____

Organização (aspectos) da Comercialização

1 – A Associação comercializa os materiais diretamente para as empresas recicladoras?
( ) Sim ( ) Não

1.1 – Se sim, quais os motivos que levam a continuidade da presença dos atravessadores na compra dos materiais:

_____
_____
_____

2 – Apresentar a relação dos materiais coletado pela associação e dos respectivos preços

3 – Como é estabelecido os preços da compra e da venda dos materiais:
( ) Segue a determinação do mercado, e discute entre os associados em assembléia
( ) Apenas segue a determinação do mercado
( ) Contato com a rede de apoio

4 – A Associação tanto na venda dos materiais emite nota fiscal.
( ) Sim ( ) Não

4.1 – Se não, por que: _____

5 – Quais os materiais que a Associação vende diretamente para a indústria de reciclagem:

_____

____
6 – Quais as principais dificuldades ou obstáculos enfrentados pela Associação na comercialização via direta para a indústria de reciclagem:

_____
___
Organização Contábil
1 – A Associação realiza balanços financeiros ou registros contábeis:
( ) Sim ( ) Não
2 – A partir de quando (informar o ano) vem realizando registros contábeis: _____
3 – A contabilidade é realizada:
( ) Pelos próprios dirigentes
( ) Por uma assessora contábil
( ) Em parceria (dirigentes e assessora)
3.1 – Se for por uma assessora contábil, qual o motivo:
_____
3.2 – A assessora é remunerada: ( ) Sim ( ) Não
3.3 – Quem paga o salário:
_____
4 – Os resultados contábeis são apresentados aos associados:
( ) Sim ( ) Não
4.1 – Se sim, qual a forma que é apresentada tais resultados:
_____
4.2 – Se não, por que?
5 – A operação contábil é feita de forma:
( ) Manual ( ) Programa de Computador
5.1 – Apresentar os procedimentos:

Comunicação

1 – Geralmente como é realizada a comunicação entre a diretoria e os integrantes:
( ) Reuniões
( ) Assembléia
( ) Jornal-informativo
( ) Conversando informalmente
( ) Outros – especificar: _____
2 – Como é realizada a convocação entre os integrantes:
( ) Alto-falante
( ) Oficio
( ) Conversa informal
( ) Outros – especificar: _____
3 – A direção da associação busca construir um exercício de diálogo entre os integrantes:
( ) Sim ( ) Não
3.1 – Se sim, esse diálogo:
( ) Acontece de forma permanente, pois se constitui numa prática democrática para manter o grupo motivado e organizado;
( ) Não acontece de forma permanente, mas sempre há oportunidade para seus integrantes debater e sugerir;
( ) Raramente acontece, devido a ocupação e as rotinas do trabalho, embora a direção considere importante este diálogo constante entre os integrantes.

3.2 – Se não, quais as principais razões que impedem esse exercício:_____

4 – Há uma preocupação por parte da diretoria em desenvolver atividades lúdicas (culturais) com o objetivo de fortalecer os laços sociais entre os integrantes:
( ) Sim ( ) Não
4.1 - Se sim, quais atividades já foram e são realizadas:

_____
____
4.2 – Se não, quais as razões:

_____

Relação e parcerias com entidades (grupos e redes)

1 – A Prefeitura Municipal criou condições necessárias para o funcionamento da organização:
( ) Sim ( ) Não
2 – O Poder Público Municipal contribuiu de que forma:
( ) Com recursos financeiros
( ) Concedendo infra-estrutura
( ) Concedendo fardamento e outros equipamento de trabalho
3 - O Poder Público Municipal estabeleceu através da Lei Orgânica do Município o compromisso de colocar os catadores como atores privilegiados na limpeza urbana da cidade (coleta seletiva):
( ) Sim ( ) não
4 – A Lei Orgânica de Município estabelece que a coleta e a comercialização dos materiais recicláveis sejam feitas preferencialmente por meio de cooperativa ou associações de catadores:
( ) Sim ( ) Não

5 – A política de Gestão dos Resíduos Sólidos (Coleta Seletiva) tem integrado e fortalecido a Associação
( ) Sim ( ) Não
5.1 – Se não, isso se deve ao fato:
( ) Não existe no Município uma Política de Gestão dos Resíduos Sólidos que contemplem as Cooperativas de Catadores;
( ) Da Prefeitura priorizar apenas a infra-estrutura do sistema de coleta seletiva;
( ) Não remunera adequadamente os catadores pelo trabalho de coleta seletiva;
( ) O Programa de Coleta Seletiva;
( ) Não há garantias jurídicas de um convênio entre o Poder Público Municipal e as Cooperativas, assim numa eventual mudança de governo, o programa sofre descontinuidade.
6 – A Associação estabelece relações ou articula-se (em rede):
( ) Sim ( ) Não
6.1 – Esta rede de relações é estabelecida:
( ) Com o Movimento Nacional dos Catadores
( ) Com outras Associações ou cooperativas de catadores
( ) Com os Fóruns Municipal ou Estadual Lixo e Cidadania
( ) Com voluntários ligados as Universidades
( ) Com a CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem)
( ) Pastoral de Rua e Cáritas Diocesana
6.2 – De que forma é realizada a comunicação entre esta rede de relações:
_____

7 – A Associação (através de seus integrantes) já participou de curso(s) de capacitação ou de encontros de formação promovido pelo Movimento Nacional dos Catadores:
( ) Sim ( ) Não
7.1 – Qual o objetivo do(s) Curso(s) ou dos encontros:

_____

7.2 – Algum integrante participou da "Primeira Marcha Nacional dos Catadores" ocorrida em Brasília em 2001:
( ) Sim ( ) Não
7.3 – Qual a importância do surgimento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis:

Principais conquistas da Associação para os catadores:

( ) Eliminar os atravessadores ou de empresas intermediárias do processo de comercialização, e conseguiu barganhar os preços dos materiais;
( ) Conseguiu ou vem conseguindo adesão dos catadores na entrega dos materiais;
( ) Organizou e conscientizou os catadores na luta pelos seus interesses;
( ) Melhorou o nível de renda dos catadores, portanto das condições de trabalho;
( ) Resgatou a auto-estima, possibilitando ao catador tomar consciência da importância do seu

trabalho;
( ) Curso de alfabetização
( ) Diminuição da exploração econômica dos catadores por parte dos atravessadores ou empresas de reciclagem;
( ) Ofereceu outras alternativas de geração de renda para os catadores;
( ) Outros – Especificar: _____

Principais dificuldades – obstáculos ou problemas enfrentados

1 – Do ponto de vista Econômico- financeiro
( )A comercialização dos materiais que continua sendo realizada através dos intermediários que compram os materiais dos catadores a preços inferiores aos que são pagos pelas indústria de reciclagem;
( ) A Associação não dispõe de capital de giro (descapitalizada); pois devido a renda ser muito baixa dos catadores, os mesmo não conseguem pagar cota estabelecida;
( ) A Associação está sempre endividada;
( ) Concorrência externa, dificultando o acesso no mercado
( ) O lixo que chegam até os catadores (lixão, aterro, ou nas centrais de triagem) tem menor valor de mercado;
( ) Não dispõe de uma infra-estrutura adequada para efetivação do trabalho;
( ) Outros – Especificar: _____

2 – Do ponto de vista da Administração – Gestão
( ) Dificuldade na gestão da Cooperativa por parte dos integrantes, uma vez que não tem o conhecimento necessário da burocracia (registros contábeis, ausência de controles e perdas e etc.) para o funcionamento de uma cooperativa; mesmo assim, continuam conduzindo;
( ) Dificuldade de lançar estratégias para conseguir resultados eficientes na gestão burocrática da cooperativa;

3 – Do ponto de vista da Organização associativa
( ) Não conseguiu assegurar a participação efetiva dos associados, uma vez que a Associação não atendeu aos anseios propostos de melhoria das condições de vida dos catadores;
( ) Os conflitos constantes que se relacionam com a falta de confiança que os associados têm em relação aos sócios que ocupam cargos de direção;
( ) Conflitos constantes diante da dificuldade de adaptação dos catadores em uma organização cooperativista;
( ) O nível de alfabetização da grande maioria dos catadores, impõe limites ao entendimento por parte dos mesmos no entendimentos do sistema burocrático da própria cooperativa;
( ) As intervenções das organizações de apoio (religiosas , o governo e etc.) impedem que as cooperativas de catadores sejam auto-sustentáveis, e criam um ciclo em que as pessoas estão acostumadas a pedir coisas umas as outras, e de crescente dependência.
( ) Dificuldade de adaptação dos catadores em uma organização associativa, esperam resultados imediatos não entendendo que o cooperativismo é uma construção de longo prazo.
( ) Outros - Especificar

4 - Apesar de detectarem o problema (a situação) não sabem encontrar caminhos para superar:
( ) Sim ( ) Não

APÊNDICE E – Questionário 01-B

Objetivo: Identificar as condições de organização e funcionamento (estrutura) da Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis da Paraíba **(COTRAMARE)**

Informações Legais

1- Forma de Organização dos Catadores: Cooperativa ( ) Associação ( )
Nome da base: _____
2 – Endereço: _____
_____
3- Data de Fundação: _____
3.1 – Onde é registrada:
( ) Junta Comercial ( ) Repartição Fazendária ( ) Outro - Especificar:_____
3.2 – Nº de Registro: _____ CGC:_____
3.3 – Possui Estatuto:
( ) Sim ( ) Não

Processo de Formação e Principio da Adesão

4 – Quantidade de catadores que participaram da fundação da organização: _____
5 – Quantidade de catadores associados atualmente: _____
6 – O processo de iniciativa da formação partiu:
( ) Dos próprios catadores com o apoio das entidades e voluntários, e do poder público local
( ) Dos próprios catadores com o apoio das entidades e voluntários com resistência do poder público local
( ) Das entidades e voluntários, e o grupo foi constituído "artificialmente"
7 – Quais as principais razões que levaram a constituição da organização:
( ) O fechamento do lixão e a não inserção dos catadores no programa de coleta seletiva do município
( ) A busca por melhores condições de trabalho e de renda e independência dos intermediários (sucateiros) do processo de comercialização dos materiais.
( ) Apenas pela independência dos intermediários (sucateiros) do processo de comercialização dos materiais, uma vez que estes ditavam os preços dos materiais (bem inferiores aos que eram pagos pelas indústrias de reciclagem)
( ) A busca por melhores condições de trabalho e de renda e de inclusão dos catadores na política de resíduos sólidos do município.
8 – Na constituição do grupo (organização) os catadores tiveram algum tipo de curso ou seminário sobre cooperativismo/associativismo?
( ) Sim ( ) Não
8.1 – Quantos cursos foram ministrados?_____
8.2 - E a duração?_____
9 – Na constituição da organização, os catadores receberam algum tipo de curso voltado para capacitação técnica:
( ) Sim ( ) Não
9.1 – Qual o objetivo do curso?_____
10 – Quais entidades ou instituições deram apoio ao processo de formação da cooperativa:
( ) Cáritas Regional ( ) Fórum Municipal Lixo e Cidadania ( ) Organização de Auxilio Fraterno
( ) Pastoral dos Moradores de Rua ou Fórum de População de Rua ( ) Movimento Nacional dos Catadores de Matérias Recicláveis
10.1 – Além destas entidades que outro grupo ou pessoas apoiaram a formação da organização:
_____
11– Na constituição da cooperativa, houve integralização de capital (cotas-partes) para os associados ou cooperativados?
( ) Sim ( ) Não
12 – A Cooperativa paga alguma taxa mensal de conveniada?
( ) Sim ( ) Não
12.1 – Especificar: _____-
13 – Os associados pagam à contribuição financeira mensal?
( ) Sim ( ) Não
13.1 – Se não, por quê? _____

Estrutura da Cooperativa

Estrutura Administrativa

1 – A estrutura administrativa é formada por: ( ) Presidente/Diretor ( ) Vice-Presidente ( ) Tesoureiro ( ) Vice-Tesoureiro ( ) Secretario ( ) Vice Secretario ( ) Conselheiro ( )

2- Além desta estrutura, a organização possui outros cargos administrativos ( ) Sim ( ) Não

3 - Quais: _____

3.1 – A organização possui um Organograma Administrativo:

( ) Sim ( ) Não

4 – Quantidade de pessoas (catadores) que formam a estrutura administrativa: _____

5 – Data da última eleição para compor a estrutura administrativa da organização: _____

6 – Geralmente a forma para escolher a estrutura administrativa:

( ) Eleição aberta para todos os catadores associados , sendo a chapa formada a partir da iniciativa dos próprios catadores.

( ) Eleição aberta para todos os catadores associados ou cooperativados, sendo a chapa formada a partir da indicação dos grupos ou entidades que apóiam a organização.

( ) Não há eleição aberta, a chapa é formada a partir da indicação dos grupos (voluntários) ou entidades que apóiam a organização.

7 – A administração da cooperativa é feita pelos catadores:

( ) Sim ( ) Não

7.1 – Se não, recebe assistência ou auxilio de pessoas que assumem a gestão dos negócios da cooperativa:

( ) Sim ( ) Não

7.2 – Esta assistência ou auxilio é direcionado para:

( ) Administração geral ( ) Contabilidade ( ) Comercialização ( ) Articulação (voltada para o fortalecimento da organização com Governo Municipal e setor empresarial)

8 – A cooperativa recebe ajuda financeira:

( ) Sim ( ) Não

Organização da Produção

1- Qual a forma que é feita a coleta dos materiais (lixo) pelos associados:

( ) No lixão "a céu aberto" ( ) Nas ruas da cidade ( ) Outros – Especificar: _____

2 – Quanto à infra-estrutura física a cooperativa possui (especificar a quantidade):

( ) Galpão de armazenamento do material ( ) Galpão de triagem ou de separação ( ) Sala de prensagem ( ) Banheiros ( ) Cozinha ( ) Sala de aula ou de reunião

3 – Quanto aos equipamentos a cooperativa dispõe: especificar a quantidade

( ) Esteiras ( ) Prensas ( ) Tonéis/containers ( ) Empilhadeiras ( ) Balanças

( ) Compactador ( ) Caminhão ( ) Trator ( ) Carroçinhas ( ) Sacos p/ colocar os materiais

( ) Telefone ( ) Computador

( ) Outros – Especificar: _____

4 – Quanto à manutenção ou conserto de equipamentos quebrados e outra situações, quem é responsável:

( ) Os próprios integrantes da cooperativa

( ) Técnicos contratados pela Prefeitura

( ) Empresa responsável

( ) Contrata um técnico responsável

5 – Quantidade de resíduos (materiais) selecionados semanalmente/mensalmente em tonelada pela cooperativa ?

Condições de trabalho dos Catadores (associados)

1 – Os catadores que trabalham na cooperativa seguem:

( ) Horários ( ) Regras ( ) Exigências técnicas e sanitárias para o trabalho

2 – Os catadores trabalham utilizando algum tipo de equipamento de proteção seguindo as normas técnicas e sanitárias (uniformes, luvas de borracha, bonés, aventais, máscaras, botas e etc.)

( ) Sim ( ) Não

2.1 – Se não, por que:

( ) Não dispõe de tais equipamentos, uma vez que não tem condições de comprar, nem a organização dispõe para fornecer.

( ) Não dispõe, pois a Prefeitura não fornece, nem tampouco outra entidade (privada, ONG e etc.)

( ) Dispõe, mas preferem trabalhar sem utilizar os equipamentos.

2.2 – Se sim, quem fornece os equipamentos:

( ) A Prefeitura Municipal

( ) A Prefeitura Municipal em parceria com uma outra entidade (privada, ONG etc.)

( ) Os voluntários em parceria com o setor privado

( ) Outros – Especificar:_____

3 – Os catadores (cooperados) recebem equipamentos de proteção individual adequado caso entre em contado com resíduos orgânicos, hospitalares ou mesmo tóxico quando misturados ao material reciclável:
( ) Sim ( ) Não
4 – Em média quantas horas de trabalho diário os associados ou cooperativados trabalham:
( ) Seis horas de trabalho diário
( ) Oito horas de trabalho diário
( ) Dez horas de trabalho diário
( ) Mais de dez horas de trabalho diário
5 – Qual a forma de pagamento:
( ) Semanal
( ) Quinzenal
( ) Mensal
6 – O pagamento é realizado por:
( ) Quilo selecionado
( ) Horas de trabalho
( ) Igual para todos
7 – Qual a renda mensal dos catadores associados ou cooperativados:
( ) Menos de um salário mínimo.
( ) Até um salário mínimo.
( ) De um a dois salários mínimos
( ) De dois a três salários mínimos.
( ) Mais de três salários mínimos.
8 – Os catadores(as) realizam a limpeza e acondicionamento dos materiais de forma adequada:
( ) Sim ( ) Não
8.1 – Se não, por que:_____

Organização (aspectos) da Comercialização

1 - Os catadores tem na cooperativa um lugar certo para entregar a produção (os materiais coletados):
( ) Sim ( ) Não
2 – Além da Cooperativa os atravessadores (sucateiros) também competem na compra da produção (dos materiais) coletados pelos catadores:
( ) Sim ( ) Não
2.1 – Se sim, quais os motivos que levam a continuidade da presença dos atravessadores na compra dos materiais:
_____
_____
3 – Apresentar a relação dos materiais coletado pela cooperativa e dos respectivos preços
4 – Como é estabelecido os preços da compra e da venda dos materiais:
( ) Segue a determinação do mercado, e discute entre os cooperados em assembléia
( ) Apenas segue a determinação do mercado
( ) Contato com a rede de apoio
5 – A cooperativas tanto na compra quanto na venda dos materiais emite nota fiscal.
( ) Sim ( ) Não
5.1 – Se não, por que: _____
6 – Quais os materiais que a Cooperativa vende diretamente para a indústria de reciclagem:
_____
7 – Quais as principais dificuldades ou obstáculos enfrentados pela Cooperativa na comercialização via direta para a indústria de reciclagem:
_____

Organização Contábil

1 – A Cooperativa ou Associação realiza balanços financeiros ou registros contábeis:
( ) Sim ( ) Não
2 – A partir de quando (informar o ano) vem realizando registros contábeis: _____
3 – A contabilidade é realizada:
( ) Pelos próprios dirigentes
( ) Por uma assessora contábil
( ) Em parceria (dirigentes e assessora)
3.1 – Se for por uma assessora contábil, qual o motivo: _____
3.2 – A assessora é remunerada: ( ) Sim ( ) Não
3.3 – Quem paga o salário: _____
4 – Os resultados contábeis são apresentados aos associados:

( ) Sim ( ) Não
4.1 – Se sim, qual a forma que é apresentada tais resultados: _____
4.2 – Se não, por que?
5 – A operação contábil é feita de forma:
( ) Manual ( ) Programa de Computador
5.1 – Apresentar os procedimentos:

Comunicação

1 – Geralmente como é realizada a comunicação entre a diretoria e os integrantes:
( ) Reuniões
( ) Assembléia
( ) Jornal-informativo
( ) Conversando informalmente
( ) Outros – especificar: _____
2 – Como é realizada a convocação entre os integrantes:
( ) Alto-falante
( ) Oficio
( ) Conversa informal
( ) Outros – especificar: _____
3 – A direção da Cooperativa busca construir um exercício de diálogo entre os integrantes:
( ) Sim ( ) Não
3.1 – Se sim, esse diálogo:
( ) Acontece de forma permanente, pois se constitui numa prática democrática para manter o grupo motivado e organizado;
( ) Não acontece de forma permanente, mas sempre há oportunidade para seus integrantes debater e sugerir;
( ) Raramente acontece, devido a ocupação e as rotinas do trabalho, embora a direção considere importante este diálogo constante entre os integrantes.

3.2 – Se não, quais as principais razões que impedem esse exercício:_____

4 – Há uma preocupação da Administração em desenvolver atividades lúdicas (culturais) com o objetivo de fortalecer os laços sociais entre os integrantes:
( ) Sim ( ) Não
4.1 - Se sim, quais atividades já foram e são realizadas:

_____
4.2 – Se não, quais as razões:
_____

Relação e parcerias com entidades (grupos e redes)

1 – A Prefeitura Municipal criou condições necessárias para o funcionamento da organização:
( ) Sim ( ) Não
2 – O Poder Público Municipal contribuiu de que forma:
( ) Com recursos financeiros
( ) Concedendo infra-estrutura
( ) Concedendo fardamento e outros equipamento de trabalho
3 - O Poder Público Municipal estabeleceu através da Lei Orgânica do Município o compromisso de colocar os catadores como atores privilegiados na limpeza urbana da cidade (coleta seletiva):
( ) Sim ( ) não
4 – A Lei Orgânica de Município estabelece que a coleta e a comercialização dos materiais recicláveis sejam feitas preferencialmente por meio de cooperativa ou associações de catadores:
( ) Sim ( ) Não

5 – A política de Gestão dos Resíduos Sólidos (Coleta Seletiva) tem integrado e fortalecido as Cooperativa ou Associações:
( ) Sim ( ) Não
5.1 – Se não, isso se deve ao fato:
( ) Não existe no Município uma Política de Gestão dos Resíduos Sólidos que contemplem as Cooperativas de Catadores;

( ) Da Prefeitura priorizar apenas a infra-estrutura do sistema de coleta seletiva;
( ) Não remunera adequadamente os catadores pelo trabalho de coleta seletiva;
( ) O Programa de Coleta Seletiva;
( ) Não há garantias jurídicas de um convênio entre o Poder Público Municipal e as Cooperativas, assim numa eventual mudança de governo, o programa sofre descontinuidade.
6 – A organização estabelece relações ou articula-se (em rede):
( ) Sim ( ) Não
6.1 – Esta rede de relações é estabelecida:
( ) Com o Movimento Nacional dos Catadores
( ) Com outras Associações ou cooperativas de catadores
( ) Com os Fóruns Municipal ou Estadual Lixo e Cidadania
( ) Com voluntários ligados as Universidades
( ) Com a CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem)
( ) Pastoral de Rua e Cáritas Diocesana
6.2 – De que forma é realizada a comunicação entre esta rede de relações:
_____

7 – A Cooperativa (através de seus integrantes) já participou de curso(s) de capacitação ou de encontros de formação promovido pelo Movimento Nacional dos Catadores:
( ) Sim ( ) Não
7.1 – Qual o objetivo do(s) Curso(s) ou dos encontros:
_____

7.2 – Algum integrante participou da "Primeira Marcha Nacional dos Catadores" ocorrida em Brasília em 2001:
( ) Sim ( ) Não
7.3 – Qual a importância do surgimento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis:

Principais conquistas da Cooperativa para os catadores:

( ) Eliminar os atravessadores ou de empresas intermediárias do processo de comercialização, e conseguiu barganhar os preços dos materiais;
( ) Conseguiu ou vem conseguindo adesão dos catadores na entrega dos materiais;
( ) Organizou e conscientizou os catadores na luta pelos seus interesses;
( ) Melhorou o nível de renda dos catadores, portanto das condições de trabalho;
( ) Resgatou a auto-estima, possibilitando ao catador tomar consciência da importância do seu trabalho;
( ) Curso de alfabetização
( ) Diminuição da exploração econômica dos catadores por parte dos atravessadores ou empresas de reciclagem;
( ) Ofereceu outras alternativas de geração de renda para os catadores;
( ) Outros – Especificar: _____

Principais dificuldades – obstáculos ou problemas enfrentados

1 – Do ponto de vista Econômico- financeiro
( )A comercialização dos materiais que continua sendo realizada através dos intermediários que compram os materiais dos catadores a preços inferiores aos que são pagos pelas indústria de reciclagem;
( ) A Cooperativa não dispõe de capital de giro (descapitalizada); pois devido a renda ser muito baixa dos catadores, os mesmo não conseguem pagar cota estabelecida;
( ) A Cooperativa está sempre endividada;
( ) Concorrência externa, dificultando o acesso no mercado
( ) O lixo que chegam até os catadores (lixão, aterro, ou nas centrais de triagem) tem menor valor de mercado;
( ) Não dispõe de uma infra-estrutura adequada para efetivação do trabalho;
( ) Outros – Especificar: _____
2 – Do ponto de vista da Administração – Gestão
( ) Dificuldade na gestão da Cooperativa por parte dos integrantes, uma vez que não tem o conhecimento necessário da burocracia (registros contábeis, ausência de controles e perdas e etc.) para o funcionamento de uma cooperativa; mesmo assim, continuam conduzindo;
( ) Dificuldade de lançar estratégias para conseguir resultados eficientes na gestão burocrática da cooperativa;
3 – Do ponto de vista da Organização cooperativa

( ) Não conseguiu assegurar a participação efetiva dos cooperados, uma vez que a cooperativa não atendeu aos anseios propostos de melhoria das condições de vida dos catadores;
( ) Os conflitos constantes que se relacionam com a falta de confiança que os cooperados têm em relação aos sócios que ocupam cargos de direção;
( ) Conflitos constantes diante da dificuldade de adaptação dos catadores em uma organização cooperativista;
( ) O nível de alfabetização da grande maioria dos catadores, impõe limites ao entendimento por parte dos mesmos no entendimentos do sistema burocrático da própria cooperativa;
( ) As intervenções das organizações de apoio (religiosas , o governo e etc.) impedem que as cooperativas de catadores sejam auto-sustentáveis, e criam um ciclo em que as pessoas estão acostumadas a pedir coisas umas as outras, e de crescente dependência.
( ) Dificuldade de adaptação dos catadores em uma organização cooperativa, esperam resultados imediatos não entendendo que o cooperativismo é uma construção de longo prazo.
( ) Outros – Especificar

4 - Apesar de detectarem o problema (a situação) não sabem encontrar caminhos para superar:
( ) Sim ( ) Não

APÊNDICE F – Questionário 02-A

Objetivo: Identificar a possibilidade do "*habitus associativo*" estar imbricado nas práticas cotidianas dos catadores associados da Associação (ASTRAMARE-JOÃO PESSOA).

Nº do Questionário: ____ Data: _____

Identificação

1 – Nome do catador (a): _____
2 – Endereço: Rua_____
Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____
Telefone (celular): _____
3 – Sexo: (1) Masculino (2) Feminino 4 – Idade: _____
4 – Cor: (1) branca (2) negra (3) parda (4) amarela (5) indígena
5 – Que documentos possui? (1) Certidão de nascimento (2) RG (3) CPF (4) Titulo de eleitor (5) Carteira de trabalho (6) PIS (7) Carteira de motorista (8) Reservista
6 – Onde nasceu: (1) cidade (2) zona rural
6.1 – Identificar a cidade onde nasceu :_____

Situação Familiar

1 – Você é chefe de família? (1) Sim (2) Não
2 – Você tem filhos (1) Sim – Quantos: _____ (2) Não
3 – Situação conjugal: (1) Solteiro (2) Casado (3) Amigado (4) Separado (5) Viúvo (6) Outro: _____
4 – Quantas pessoas moram com você (incluindo você): _____
5 – Qual a renda familiar? (em salários mínimos):
(1) Até um salário mínimo
(2) De um a dois salários mínimos
(3) De dois a três salários mínimos
(4) Mais de três salários mínimos
6 – Quais benefícios sua família recebe?
(1) Nenhum (2) Pensão-aposentadoria (3) Auxilio doença (4) BPC (beneficio para idoso de 65 anos e portadores de deficiência incapacitados para o trabalho) (5) Bolsa-família (6) PETI (7) Vale alimentação (8) Vale Gás (9) Doações (10) Cesta básica fornecedor (11) Outro beneficio
10 – Das pessoas que moram com você quantas trabalham? _____
11 – Quantas estão desempregadas? _____

Nível de escolaridade

1 – Você é alfabetizado?
(1) Sim (2) Não
2 – Até que série você estudou?
(1) Nunca freqüentou a escola
(2) Não lê, não escreve, mas assina o nome
(3) Menos que a 4º Série
(4) Até a 4º Série
(5) Da 5º a menos que a 8º Série
(6) Concluiu a 8º Série
(7) Segundo Grau (ou técnico) incompleto
(8) Segundo Grau (ou técnico) completo
(9) Superior incompleto
(10) Superior completo
3 – Caso você não freqüente mais a escola (ou parou de estudar), quais as razões?
(1) Não tem tempo, pois trabalha o dia inteiro e a noite não tem mais disposição para estudar
(2) Não sente estimulo para voltar a estudar
(3) Gostaria de voltar a estudar, mais a escola é distante do local onde reside
(4) Gostaria de voltar a estudar, mas além de trabalhar o dia inteiro às vezes a noite
(5) Outros – Especificar : _____
4 – A cooperativa oferece curso de alfabetização para os associados?
(1) Sim (2) Não
4.1 – Você freqüenta o curso?
(1) Sim (2) Não
4.2 – Se não freqüenta, por que? _____

4.3 – Se sim, qual a importância do curso para você?

Condições de Moradia

1 – O local que você mora é:
(1) Casa (2) Cômodo (3) Barraco (4) Lixão (barraco improvisado) (5) Albergue (6) Rua (7) Outro
2 – Sua casa é: (1) Própria (2) Alugada (3) Cedida (4) Ocupada (5) Financiada (6) Outro
3 – A construção é de:
(1) alvenaria (2) Madeira (3) Taipa (4) Outro
4 – Número de cômodos de sua casa: _____
5 – A infra-estrutura da casa onde mora tem:
(1) Água encanada
(2) Energia elétrica
(3) Esgoto: (1) Da rede pública (2) Fossa (3) Céu aberto (4) Outro
(4) Banheiro: (1) Sim (2) Não

Condições de Trabalho

1 – Há quanto tempo é catador?
(1) Menos de 1 ano (2) De 1 a 2 anos (3) De 2 a 5 anos (4) De 5 a 10 anos (5) Mais de 10 anos
2 – Antes de ser catador, qual era o seu trabalho?_____
3 – Você já trabalhou de carteira assinada? (1) Sim (2) Não
4 – Além de ser catador (coletar material reciclável) você faz outro trabalho (complementar)
(1) Sim (2) Não
4.1 – Se sim, qual?_____
4.2 – Por que você é catador? _____
5 – Você paga INSS como autônomo?
(1) Sim (2) Não
6.1 – Se não, por que? _____
7 – Quantas horas você trabalha por dia?
(1) De seis a oito horas
(2) De oito a nove horas
(3) De nove a dez horas
(4) Mais de dez horas
8 – Você trabalha onde (local)?
(1) Nas ruas da cidade (2) Nos núcleos de coleta seletiva (3)Postos de entrega voluntária (4) Sistema porta-à-porta (5) Galpões de triagem (6) Outros: _____
9 – Qual a sua renda mensal?
(1) Até um salário mínimo
(2) De um a dois salários mínimos
(3) De dois a três salários mínimos
(4) Mais de três salários mínimos
10 – Qual a média da sua produção semanal, em quilos?
(1) Não sabe quantificar
(2) Aproximadamente 50 quilos
(3) Entre 50 e 80 quilos
(4) Entre 80 e 100 quilos
(5) Mais de 100 quilos
11 – Você trabalha utilizando algum tipo de equipamento de proteção seguindo as normas técnicas e sanitárias (uniformes, luvas de borracha, bonés, aventais, máscaras, botas e etc.)?
(1) Sim (2) Não
11.1 – Se não, por quê?
(1) Não dispõe de tais equipamentos, uma vez que não tem condições de comprar, nem a organização dispõe para fornecer.
(2) Não dispõe, pois a Prefeitura não fornece, nem tampouco outra entidade (privada, ONG e etc.)
(3) Dispõe, mas preferem trabalhar sem utilizar os equipamentos.
11.2 – Se sim, quem fornece os equipamentos?
(1) Não recebe de ninguém, improvisa apenas com as roupas e calçados que encontra no lixo
(2) A Prefeitura Municipal
(3) A Prefeitura Municipal em parceria com uma outra entidade (privada, ONG etc.)
(4) Os voluntários em parceria com o setor privado

(5) Outros – Especificar:_____
12 – Para você o que significa ser um trabalhador reconhecido: _____
13 – Você acha seu trabalho importante?
(1) Sim (2) Não
13.1 – Por quê? _____

Visão do associado acerca do significado da Associação em suas condições de vida
6 – Na sua opinião, com a Associação sua situação está:
(1) Melhor que antes de entrar na Associação
(2) Do mesmo jeito
(3) Pior que antes de entrar para a Associação.
7 – Para você conseguir empréstimo na Associação é sempre:
(1) Muito difícil
(2) Não é muito fácil
(3) É muito fácil
7.1 – Quando você conseguiu empréstimo, o dinheiro foi:
(1) Suficiente
(2) Insuficiente
8 – Quando você ficou doente ou alguém da sua família:
(1) A Associação sempre ajudou
(2) A Associação em algumas vezes ajudou
(3) A Associação nunca ajudou
9 – Quais as principais conquistas da Associação para você?
(1) Eliminar os atravessadores ou de empresas intermediárias do processo de comercialização, e conseguiu barganhar os preços dos materiais;
(2) Conseguiu ou vem conseguindo adesão dos catadores na entrega dos materiais;
(3) Organizou e conscientizou os catadores na luta pelos seus interesses;
(4) Melhorou o nível de renda dos catadores, portanto das condições de trabalho;
(5) Resgatou a auto-estima, possibilitando ao catador tomar consciência da importância do seu trabalho;
(6) Curso de alfabetização
(7) Diminuição da exploração econômica dos catadores por parte dos atravessadores ou empresas de reciclagem;
(8) Ofereceu outras alternativas de geração de renda para os catadores;
(9) Outros – Especificar: _____
11– Você tem conhecimento dos preços dos materiais (mercado)?
(1) Sim (2) Não
12 – Você considera justos os preços dos materiais da Associação (em relação aos dos sucateiros)?
(1) Sim (2) Não
13 – Se não, por que? _____
Sobre as parceria e redes de apoio
1– Destes órgãos ou entidades quais você considera importante para o catador:
(1) Movimento Nacional dos Catadores
(2) Fóruns Municipal ou Estadual Lixo e Cidadania
(3) Os voluntários ligados as Universidades
(3) CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem)
(4) Pastoral de Rua e Cáritas Diocesana (Luciene e Davi)
(5) EMLUR e a Prefeitura Municipal

2– Qual a importância dos parceiros e voluntários para os catadores?

3 – Qual a importância do surgimento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis?

Posicionamento do associado

a)Sobre sua participação na Associação
1 – Você é associado?
(1) Sim (2) não
1.1 – Por que você se tornou associado (a)?
_____
2 – Você trabalha (entrega) ou vende o material para a Associação?
(1) Sim (2) Não

3-Antes da Associação os preços dos materiais eram melhores?
(1) Sim (2) Não
4- A direção da associação busca construir um exercício de diálogo entre os integrantes:
(1) Sim (2) Não
4.1 – Se sim, esse diálogo:
(1) Acontece de forma permanente pois se constitui numa prática democrática para manter o grupo motivado o organizado;
(2) Não acontece de forma permanente, mas sempre há oportunidade para seus integrantes debater e sugerir;
(3) Raramente acontece, devido a ocupação e as rotinas do trabalho, embora a direção considere importante este diálogo entre os integrantes;
(4) Outros:_____
5– A Associação realiza assembléias ou reuniões?
(1) Sim (2) Não
5.1 – Você participa? Acha importante a ocorrência destas reuniões ou assembléias? _____
5.2 - Durante as reuniões ou assembléias você costuma:
(1) Sempre falar
(2) Falar apenas quando pedem sua opinião
(3) Prefere não se meter na discussão ficando sempre como ouvinte
6 – Você na última eleição da Cooperativa?
(1) Sim (2) Não

b) Sobre o funcionamento da Associação

1 – Você tem conhecimento dos princípios que regem o Estatuto da Associação?
(1) Sim (2) Não
2 – Qual seria um principio? _____
3– Você tem entendimento dos direito e deveres dos associados?
(1) Sim (2) Não
3.1 – Você lembra de um dever ou um direito de um associado? _____
4– Você participou de algum curso sobre associado?
(1) Sim (2) Não
4.1 – Se sim, o que você achou de mais importante no curso?

c) Sobre o significado de trabalhar sob a forma solidária

1 – Na sua opinião, a Associação deve:
(1) Lutar por melhores condições de trabalho e de renda e independência dos intermediários (sucateiros) do processo de comercialização dos materiais.
(2) Lutar apenas pela independência dos intermediários (sucateiros) do processo de comercialização dos materiais, uma vez que estes ditavam os preços dos materiais (bem inferiores aos que eram pagos pelas indústrias de reciclagem)
(3) Lutar por melhores condições de trabalho e de renda e de inclusão dos catadores na política de resíduos sólidos do município
2 – Você cata e vende o material:
(1) Individual (2) Grupal
2.1 – Como é esse trabalho grupal? _____
2.2 – Por que você prefere trabalhar individualmente
3– Pra você o que significa trabalhar de forma solidária? _____
4 – De que forma você percebe a prática solidária aqui no lixão? _____
4.2 - A Administração ou direção busca desenvolver atividades lúdicas (culturais) com o objetivo de fortalecer os laços sociais entre os integrantes:
(1) Sim (2) Não
11 – Você acha importante a prática destas atividades culturais?
(1) Sim (2) Não
12 - Se sim ou se não, Por quê?

APÊNDICE G – Questionário 02-B

Objetivo: Identificar a possibilidade do "*habitus associativo*" estar imbricado nas práticas cotidianas dos catadores associados da Cooperativa (COTRAMARE-CAMPINA GRANDE).

Nº do Questionário: ____ Data: _____

Identificação

1 – Nome do catador (a): _____
2 – Endereço: Rua_____
Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____
Telefone (celular): _____
3 – Sexo: (1) Masculino (2) Feminino 4 – Idade: _____
4 – Cor: (1) branca (2) negra (3) parda (4) amarela (5) indígena
5 – Que documentos possui? (1) Certidão de nascimento (2) RG (3) CPF (4) Titulo de eleitor (5) Carteira de trabalho (6) PIS (7) Carteira de motorista (8) Reservista
6 – Onde nasceu: (1) cidade (2) zona rural
6.1 – Identificar a cidade onde nasceu :_____

Situação Familiar

1 – Você é chefe de família? (1) Sim (2) Não
2 – Você tem filhos (1) Sim – Quantos: _____ (2) Não
3 – Situação conjugal: (1) Solteiro (2) Casado (3) Amigado (4) Separado (5) Viúvo (6) Outro: _____
4 – Quantas pessoas moram com você (incluindo você): _____
5 – Qual a renda familiar? (em salários mínimos):
(1) Até um salário mínimo
(2) De um a dois salários mínimos
(3) De dois a três salários mínimos
(4) Mais de três salários mínimos
6 – Quais benefícios sua família recebe?
(1) Nenhum (2) Pensão-aposentadoria (3) Auxilio doença (4) BPC (beneficio para idoso de 65 anos e portadores de deficiência incapacitados para o trabalho) (5) Bolsa-família (6) PETI (7) Vale alimentação (8) Vale Gás (9) Doações (10) Cesta básica fornecedor (11) Outro beneficio
10 – Das pessoas que moram com você quantas trabalham? _____
11 – Quantas estão desempregadas? _____

Nível de escolaridade

1 – Você é alfabetizado?
(1) Sim (2) Não
2 – Até que série você estudou?
(1) Nunca freqüentou a escola
(2) Não lê, não escreve, mas assina o nome
(3) Menos que a 4º Série
(4) Até a 4º Série
(5) Da 5º a menos que a 8º Série
(6) Concluiu a 8º Série
(7) Segundo Grau (ou técnico) incompleto
(8) Segundo Grau (ou técnico) completo
(9) Superior incompleto
(10) Superior completo
3 – Caso você não freqüente mais a escola (ou parou de estudar), quais as razões?
(1) Não tem tempo, pois trabalha o dia inteiro e a noite não tem mais disposição para estudar
(2) Não sente estimulo para voltar a estudar
(3) Gostaria de voltar a estudar, mais a escola é distante do local onde reside
(4) Gostaria de voltar a estudar, mas além de trabalhar o dia inteiro às vezes a noite
(5) Outros – Especificar : _____
4 – A cooperativa oferece curso de alfabetização para os associados?
(1) Sim (2) Não
4.1 – Você freqüenta o curso?
(1) Sim (2) Não

4.2 – Se não freqüenta, por que? _____
4.3 – Se sim, qual a importância do curso para você?

Condições de Moradia

1 – O local que você mora é:
(1) Casa (2) Cômodo (3) Barraco (4) Lixão (barraco improvisado) (5) Albergue (6) Rua (7) Outro
2 – Sua casa é: (1) Própria (2) Alugada (3) Cedida (4) Ocupada (5) Financiada (6) Outro
3 – A construção é de:
(1) alvenaria (2) Madeira (3) Taipa (4) Outro
4 – Número de cômodos de sua casa: _____
5 – A infra-estrutura da casa onde mora tem:
(1) Água encanada
(2) Energia elétrica
(3) Esgoto: (1) Da rede pública (2) Fossa (3) Céu aberto (4) Outro
(4) Banheiro: (1) Sim (2) Não

Condições de Trabalho

1 – Há quanto tempo é catador?
(1) Menos de 1 ano (2) De 1 a 2 anos (3) De 2 a 5 anos (4) De 5 a 10 anos (5) Mais de 10 anos
2 – Antes de ser catador, qual era o seu trabalho?_____
3 – Você já trabalhou de carteira assinada? (1) Sim (2) Não
4 – Além de ser catador (coletar material reciclável) você faz outro trabalho (complementar)
(1) Sim (2) Não
4.1 – Se sim, qual?_____
4.2 – Por que você é catador? _____

5 – Você paga INSS como autônomo?
(1) Sim (2) Não
6.1 – Se não, por que? _____
7 – Quantas horas você trabalha por dia?
(1) De seis a oito horas
(2) De oito a nove horas
(3) De nove a dez horas
(4) Mais de dez horas
8 – Você trabalha onde (local)?
(1) Lixão (2) Nas ruas (3) Outros: _____
9 – Qual a sua renda mensal?
(1) Até um salário mínimo
(2) De um a dois salários mínimos
(3) De dois a três salários mínimos
(4) Mais de três salários mínimos
10 – Qual a média da sua produção semanal, em quilos?
(1) Não sabe quantificar
(2) Aproximadamente 50 quilos
(3) Entre 50 e 80 quilos
(4) Entre 80 e 100 quilos
(5) Mais de 100 quilos
11 – Você trabalha utilizando algum tipo de equipamento de proteção seguindo as normas técnicas e sanitárias (uniformes, luvas de borracha, bonés, aventais, máscaras, botas e etc.)?
(1) Sim (2) Não
11.1 – Se não, por quê?
(1) Não dispõe de tais equipamentos, uma vez que não tem condições de comprar, nem a organização dispõe para fornecer.
(2) Não dispõe, pois a Prefeitura não fornece, nem tampouco outra entidade (privada, ONG e etc.)
(3) Dispõe, mas preferem trabalhar sem utilizar os equipamentos.
11.2 – Se sim, quem fornece os equipamentos?
(1) Não recebe de ninguém, improvisa apenas com as roupas e calçados que encontra no lixo
(2) A Prefeitura Municipal
(3) A Prefeitura Municipal em parceria com uma outra entidade (privada, ONG etc.)

(4) Os voluntários em parceria com o setor privado
(5) Outros – Especificar:_____
12 – Para você o que significa ser um trabalhador reconhecido: _____
13 – Você acha seu trabalho importante?
(1) Sim (2) Não
13.1 – Por quê? _____

Visão do associado acerca do significado da cooperativa em suas condições de vida
6 – Na sua opinião, com a Cooperativa sua situação está:
(1) Melhor que antes de entrar na Cooperativa
(2) Do mesmo jeito
(3) Pior que antes de entrar para a Cooperativa.
7 – Para você conseguir empréstimo na Cooperativa é sempre:
(1) Muito difícil
(2) Não é muito fácil
(3) É muito fácil
7.1 – Quando você conseguiu empréstimo, o dinheiro foi:
(1) Suficiente
(2) Insuficiente
8 – Quando você ficou doente ou alguém da sua família:
(1) A Cooperativa sempre ajudou
(2) A cooperativa em algumas vezes ajudou
(3) A Cooperativa nunca ajudou
9 – Quais as principais conquistas da Cooperativa para você?
(1) Eliminar os atravessadores ou de empresas intermediárias do processo de comercialização, e conseguiu barganhar os preços dos materiais;
(2) Conseguiu ou vem conseguindo adesão dos catadores na entrega dos materiais;
(3) Organizou e conscientizou os catadores na luta pelos seus interesses;
(4) Melhorou o nível de renda dos catadores, portanto das condições de trabalho;
(5) Resgatou a auto-estima, possibilitando ao catador tomar consciência da importância do seu trabalho;
(6) Curso de alfabetização
(7) Diminuição da exploração econômica dos catadores por parte dos atravessadores ou empresas de reciclagem;
(8) Ofereceu outras alternativas de geração de renda para os catadores;
(9) Outros – Especificar: _____
10 – Você acha que a Cooperativa conseguiu barganhar junto aos atravessadores e melhorar os preços dos materiais?
(1) Sim (2) Não
11– Você tem conhecimento dos preços dos materiais (mercado)?
(1) Sim (2) Não
12 – Você considera justos os preços dos materiais da Cooperativa (em relação aos dos sucateiros)?
(1) Sim (2) Não
13 – Se não, por que? _____
Sobre as parceria e redes de apoio
1– Destes órgãos ou entidades quais você considera importante para o catador:
(1) Movimento Nacional dos Catadores
(2) Fóruns Municipal ou Estadual Lixo e Cidadania
(3) Os voluntários ligados as Universidades
(3) CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem)
(4) Pastoral de Rua e Cáritas Diocesana
(5) Os voluntários (Irmã Celine; Edneuza e outros)

2– Qual a importância dos voluntários para os catadores?

3 – Qual a importância do surgimento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis?

Posicionamento do associado
a)Sobre sua participação na Cooperativa

1 – Você é associado?
(1) Sim (2) não
1.1 – Se não, qual a razão? _____
2 – Você trabalha (entrega) ou vende o material para a Cooperativa?
(1) Sim (2) Não
2.1 – Se não, você vende para quem? _____
2.2 – Por que você não vende para a Cooperativa?
(1) Não é o lugar o certo para entregar (vender) os materiais, pois desconfia dos procedimentos da Cooperativa (da diretoria)
(2) Prefere vender para os intermediários, pois é mais seguro.
(3) Prefere vender para os intermediários, pois não concorda com os preços da Cooperativa (são inferiores aos dos intermediários)
(4) Prefere vender para os intermediários, pois eles emprestam dinheiro, e se sente na obrigação de comercializar com eles
(5) Outros – Especificar: _____
3 – Antes da Cooperativa os preços dos materiais eram melhores?
(1) Sim (2) Não
4- A direção da cooperativa busca construir um exercício de diálogo entre os integrantes:
(2) Sim (2) Não
4.1 – Se sim, esse diálogo:
(1) Acontece de forma permanente, pois se constitui numa prática democrática para manter o grupo motivado o organizado;
(2) Não acontece de forma permanente, mas sempre há oportunidade para seus integrantes debater e sugerir;
(3) Raramente acontece, devido a ocupação e as rotinas do trabalho, embora a direção considere importante este diálogo entre os integrantes;
(4) Outros:_____
5– A Cooperativa realiza assembléias ou reuniões?
(1) Sim (2) Não
5.1 – Você participa? Acha importante a ocorrência destas reuniões ou assembléias? _____
5.2 - Durante as reuniões ou assembléias você costuma:
(1) Sempre falar
(2) Falar apenas quando pedem sua opinião
(3) Prefere não se meter na discussão ficando sempre como ouvinte
6 – Você na última eleição da Cooperativa?
(1) Sim (2) Não

b) Sobre o funcionamento da cooperativa

1 – Você tem conhecimento dos princípios que regem o Estatuto da Cooperativa?
(1) Sim (2) Não
2 – Qual seria um principio? _____
3– Você tem entendimento dos direito e deveres dos cooperados?
(1) Sim (2) Não
3.1 – Você lembra de um dever ou um direito de um cooperado? _____
4– Você participou de algum curso sobre cooperativismo?
(1) Sim (2) Não
4.1 – Se sim, o que você achou de mais importante no curso?

c) Sobre o significado de trabalhar sob a forma solidária

1 – Na sua opinião, a Cooperativa deve:
(1) Lutar por melhores condições de trabalho e de renda e independência dos intermediários (sucateiros) do processo de comercialização dos materiais.
(2) Lutar apenas pela independência dos intermediários (sucateiros) do processo de comercialização dos materiais, uma vez que estes ditavam os preços dos materiais (bem inferiores aos que eram pagos pelas indústrias de reciclagem)
(3) Lutar por melhores condições de trabalho e de renda e de inclusão dos catadores na política de resíduos sólidos do município
2 – Você cata e vende o material:
(1) Individual (2) Grupal
2.1 – Como é esse trabalho grupal? _____
2.2 – Por que você prefere trabalhar individualmente

3– Pra você o que significa trabalhar de forma solidária? _____
4 – De que forma você percebe a prática solidária aqui no lixão? _____
4.2 - A Administração ou direção busca desenvolver atividades lúdicas (culturais) com o objetivo de fortalecer os laços sociais entre os integrantes:
(1) Sim (2) Não
11 – Você acha importante a prática destas atividades culturais?
(1) Sim (2) Não
12 - Se sim ou se não, Por quê?

APÊNDICE H

Dados	ASTRAMARE – Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de João Pessoa/PB	COTRAMARE – Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande/PB
Processo de formação	- O processo de organização foi impulsionado por agentes externos – 2000 Movimento Merynokll/PB e Cáritas Arquidiocesana/PB; - Diante da desativação do lixão do Róger – 2003: Os catadores foram "forçados" a se associar; - O convênio/parceria entre a EMLUR/JP e a Astramare: assegurou aos catadores associados a participação no trabalho de Coleta Seletiva e disponibilizou a infra-estrutura	- A organização foi impulsionada por agentes externos: grupo de voluntários/"apoio"; 2000: Associação dos Catadores de lixão de Campina Grande; 2001: Cooperativa (Cotramare); - Houve integralização do capital social para os sócios.
Administração da organização (gestão contábil e financeira)	- Ausência de controle contábil; - O poder de decisão era centralizado / os associados não participavam dos processos de gestão e de decisão; - Impossibilidade dos associados participarem na execução dos negócios e nos processos decisórios da Associação.	- Um pequeno grupo assumiu a direção da Cooperativa/ ou seja, o controle estava mãos de uma única pessoa; - A participação (do grupo era limitada na condução dos negócios/parte da condução dos negócios e decisões era realizada com auxílio dos voluntários.
Organização do trabalho	- Os associados exerciam o trabalho: nos núcleos de coleta seletiva da cidade e numa central de triagem no Aterro Sanitário (neste local, a triagem é feita sob esteiras mecânicas); - A jornada de trabalho variava entre 08 e 10 horas diária; - Organização era por turnos de trabalho, sob o comando de um coordenador de turma - Condições de trabalho eram precárias; baixos salários; - A separação dos materiais era realizada de forma rudimentar; baixa qualidade dos materiais.	- Os catadores associados ou não exerciam o trabalho de coleta dentro do lixão da cidade; - a jornada de trabalho diário variava entre 10 e 12 horas; - As condições de trabalho eram precárias.
Comercialização	- Não vendiam diretamente para as indústrias recicladoras: a comercialização dos materiais ocorria por meio dos atravessadores (sucateiros); - Os coordenadores de turmas tinham autonomia para comercializar os materiais.	- A Cooperativa exercia o papel de atravessador; disputava a compra dos materiais no lixão com o atravessador - A separação dos materiais era realizada de forma rudimentar; baixa qualidade dos materiais; - Não vendiam diretamente para as indústrias recicladoras: a Cooperativa comercializava os materiais por meio dos atravessadores (sucateiros)
Participação/Comunicação	- Não realizavam assembléias: ausência de comunicação entre a Diretoria e o corpo de associados - Havia eleição aberta para escolha dos representantes (Diretoria), todos os (as) associados (as) participavam do processo.	- A participação dos cooperados era limitada nas decisões e nos negócios da Cooperativa; - A comunicação entre a Diretoria e os Cooperados era reforçada pelos voluntários.

Quadro 18 - Organizações Associativas de Catadores Estudadas – síntese comparativa
Fonte: Entrevista realizada entre os representantes da Diretoria e das instituições de apoio – Julho de 2006

APÊNDICE I

Dados	**ASTRAMARE – Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de João Pessoa/PB**	**COTRAMARE – Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande/PB**
Conquistas	- Organizou e conscientizou os catadores na luta pelos seus interesses.	- Conseguiu melhorar os preços dos materiais, ao se colocar como atravessadora na comercialização dentro do lixão; - Curso de alfabetização p/ os catadores (em parceria com os voluntários- "Projeto Esperança"); - Conseguiu "até certo ponto" organizar e conscientizar os catadores na luta pelos seus interesses.
Dificuldades	- Não eliminou os atravessadores ou empresas intermediárias do processo de comercialização; - Dificuldade na execução dos negócios: os catadores não tinham o conhecimento necessário da burocracia (registros contábeis, ausência de controles e perdas e etc.) - Infraestrutura era precária para efetivação do trabalho - A Associação não dispunha de capital de giro (descapitalizada - Dificuldades relativas à adaptação dos catadores em uma experiência associativa; - Os catadores/associados esperavam resultados imediatos; - O nível de alfabetização dos catadores dificultava ou limitava o processo de autogestão na Associação; - A heterogeneidade do grupo, diferenças internas, a falta de confiança e os constantes conflitos dificultavam o estabelecimento de vínculos humanísticos: solidariedade e ajuda mútua.	- Não conseguiu adesão dos catadores/associados na entrega dos materiais (comercializar) com a Cooperativa; - A Cooperativa não dispunha de capital de giro (descapitalizada), pois a renda dos catadores era muito baixa, alem dos mais, eles não conseguiam efetuar o pagamento da cota estabelecida; - Não dispunha de uma infraestrutura adequada pra realizar o trabalho de coleta; exerciam o trabalho dentro do lixão; - Ausência de uma política municipal que valorizasse ou desse apoio aos catadores - Dificuldade dos catadores na condução dos negócios da Cooperativa; - A Cooperativa conseguia atender aos anseios propostos – inicialmente – de melhoria das condições de vida dos cooperados; - Dificuldades dos catadores de trabalhar sob a forma associativa;
Desafios	- Resgatar a autoestima dos catadores associados: aumentando a renda e melhorando as condições de trabalho; - Oferecer outras alternativas de geração de renda, bem como ampliação da etapa da cadeia produtiva da reciclagem; - Assegurar a participação efetiva dos associados nos processos decisórios da Associação; - Assegurar a parceria (convênio) entre a Associação e a Prefeitura Municipal/EMLUR; - "Caminhar sozinha" ou ser autossustentável.	- Conseguir a adesão e participação dos catadores na entrega dos materiais; - Eliminar os atravessadores do processo de comercialização; - Estabelecer parceria com a Prefeitura Municipal no sentido de garantir a participação dos catadores na política de gestão dos resíduos sólidos municipal.

Quadro 19- Principais Conquistas e Desafios das Organizações Associativas de Catadores Estudadas – síntese comparativa
Fonte: Entrevista realizada entre os representantes da Diretoria e das instituições de apoio – Julho de 2006

ANEXOS

ANEXO A- Carta de Brasília

Carta de Brasília

"Conscientes de nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão de catador de materiais recicláveis e determina que processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao poder executivo, propomos:

- Garantia de que, através de convênio e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis que visem a sua inclusão social por meio do trabalho.

- Inclusão dos catadores de materiais recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua técnica nas áreas de gestão e empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

- Adoção de políticas de subsídios que permitam aos catadores de materiais recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balanças, prensas, etc.

- Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos catadores de materiais recicláveis.

- Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

- Priorização da erradicação dos lixões em todo país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação dos recursos do programa de combate à pobreza para as ações emergenciais.

Em relação à cadeia produtiva:

- Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia de reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

Em vista da cidadania dos moradores de rua:

- Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

- Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o direito à cidade.

- Priorização das oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

- Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

- Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

- Inclusão dos moradores de rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

- Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde – SUS – aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental”, DST/AIDS/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e à importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual será progressiva e crescente. Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo o Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossas forças e nossas tecnologias à serviço da prestação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

Reciclagem feita pelos recicladores já!”

ANEXO B – Carta Aberta

CARTA ABERTA

O Fórum Municipal Lixo & Cidadania de Campina Grande (FMLC – CG) foi criado em setembro de 2002, tendo como referência e apoio, o Fórum Nacional Lixo & Cidadania e o Fórum Estadual Lixo & Cidadania da Paraíba. O Fórum Nacional surgiu em 1998, a partir de um movimento voltado ao combate do trabalho infantil nos "lixões" liderado por várias entidades do País, estimulando posteriormente a formação dos Fóruns Estaduais e Municipais.
O Fórum se caracteriza de País como um espaço de discussão e busca de alternativas para o enfrentamento dos graves problemas do Município relacionados ao lixo, merecendo destaque, o trabalho de catação no "lixão", que envolve uma significativa parcela da população de desempregados e sub-empregados e cuja precariedade é agravada pela participação de crianças e adolescentes nessa atividade.

Recentemente, tomando conhecimento do projeto de implantação, no Município, de uma usina destinada ao tratamento térmico de resíduos, para fins de obtenção de energia, orçado em R$ 50.000.000,00, o Fórum e a Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis (COTRAMARE) promoveram, em maio de 2005, o Seminário "Usina Verde, Tratamento Térmico de Resíduos Sólidos Urbanos e suas Conseqüências Sociais, Econômicas e Ambientais", com o objetivo de mobilizar a categoria dos catadores, a sociedade civil, os técnicos e os poderes instituídos para discutir, avaliar e propor encaminhamentos ao referido projeto.
Nesse evento, estiveram presente, cerca de 350 participante de diversas representações da sociedade civil organizada: catadores de lixo da cidade e de outras localidades; cooperados da COTRAMARE; representantes do Movimento Nacional dos Catadores, do Ministério das Cidades, da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES-TEM), do Fórum Nacional Lixo & Cidadania, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES Nacional e PB), da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal (SOSUR-PMCG), da Diocese de Campina Grande, de ONGs e de Sindicatos; professores alunos e funcionários de universidades (UFPB, UFCG e UEPB), além o técnico responsável pelo Projeto da Usina de Tratamento Térmico do Lixo.
Apesar das criticas e de posicionamentos contrários ao tratamento térmico do lixo, manifestadas por ampla maioria dos expositores e debatedores do evento, a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município manteve o seu posicionamento favorável à essa alternativa, por considerar que ela representa atualmente a melhor proposta de tratamento do lixo, embora não apresentada dados que indiquem a viabilidade dessa proposta para o município.
Frente à posição da PMCG de manter a proposta, mesmo considerando as divergências em relação a essa questão, da qual o Seminário foi apenas um ponto de partida para discussão, precisando ainda devidamente esclarecida e aprofundada nos seu aspectos sócias, econômicas, técnicos e ambientais, o Fórum Municipal Lixo & Cidadania Cotramare solicitam à Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, assessoria e parecer técnico sobre o assunto, para que possamos reivindicar, com elementos convincentes, a melhor opção para o Município.

Campina Grande, 16 de junho de 2005

Fórum Municipal Lixo & Cidadania – CG-PB

ANEXO C – Tipos de Materiais Recicláveis

Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável – ASTRAMARE
RELAÇÃO DOS TIPOS DE MATERIAIS

PAPEIS
MIXTO
OND 1 – Papelão marrom puro
OND 2 – Papelão marrom, com até 15% de colerido
OND 3 – Papelão marrom com duplex, cx ovo, Omo, tubex até 30%
KRAFT – Sacos de cimento, ração batido
APM 2 - Papel misto colorido, revistas, guias sem mistura de jornal, duplex, ovo, Plá etc.
APM 3 – Papel misto (mistão com jornal, toalha, etc.)
JORNAL – Jornal limpo seco amarrado
APB 3- Papel Branco com escrita limpo e seco
TETRA
PLÁSTICOS DE ALTA - DUROS
Plásticos Mixtos
PET mixto
PET BRANCA
PP MIN – vinagre, cachaça
PET VERDE
PP COLORIDO
PVC CANO – forros divisórias rígidos
PEAD COLORIDO (garrafas detergentes e alvejante, amaciante)
PEAD TRANSPARENTE (garrafas detergente e alvejante, amaciante)
PEAD BRANCO – (garrafas detergente e alvejante, amaciante)
PP CADEIRA
ISOPOR
PÁRA-CHOQUE
PS COPINHO
PS DURO
TAMPINHA
CAIXARIA
PEAD BALDE BACIA COLORIDO
PLÁSTICOS DE BAIXA/FILMES
PEBD COLORIDO
PEBD TRANSPARENTE
STRECH
PP FILME
SACOLINHA
VIDROS
CACO BRANCO (sem tampa, ferro ou sujeira) posto no local
CACO VERDE (sem tampa, ferro ou sujeira) posto no local
CACO MARROM (sem tampa, ferro ou sujeira) posto no local
METAIS
ALUMINIO LATINHA/PANELA
COBRE QUEIMADO
AL BANDEJINHA
RAIO X
METAL
ANTIMÔNIO
FERRO
BATERIA